

**LONGRUN
PORTUGAL, SGPS, S.A.**

**RELATÓRIO
E CONTAS
2017**

Relatório e Contas

Consolidado e Separado

2017

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

Sede: Largo de São Carlos nº 3 1200-410 Lisboa

Nº Cont. 510 999 018

Índice

A RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

A1 Relatório do Conselho de Administração – Contas Consolidadas

A2 Demonstrações Financeiras Consolidadas

A3 Relatório e Pareceres às Contas Consolidadas

B RELATÓRIO E CONTAS SEPARADO

B1 Relatório do Conselho de Administração – Contas Separadas

B2 Demonstrações Financeiras Separadas

B3 Relatório e Pareceres às Contas Separadas

C RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE



**A1 Relatório do Conselho de
Administração
Contas Consolidadas**

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais.....	2
2. A Longrun Portugal.....	3
a. Principais Indicadores.....	3
b. História da Área Seguradora da Longrun Portugal.....	4
c. Sobre a Longrun Portugal.....	6
d. Estratégia da área seguradora da Longrun.....	13
3. A Nossa Performance.....	17
a. Síntese de Acontecimentos 2017.....	17
b. Atuação da área seguradora da Longrun.....	17
c. Performance Operacional e Financeira.....	28
4. Perspetivas de Evolução.....	32
a. Enquadramento Macroeconómico.....	32
b. Mercado Segurador em 2017 e perspetivas para 2018.....	33
c. Principais Desafios para o Futuro.....	37
d. Posicionamento Futuro da Longrun.....	41
5. Empresas do Perímetro de Consolidação da Longrun.....	43
6. Gestão de Riscos.....	51
7. Responsabilidade Social.....	55
8. Considerações Finais.....	57

1. Órgãos Sociais

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, SA

Conselho de Administração

Presidente	Lan KANG
Vogais	Wai Lam William MAK

Conselho Fiscal

Presidente	Pedro Antunes de Almeida
Vogais	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias João Filipe Gonçalves Pinto
Suplente	Isabel Gomes de Novais Paiva

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

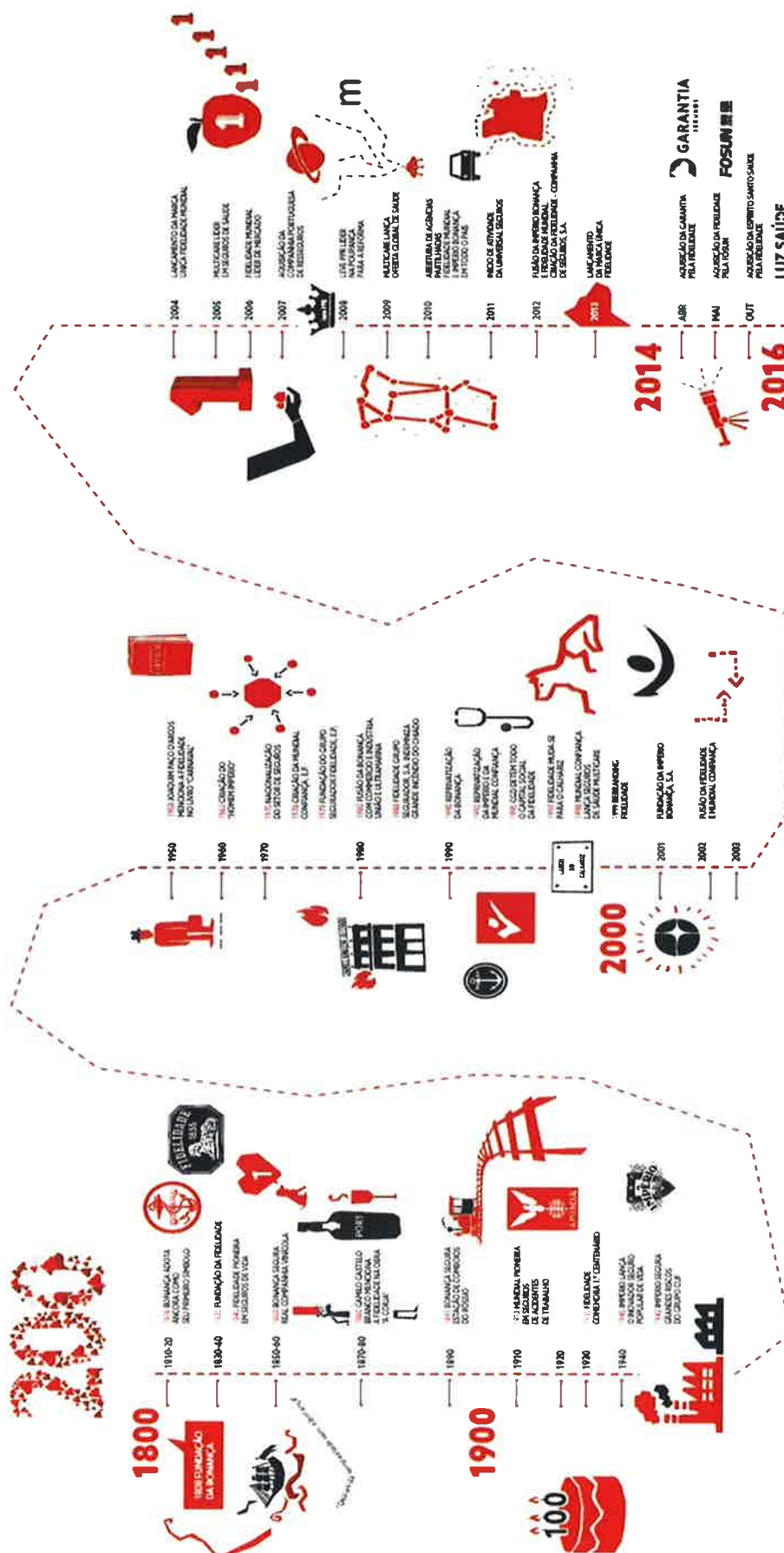
Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC.

2. A Longrun Portugal

a. Principais Indicadores

€ 3.791 milhões Total Prémios Emitidos Vida: € 2.417 milhões Não Vida: € 1.373 milhões	30,7% Quota de Mercado (PT) Vida: 32,9% Não Vida: 27,2%	11,1 % Peso Operação Internacional Não Vida
€ 17,4 mil milhões Ativo Líquido	3.686 Colaboradores da área seguradora	99,0% Rácio Combinado Não Vida
€ 194,3 milhões Resultado Líquido (após dedução de Interesses Minoritários)	€ 2.490 milhões Capitais Próprios	8,8% Rentabilidade dos Capitais Próprios

b. História da área seguradora da Longrun Portugal



RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS

Dois séculos de história contribuíram para a atual credibilidade, dimensão e solidez das empresas do perímetro de consolidação da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Doravante “Longrun” ou “Sociedade”).

Até ao ano 2000, o mercado segurador português encontrava-se maioritariamente concentrado nas seguradoras resultantes da reorganização empresarial ocorrida no início dos anos 80.

Mais recentemente, nomeadamente após o ano 2000, iniciou-se uma fase de consolidação do mercado segurador nacional que deu origem aos dois maiores *players* do setor: a Fidelidade Mundial (doravante “FM”) e a Império-Bonança (doravante “IB”), detidas pelos dois maiores Grupos financeiros nacionais (CGD e BCP, respetivamente).

Em 2005, a CGD - acionista único da Fidelidade Mundial - adquire também a Império Bonança lançando as bases para um novo impulso no processo de consolidação do mercado. Surge, assim, um grupo segurador português que agrega as grandes seguradoras nacionais, permitindo criar sinergias relevantes e consolidar ativos e competências únicas no setor.

Os anos seguintes foram marcados por uma progressiva integração operacional entre as duas empresas, concretizando-se a fusão efetiva entre FM e IB em 2012 e o lançamento da marca única Fidelidade em meados de 2013.

Em 2014, concretiza-se a privatização da empresa e consequente aquisição por parte do Grupo Fosun (via Longrun) de aproximadamente 84,99% do capital da Fidelidade, mantendo-se o Grupo CGD como acionista de referência com 15%.



A partir de 2014, a área seguradora da Longrun entra numa nova fase de desenvolvimento, potenciada pelo apoio dos seus acionistas, assumindo como vetores de atuação a consolidação da liderança no mercado português e a expansão internacional.

É já nesse contexto que se avança ainda em 2014 para a aquisição da Garantia, seguradora líder em Cabo Verde, e para a aquisição da Espírito Santo Saúde, empresa de referência na prestação de cuidados de saúde em Portugal, atualmente denominada Luz Saúde.

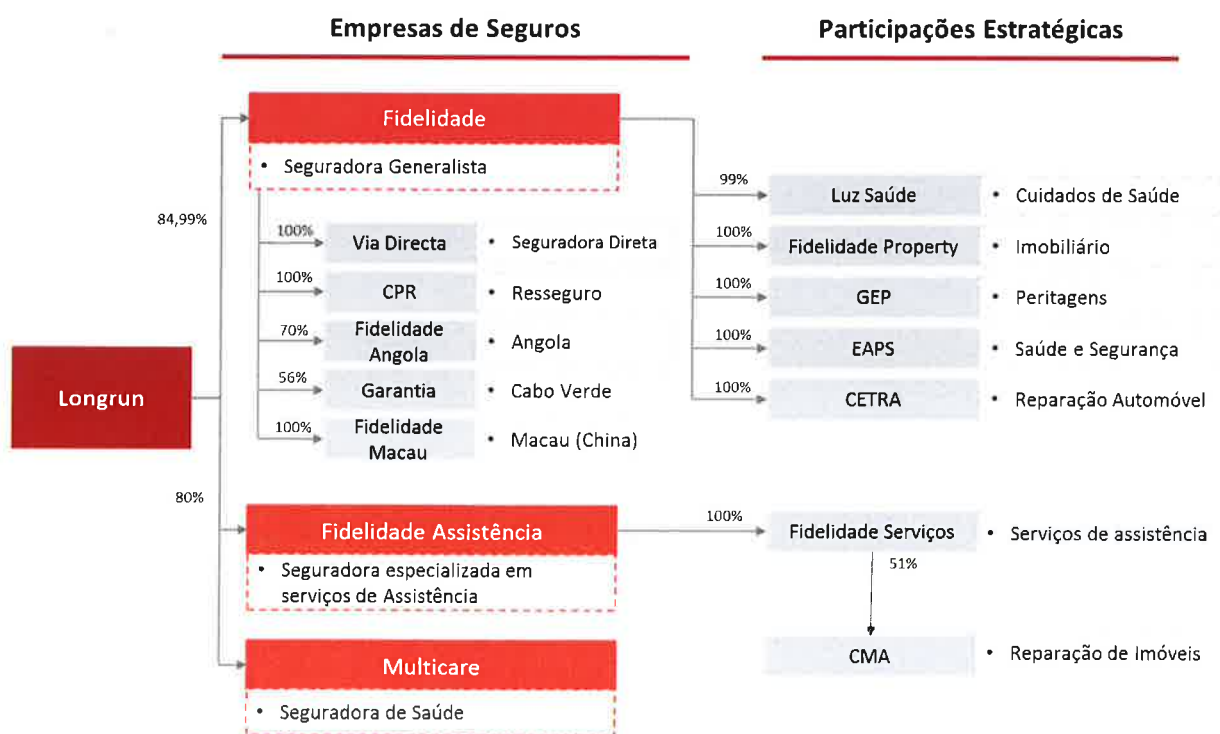
c. Sobre a Longrun Portugal

i. Estrutura do Grupo

A Longrun opera no mercado nacional através de diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Multicare, Via Directa, Fidelidade Assistência e Companhia Portuguesa de Resseguros). Adicionalmente, está presente no mercado internacional quer através de sucursais da Fidelidade (Espanha, França, Luxemburgo, Macau-Ramos Vida e Moçambique), quer através de empresas seguradoras participadas, nomeadamente Fidelidade Angola, Garantia e Fidelidade Macau (Ramos Não Vida).

Por fim, a Longrun detém, via Fidelidade e Fidelidade Assistência, participações estratégicas em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, Grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal.

Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia do Grupo de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto Grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.



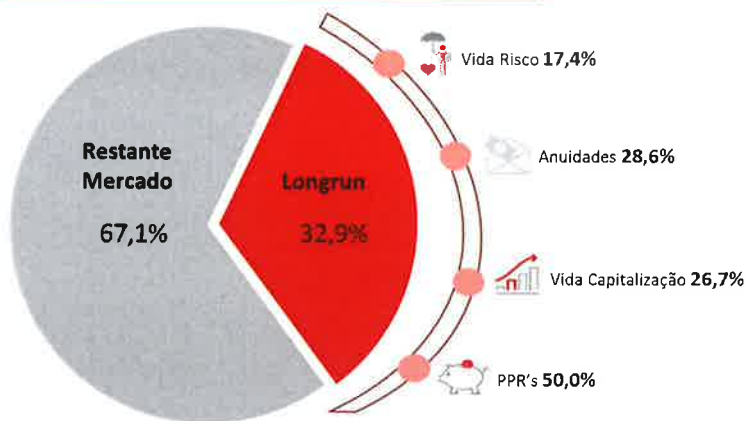
ii. Posicionamento

A área seguradora da Longrun atua globalmente no mercado segurador português, comercializando produtos de todos os ramos no âmbito de uma estratégia multimarca e através da maior rede comercial do país, incluindo uma presença crescente nos canais remotos.

Em 2017, a área seguradora da Longrun manteve a sua liderança de forma transversal aos ramos Vida e Não Vida, registando uma quota de mercado global de 30,7% que correspondeu, no entanto, a um decréscimo de -1,5pp face ao ano anterior.

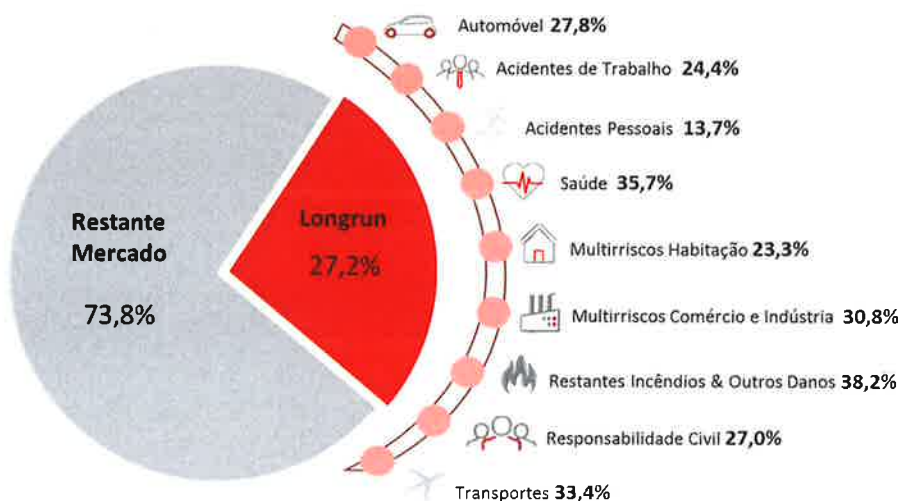
Nos **ramos Vida**, foi reforçada a quota de mercado ao nível dos produtos referentes a anuidades. No caso dos produtos para a reforma e fruto da aposta continuada nessa vertente, a área seguradora da Longrun detém uma quota de 50%, traduzindo a elevada confiança dos clientes na solidez do Grupo.

Ramos Vida – Quota de Mercado



Ao nível dos ramos **Não Vida**, o Grupo Fidelidade cresceu acima da generalidade dos concorrentes, tendo reforçado a sua quota de mercado em 0,2pp para 27,2%, sendo de destacar o incremento de 1,4pp no ramo Saúde (quota de 35,7%).

Ramo Não Vida – Quota de Mercado



iii. Rede de Distribuição

As seguradoras integradas na área seguradora da Longrun comercializam produtos de todos os segmentos de negócio através da maior e mais diversificada rede de distribuição de produtos de seguros do mercado nacional: agências Fidelidade; mediadores; corretores; agências bancárias CGD; CTT; internet e canal telefónico.

A vasta rede de distribuição e a sua presença geográfica ao longo de todo o país permite a proximidade aos clientes, oferecendo serviços cada vez mais personalizados e diferenciadores.



Com efeito, a área seguradora da Longrun procura desde sempre marcar presença em todos os canais onde o consumidor está ou pode estar, potenciando o valor dos mesmos através de uma oferta de produtos abrangente e um nível de serviço adequado a cada um deles.

Capitalizando a forte presença nos vários canais de distribuição, tem vindo a desenvolver uma estratégia Omnicanal, assegurando a coerência na oferta e procurando garantir a visão integrada da experiência do consumidor, independentemente do canal que este utiliza.

iv. A oferta e as marcas da Longrun

A área seguradora da Longrun tem uma ampla gama de produtos e serviços que disponibiliza aos seus clientes, resultado da sua ampla experiência acumulada e da constante busca pela inovação nos seguros.

A oferta inclui seguros Vida (Risco, Anuidades e Financeiro) e seguros Não Vida, onde se incluem produtos como o seguro Automóvel, Acidentes de Trabalho, Saúde, Multiriscos Habitação, entre muitos outros, sendo ainda complementada por uma oferta de assistência única nas diferentes vertentes.

Adicionalmente, a área seguradora da Longrun tem vindo a desenvolver um conjunto de novos produtos, no sentido de tornar a sua oferta de seguros mais inovadora e abrangente, sendo de destacar os novos produtos Proteção Vital Família, com um conjunto de coberturas pessoais que se ajustam às necessidades do Cliente, e Seguro Casa, que incorpora uma amplitude de coberturas única no mercado nacional no conjunto dos produtos Multiriscos Habitação.

Há ainda a destacar o lançamento da aplicação de telemática Fidelidade Drive que permite aos utilizadores conhecer melhor o risco associado ao seu estilo de condução, bem como o lançamento, em fase piloto, de novos produtos com uma forte componente tecnológica, quer no segmento Vida, quer no segmento Não Vida.

A oferta da área seguradora da Longrun em Portugal, chega aos seus clientes através de três marcas distintas, sendo todas elas líderes no seu segmento de atuação: a Fidelidade, a Multicare e a Ok! teleseguros.

Marca	Breve descrição
	<ul style="list-style-type: none">• Produtos <u>Vida e Não Vida</u>• Marca de referência presente em todos os canais de distribuição
	<ul style="list-style-type: none">• Seguro de <u>Saúde</u>• Ampla oferta de seguros de saúde
	<ul style="list-style-type: none">• Venda <u>Online</u> de seguros• Foco em produtos Não Vida (ex. Auto, Habitação) vendidos pelo canal remoto



v. **Foco na Excelência Operacional e na Qualidade de Serviço**

O foco na excelência operacional e na qualidade de serviço tem sido, desde há muitos anos, uma prioridade, com forte impacto ao nível da satisfação dos clientes. As empresas do perímetro de consolidação da Longrun destacam-se pelas suas competências nestas áreas, que têm sido percecionadas e reconhecidas pelos clientes.

A Longrun orgulha-se de, ao longo dos últimos anos, as suas participadas terem sido distinguidas por diversas vezes como marca de referência para os Portugueses, sendo que a Fidelidade é a Companhia de Seguros mais premiada de Portugal. Os prémios conquistados são resultado do caminho traçado pela Fidelidade, que escolheu ser uma seguradora feita de pessoas que pensam nas pessoas.

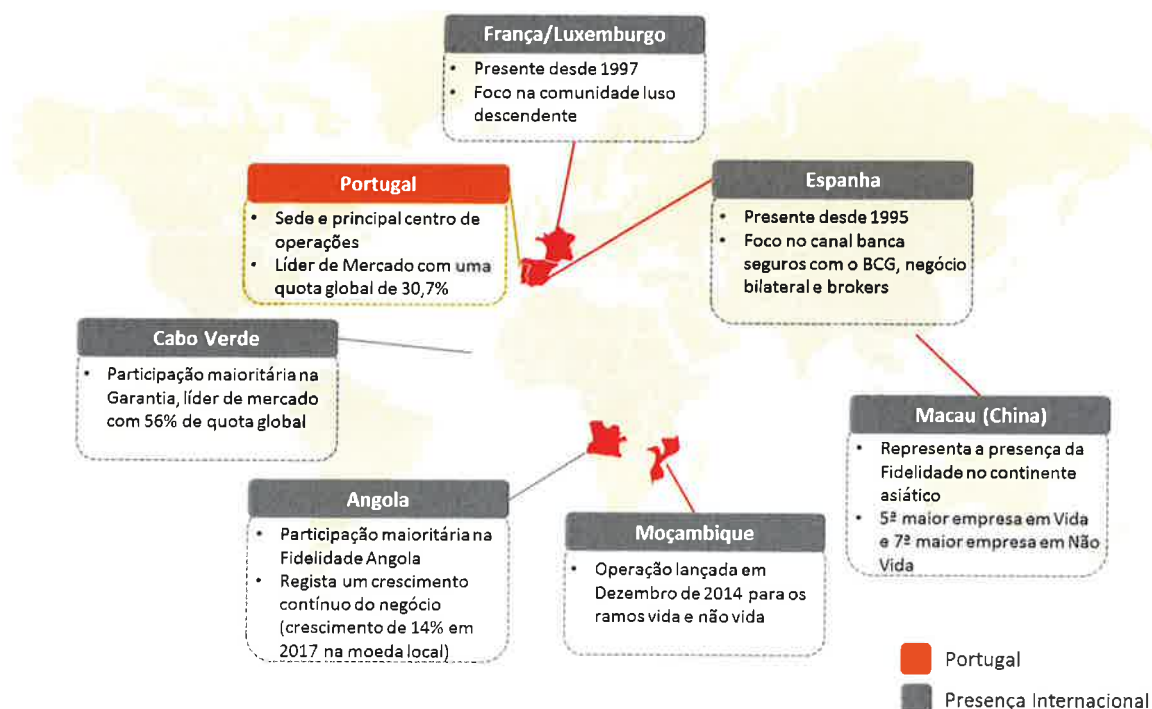


vi. Presença Internacional

A área seguradora da Longrun tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em três continentes (Europa, África e Ásia), com várias unidades de negócio, sejam sucursais ou participadas.

Numa fase inicial, o processo de internacionalização visou, em particular, mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A partir de 2014, com a alteração da estrutura acionista, a comunidade chinesa passou igualmente a constituir uma prioridade no âmbito do desenvolvimento do negócio internacional.

Atualmente, com novos horizontes de crescimento e uma ambição renovada de valorização do seu projeto, a Longrun considera a expansão internacional como uma prioridade e uma oportunidade para o crescimento e diversificação do seu negócio, apostando em novas geografias e acompanhando os seus clientes em novos mercados.



vii. A Equipa da área seguradora da Longrun

No final de 2017, o número total de colaboradores na área seguradora da Longrun ascendeu a 3.686, estando 86% em Portugal e 14% nas operações internacionais.

Face a 2016, o número de colaboradores aumentou em 1,7%, refletindo a evolução do conjunto de empresas do Grupo em Portugal (+1,6%), devido ao substancial aumento do volume de negócios e à necessidade de desenvolvimento de novas valências. No mesmo sentido, nas operações internacionais verificou-se um aumento de 2,1%, em linha com a crescente internacionalização do Grupo.



Em 2017, o principal objetivo foi o rejuvenescimento e adaptação da organização de modo a acompanhar os novos desafios de mercado. Esta aposta com vista ao desenvolvimento de novas competências conduziu igualmente a uma redução da idade média de 45,2 anos em 2016 para 44,0 anos em 2017 (considerando o conjunto dos colaboradores em Portugal).

A antiguidade dos colaboradores das empresas da área seguradora da Longrun, continua a refletir a tendência de rejuvenescimento acima referida, sendo que, em 2017 cerca de 34,7% dos colaboradores têm menos de 10 anos de antiguidade face a 34,2% em 2016.

Tendo em conta o processo de transformação do negócio em curso, o ano de 2017 foi um ano de continuidade no ajustamento organizacional iniciado em 2014, e que contou com um grande envolvimento por parte de todos os colaboradores.

Assim, para além das iniciativas de mudança organizacional e redimensionamento das estruturas, prosseguiu o esforço estruturado de reformulação das políticas e práticas na área de gestão de recursos humanos.

Este conjunto de iniciativas deverá ter profundos impactos a médio prazo, posicionando a empresa como uma organização cada vez mais reconhecida na gestão de recursos humanos no panorama português e um empregador de referência para os mais jovens.

d. Estratégia da área seguradora da Longrun

A Longrun, através das seguradoras detidas, é líder incontestável do mercado segurador português, destacando-se num conjunto de vertentes, que constituem em grande medida vantagens competitivas face às restantes seguradoras a operar no mercado nacional:

- ▶ Liderança destacada no mercado, materializada numa base de aproximadamente 2,2 milhões de clientes, endereçada por uma rede omnicanal de elevada capilaridade regional;
- ▶ Marca líder em valor, reputação e reconhecimento pelos clientes, reflexo da aposta contínua na excelência operacional e na qualidade de serviço;
- ▶ Posição única e de liderança na distribuição decorrente de uma estratégia multicanal, vendendo seguros através dos canais de mediação, corretores, lojas próprias, banca (CGD), correios e canais *online*;
- ▶ Competências técnicas únicas no mercado, resultando numa ampla oferta de seguros e numa capacidade reconhecida de gestão e sinistros, garantindo assim elevada satisfação dos clientes;
- ▶ Políticas de gestão de risco prudentes e níveis de provisionamento acima do mercado.

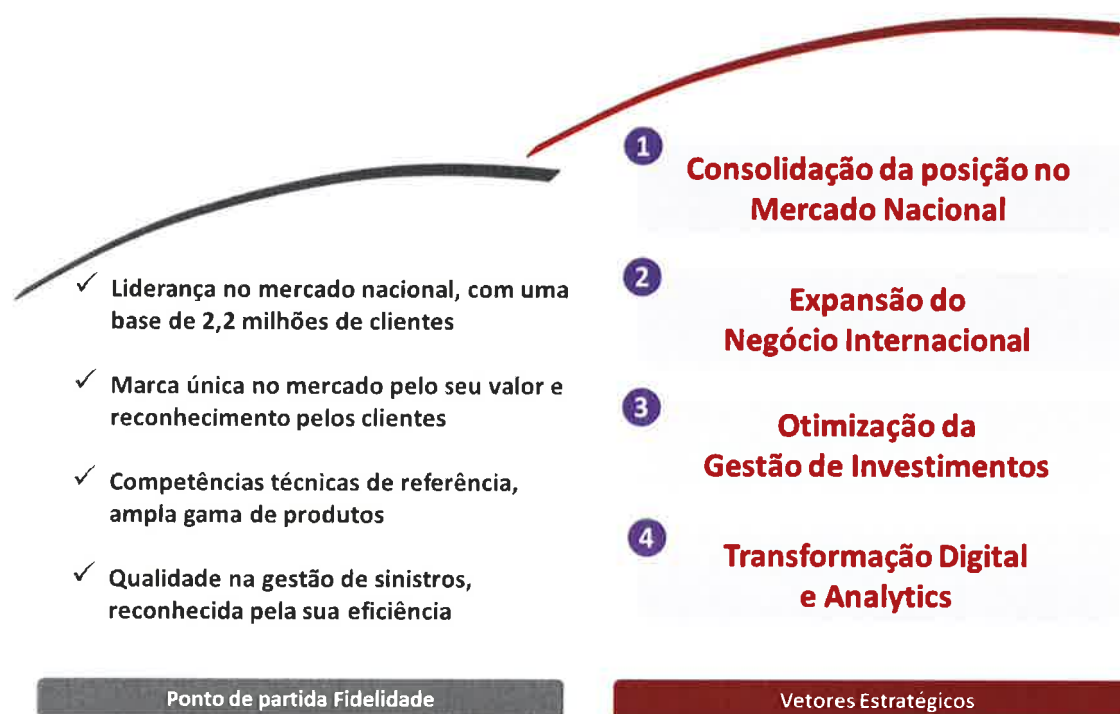
Neste contexto, e partindo, portanto, de uma posição particularmente forte em Portugal, a Longrun assumiu como ambição reforçar o seu posicionamento de liderança no mercado português e expandir-se internacionalmente, tornando-se num player internacional de referência.

Em concreto, este último objetivo implica aumentar o peso do negócio internacional no total dos ramos Não Vida, assumindo-se como uma referência nos mercados em que estiver presente, destacando-se pelas suas competências operacionais e de gestão multicanal.

Assim, as seguradoras da Longrun têm vindo a operar de acordo com os seguintes vetores estratégicos:

- ▶ Consolidação da posição no Mercado Nacional;
- ▶ Expansão do Negócio Internacional;
- ▶ Otimização da Gestão de Investimentos;
- ▶ Transformação Digital e Analytics.





No decorrer do ano de 2017, estes vetores estratégicos foram o fio condutor da atuação da área seguradora da Longrun, dando origem a um conjunto alargado de iniciativas que foram implementadas pelas diferentes equipas.

Consolidação da posição no Mercado Nacional

Apesar da posição de liderança detida pela área seguradora da Longrun, fatores distintos aconselham a uma evolução constante da abordagem ao mercado, sendo de destacar a excessiva competitividade observada em algumas linhas de negócio nos últimos anos.

Neste contexto, as seguradoras da Longrun estão a atuar de forma estruturada e contínua em áreas determinantes do negócio, por forma a manter e mesmo reforçar a sua posição no mercado português, razão pela qual tem em curso uma série de iniciativas em várias áreas:

- ▶ Melhoria da rentabilidade dos produtos;
- ▶ Inovação ao nível da oferta de produtos e serviços;
- ▶ Melhoria da performance e da eficácia das vendas nos canais de distribuição;
- ▶ Implementação de uma estratégia omnicanal articulando os vários canais, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada;
- ▶ Reforço da organização, evoluindo progressivamente para uma organização mais enfocada no cliente, mais eficiente e mais ágil, e capaz de suportar o crescimento do negócio.

O sucesso na implementação destas iniciativas deverá permitir não apenas o reforço da posição no mercado português, mas também a aquisição e posterior transferência de capacidades para os

mercados internacionais em que as seguradoras da Longrun estão ou pretendem vir a estar presentes.

Expansão do Negócio Internacional

Ao longo do seu percurso, o processo de internacionalização das empresas da área seguradora da Longrun visou em particular os mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas, tendo seguido, em grande medida, o seu parceiro natural na distribuição – a CGD – concentrando-se em mercados em que o Banco estava presente.

Na Europa, esta estratégia levou à presença nos mercados Francês e Luxemburguês, reconhecidos pelas importantes comunidades de emigrantes portugueses, e também em Espanha. A presença em Macau seguiu este mesmo princípio. Em África, e numa fase mais recente, a área seguradora da Longrun expandiu-se também para mercados onde, por questões históricas e culturais, as afinidades com a realidade portuguesa são mais evidentes – Angola, Cabo Verde e, mais recentemente, Moçambique.

Atualmente, a expansão internacional afigura-se como uma prioridade estratégica, como forma de diversificar a sua atividade e garantir novas vias de crescimento. O objetivo da área seguradora da Longrun passa por entrar em novos mercados onde, pelas suas competências, possa apresentar vantagens competitivas.

Neste contexto, têm vindo a ser analisadas ativamente oportunidades em países selecionados em África e na América Latina, onde o ambiente económico e o estágio de desenvolvimento dos respetivos mercados seguradores aparentam ser favoráveis a uma entrada com sucesso das empresas da área seguradora da Longrun.

Otimização da Gestão de Investimentos

O objetivo nesta matéria passa por garantir a adequação ao contexto de mercado e regulatório em que se insere, procurando naturalmente uma otimização do retorno e do risco, mas salvaguardando a postura de prudência que desde sempre tem caracterizado a atuação das empresas consolidadas da Longrun.

Nos últimos anos, os mercados financeiros têm apresentado um contexto de taxas de juro muito reduzidas, o que tem constituído um desafio para a rentabilidade do negócio, sobretudo no ramo Vida.

Neste contexto, a estratégia para os investimentos passa, por um lado, por implementar uma política de maior diversificação dos investimentos financeiros, ou seja, garantindo uma adequada exposição a diferentes classes de ativos, geografias e moedas; e por outro, por garantir a reestruturação do portfólio de investimentos imobiliários, apostando sobretudo nas vertentes comercial e serviços.

Esta política de investimento carece, naturalmente, de monitorização constante, garantindo o controlo das exposições incorridas e o adequado alinhamento entre ativos e responsabilidades. A implementação desta política assenta ainda no pressuposto que deverão ser adequadamente

acauteladas as necessidades de capital da Companhia tendo em conta a nova regulamentação europeia Solvência II, em vigor desde Janeiro de 2016.

Transformação Digital e Analytics

As empresas seguradoras detidas pela Longrun têm também mantido um enfoque na vertente digital, com diversas iniciativas suscetíveis de dotá-las de ferramentas capazes de responder ao potencial impacto disruptivo de novos modelos de negócio suportados pelas novas tecnologias.

Neste contexto, e preparando o futuro, têm vindo a desenvolver diversas iniciativas em várias áreas:

- ◀ Desenvolvimento do MyFidelidade e de novas *App*, que permitem a utilização da internet para a contratação de produtos, acompanhamento da carteira de seguros, participação de sinistros, etc;
- ◀ Novos produtos ligados à utilização de novas tecnologias, em particular no ramo Automóvel e Multiriscos Habitação;
- ◀ Transformação digital dos processos de negócio e do relacionamento com o cliente.



3. A Nossa Performance

a. Síntese de Acontecimentos 2017

<p>Saúde – lançamento do novo serviço de Orientação Médica</p>  <p>Jan</p>	<p>Pensar Maior - realização de evento no MEO Arena com os stakeholders da Fidelidade</p>  <p>Fev</p>	<p>Campanha "A Nova Fidelidade de Sempre" – nova campanha que assenta no reposicionamento da marca, através da adaptação ao mundo digital</p>  <p>Mar</p>	<p>Fidelidade Challenge 2017 – concurso para alunos universitários, que potencia a inovação através da intervenção direta da sociedade com o Grupo Fidelidade</p>  <p>Abr</p>
<p>App "MyFidelidade" – lançamento de uma aplicação móvel que permite gerir os seguros dos ramos automóvel, saúde e casa num só sítio.</p> 		<p>"Fidelidade Casa" – lançamento de um produto disruptivo que se caracteriza por uma maior simplicidade, disponibilizando novos planos e coberturas adicionais</p> 	
<p>Digital Lab – criação, em parceria com a Deloitte Digital, de um laboratório digital com o objetivo de potenciar a criação e geração de novas ideias</p>  <p>Mai</p>	<p>"Proteção Vital da Família" – lançamento de um seguro de vida inovador, que proporciona um acompanhamento durante o ciclo de vida da família, garantindo a proteção das diferentes necessidades que vão surgindo ao longo das várias etapas deste ciclo</p>  <p>Jun</p>	<p>Protecting 2.0 – realização da fase final da nova edição deste programa que promove a aceleração de startups com o apoio Fidelidade e a colaboração da Beta-I</p>  <p>Jul</p>	<p>Fidelidade Angola – realização do evento de lançamento da Fidelidade Angola, em Luanda, que assinala a mudança da imagem da empresa neste mercado.</p>  <p>Set</p>
<p>Digitalização do cartão OK! Saúde – lançamento do Cartão de Saúde Digital como a mais recente funcionalidade da APP OK! teleseguros, que permite gerar um cartão digital que substitui o cartão físico OK! Saúde.</p> 		<p>PREMIO FIDELIDADE COMUNIDADE Para que a vida não pare</p> <p>Prémio Fidelidade Comunidade – no âmbito do seu programa de responsabilidade social, esta iniciativa pretende apoiar projetos nas áreas de Empregabilidade e Apoio a deficiência, Estilos de vida saudável e Envelhecimento ativo.</p>	
<p>"Fidelidade GO" – lançamento de um produto de Acidentes Pessoais, idealizado para dar resposta às necessidades dos estudantes no estrangeiro, nomeadamente, no contexto da realização do programa Erasmus</p>  <p>Out</p>	<p>Campanha Fidelidade Auto em Angola – introdução da cobertura de Assistência em Viagem do Seguro Fidelidade Auto, nomeadamente a assistência em caso de acidente com a oferta de reboque e transporte de ocupantes, disponível 24 horas em todo o país</p>  <p>Nov</p>	<p>Acordo Bancassurance com CGD – conclusão das negociações para reformulação do atual acordo, reforçando as condições da parceria e alargando-a a novas geografias</p>  <p>Dez</p>	
<p>Campanha Multicare Medicina Online – Lançamento da nova imagem institucional da Multicare, renovada e mais associada ao Grupo Fidelidade, e do novo serviço Medicina Online, que permite aos clientes ter aconselhamento médico à distância 24h através de teleconsulta e videoconsulta</p> 			



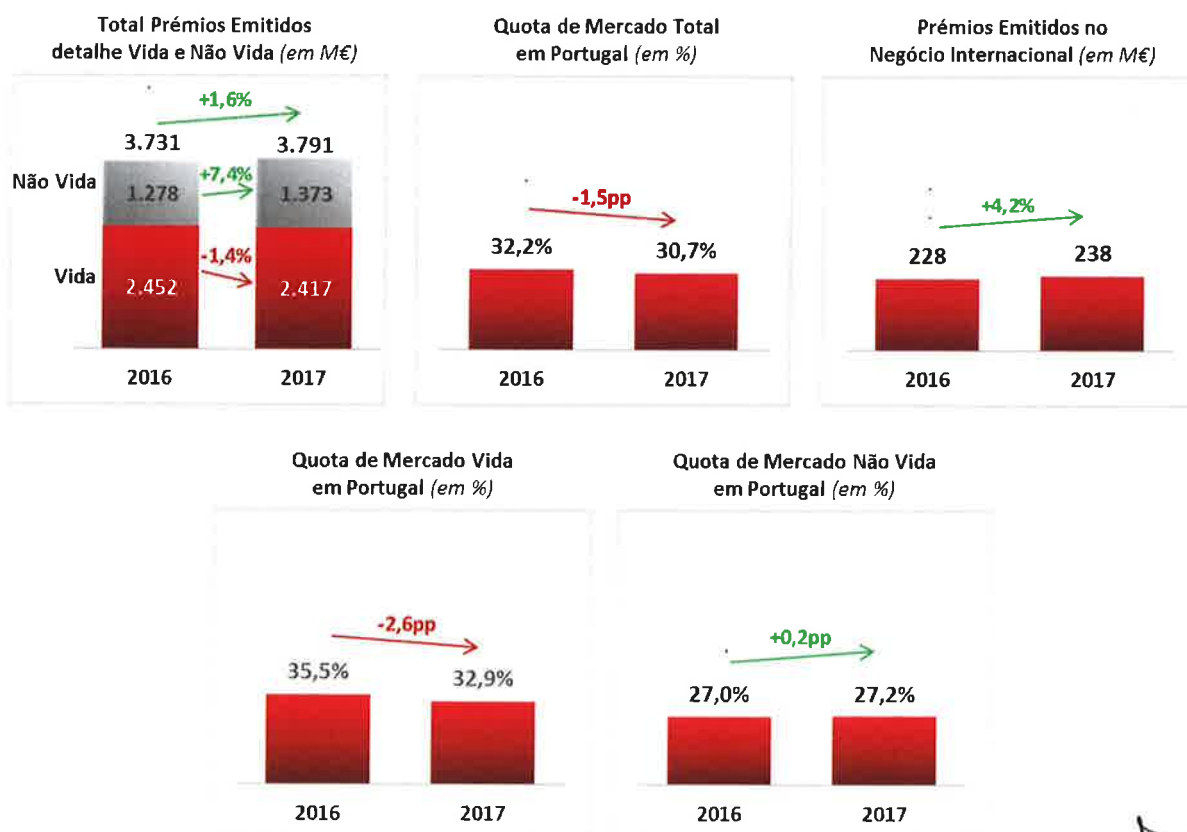
b. Atuação da área seguradora da Longrun

i. Principais indicadores de atividade

Num ano de 2017 marcado pelas tendências já referidas, as empresas do perímetro de consolidação da Longrun apresentaram uma performance muito consistente, registando um total de prémios emitidos de 3.791 milhões de euros.

Ao nível da atividade em Portugal, a área seguradora da Longrun contabilizou 3.553 milhões de euros, correspondente a um aumento de 1,4% face a 2016, o que lhe permitiu manter a posição de liderança de mercado, com uma quota de mercado de 30,7% (um decréscimo de 1,5pp face ao ano anterior com origem nos ramos Vida).

Também o negócio internacional registou um aumento do montante de prémios em 4,2% refletindo o reforço das operações internacionais já existentes.



Handwritten signature

ii. Principais linhas de atuação

A performance robusta das empresas do perímetro de consolidação da Longrun ao longo do ano 2017 teve por base um conjunto de linhas de atuação desenvolvidas em três vetores-chave:

- ◀ I. Produtos e Serviços;
- ◀ II. Distribuição;
- ◀ III. Pessoas e Organização.

I. Produtos e Serviços

O esforço constante de inovação na gama de produtos e serviços é uma característica das empresas integrantes da área seguradora da Longrun, que pretende posicionar-se no mercado cada vez mais como uma empresa de soluções integradas de prestação de serviços associada à proteção das pessoas, mais do que apenas um Grupo Segurador.

Para além do cumprimento das exigências legais no quadro da atividade seguradora, que muitas vezes se esgotam no pagamento atempado de uma indemnização, o objetivo é ir mais além, excedendo as expectativas dos clientes, através de uma qualidade de serviço exemplar e da disponibilização de uma panóplia de coberturas e serviços que respondam a necessidades mais amplas.

Assim, a oferta de produtos e serviços tem vindo a ser claramente reforçada ao longo dos últimos anos, apostando fortemente na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas nos vários ramos, suportadas por um maior nível de integração vertical ao nível das empresas seguradoras detidas pela Longrun, respondendo a necessidades identificadas no mercado.

No ramo Automóvel, preparou-se para o lançamento de produtos ligados à telemática, que visam, através da gravação em tempo real dos comportamentos de condução, contribuir para uma melhoria da qualidade e segurança da condução. Assim, o cliente poderá avaliar diversos parâmetros da sua condução, como sejam, o número de pausas em viagens de longa duração, velocidades praticadas, acelerações ou travagens bruscas, que são registados automaticamente numa aplicação que o informa sobre oportunidades de melhoria, incentiva a uma condução segura e diminui o risco de sofrer acidentes. A nível económico, a oferta deste novo serviço é também vantajosa para o cliente: por um lado, tende a diminuir o prémio de seguro automóvel e, por outro, incentiva à geração de poupança, através da oferta de diversas opções de descontos.

Ao nível da assistência em viagem e, após o lançamento da APP da OK! Teleseguros com a funcionalidade de pedido de assistência e de participação de sinistros com recurso à georreferenciação, a aplicação da Fidelidade Assistance, disponível desde 2016, simplificou a realização de pedidos, permitindo a gestão por esta via, não só da assistência automóvel, mas também da assistência em viagem, assistência médica, ao lar ou informática.

O ramo Saúde tem também sido um dos principais vetores de crescimento das seguradoras detidas pela Longrun. O lançamento da “**Orientação Médica Online**”, um serviço inovador no mercado português. Desenvolvido pela Multicare, funciona 24 horas por dia, todos os dias da semana. O cliente tem a oportunidade de escolher o serviço pretendido, efetuando um pedido *online* ou

telefónico que lhe garante apoio e aconselhamento para melhorar o seu estado de saúde. Após identificação dos sinais e sintomas comunicados, os especialistas sugerem a utilização dos meios mais adequados ao tipo de situação, indicando a eventualidade de a mesma carecer de cuidados médicos presenciais ou outras medidas de salvaguarda. A resposta poderá ser dada, conforme opção do cliente, por telefone ou e-mail.

No ramo de Multiriscos Habitação, a Longrun, através da Fidelidade, lançou um novo produto – **“Fidelidade Casa”**. Esta inovação caracteriza-se por um plano de oferta mais alargado, disponibilizando um portfólio de coberturas que permite satisfazer as necessidades dos clientes em função da sua perceção ao risco e da sua capacidade financeira. Por isso, este produto tem por trás um simulador multifunções com um processo de recomendação ajustado ao perfil dos seus clientes.

No ramo Acidentes de Trabalho tem vindo a verificar-se um esforço contínuo de reequilíbrio técnico através também de uma estreita colaboração com a rede selecionada de prestadores de cuidados de saúde, tendo sido criada, em colaboração com a Luz Saúde, unidades específicas de tratamentos médicos na área geográfica do Porto e Lisboa, que tem permitido garantir uma maior qualidade de serviço aos nossos clientes bem como um maior controlo sobre os cuidados de saúde prestados.

No ramo de Acidentes Pessoais, foi lançado o produto **“Fidelidade GO”**, idealizado para dar resposta às necessidades dos estudantes no estrangeiro. Este produto garante a assistência e pagamento de capitais e/ou indemnizações por danos materiais ou lesões corporais, em consequência de acidente que ocorra durante o período da estadia.

No ramo Vida têm vindo a ser disponibilizadas novas soluções, adaptando-se ao novo paradigma macroeconómico, e com o objetivo de responder de forma crescente às necessidades dos seus clientes.

Na vertente Vida Financeiro, fortemente impactada por um ambiente de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e pela elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares, as empresas seguradoras detidas pela Longrun têm vindo a consolidar a sua oferta em termos de produtos de capital e rentabilidades garantidas.

Em Vida Risco, foi lançado o produto **“Proteção Vital das Famílias”**. Trata-se de um seguro de vida inovador dirigido às famílias, abrangente, que inclui na sua cobertura base, para além do serviço de funeral, novas coberturas de Saúde, Assistência e de Acidente, integradas num único contrato, coberturas essas que se vão ajustando ao longo do tempo ao ciclo de vida dos vários elementos da família.

Para além deste novo produto, as empresas da área seguradora da Longrun têm vindo a posicionar-se no sentido de beneficiar da retoma verificada no mercado imobiliário Português que, através do crédito à habitação concedido, tem um papel preponderante na evolução deste ramo.

Finalmente, e ao nível do serviço prestado ao cliente, a Longrun, através da Fidelidade, lançou a aplicação móvel **“MyFidelidade”**. Através da *App*, os clientes podem gerir os seus seguros dos ramos automóvel, casa e saúde num só sítio, de uma forma intuitiva e acessível. Adicionalmente, podem solicitar assistência automóvel, acompanhar processos de sinistro e pedidos de reembolso de despesas de saúde em tempo real, e ainda pesquisar a rede de prestadores de saúde da Multicare e oficinas da Fidelidade.

II. Distribuição

As empresas integrantes da área seguradora da Longrun têm nos seus canais de distribuição uma importante vantagem competitiva que lhe permite estar próximo dos clientes e proporcionar-lhes elevados níveis de qualidade de serviço. Decorrente de uma estratégia omnicanal, assente na plataforma de distribuição multicanal, tem sido promovida uma articulação entre os vários canais existentes, as suas ofertas e níveis de serviço, por forma a assegurar uma experiência de cliente integrada.

Os últimos anos têm marcado a consolidação da atividade nos vários canais de distribuição – mediação, lojas próprias, corretores, banca (CGD), correios e canais *online*.

Prosseguiram também as apostas na dinamização da rede de mediadores exclusivos, nomeadamente com a abertura de novas lojas de mediação com a imagem Fidelidade por todo o país e numa relação mais próxima com o canal de corretores, ambas com bons resultados em termos de performance comercial. Paralelamente têm vindo a ser implementadas, nas redes bancária e postal, múltiplas iniciativas de dinamização da venda de produtos Não Vida no sentido de aproveitar melhor o potencial de venda que estas redes demonstram.

III. Pessoas e Organização

Num mundo em constante transformação, com um grau de incerteza cada vez maior, a proteção das pessoas e a entrega de soluções mais ágeis e simples, que reflitam mais proximidade e apoio aos clientes e parceiros, só é possível se à tecnologia e inovação for aliado o mais importante: as Pessoas da área seguradora da Longrun fazem a diferença.

Seguindo as linhas de atuação definidas para a Gestão de Pessoas –Desenvolvimento de Pessoas, Transformação Organizacional, Gestão da Mudança, Parceria com o Negócio e Cultura Corporativa–, a Longrun tem vindo a implementar novos modelos e novas formas de trabalho, das quais se destacam:

- ▶ **Desenvolvimento de Pessoas** – com o intuito de garantir a preparação das pessoas para os novos desafios, tem vindo a ser implementado, de forma faseada, um novo Modelo Integrado de Gestão de Pessoas, que visa apoiar a clarificação de objetivos e responsabilidades de cada função e também a identificação de competências necessárias a cada função, a configuração de percursos naturais de carreira e a tomada de decisões de sucessão, promoção/progressão e evolução profissional.

Adicionalmente, tem permanecido a aposta no rejuvenescimento e na captação de novos talentos, bem como o desenvolvimento de competências essenciais ao negócio, através, por exemplo, da formação de líderes, da formação comercial e da formação em novos produtos e em nova regulamentação do sector.

- ▶ **Transformação Organizacional** – as empresas da área seguradora da Longrun têm vindo a adaptar a sua organização, através da revisão e construção de estruturas organizacionais

que respondam de forma mais adequada aos desafios do negócio e que garantam a introdução de novas competências e formas de trabalho. Além disso, têm procurado implementar processos de monitorização e planificação da força de trabalho, essenciais para garantir as pessoas certas para as estruturas e funções da Organização.

- ▶ **Gestão da Mudança e Parceria com o Negócio** – com o objetivo de conhecer, de estar do lado do negócio de forma a apoiar os seus responsáveis na gestão das suas pessoas, tem-se vindo a trabalhar no rejuvenescimento da sua estrutura, passagem de conhecimento, mobilidade e sucessão e preparação dos líderes para motivarem as suas equipas tendo como foco as Pessoas, o mercado, a proximidade ao cliente e os resultados.
- ▶ **Cultura Corporativa** – como forma de promover uma cultura corporativa, que promova a identidade cultural da empresa (Visão; Valores), o compromisso e reconhecimento das Pessoas que todos os dias contribuem para o sucesso, foi criada recentemente uma Intranet moderna e ágil, que é atualmente o seu principal canal de comunicação interno.

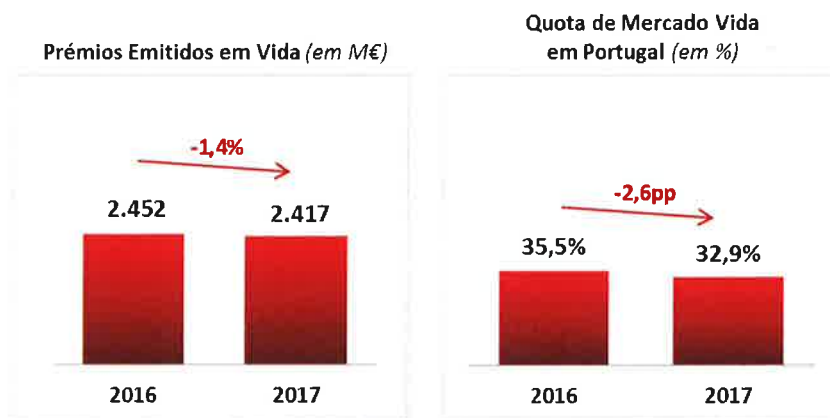


iii. Segmento Vida

Principais indicadores de atividade - Ramo Vida

Em 2017, as empresas seguradoras da Longrun evidenciaram um ligeiro decréscimo do montante de prémios do ramo Vida, refletindo quer as condições de mercado para os produtos financeiros, quer o facto de ter registado, em 2016, um montante de prémios consideravelmente elevado que possibilitou atingir uma quota de mercado superior a 35%.

A área seguradora da Longrun continua a deter a liderança destacada do Mercado, detendo uma quota de 32,9%.



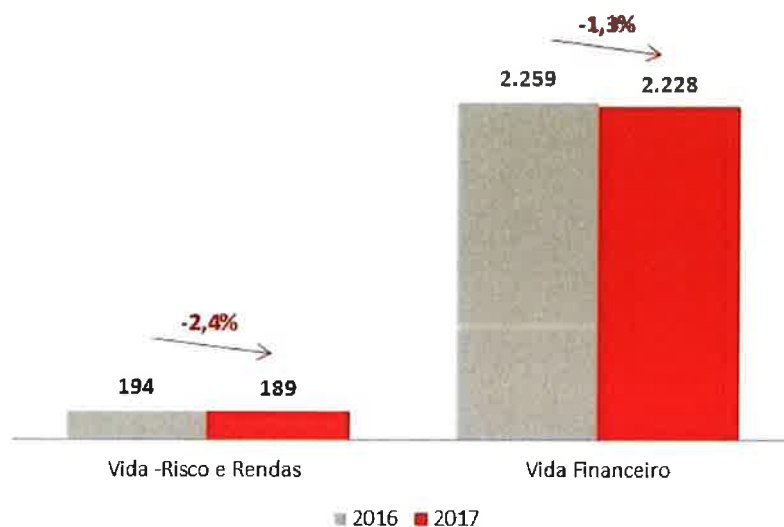
Evolução por ramo do Segmento Vida

O Segmento Vida é composto pelos produtos Vida Risco e Rendas e pelos produtos Vida Financeiro, sendo estes últimos os responsáveis pela larga maioria dos prémios deste segmento, representando mais de 92% dos mesmos.

Os produtos Vida Risco e Rendas apresentaram uma redução de 2,4% para um total de 189 milhões de euros, refletindo ainda um volume de novos contratos ligados ao crédito à habitação inferior ao nível de contratos que terminaram no ano em análise.

Os prémios de Vida Financeiro decresceram 1,3% para um total de 2.228 milhões de euros, refletindo o contexto de baixas taxas de juro, reduzida taxa de poupança dos particulares e elevada concorrência de novos produtos de dívida pública para particulares.

Prémios emitidos no Ramo Vida – Detalhe por Modalidade (em M€)



Evolução por canal de distribuição do segmento Vida

O conjunto dos canais bancário e postal continua a ser o que apresenta um maior peso na comercialização dos produtos do Segmento Vida, representando cerca de 81% do volume de vendas e tendo obtido um crescimento de cerca de 2,7% face a 2016, beneficiando sobretudo do canal bancário.

Por outro lado, os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) registaram um decréscimo do volume de vendas em 19,1%.

Segmento Vida*

Canal de Distribuição	2017	2016	Var
Tradicional	375	464	-19,1%
Bancário e CTT	1.957	1.906	2,7%
Estrangeiro	85	83	3,1%
Longrun	2.417	2.452	-1,4%

*Incluem-se as empresas do perímetro de consolidação da Longrun

U: milhões de euros

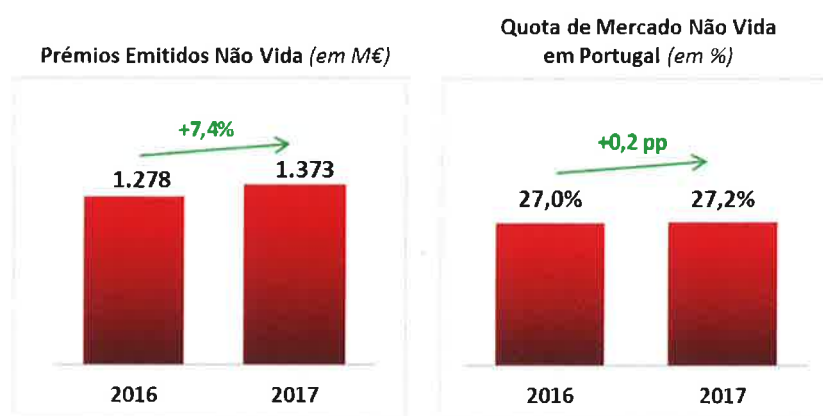
iv. Segmento Não Vida

Principais indicadores de atividade – Segmento Não Vida

Ao nível do Segmento Não Vida a performance foi francamente positiva, tendo os prémios emitidos aumentado 7,4% para um total de 1.373 milhões de euros.

A performance comercial das empresas do perímetro de consolidação da Longrun suplantou a tendência positiva da generalidade do mercado sendo que, em particular no mercado Português, a área seguradora da Longrun verificou um crescimento de 7,7% nos seus prémios que compara com um aumento de 6,9% do mercado. Estes resultados permitiram o reforço da posição de liderança destas empresas, aumentando a sua quota de mercado para 27,2%, o que representa um aumento de 0,2pp face ao ano 2016.

A contribuir para esta performance positiva no segmento Não Vida esteve o reforço da oferta de produtos e serviços, com uma forte aposta na diferenciação e inovação, com a criação de soluções integradas, suportadas pelo elevado nível de integração vertical, e que respondem a necessidades identificadas no mercado.



Evolução por ramo do segmento Não Vida

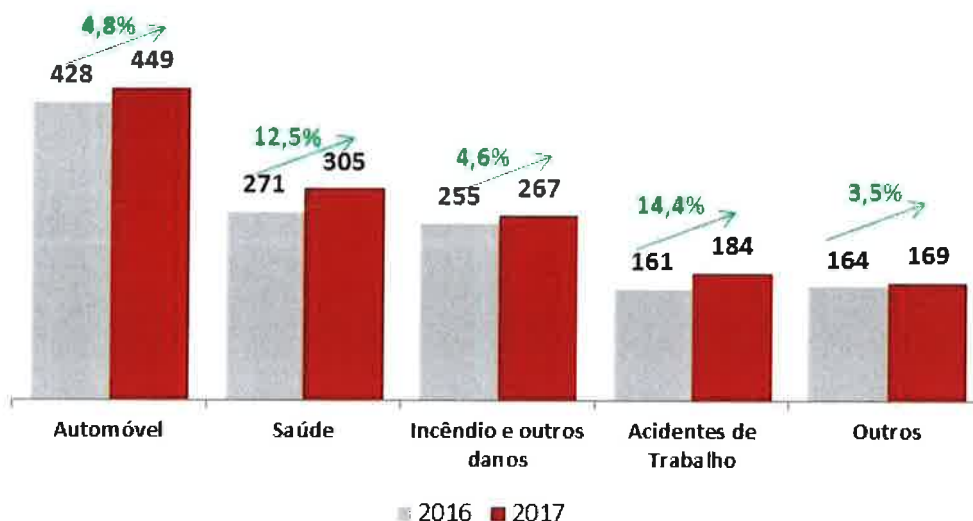
O Segmento Não Vida é composto por um conjunto alargado de ramos, sendo que os quatro principais ramos – Acidentes de Trabalho, Doença, Automóvel e Incêndio e Outros Danos, representam um total de aproximadamente 90% do total de prémios emitidos.

Todos os ramos Não Vida verificaram uma performance positiva ao longo do ano 2017, sendo de destacar a performance dos ramos Saúde e Acidentes de Trabalho com crescimentos superiores a 10%. A contribuir para este crescimento esteve a aposta na diferenciação e inovação dos produtos e serviços disponibilizados nestes ramos, de que são exemplos a introdução da nova oferta de saúde Multicare com a inclusão de aconselhamento médico telefónico e *online*.

O ramo Automóvel continua a ser, de forma destacada, o ramo com maior peso no Segmento Não Vida, com um peso superior a 30% no total do segmento. A performance deste ramo foi bastante sólida tendo os prémios aumentado 4,8% devido tanto a uma melhoria estrutural do parque

automóvel, verificando-se o crescimento e a melhoria da qualidade do mesmo, como à capacidade de se capitalizar as inovações ao nível do produto e serviço introduzidas nos anos recentes, de que são exemplos o lançamento da cobertura Proteção Vital do Condutor e o seguro de danos próprios Auto Estima.

Prémios dos ramos do Segmento Não Vida – Detalhe por modalidade (em M€)



Evolução por canal de distribuição do segmento Não Vida

Todos os canais de distribuição apresentaram uma evolução positiva na comercialização de produtos do segmento Não Vida no ano 2017 face ao ano 2016.

Em particular os canais tradicionais (mediação, lojas próprias e corretores) continuam a ser os canais que apresentam um maior peso na comercialização dos produtos do segmento Não Vida, representando cerca de 78% do volume de vendas. Estes canais de distribuição tiveram um crescimento significativo de 8,4% contribuindo fortemente para a performance destes ramos.

Segmento Não Vida*

Canal de Distribuição	2017	2016	Var
Tradicional	1.069	986	8,4%
Bancário e CTT	104	101	2,5%
Remoto	48	46	5,1%
Estrangeiro	153	145	4,8%
Longrun	1.373	1.278	7,4%

*Incluem-se as empresas do perímetro de consolidação da Longrun

U: milhões de euros

v. Atividade Internacional

A área seguradora da Longrun tem no negócio internacional uma importante via para o crescimento sustentado e prossecução dos seus objetivos de médio e longo prazo, encontrando-se atualmente presente em três continentes (Europa, África e Ásia).

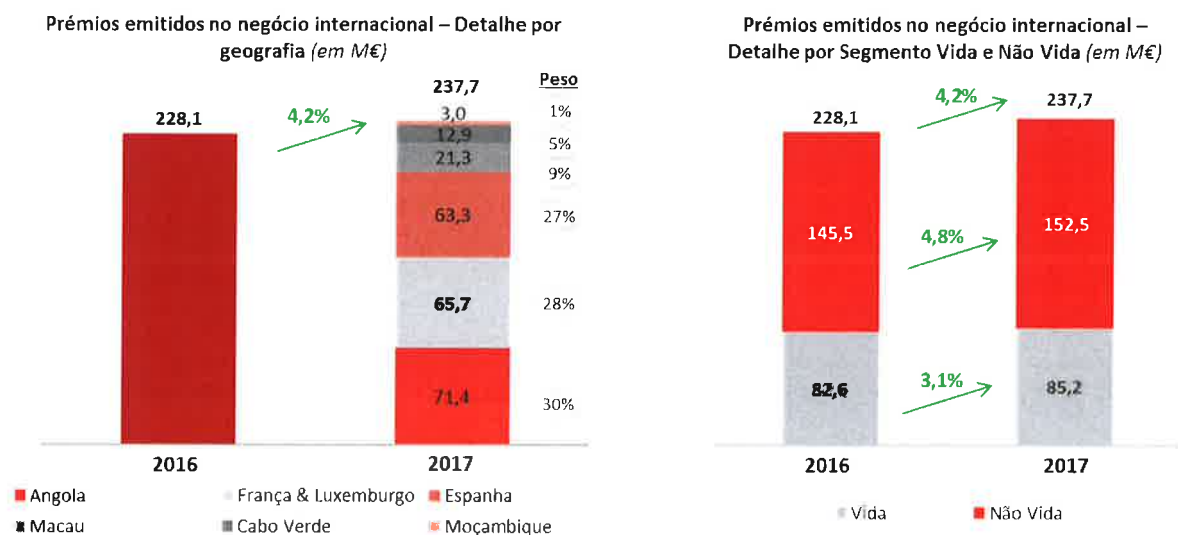
Numa fase inicial, o processo de internacionalização visou, em particular, mercados com os quais Portugal tem maiores afinidades económicas, culturais e linguísticas. A partir de 2014, com a alteração da estrutura acionista, a comunidade chinesa passou igualmente a constituir uma prioridade no âmbito do desenvolvimento do negócio internacional.

Atualmente, com novos horizontes de crescimento e uma ambição renovada de valorização do seu projeto, a área seguradora da Longrun considera a expansão internacional como uma prioridade e uma oportunidade para o crescimento e diversificação do seu negócio, apostando em novas geografias e acompanhando os seus clientes em novos mercados, sempre conscientes da importância de garantir a sustentabilidade financeira e operacional de cada operação.

O negócio internacional verificou um crescimento substancial de 4,2% no decorrer do ano 2017, alcançando um total de 237,7 milhões de euros de prémios emitidos, com o reforço das operações internacionais já existentes. O negócio internacional encontra-se maioritariamente concentrado nas operações de França, Angola e Espanha cujos prémios representam mais de 80% do total do negócio internacional.

A evolução favorável do negócio internacional beneficiou do comportamento positivo tanto dos ramos Vida (com um crescimento de 3,1% para 85,2 milhões de euros) como dos ramos Não Vida (com um crescimento de 4,8% para 152,5 milhões de euros).

O conjunto dos ramos Não Vida do negócio internacional apresentou em 2017 um peso de 11,1% no total de prémios consolidados.



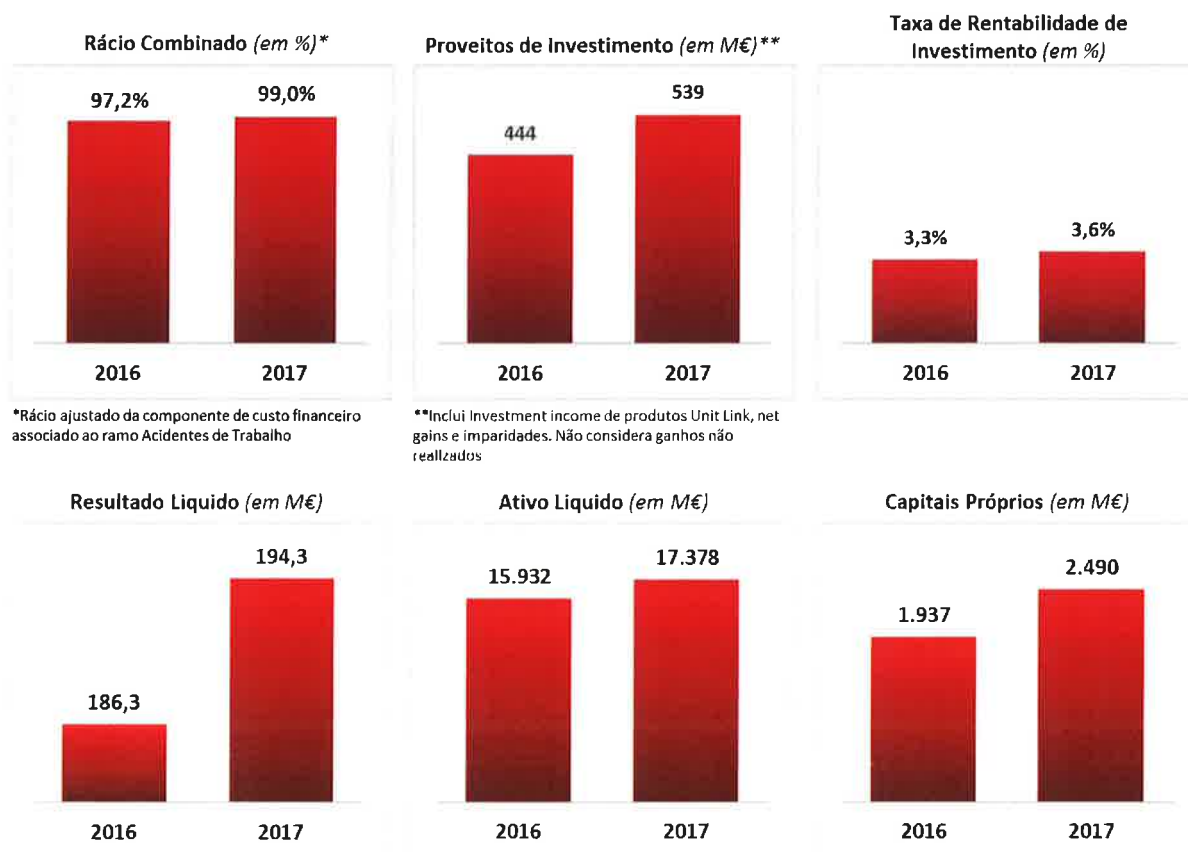
c. Performance Operacional e Financeira

Principais indicadores da performance operacional e financeira

No ano de 2017, a Longrun, através das empresas do seu perímetro de consolidação, apresentou uma rentabilidade sólida tendo atingido um resultado líquido de 194,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 4,3% face ao ano de 2016, tendo contribuído essencialmente a boa performance da atividade financeira, o que atesta a consistência e solidez da gestão de investimentos.

O rácio combinado atingiu os 99,0% em 2017, com um acréscimo de 1,8pp face ao ano anterior, influenciado sobretudo pelos incêndios registados em Portugal nos meses de Junho e de Outubro, bem como as cheias registadas em Macau.

Já ao nível dos investimentos verificou-se também uma boa performance tendo sido atingido um total de proveitos de investimentos de 539 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de rentabilidade total de 3,6%.

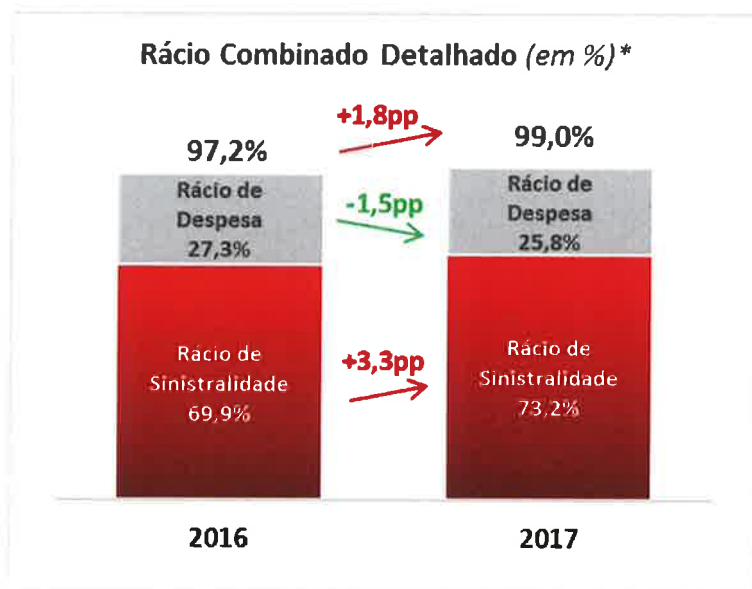


i. Performance Operacional

A performance operacional teve uma ligeira queda no decorrer do ano 2017, tendo o rácio combinado aumentado de 97,2% para 99,0% (+1,8pp), devido ao rácio de sinistralidade.

Relativamente ao rácio de despesas verificou-se uma redução de 1,5pp, passando de 27,3% para 25,8% no ano 2017. Este resultado reflete o aumento de eficiência operacional das empresas do perímetro de consolidação da Longrun, bem como o esforço de otimização e contenção de custos que vem sendo realizado num contexto em que o volume de prémios tem vindo a aumentar de forma expressiva.

Já no que diz respeito ao rácio de sinistralidade verificou-se um agravamento de 3,3pp, passando de 69,9% para 73,2% no ano 2017. Este incremento foi fortemente influenciado pelos incêndios registados em Portugal nos meses de Junho e de Outubro e das cheias em Macau.



*Rácio ajustado da componente de custo financeiro associado ao ramo Acidentes de Trabalho

ii. Performance Financeira

O Ativo Líquido das empresas que integram o perímetro de consolidação da Longrun situou-se em 17.378 milhões de euros no ano 2017, o que representa um acréscimo de 9,1% face ao ano 2016.

A política de investimentos aplicada considera, na sua definição e aplicação, os desafios que atualmente se apresentam à atividade seguradora, nomeadamente:

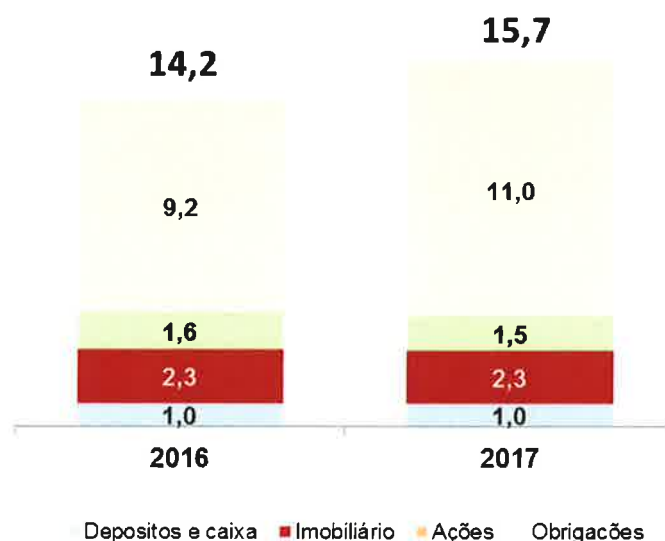
- ▶ O ambiente prolongado de baixas taxas de juro, que implica a procura de ativos com retorno mais elevado face aos tradicionais investimentos de taxa fixa, assegurando, contudo, a manutenção de um adequado nível de risco;
- ▶ Necessidade de otimizar a estrutura de capital, de acordo com o enquadramento existente no âmbito do regime Solvência II.

Em termos de dimensão, a carteira de investimentos consolidada da Longrun (incluindo Depósitos Bancários e Caixa) ascendeu a 15,7 mil milhões de euros, correspondendo a um aumento de 11,0% face a 2016.

Em 2017, prosseguiu a política de diversificação por classe de ativos e geografias, como forma de, num ambiente de reduzidas taxas de juro, maximizar a rentabilidade com um adequado nível de risco.

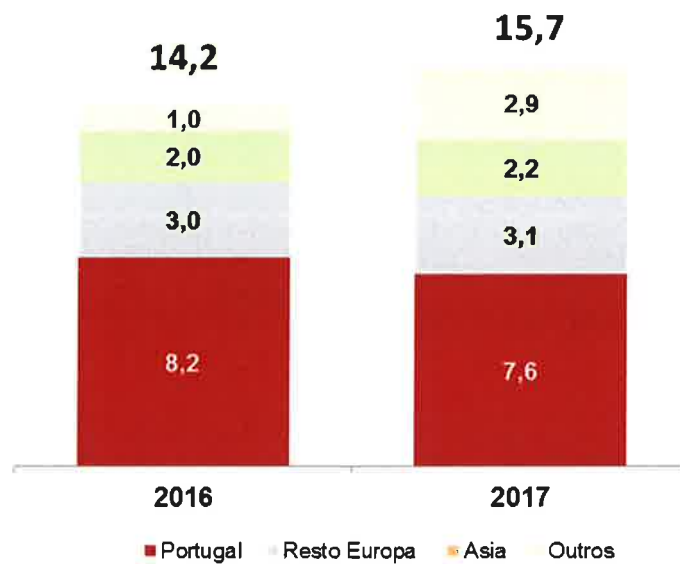
Globalmente verificou-se uma boa performance na área dos investimentos tendo sido atingido um total de proveitos de investimentos de 539 milhões de euros, correspondendo a uma taxa de rentabilidade de 3,6%.

Estrutura de investimentos da Longrun (contas consolidadas) por classe de ativos (mM€)



Ao nível da distribuição geográfica manteve-se uma diversificação adequada com exposição ao mercado Português a ser complementada pela exposição a um conjunto de outras geografias com maior potencial de crescimento económico.

Distribuição geográfica dos investimentos da Longrun (mM€)



4. Perspetivas de Evolução

a. Enquadramento Macroeconómico

A economia portuguesa evidenciou em 2017 um ritmo de crescimento da atividade superior ao observado nos últimos anos, mantendo, desta forma, a dinâmica de recuperação iniciada em 2013. Com efeito, a atividade económica em Portugal beneficiou de um enquadramento externo favorável, caracterizado pela aceleração da procura externa e pela melhoria generalizada nas condições monetárias e financeiras.

As estimativas mais recentes apontam para um crescimento do PIB próximo de 2,5% em 2017, valor superior ao registado em 2016 (1,5%) e semelhante ao projetado para a média da área do euro. A evolução evidenciada pela economia portuguesa encontra-se assente no maior dinamismo das exportações e do investimento.

As exportações de bens e serviços apresentaram uma elevada dinâmica (crescimento anual bruto de 7,7% em 2017 face a 4,4% em 2016), destacando-se o crescimento das exportações de serviços. Em particular, as exportações de turismo evidenciaram um forte desempenho, registando a mais elevada taxa de crescimento das duas últimas décadas.

Por seu lado, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou-se como a componente mais dinâmica da procura interna. Com efeito, depois de um ligeiro aumento de 1,6% em 2016, a FBCF terá crescido 8,3% em 2017, impulsionada essencialmente pelo setor habitacional, mas também pela manutenção do forte crescimento da FCBF empresarial (cerca de 7%).

O consumo privado manteve, em 2017, a dinâmica do ano anterior (aumento de 2,2%), refletindo o comportamento do consumo de bens correntes e de serviços, que permitiu anular o efeito de alguma desaceleração do consumo de bens duradouros, nomeadamente de veículos automóveis.

No mercado de trabalho, as projeções apontam para um aumento do nível de emprego (+3,1%), e, conseqüentemente, para uma redução da taxa de desemprego, atingindo cerca de 9% no final de 2017 (11,1% em 2016).

Neste contexto, a economia portuguesa deverá ter mantido, em 2017, uma capacidade de financiamento positiva, pese embora o saldo da balança corrente e de capital evidencie uma ligeira redução face ao ano anterior (1,5% do PIB em 2017 face a 1,7% em 2016).

Relativamente à inflação, verificou-se em 2017 um aumento do nível de preços em 1,6% (face a 0,6% em 2016) refletindo a evolução da componente energética (aumento de 4%) e da componente não energética (aumento de 1,4%), esta última decorrente do crescimento significativo dos preços dos serviços em especial relacionados com a atividade do turismo.

Para 2018, as projeções disponíveis apontam para a manutenção das tendências acima indicadas, embora com um crescimento mais moderado do PIB (2,3%), refletindo um menor dinamismo das exportações e do investimento (crescimento esperado de 6,5% e 6%, respetivamente), e uma estabilização do consumo privado (crescimento de 2,1%).



b. Mercado Segurador em 2017 e perspectivas para 2018

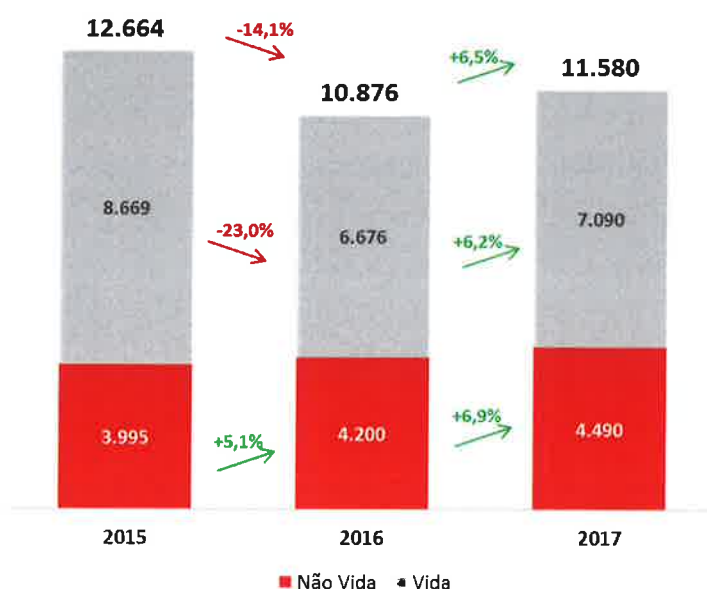
i. Evolução do Mercado Segurador Português em 2017

Em 2017 a produção de seguro direto totalizou cerca de 11.580 milhões de euros, apresentando um crescimento face ao ano anterior de 6,5%. Este crescimento foi influenciado pela evolução positiva dos segmentos Não Vida e Vida.

No segmento Vida, após a queda acentuada em 2016 (-23%), registou-se um crescimento significativo de 6,2% face ao ano anterior, totalizando um montante de prémios de 7.090 milhões de euros. O crescimento verificado no mercado contraria a tendência negativa registada nos últimos anos e reflete o comportamento verificado ao nível dos produtos financeiros.

Por seu lado, o segmento Não Vida revelou também um progresso assinalável em 2017, com um crescimento de 6,9% para 4.490 milhões de euros, confirmando assim a tendência de recuperação do montante de prémios iniciada em 2015. Com efeito, o crescimento verificado em 2017 representa a maior taxa de crescimento anual desde 2004, quer em termos nominais, quer em termos reais.

PRÉMIOS MERCADO SEGURADOR



Unidade: Milhões de Euros

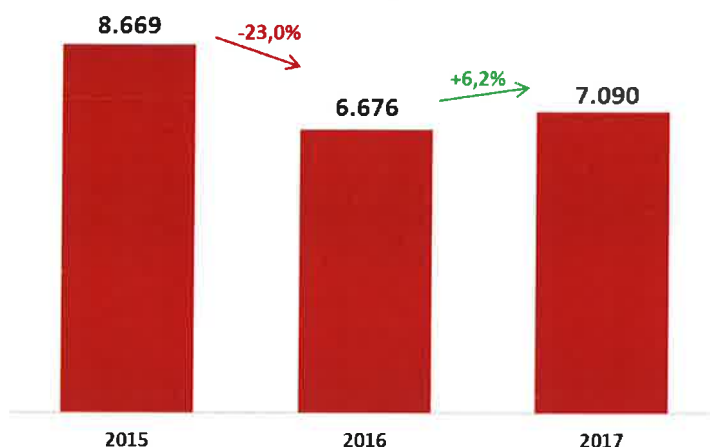
Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2017"

O ano de 2017 ficou ainda marcado por acontecimentos relevantes na estrutura empresarial do mercado segurador português, tendo-se verificado várias operações de aquisição por parte de grupos internacionais que, em alguns casos, conduziram a um aumento dos níveis de concentração, com particular incidência nos ramos Não Vida.

Evolução do Mercado Segurador Vida em Portugal

O segmento Vida apresentou em 2017 um volume de prémios de 7.090 milhões de euros, o que representa um acréscimo de 6,2% face ao ano anterior. A evolução registada ao nível dos produtos financeiros foi o principal catalisador para o aumento do volume de produção do total do ramo, refletindo, igualmente, a volatilidade dos prémios associados a estes produtos.

Prémios do segmento Vida



Unidade: Milhões de Euros

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2017"

Neste âmbito, merece particular destaque a evolução de produtos ligados a contribuições para Planos de Poupança Reforma (PPR), que registaram um crescimento próximo de 30%. Num contexto de baixas taxas de juro de longo prazo e de uma nova diminuição da taxa de poupança, esta evolução significativa revela a crescente apetência do mercado português por este tipo de produtos.

Taxa de poupança global do rendimento disponível das famílias

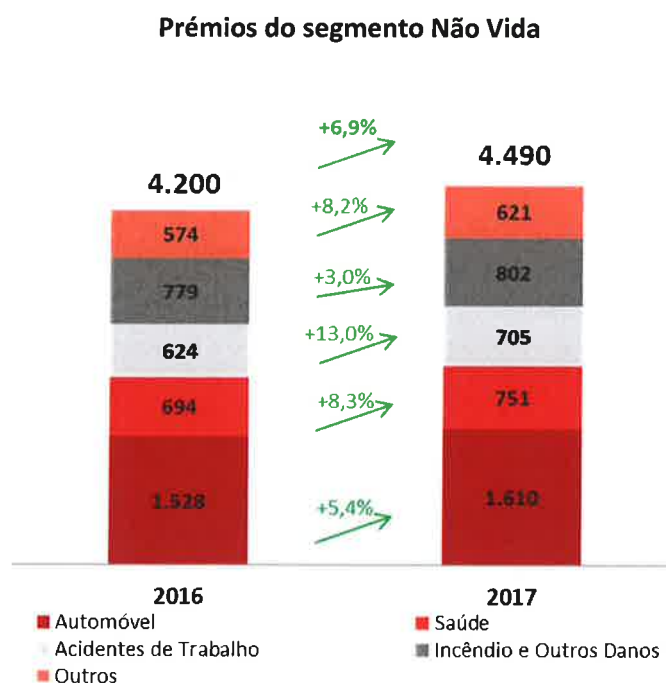


Fonte: INE

Por outro lado, importa também sublinhar que o atual contexto de taxas de juro é favorável ao aumento da procura de crédito, em particular crédito à habitação. Assim, e tendo em conta ainda o crescente dinamismo do mercado imobiliário português, criam-se as condições adequadas para o aumento da venda de seguros de vida vinculados ao crédito e, conseqüentemente, o crescimento do montante de prémios dos produtos de Vida Risco.

Evolução do Mercado Segurador Não Vida em Portugal

A excelente performance do segmento Não Vida foi transversal aos principais ramos, tendo como base a melhoria da economia portuguesa. Numa análise pelas diversas linhas de negócio, verifica-se que os principais dinamizadores do crescimento do ramo como um todo foram os ramos Acidentes de Trabalho (+13,0%) e Saúde (+8,3%).



Unidade: Milhões de Euros

Fonte: APS "Produção de Seguro Direto 2017"

Sustentada pelos ajustamentos tarifários realizados e pelo crescimento do emprego, a recuperação do ramo Acidentes de Trabalho começou em 2014 e tem-se vindo a consolidar, sendo que, em 2017, foi o ramo do segmento Não Vida que apresentou o maior crescimento, com um aumento de 13,0% face ao ano anterior e atingindo um volume de prémios de 705 milhões de euros.

Também o ramo Saúde registou um crescimento robusto (8,3%), atingindo um volume de prémios de 751 milhões de euros em 2017. Estes resultados devem-se a diversos fatores, sendo de destacar a crescente integração do seguro de saúde nos planos de benefícios a empregados por parte das empresas e a consciencialização da população sobre a importância de complementar os serviços do Sistema Nacional de Saúde com a assistência oferecida pelos seguros de Saúde.

No que diz respeito ao seguro Automóvel, o crescimento do prémio médio associado ao crescimento do parque automóvel, bem como o ambiente económico mais favorável, permitiram que o maior ramo Não Vida em Portugal obtivesse uma performance bastante positiva, crescendo 5,4% face ao ano anterior.

O ramo Incêndio e Outros Danos, no qual também se inserem os produtos Multirriscos, registou um crescimento de 3,0% atingindo um montante de prémios de 802 milhões de euros em 2017. Em linha com os seguros de vida risco, esta linha de negócio foi influenciada positivamente pela recuperação de algum dinamismo no mercado imobiliário português e pelo aumento dos níveis de investimento empresarial.

As restantes linhas de negócio com um menor peso no segmento Não Vida também evidenciaram uma boa evolução, tendo, em 2017, o valor agregado dessas linhas de negócio aumentado 8,2% face ao ano anterior, para 621 milhões de euros.

ii. Perspetivas de evolução para 2018

Em 2018, é exetável a manutenção da trajetória de crescimento da produção associada a produtos financeiros, beneficiando da maior apetência do mercado português por produtos complementares do rendimento na reforma (em face da menor taxa de substituição por parte do sistema público).

Relativamente ao segmento Não Vida, a tendência mantém-se igualmente de crescimento, em linha com a evolução expectável da economia portuguesa, beneficiando do contributo esperado de alguns ramos de maior dinamismo, nomeadamente Saúde e Acidentes Pessoais.

Este segmento de negócio deverá também beneficiar do dinamismo de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multirriscos e Responsabilidade Civil), refletindo a evolução esperada para o investimento (crescimento de 6%) e para a taxa de desemprego (redução de 1pp).



c. Principais Desafios para o Futuro

Abordados os aspetos mais relevantes do setor e da conjuntura económica na qual as seguradoras se inserem atualmente, urge entender também as principais temáticas que vão dominar o futuro.

Consciente das mudanças que surgem todos os dias no horizonte, as empresas integrantes da área seguradora da Longrun têm vindo a preparar-se para responder aos fatores externos suscetíveis de afetar o seu negócio e influenciar a sua capacidade de gerar valor, nomeadamente nas seguintes vertentes:

- ▶ Envelhecimento da população;
- ▶ Novas necessidades no contexto digital;
- ▶ Alterações regulatórias;
- ▶ Incerteza nos mercados financeiros.

1 Envelhecimento da população

O **Envelhecimento** da população, de entre todos os fatores demográficos, é aquele que merece maior atenção. O aumento da esperança média de vida, conjugado com a diminuição da taxa de fertilidade, tem conduzido a uma população cada vez mais concentrada em faixas etárias com idades mais avançadas, apenas parcialmente compensado pelos fluxos migratórios.

Principais Impactos:

- ▶ Crescente envelhecimento da população, com os sistemas de proteção social a serem fortemente impactados e levando a um recuo do Estado em matéria de reforma;
- ▶ Crescente necessidade de serviços de cuidados de saúde e de assistência;
- ▶ Preocupação crescente com a canalização das poupanças para a reforma.

O setor segurador enfrenta o desafio de adaptar os respetivos modelos de negócio atendendo, por um lado, às necessidades e perfil de risco dos consumidores e, por outro lado, à potencial expansão do papel social e assistencial que tem caracterizado a atuação do setor.

As empresas do perímetro de consolidação da Longrun estão conscientes das mudanças sociais que a sociedade enfrenta e da necessidade de uma constante adaptação do negócio ao novo contexto onde se insere

Assim, pretende-se acompanhar todo o ciclo de vida dos seus clientes, nomeadamente, desenvolvendo produtos e serviços inovadores adaptados as necessidades específicas de cada fase da sua vida.

A criação de novas soluções de seguro tecnicamente adaptadas ao mercado sénior no âmbito dos planos de saúde, o estudo detalhado das necessidades futuras em termos de assistência, *long term care* e reforma, o desenvolvimento de serviços com recurso a novas tecnologias, ou o estabelecimento de parcerias estratégicas com entidades de referência com o objetivo de desenvolver conjuntamente novas soluções constituem algumas das ações que têm vindo a ser desenvolvidas neste âmbito.

2 Novas necessidades no contexto digital

A sociedade está a evoluir para uma nova **Era Digital**, em que as tecnologias assumem papel de destaque. Surgem novas dimensões nos produtos, na transmissão e acesso à informação, modificam-se as formas de consumo.

O setor segurador identifica uma evolução significativa e potencialmente disruptiva nas necessidades de proteção, nos comportamentos de compra e no relacionamento com os

Principais Impactos:

- ▶ Procura de novas soluções de proteção
- ▶ Processo de compra e relacionamento com os clientes caracterizado por múltiplos pontos de contacto e com recurso a novas tecnologias
- ▶ Crescente procura de serviços personalizados e maior exigência na qualidade dos mesmos.

O Setor Segurador enfrenta um desafio significativo neste contexto, necessitando implementar alterações significativas nos processos de venda, de contacto com o cliente, bem como nos processos core de gestão do negócio, para se manter relevante neste novo contexto.

As empresas da área seguradora da Longrun acreditam que o desenvolvimento tecnológico é crucial na constante procura de novas soluções para os clientes e na transformação dos processos de negócio

O desenvolvimento de uma cultura verdadeiramente *Customer Centric*, em que se potenciam as ferramentas digitais, mas em que se privilegia também a perspetiva humana é o caminho traçado por estas empresas.

No âmbito da sua agenda digital, as empresas do perímetro de consolidação da Longrun têm em curso um processo de transformação dos seus processos de negócio principais e do relacionamento com os clientes com recurso a novas tecnologias (*móvel, analytics, internet of things,...*), preservando a capacidade de articular o papel dos vários intervenientes, nomeadamente, os canais de distribuição e de serviço digitais e físicos, numa abordagem verdadeiramente omnicanal,

procurando satisfazer as necessidades das várias gerações de consumidores ao longo do ciclo de utilização dos seus produtos e serviços.

3 Alterações Regulatórias

A regulação da indústria seguradora tem sido desde sempre um fator muito relevante no desenvolvimento do negócio nas suas várias vertentes.

Em particular, o setor segurador está atualmente a adaptar-se às diretrizes de novas diretivas Europeias, com destaque para o **Solvência II**, aplicada a partir do dia 1 de Janeiro de 2016 e que trouxe mudanças significativas para os operadores presentes no mercado.

Principais Impactos:

- ▶ Necessidade de considerar de forma estratégica os potenciais impactos em capital nas decisões de desenvolvimento do negócio;
- ▶ Alteração significativa nas formas de gestão das carteiras de investimentos, por forma a obter um equilíbrio adequado entre retorno e necessidades de capital;
- ▶ Maior relevância dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

A adaptação e aplicação eficaz do regime Solvência II e das demais diretivas devem continuar a ser uma prioridade para o Setor Segurador.

As empresas da área seguradora da Longrun regem-se pelo cumprimento de todas as suas exigências regulamentares e encontra-se, em particular, alinhada com os requisitos necessários no âmbito do Solvência II

As seguradoras detidas pela Longrun fizeram uma transição com sucesso para o novo enquadramento regulatório do Solvência II, tendo preparado e implementado antecipadamente as alterações em termos de processos de gestão, capital e mecanismos de controlo interno, necessárias ao cumprimento dos novos requisitos impostos pela nova diretiva Solvência II, em vigor desde 1 de Janeiro de 2016.

4 Incerteza nos Mercados Financeiros

O cenário macroeconómico e de incerteza política que caracteriza atualmente a área do Euro, as frágeis perspetivas de crescimento económico e a volatilidade dos mercados financeiros mundiais constituem uma fonte de riscos ao qual o setor segurador não é alheio.

De entre as variáveis macroeconómicas mais importantes para as seguradoras, são de destacar as taxas de juro. A persistência de baixas **taxas de juro** impacta de forma significativa a rentabilidade dos investimentos, em especial no ramo Vida, altamente penalizado pelo

Principais Impactos:

- ▶ Menor atratividade das rentabilidades oferecidas nos produtos financeiros;
- ▶ Redução transversal das margens e dos resultados financeiros do setor;
- ▶ Impactos na posição de solvência das companhias

O meio envolvente em que têm vindo a operar as seguradoras e a incerteza subjacente em múltiplas variáveis de cariz macroeconómico e político, representam um desafio significativo à rentabilidade e estabilidade financeira, obrigando as seguradoras a ajustarem o respetivo modelo de negócio.

Consciente dos desafios macroeconómicos e a volatilidade nos mercados financeiros, as seguradoras da Longrun têm adotado uma atitude proativa, antecipando sempre que possível as estratégias mais adequadas para fazer face às incertezas atuais

Neste âmbito, tem sido levado a cabo um esforço de análise prospetiva, por forma a avaliar a sustentabilidade das suas estratégias de negócio e de investimento no âmbito das exigências macroeconómicas em que vivemos.

Na conjuntura atual, de um expectável prolongamento do cenário de baixas taxas de juro e de fortes volatilidades nos mercados financeiros, e conjugando também os novos requisitos impostos pela diretiva Solvência II, as seguradoras detidas pela Longrun procederam às alterações consideradas necessárias no que diz respeito ao processo de desenvolvimento de produtos, e às políticas de gestão de investimentos e de gestão do risco, por forma a poder minimizar de forma prudente os eventuais impactos negativos que possam decorrer do atual contexto macroeconómico.



d. Posicionamento Futuro da Longrun

Nos últimos anos, a Longrun, através das empresas integradas no seu perímetro de consolidação, prosseguiu a sua estratégia com resultados globalmente muito positivos, tendo sido capaz de ultrapassar com sucesso os desafios do mercado português, apesar da conjuntura desafiante em que está inserida. Em 2014 iniciou um programa de ação estratégico em que a aposta na inovação e na melhoria da qualidade de serviço, o fortalecimento da distribuição multicanal, a digitalização do negócio e o reforço das capacidades da organização foram e são pilares fundamentais. Estas opções e os resultados já atingidos permitem hoje encarar com determinação e confiança os desafios futuros.

O ano de 2018 deverá ser mais um ano de evolução e transformação, suportado nos projetos que visam adaptar o negócio a uma economia cada vez mais digital e global. As iniciativas de transformação do negócio, críticas para consolidar a posição em Portugal, a expansão internacional e o fortalecimento da sua posição de capital, deverão permanecer como vetores-chave de atuação para assegurar o desenvolvimento sustentável das empresas do perímetro de consolidação da Longrun.

A área seguradora da Longrun reafirma também o seu propósito de se posicionar cada vez mais como um parceiro dos seus clientes na prestação de serviços de proteção e assistência de que faz intrinsecamente parte o negócio segurador, mas quer apostar em novos serviços numa lógica mais ampla de criação de uma oferta mais global. Tem apostado de forma crescente no conceito de ecossistema, ou seja, no desenvolvimento de parcerias com entidades de referência de outras áreas de negócio e com valências complementares às seguradoras, com o objetivo de criar propostas de valor mais amplas e competitivas para os seus clientes em áreas como a Mobilidade, a Saúde ou a Assistência.

Em todos estes casos, as novas capacidades digitais permitirão o desenvolvimento de uma oferta capaz de responder às mudanças que são já visíveis ao nível do perfil do cliente, e que seguramente se acentuarão nos próximos anos. Mas o foco será sempre no cliente e nas suas necessidades, mantendo uma perspetiva de proximidade às pessoas que por vezes só é possível atingir através dos canais físicos e do contacto humano.

Por outro lado, a prioridade da expansão internacional continuará a marcar a agenda. Alicerçada nas fortes competências que tem em Portugal, a área seguradora da Longrun pretende posicionar-se como um player de referência nos mercados internacionais em que estiver presente e construir um caminho claro de crescimento fora do seu mercado doméstico, analisando oportunidades de entrada em mercados atrativos e em que possa ter uma vantagem competitiva.

Os próximos anos serão certamente decisivos para o crescimento sustentável num negócio segurador que está em significativa transformação. A Longrun, suportada no apoio dos seus

**RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS**

acionistas, nas fortes capacidades operacionais de que dispõe e na motivação da sua equipa está
confiante no sucesso.



5. Empresas do Perímetro de Consolidação da Longrun

As empresas do perímetro de consolidação da Longrun operam no mercado nacional diversas empresas seguradoras (Fidelidade, Via Directa, Multicare, Fidelidade Assistência e Companhia Portuguesa de Resseguro). Adicionalmente, para além das sucursais da Fidelidade, estas empresas estão também presentes no mercado internacional através de empresas seguradoras participadas (nomeadamente Fidelidade Angola, Garantia e Fidelidade Macau).

Por fim, a Longrun, através da Fidelidade e Fidelidade Assistência, integra ainda participações estratégicas em empresas de prestação de serviços conexos, com destaque para a Luz Saúde, grupo líder na prestação de cuidados de saúde em Portugal. Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia do Grupo de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor e de posicionamento crescente enquanto Grupo global de prestação de serviços associados à proteção das pessoas.

Neste âmbito, importa proceder a uma breve apresentação destas empresas (não exaustiva), que permita um enquadramento geral, nomeadamente no que se refere aos acontecimentos mais relevantes do ano 2017, principais indicadores e prioridades para 2018.

FIDELIDADE
SEGUROS DESDE 1898

Volume de Negócios = 3.651M€

Ativo Líquido = 15,9mM€

A Fidelidade é a maior Companhia de Seguros do mercado nacional com forte presença nos ramos Vida e Não Vida. A Fidelidade é a grande referência do setor segurador nacional, com uma oferta de produtos e serviços abrangente, disponibilizada através da maior rede de distribuição nacional. Tem também presença a nível internacional através de sucursais em geografias como Espanha, França, Luxemburgo, Macau (China) e Moçambique.

O ano de 2017 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- ▶ Reforço da sua presença no mercado nacional, com ganhos de quota de mercado nas principais linhas de negócio Não Vida;
- ▶ Consolidação do negócio internacional;
- ▶ Reforço da oferta de produtos e na melhoria da qualidade de serviço ao cliente;
- ▶ Consolidação e reforço das atuais redes de distribuição multicanal;
- ▶ Aposta na digitalização, com impacto na transformação gradual dos processos de negócio e do relacionamento com os clientes numa ótica omnicanal.

Em 2018, a Fidelidade irá manter a sua estratégia de consolidação da posição no mercado português, prosseguindo a aposta na transformação digital do negócio e reforçar o esforço de crescimento internacional através da dinamização das suas operações nos mercados em que já está presente e da avaliação de novas oportunidades de entrada em mercados com forte potencial de crescimento.



Volume de Negócios = 263,2M€

Ativo Líquido = 157,8M€

Líder no mercado de seguros de saúde, a Multicare é a única seguradora que obteve a Certificação da Qualidade para a conceção, desenvolvimento, gestão e comercialização de seguros de saúde. Pautando a sua conduta por elevados padrões de qualidade e numa ótica de proximidade com o seu Cliente, a Multicare proporciona o acesso à maior rede privada de prestadores de cuidados de saúde e, também, a um vasto conjunto de serviços de saúde e bem-estar.

O ano de 2017 foi um ano de grande relevância para a Multicare, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- ▶ Reforço da liderança de mercado;
- ▶ Renovação da imagem. Espelhando mudança, evolução e modernidade, a nova imagem concorre, para a prossecução de objetivos comuns e partilhados no seio da Longrun e no contexto do qual sinergias, história e saber-fazer se reúnem para atingir a meta comum que se traduz em figurar como marca de eleição no mercado;
- ▶ Lançamento do serviço de “Medicina Online”, valência inteiramente pioneira através da qual os clientes têm acesso a aconselhamento médico via telefone, e-mail e vídeo consulta, em situações clínicas simples;
- ▶ Realização do Inquérito Anual à Satisfação dos Clientes. Neste âmbito, a Multicare obteve uma notação de 8,3, facto que permite concluir o reconhecimento e preferência dos Clientes pela Multicare.

Para 2018, prevê-se a inovação da oferta standard de saúde e otimização de canais, atividade que assentará na dupla vertente de dinamização da oferta standard junto dos canais de venda e reforço da posição competitiva em segmentos chave. A iniciativa pretende potenciar as vendas por canal e fomentar a venda esclarecida e apoiada que resulte na fidelização dos Clientes e conseqüente aumento da rentabilidade e sustentabilidade da carteira de Saúde. Adicionalmente, a exploração da tecnologia, robotização, reinvenção dos processos e excelência operacional serão palavras de ordem em 2018. O Cliente deverá perceber níveis de serviço diferenciados e,



Volume de Negócios = 2,8M€

Ativo Líquido = 33,9M€

A Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (CPR) tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida em Portugal bem como no estrangeiro. Para além da gestão do *portfolio* existente, a empresa tem vindo a aproveitar algumas oportunidades de novo negócio que decorrem em grande medida da sua inclusão na área seguradora da Longrun. Os riscos com exposição catastrófica estão excluídos do seu âmbito de aceitação, salvo os constantes no Tratado de Acidentes Pessoais.

A Companhia subscreve apenas riscos ao abrigo dos Tratados não Proporcionais, nomeadamente com a Fidelidade e as respetivas sucursais de Espanha e Moçambique.

No contexto de Resseguradora da área seguradora da Longrun, a título excepcional, são aceites em Facultativo riscos subscritos pela Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A. aos seus Grandes Clientes. Uma vez mais, respeitando o critério de máxima prudência, a percentagem retida pela Companhia destes resseguros é residual ou nula, utilizando a retrocessão para repassar o risco.

via directa
COMPANHIA DE SEGUROS S.A.

Volume de Negócios = 47,8M€

Ativo Líquido = 69,9M€

A Via Directa – Companhia de Seguros S.A., é a seguradora da Longrun vocacionada para a comercialização de seguros, através da internet, tendo como visão a prestação de um serviço de excelência aos seus clientes, tornando o seguro um produto simples, acessível e inovador, suportado nas novas tecnologias. É, atualmente, a seguradora líder no segmento das seguradoras especializadas nos canais remotos (internet e telefone).

Na qualidade de gestora da marca OK! Teleseguros, o ano de 2017 ficou marcado pelos seguintes aspetos:

- ▶ Lançamento do OK! Gestual, um serviço pioneiro que alia a tecnologia à inovação e garante o atendimento personalizado em Língua Gestual Portuguesa à comunidade surda;
- ▶ Lançamento do OK! Saúde GO, o primeiro programa do género em Portugal, baseado no conceito 'Pay As You Live' (PAYL), que tem como principal objetivo incentivar a adoção de um estilo de vida mais saudável, através da atribuição de um desconto no prémio do seguro de saúde consoante o número de kms percorridos;
- ▶ Lançamento do OK! Auto elétricos, com um desconto exclusivo na subscrição de seguros para este tipo de veículos;
- ▶ Disponibilização do simulador e contratador online do seguro OK! Viagem;
- ▶ Disponibilização da assistência georreferenciada no ramo Acidentes Pessoais, nas modalidades que incluem a proteção na prática de atividades desportivas, nomeadamente BTT e Escalada, permitindo aos clientes a rápida localização e prestação de auxílio também neste contexto;
- ▶ Renovação da Certificação do Bureau Veritas Certification no âmbito dos produtos Automóvel, Multirriscos Habitação, Acidentes Pessoais e Saúde, segundo a norma NP EN ISO 9001:2008.

Em 2018, a Via Directa irá prosseguir a sua estratégia atual de colocar as novas tecnologias ao serviço dos seus clientes e da comunidade onde se insere, dando especial atenção aos temas relacionados com um estilo de vida e uma mobilidade mais sustentáveis. A prioridade não será o lançamento de novos produtos, mas sim potenciar a eficiência dos já existentes. Uma das áreas mais importantes a desenvolver no próximo ano é a área de fidelização, para a qual a Via Directa está atualmente a desenvolver um programa inovador.

FIDELIDADE
ASSISTANCE

Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros

Volume de Negócios = 47,9M€

Ativo Líquido = 67,5M€

A Fidelidade Assistência opera no mercado segurador explorando os ramos de Assistência e Proteção Jurídica. O seu negócio baseia-se maioritariamente no resseguro aceite em Portugal e a maioria da sua faturação tem origem nas Companhias de Seguros integradas na Longrun. Da atividade do ano de 2017 destaca-se pela sua importância:

- ▶ Aumento significativo do seu volume de negócios;
- ▶ A sociedade teve a auditoria de transição da sua Certificação de Qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2015 não registando qualquer Não Conformidade ou Área Sensível;
- ▶ No âmbito do Sistema de Gestão da Qualidade, os resultados dos inquéritos de satisfação efetuados aos Clientes e Segurados, em que a Fidelidade Assistance atingiu um nível de Satisfação Global de 8,80 (escala de 1 a 10) e um Net Promoter Score de 66.

No ano de 2018, de acordo com as linhas de orientação estratégicas definidas, a Companhia irá focar a sua atenção em três vertentes, nomeadamente, na digitalização, na internacionalização e na criação novos produtos



(Angola)

Volume de Negócios = 71,4M€

Ativo Líquido = 197,3M€

Desde 2011 que a área seguradora da Longrun marca presença em Angola através da seguradora angolana Universal Seguros, na qual detém uma participação maioritária no capital social. Em 2017 procedeu-se ao *rebranding* da marca, passando a Universal Seguros a denominar-se Fidelidade Angola.

A Fidelidade Angola tem participado ativamente no desenvolvimento da economia angolana, através da oferta global de produtos de seguros, e procurando diferenciar-se pelas suas capacidades técnicas e nível de serviço.

Dotada de uma estrutura ágil e moderna no contexto do mercado segurador angolano, e apoiando-se nas sinergias com os seus acionistas, a Fidelidade Angola tem vindo a crescer de forma significativa e rentável, sustentando-se em fortes capacidades operacionais e elevado rigor na análise e gestão dos riscos.

A Fidelidade Angola tem vindo a consolidar a sua posição de referência no mercado através da afirmação da sua marca, da construção de uma gama cada vez mais completa de produtos para empresas e particulares e do desenvolvimento de novos canais de distribuição.

O ano de 2017 foi um ano importante no reforço deste posicionamento, destacando-se o seguinte:

- ◀ Mudança de marca e respetiva denominação social, de Universal Seguros S.A., para Fidelidade Angola – Companhia de Seguros S.A., assumindo a imagem corporativa da empresa mãe;
- ◀ Alteração do paradigma de Gestão de Sinistros, numa perspetiva de serviço ao Cliente e controlo de custos;
- ◀ Expansão da rede de lojas, com especial destaque para a abertura do Centro de Negócios na Marginal de Luanda, no Edifício Presidente Business Center;
- ◀ Aquisição das instalações para a nova sede social, localizadas na Cidade Financeira, em Talatona.

Para o ano de 2018 a Fidelidade Angola tem por objetivo prosseguir a sua estratégia de desenvolvimento do negócio em Angola, mantendo a tendência de crescimento de anos anteriores e garantindo um enfoque renovado no segmento de clientes individuais.



(Macau)

Volume de Negócios = 13,6M€

Ativo Líquido = 75,5M€

A Longrun decidiu em 2015 reforçar a sua presença em Macau (China) através da constituição de uma seguradora Não Vida de direito local. Esta seguradora, Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, SA, iniciou a sua operação em Outubro de 2015, integrando, por aquisição, o património da sucursal Não Vida da Fidelidade neste território, extinta nesta data.

A Fidelidade Macau tem como objetivo a exploração do segmento Não Vida, assegurando a disponibilização de uma oferta diversificada de produtos e soluções para particulares e empresas, específica para as necessidades do mercado em que atua.

Em 2017, enfrentou um desafio importante com a ocorrência do tufão Hato, considerado o mais relevante dos últimos 50 anos no território. A Fidelidade Macau assumiu-se muito positivamente no apoio aos seus segurados, mantendo elevada solidez, o que revelou a resiliência da sua operação.

Para 2018, as principais linhas de orientação estratégica passam pelo reforço da parceria com o BNU, na eficiência operacional e na prestação de um serviço de qualidade acrescida e de proximidade juntos dos seus clientes.



Volume de Negócios = 12,9M€

Ativo Líquido = 26,3M€

A Garantia, Companhia de Seguros de Cabo Verde SA é líder no mercado segurador cabo-verdiano e é distinguida, há 6 anos consecutivos, como a marca em que os cabo-verdianos mais confiam.

A empresa está direcionada para a exploração dos ramos Vida e Não Vida, apresentando um diversificado leque de soluções de proteção destinadas a particulares, empresas e profissionais liberais e tem desenvolvido uma estratégia multicanal na distribuição dos produtos, respondendo de forma mais eficaz às necessidades do mercado cabo-verdiano.

Em 2018 a Garantia continuará a apostar na qualidade e inovação como estratégia de diferenciação face à concorrência e prevê uma maior dinamização do negócio, tendo por base um reforço dos canais de distribuição e a contínua melhoria da oferta de produtos.



Volume de Negócios = 22,5M€

Ativo Líquido = 3,5M€

A GEP – Gestão de Peritagens, S.A. é a empresa responsável pelas peritagens e averiguações das seguradoras da área seguradora da Longrun.

Em 2017, registaram-se como acontecimentos mais relevantes os seguintes:

- ▶ Renovação da Certificação da qualidade ISO 9001 sem a deteção de zero “não conformidades”, o que aconteceu pelo nono ano consecutivo;
- ▶ Obtenção da certificação como entidade formadora, na sequência da candidatura da GEP à DGERT – Direção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho;
- ▶ Implementação do serviço de averiguação de sinistros na Fidelidade Angola em Maio de 2017;
- ▶ Identificação de necessidades do mercado nas áreas de negócio em que a Gep opera, que conduziram à contratação de novos clientes, contribuindo desta forma para o desenvolvimento sustentado da atividade.

Para o ano de 2018, para além da continuação da aposta na qualidade dos serviços prestados, na eficiência operacional e na criação de serviços diferenciadores na área digital, a GEP irá prosseguir o investimento na inovação, nomeadamente na implementação do projeto “Peritagem Digital” A aposta passará também pela consolidação dos seus serviços nos mercados emergentes nomeadamente em Angola e implementação do projeto de peritagem automóvel em Cabo Verde.



Volume de Negócios = 7,2M€

Ativo Líquido = 6,1M€

A CETRA – Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A, é a empresa da Longrun que, operando sob a marca Fidelidade Car Service (FCS), está vocacionada para a prestação de serviços de reparação automóvel, estando também autorizada a efetuar locação automóvel.

A Fidelidade Car Service tem como missão prestar o melhor serviço do mercado, procurando atuar de uma forma diferenciadora, que esta seja percecionada pelo Cliente e adotou como *keyword*: “Fidelidade Car Service, mais do que um serviço, uma experiência”.

Alinhada com a missão da área seguradora da Longrun, a Fidelidade Car Service pretende contribuir positivamente para a estratégia do seu acionista em prestar aos Clientes um serviço de excelência, aliado a uma perspetiva quantitativa de redução do custo do sinistro, quer pela via da redução sustentada do custo médio da reparação, quer pela racionalização dos custos de imobilização, adotando para o efeito as melhores práticas e técnicas do mercado.

No ano de 2017 destacam-se as seguintes atividades:

- ▶ A atividade em todas as oficinas (Lisboa, Queluz e Porto) consolidou-se e desenvolveu-se, sendo de assinalar, não só o aumento do número de reparações e do volume de negócios, como também significativos ganhos na qualidade do serviço prestado e no nível de satisfação dos Clientes, como o demonstra a forte redução do número de reclamações procedentes de 2,03% em 2016, para 0,62% em 2017;
- ▶ Realização de inquéritos de satisfação dos clientes recolhidos através da plataforma GepContact, com um resultado de 8,08 (escala de 1 a 10).

Para 2018 a CETRA prevê:

- ▶ Continuar a trajetória de aumento de atividade, de forma a melhorar a taxa de utilização da capacidade instalada nas três oficinas;
- ▶ Manter a política de redução de gastos de funcionamento e consolidar a sua reorganização interna no sentido de melhorar continuamente a satisfação dos clientes;
- ▶ Implementar um sistema de arquivo digital de toda a documentação dos processos de reparação, bem como um novo modelo de monitorização e tratamento da imagem externa da FCS, através do projeto “Online Reputation Management”;



Volume de Negócios = 2,9M€

Ativo Líquido = 1,5M€

A Safemode é a marca sob a qual a EAPS – Empresa de Análise, Prevenção e Segurança SA desenvolve e presta serviços de análise de risco, de segurança e saúde no trabalho, bem como de medicina no trabalho.

Em 2017, a Safemode, no âmbito do Grupo Fidelidade, continuou a apoiar o negócio segurador no âmbito da análise de risco e da medicina no trabalho, tendo introduzido algumas inovações, como sejam as análises de risco remotas.

Em 2018 a empresa deverá prosseguir a sua aposta na inovação em termos de análise de risco para os vários ramos e no desenvolvimento do negócio de Medicina no trabalho, contribuindo de forma decisiva para a competitividade

Volume de Negócios = 1,1M€

Ativo Líquido = 1,2M€

A Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. tem como objecto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras e a prestação de serviços na esfera da gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras. A Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. partilha recursos humanos e tecnológicos com a sua accionista Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A, o que lhe confere uma capacidade acrescida de gestão e de orientação para o resultado, sempre na perspectiva de encontrar as melhores soluções técnicas e os serviços mais adequados.

No exercício de 2017 é de destacar os seguintes acontecimentos:

- ▶ A gestão de sinistros automóveis, em representação de Companhias de Seguros Estrangeiras e do Gabinete Português de Carta Verde, assume-se como a linha de negócio mais importante, representando 37% da faturação e registando um crescimento de 19%;
- ▶ Os serviços a Seguradoras Nacionais de apoio à gestão de sinistros continuam a manter uma grande relevância representando 35% da faturação;
- ▶ A sociedade teve a auditoria de transição da sua Certificação de Qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2015, não registando qualquer Não Conformidade ou Área Sensível.

Em 2018, a Fidelidade – Serviços de Assistência, S.A. irá dinamizar comercialmente as linhas de negócio existentes, com especial enfoque nas relativas à representação e assistência a seguradoras estrangeiras.



Volume de Negócios = 9,8M€

Ativo Líquido = 2,3M€

A Cares Multiassistance, S.A. (CMA) tem como objecto social a prestação de serviços de reparação, restauro e montagem e melhoramentos a realizar em imóveis e respectivos recheios, na qual é líder de mercado. A Companhia manteve como sua actividade principal a gestão de processos de sinistro de apólices multiriscos habitação.

O ano de 2017 ficou marcado pelos seguintes acontecimentos:

- ▶ Reforço da posição de liderança de mercado e estabilização da qualidade na prestação de serviços, através do desenvolvimento de parcerias com novos clientes do mercado segurador, e lançamento de um piloto com uma entidade bancária para a intervenção na sua carteira de imóveis;
- ▶ Contínuo aumento dos níveis de eficiência da operação, seja através da melhoria dos processos funcionais, seja também ao nível da introdução de automatismos nas diferentes vertentes da estrutura operativa;
- ▶ Consolidação da estrutura das unidades próprias de reparação;
- ▶ Criação de uma estrutura para gestão da rede externa e fornecedores no sentido de reforçar a extensão e qualidade da rede existente, dotar a gestão da rede de maior grau de especialização e obter ganhos de eficiência e rentabilidade;
- ▶ Manutenção da aposta na formação para reforço as competências e avaliação contínua de desempenho;
- ▶ Renovação da certificação de qualidade pela norma ISO 9001:2008, através da APCER.

Em 2018, a CMA tem como linhas estratégicas o crescimento do volume de actividade, a consolidação das suas



Volume de Negócios = 124,8M€

Ativo Líquido = 1,3 mM€

As empresas Fidelidade Property Europe e Fidelidade Property International são as empresas da Longrun que têm como objetivo a gestão de imobiliário, área que tem vindo a ganhar peso no portfolio de investimentos da área seguradora.

Estas empresas têm vindo, nos últimos anos, a realizar um conjunto de novos investimentos relevantes na área imobiliária, quer em Portugal quer em localizações de referência no mundo (Londres, Tóquio e Milão), reforçando o posicionamento do Grupo enquanto investidor de referência nesta área em Portugal e no estrangeiro.

O ano de 2017 foi um ano de grande relevância para estas empresas, havendo a destacar os seguintes aspetos:

- ▶ Prossecução da política de otimização do atual parque imobiliário em Portugal;
- ▶ Reorganização do portfolio internacional com redução de posições nos Estados Unidos e na Austrália;
- ▶ Continuação dos atuais projetos em curso de reabilitação urbana em Lisboa;
- ▶ Reforço da estrutura e das competências internas para fazer face aos novos desafios.

Em 2018, estas empresas deverão prosseguir a sua estratégia atual de otimização do portfólio atual e de desenvolvimento de novos projetos com um perfil adequado de retorno e de risco, contribuindo de forma decisiva para a rentabilidade e solidez do portfólio de investimentos das seguradoras do grupo.



A Luz Saúde é um dos líderes no mercado de prestação de cuidados de saúde privados em Portugal, com 98,79% de seu capital detido pela Fidelidade (a 31 de dezembro de 2017). A Luz Saúde possui doze hospitais privados, um hospital público em regime de parceria público-privada, nove clínicas privadas em regime de ambulatório e duas residências sénior. Como factos relevantes, a Luz Saúde iniciou atividade no arquipélago da Madeira no início de 2017 e adquiriu o Grupo British Hospital em Lisboa no segundo semestre do ano.

No final de 2017, a Luz Saúde assegurou 1.500 camas e manteve a sua trajetória de crescimento, impulsionada pelo desenvolvimento da atividade do segmento de cuidados de saúde privados, através da aquisição, acima mencionada, de um hospital e de uma clínica no arquipélago da Madeira e do Grupo British Hospital em Lisboa. Adicionalmente, a Luz Saúde abriu a área de expansão do Hospital da Luz Arrábida na região do Porto e um novo edifício no Hospital da Luz Oeiras, duplicando a capacidade deste e expandindo o portfólio de serviços prestados.

O Hospital da Luz Lisboa (atualmente o maior hospital privado do país) encontra-se em processo de expansão para aumento de capacidade até 80% para reforçar a sua posição de liderança no mercado bem como para alargar o leque de serviços prestados. Adicionalmente, encontra-se em construção um novo hospital privado em Vila Real, para fortalecer a presença do Grupo Luz Saúde na região e expandir a sua base de clientes.

O investimento total em 2017 foi de 95 milhões de euros, um valor recorde para o Grupo Luz Saúde nos últimos 10 anos.

6. Gestão de Riscos

a. Sistemas de Gestão de Risco e Controlo Interno

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para a ordem jurídica interna pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

Neste contexto, foi implementado um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

Contudo, a implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade da área seguradora da Longrun.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias das empresas do perímetro de consolidação da Longrun, permitindo assegurar que seus os objetivos estratégicos (interesses dos clientes, rentabilidade, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), que permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida, tem um papel fundamental na monitorização, quer do perfil de risco, quer da adequação do capital aos requisitos regulamentares e às necessidades internas de capital.

Relativamente ao sistema de governação a área seguradora da Longrun possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade.

Para dar resposta ao cumprimento daquelas políticas, processos e procedimentos, foi estabelecido um conjunto de funções-chave atribuídas aos seguintes órgãos: Direção de Gestão de Risco (função atuarial e função de gestão de risco), Direção de Auditoria e Gabinete de Compliance.

A par das áreas com funções-chave, a gestão dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno é também assegurada pelos seguintes Comités: Comité de Risco; Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição; Comités de Produtos, Vida e Não Vida.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

No que respeita às exigências de reporte, a Longrun, através das suas empresas seguradoras, preparou e divulgou, no seu sítio na internet, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, com referência a 31/12/2016, contendo informação detalhada relacionada com as suas atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

O rácio de cobertura do requisito de capital de solvência (SCR) e do requisito de capital mínimo (MCR) aí apresentado era de 131,44% e 508,82%, respetivamente, o que representava um aumento considerável face aos valores em 1/1/2016.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial a ser incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira” relativo ao exercício de 2017, importa referir que, considerando os dados preliminares reportados trimestralmente à ASF e a informação disponível nesta data, continua a cumprir com os requisitos de capital de forma muito confortável, prevendo-se que os mesmos venham a ser reforçados face ao exercício do 2016.

b. Gestão de riscos financeiros e contabilidade de cobertura

A área seguradora da Longrun realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação e refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nocional. Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor, apurado com base em cotações obtidas em mercados ativos ou em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado.

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição das empresas do perímetro de consolidação da Longrun a riscos inerentes à sua atividade, designadamente o risco de flutuação cambial.

Para todas as operações relativas a derivados de cobertura, as empresas do perímetro de consolidação da Longrun preparam a necessária documentação formal, nos termos definidos pelas IAS39.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto), sendo que, de forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas e as valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos financeiros.

A área seguradora da Longrun começou a utilizar contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

7. Demonstração Não Financeira

a. Cumprimento de legislação e regulamentação

Toda a atividade do Grupo é norteada pelo cumprimento rigoroso das normas legais, regulamentares, éticas, deontológicas e de boas práticas.

Neste contexto, e em cumprimento do disposto no artigo número 508 G n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que:

i. Aplicação das normas de natureza ambiental

O Grupo está comprometido com a preservação do ambiente, traduzida não só no cumprimento das normas de natureza ambiental, mas também na promoção de comportamentos ambientalmente adequados.

ii. Aplicação das normas de índole laboral

O Grupo pauta as suas relações laborais por critérios de rigor e elevados padrões éticos, procurando, sempre, evitar o conflito através do diálogo esclarecedor e construtivo com os seus colaboradores.

iii. Aplicação das normas relativas à prevenção da corrupção

O Grupo está comprometido com o combate à corrupção e às tentativas de suborno, cumprindo escrupulosamente as regras vigentes nessas matérias.

b. Descrição do modelo empresarial

Os elementos relativos ao modelo empresarial encontram-se descritos anteriormente neste documento, designadamente nos seguintes capítulos:

- Capítulo 2 – A Longrun Portugal;
- Capítulo 3 - A nossa performance;
- Capítulo 4 – Perspetivas de Evolução.

c. Implementação de políticas de recursos humanos

A política de recursos humanos é norteada por um conjunto de pilares que assentam nos seguintes princípios:

- Humanização das relações e das condições de trabalho;
- Não discriminação traduzida numa gestão com princípios de igualdade, sem ignorar a diversidade;
- Respeito pela dignidade e promoção da Pessoa;
- Adoção de políticas integradas que articulam medidas de prevenção, educação, formação, emprego, conciliação do trabalho e da família e igualdade de oportunidades;
- Implementação de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo e para o fortalecimento da motivação e para o estímulo do aumento da produtividade;

- Aplicação de políticas de recursos humanos orientadas para o tratamento com respeito e integridade dos seus trabalhadores e que contribuam ativamente para a sua valorização profissional.

i. Igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres

Os recursos humanos do Grupo apresentam uma distribuição equitativa por sexos em função das categorias profissionais específicas.

O processo de recrutamento e seleção respeita integralmente o princípio da igualdade de oportunidades, sendo a seleção feita de acordo com o currículo e o perfil de competências de cada candidato. Assim, o Grupo não exerce qualquer discriminação no recrutamento com base no género/etnia/nacionalidade.

Por outro lado, o Grupo, no âmbito das boas práticas seguidas na sua política de recursos humanos e da promoção da valorização da pessoa enquanto tal, entende também que deve ser dada igualdade de tratamento e de oportunidades a pessoas portadoras de deficiência.

Sobre este aspeto pode também ser consultado o ponto vii do capítulo 2 deste relatório.

ii. Conciliação da vida pessoal, familiar e profissional

O Grupo tem procurado implementar um conjunto de medidas de apoio à conciliação do trabalho e da família, destacando-se as seguintes:

- Adequação e flexibilidade de horários e condições de trabalho;
- Mobilidade interna;
- Adequação de cada colocação às condições físicas e psicológicas dos trabalhadores, equipando os postos de trabalho de acordo com as necessidades específicas apresentadas.

iii. Valorização profissional dos trabalhadores

O Grupo promove a formação dos seus colaboradores, como forma de valorização profissional dos mesmos, sendo estes incentivados à formação permanente e contínua ao longo da sua vida profissional.

Neste sentido em 2017 verificaram-se, no conjunto da área seguradora da Longrun, cerca de 350 ações de formação, correspondentes a cerca de 6 mil participações e a cerca de 75 mil horas de formação. De referir, ainda o facto de existirem cerca de 1.100 utilizadores registados na plataforma mlearning do Grupo.

Esta aposta na formação contribui para uma melhoria contínua dos indicadores operacionais, conforme se encontra evidenciado no capítulo 3 deste relatório.

d. Principais riscos e respetivas ações de mitigação

As políticas do Grupo no domínio da gestão de riscos encontram-se descritas no capítulo 6 deste relatório.

8. Responsabilidade Social

Os mais de 200 anos de experiência na proteção das famílias e das empresas sustentam a credibilidade das seguradoras detidas pela Longrun, que tem provado e comprovado a sua solidez ao estar sempre presente quando as pessoas mais precisam.

Para a área seguradora da Longrun, a Responsabilidade Social assenta antes de mais no desenvolvimento de produtos e soluções que, para além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a questões de amplo interesse social e a situações que podem provocar grandes desigualdades.

A Longrun, através das suas empresas seguradoras, mantém-se empenhada num conjunto vasto de programas de inovação, em produtos, modelos de serviço e estrutura organizacional, que permitiram posicionar-se entre as empresas mais avançadas, sofisticadas e eficientes do setor segurador europeu. Assumindo como prioridade absoluta praticar um negócio responsável através do melhor serviço a clientes e lesados, parceiros, fornecedores, desenvolveu, em conjunto com os seus colaboradores, uma política de envolvimento com a comunidade focada em áreas relacionadas com as preocupações de negócio: Prevenção e promoção da saúde e da qualidade de vida das pessoas.

Quando os sinistros ocorrem vamos além das obrigações legais através do nosso compromisso WeCare. No apoio a organizações ou iniciativas estamos presentes através de donativos, patrocínios, seguros oferecidos ou Voluntariado, onde colocamos as competências dos nossos colaboradores ao serviço da comunidade.

Tudo isto é “Fidelidade Comunidade” - o Programa de Responsabilidade Social da seguradora da Longrun Fidelidade cuja estratégia de atuação assenta na implementação de soluções que, além de serem relevantes para o desenvolvimento do negócio, permitem também responder a situações de desigualdade social.

Em 2017 foi lançado o Prémio Fidelidade Comunidade que designa o modo como a empresa estrutura a sua resposta às problemáticas da sociedade. Com este Prémio, a Longrun, através da Fidelidade, visa construir um modo de atuação transparente, eficiente, com critérios de avaliação pré-definidos, criação de sinergias com outras vertentes, como o voluntariado, mas também parcerias com partes interessadas, que são stakeholders importantes.

O Prémio Fidelidade Comunidade tem como missão promover o fortalecimento do setor social, através do investimento na estrutura das instituições que atuem no âmbito da inclusão social e prevenção na saúde - as áreas de intervenção eleitas para esta edição - e que correspondem à

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A. – CONTAS CONSOLIDADAS

essência dos impactos da atividade da seguradora, que visa a proteger as pessoas, o património e a atividade económica, no presente e numa perspetiva futura.

Com um valor global de 500.000€, o Prémio Fidelidade Comunidade destina-se a pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, com atividade em território nacional, legalmente constituídas e registadas e materializa o compromisso com o desenvolvimento sustentável através do fortalecimento das entidades que respondem diretamente às necessidades da sociedade. Vamos dedicar especial atenção à promoção da sustentabilidade de longo prazo destas entidades em áreas específicas e em criar sinergias com as empresas da área seguradora da Longrun e os seus parceiros. Em 2018 o prémio Fidelidade Comunidade terá a sua 2ª edição.

O desempenho das seguradoras da Longrun em termos de Responsabilidade Social é partilhado com as partes interessadas através do exercício de reporting, sendo publicado um Relatório de Sustentabilidade, que a partir de 2017 tem uma periodicidade anual. O relatório é certificado por uma entidade externa.



9. Considerações Finais

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando particularmente:

- ▶ As autoridades de supervisão, em particular a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, pelo especial acompanhamento do setor e intervenção oportuna;
- ▶ A Associação Portuguesa de Seguradores, pelo esforço de representação das seguradoras em áreas de interesse comum;
- ▶ A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade;
- ▶ As redes de distribuição de seguros e os resseguradores, pela motivação, espírito de equipa, abertura e empenhamento evidenciados no desenvolvimento do nosso negócio;
- ▶ Os colaboradores de todas as empresas detidas pela Longrun, que, com profissionalismo, dedicação e competência, tornaram possível a obtenção dos resultados verificados e a contínua valorização das respetivas empresas;
- ▶ Os clientes pela sua preferência e pelo estímulo permanente de melhoria da qualidade de serviço.



Lisboa, 28 de Março de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lan KANG – Presidente

A handwritten signature in black ink, consisting of a long horizontal stroke followed by a loop and a short vertical stroke, positioned between two horizontal lines.

Wai Lam William MAK – Vogal

A handwritten signature in black ink, consisting of a long horizontal stroke followed by a loop and a short vertical stroke, positioned between two horizontal lines.

A2 Demonstrações Financeiras Consolidadas

Demonstração da Posição Financeira Consolidada

Demonstração de Resultados Consolidados

Demonstração das Variações no Capital Próprio Consolidado

Demonstração do Rendimento Integral Consolidado

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados

Notas às Contas Consolidadas

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

ATIVO	Notas	2017			2016
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4 e 11	596.746.666	-	596.746.666	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	5 e 11	1.506.320	-	1.506.320	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	6 e 11	53.137.930	-	53.137.930	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6 e 11	807.874.595	-	807.874.595	666.611.044
Derivados de cobertura	7 e 11	28.178.377	-	28.178.377	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	8 e 11	10.892.900.952	-	10.892.900.952	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	9 e 11	1.182.681.373	-	1.182.681.373	1.011.170.690
Depósitos junto de empresas cedentes	9	167.023	-	167.023	875.620
Outros depósitos	9	1.136.006.020	-	1.136.006.020	954.405.677
Empréstimos concedidos	9	46.497.673	-	46.497.673	55.859.293
Outros	9	10.657	-	10.657	30.100
Terrenos e edifícios	10 e 11	1.957.474.940	(107.867.438)	1.849.607.502	2.186.727.205
Terrenos e edifícios de uso próprio	10	540.459.856	(107.867.438)	432.592.418	429.456.714
Terrenos e edifícios de rendimento	10	1.417.015.084	-	1.417.015.084	1.757.270.491
Outros ativos tangíveis	11 e 12	288.946.902	(235.745.227)	53.201.675	50.206.558
Inventários	13	12.055.869	-	12.055.869	10.725.524
Goodwill	14	457.327.763	-	457.327.763	446.387.408
Outros ativos intangíveis	15	84.338.819	(63.938.149)	20.400.670	18.991.044
Provisões técnicas de resseguro cedido		278.845.656	-	278.845.656	181.395.026
Provisão para prémios não adquiridos	16	33.638.047	-	33.638.047	29.492.490
Provisão matemática do ramo vida	16	11.187.581	-	11.187.581	11.256.504
Provisão para sinistros	16	234.018.956	-	234.018.956	140.646.032
Provisão para participação nos resultados	16	1.072	-	1.072	-
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	35	12.344.589	-	12.344.589	8.739.168
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		522.000.721	(51.625.072)	470.375.649	475.024.710
Contas a receber por operações de seguro direto	17	232.156.152	(17.117.201)	215.038.951	187.710.184
Contas a receber por outras operações de resseguro	17	26.073.885	(6.390.243)	19.683.642	15.112.019
Contas a receber por outras operações	17	263.770.684	(28.117.628)	235.653.056	272.202.507
Ativos por impostos		260.488.484	-	260.488.484	431.478.819
Ativos por impostos correntes	18	1.369.591	-	1.369.591	6.361.642
Ativos por impostos diferidos	18	259.118.893	-	259.118.893	425.117.177
Acréscimos e diferimentos	19	72.948.204	-	72.948.204	67.564.303
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	20	327.057.041	-	327.057.041	-
TOTAL ATIVO		17.836.855.201	(459.175.886)	17.377.679.315	15.932.127.322

B

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 e 2016

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2017	2016
PASSIVO			
Provisões técnicas		4.148.180.822	3.853.123.627
Provisão para prémios não adquiridos	21	286.561.207	288.772.388
Provisão matemática do ramo vida	21	1.762.942.406	1.648.505.455
Provisão para sinistros		1.881.148.502	1.744.947.090
De vida	21	132.483.735	121.052.056
De acidentes de trabalho	21	834.126.539	795.587.309
De outros ramos	21	914.538.228	828.307.725
Provisão para participação nos resultados	21	110.750.140	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	21	7.520.800	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21	24.405.064	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	21	25.630.188	24.056.289
Provisão para riscos em curso	21	49.222.515	49.354.458
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	22	8.583.639.740	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	23	5.656.794	15.072.639
Outros passivos financeiros		671.547.855	652.220.473
Derivados de cobertura	7 e 23	4.011.186	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	23	59.379.105	47.570.755
Empréstimos	23	573.125.604	562.887.131
Outros	23	35.031.960	28.293.305
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	35	375.229	439.209
Outros credores por operações de seguros e outras operações		336.968.123	264.872.305
Contas a pagar por operações de seguro direto	24	108.455.917	101.776.036
Contas a pagar por outras operações de resseguro	24	37.966.091	29.047.703
Contas a pagar por outras operações	24	190.546.115	134.048.566
Passivos por impostos		324.875.902	298.564.884
Passivos por impostos correntes	18	67.364.299	43.161.880
Passivos por impostos diferidos	18	257.511.603	255.403.004
Acréscimos e diferimentos	25	170.732.512	162.467.198
Outras Provisões	26	214.676.946	140.532.302
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	20	26.888.083	-
TOTAL PASSIVO		14.483.542.006	13.680.482.972
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	27	50.000	50.000
Outros instrumentos de capital	27	1.599.398.902	1.598.750.000
Reservas de reavaliação		757.792.302	187.502.961
Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	28	667.930.708	24.777.100
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	28	98.807.983	106.470.627
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	28	(2.276.633)	(4.092.767)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	28	71.734.159	43.109.385
De diferenças de câmbio	28	(78.403.915)	17.238.616
Reserva por impostos diferidos	28	(206.907.890)	(18.803.051)
Outras reservas	28	(11.011.058)	(83.758.398)
Resultados transitados	28	156.882.138	67.154.263
Resultado do exercício	28	194.251.243	186.274.547
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		2.490.455.637	1.937.170.322
Interesses não controlados	29	403.681.672	314.474.028
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		2.894.137.309	2.251.644.350
TOTAL PASSIVO, INTERESSES NÃO CONTROLADOS E CAPITAL PRÓPRIO		17.377.679.315	15.932.127.322

Lisboa, 30 de abril de 2018

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira


Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado

Filipa Jesus Martins Pires

O Conselho de Administração

Lan Kang
Presidente

Wai Lam William Mak
Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2017				2016
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
Prémios adquiridos líquidos de resseguro		430.716.290	1.197.422.465	-	1.628.138.755	1.419.334.904
Prémios brutos emitidos	30	444.020.974	1.373.108.762	-	1.817.129.736	1.614.060.034
Prémios de resseguro cedido	30	(13.322.309)	(160.721.860)	-	(174.044.169)	(178.206.612)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	21 e 30	24.859	(18.828.844)	-	(18.803.985)	(17.896.723)
Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	16 e 30	(7.234)	3.864.407	-	3.857.173	1.378.205
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	31	1.943.122	-	-	1.943.122	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro		(293.206.029)	(918.089.424)	-	(1.211.295.453)	(1.049.853.561)
Montantes pagos		(282.436.463)	(884.212.736)	-	(1.166.649.199)	(1.088.719.113)
Montantes brutos	32 e 33	(288.761.478)	(967.805.854)	-	(1.256.567.332)	(1.166.410.519)
Parte dos resseguradores	32	6.325.015	83.593.118	-	89.918.133	77.691.406
Provisão para sinistros (variação)		(10.769.566)	(33.876.688)	-	(44.646.254)	38.865.552
Montante bruto	32	(11.453.531)	(130.753.812)	-	(142.207.343)	19.801.296
Parte dos resseguradores	32	683.965	96.877.124	-	97.561.089	19.064.256
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	32	(3.149.742)	(1.482.352)	-	(4.632.094)	12.138.480
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro		(84.038.965)	-	-	(84.038.965)	(4.306.026)
Montante bruto	21 e 32	(84.291.038)	-	-	(84.291.038)	(3.148.319)
Parte dos resseguradores	32	252.073	-	-	252.073	(1.157.707)
Participação nos resultados, líquida de resseguro	21 e 32	5.770.055	(205.279)	-	5.564.776	(9.659.593)
Custos e gastos de exploração líquidos		(79.302.317)	(309.323.167)	-	(388.625.484)	(387.236.265)
Custos de aquisição	33	(65.521.319)	(259.535.997)	-	(325.057.316)	(321.400.888)
Custos de aquisição diferidos (variação)	21	74.358	12.505.844	-	12.580.202	1.421.516
Gastos administrativos	33	(21.350.068)	(87.330.689)	-	(108.680.757)	(102.749.353)
Comissões e participação nos resultados de resseguro	33	7.494.712	25.037.675	-	32.532.387	35.492.460
Rendimentos		235.301.422	68.403.254	122.107.181	425.811.857	392.845.215
De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	36	218.949.795	47.353.509	8.817.141	275.120.445	279.126.487
Outros	36	16.351.627	21.049.745	113.290.040	150.691.412	113.718.728
Gastos financeiros		(9.886.156)	(6.861.238)	(34.342.088)	(51.089.482)	(34.295.277)
De outros	33 e 37	(9.886.156)	(6.861.238)	(34.342.088)	(51.089.482)	(34.295.277)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		113.908.204	77.656.349	76.601	191.641.154	62.966.370
De ativos disponíveis para venda	38	208.771.424	77.815.142	1.165.032	287.751.598	211.761.952
De empréstimos e contas a receber	38	(45.710)	(37.086)	(287.056)	(369.852)	(83.484)
De investimentos a deter até à maturidade	38	-	(121.707)	-	(121.707)	-
De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	22 e 38	(94.817.510)	-	-	(94.817.510)	(148.712.098)
De outros	38	-	-	(801.375)	(801.375)	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas		156.246.737	43.234.778	6.398.454	205.879.969	(81.328.644)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	39	170.964.045	41.565.891	5.504.457	218.034.393	(76.920.281)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	39	(2.071.643)	6.966.949	(2.063.270)	2.832.036	243.332
De outros	39	(12.645.665)	(5.298.062)	2.957.267	(14.986.460)	(4.651.695)
Diferenças de câmbio	40	(206.923.013)	(33.265.758)	(26.388.018)	(266.576.789)	41.217.578
Ganhos líquidos de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	41	(204.893)	18.359.124	(1.284.153)	16.870.078	78.922.869
Perdas de imparidade (líquidas reversão)		(94.303.379)	(2.549.694)	(114.098.403)	(210.951.476)	(184.730.013)
De ativos disponíveis para venda	42	(94.303.379)	(3.098.420)	(35.714.426)	(133.116.225)	(189.736.698)
De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	42	-	(103.015)	724.587	621.572	199.651
De outros	42	-	651.741	(79.108.564)	(78.456.823)	4.807.034
Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	43	600.346	3.801.470	-	4.401.816	1.455.847
Outros rendimentos/gastos	44	-	-	59.217.750	59.217.750	12.606.941
Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	14	-	-	-	-	24.815.820
Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	45	-	-	413.658	413.658	(6.263.473)
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	20	-	-	791.078	791.078	-
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES NÃO CONTROLADOS		173.471.682	137.100.528	12.892.060	323.464.270	291.182.983
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	18	-	-	(115.754.631)	(115.754.631)	(102.001.211)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	18	-	-	24.827.874	24.827.874	32.605.241
RESULTADO LÍQUIDO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES NÃO CONTROLADOS		173.471.682	137.100.528	(78.034.697)	232.537.513	221.787.013
Interesses não controlados	29	-	-	(38.286.270)	(38.286.270)	(35.512.466)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28	173.471.682	137.100.528	(116.320.967)	194.251.243	186.274.547

Lisboa, 30 de abril de 2018

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira

Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado

Filipa Jesus Martins Pires

O Conselho de Administração

Lan Kang
Presidente

Wai Lam William Mak
Vogal

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA NOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016

Nº de identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	Capital e outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação	Reservas por impostos diferidos	Outras Reservas		Resultados transiados	Resultado do exercício	Sub-total	Interesses não controlados	Total
				Reserva legal	Outras reservas					
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.598.800.000	248.256.578	(45.241.702)	13.845.216	(257.007.610)	(14.178.243)	254.770.311	1.799.244.950	277.956.048	2.077.200.998
Aplicação do resultado	-	-	-	19.274.584	176.738.445	-	(254.770.311)	-	-	-
Distribuição de Dividendos	-	-	-	-	-	58.757.282	-	-	-	-
Prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(77.322.429)	21.688.067	-	-	-	-	(55.634.362)	-	(55.634.362)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	(3.876.740)	859.481	-	-	-	-	(3.017.259)	-	(3.017.259)
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	43.109.385	(9.406.249)	-	-	-	-	33.703.136	-	33.703.136
Diferenças de câmbio	-	(56.142.658)	4.369.977	-	-	-	-	(51.772.681)	-	(51.772.681)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	33.478.425	(2.067.698)	-	-	-	-	31.410.727	-	31.410.727
Alienação de imóveis de uso próprio	-	-	3.129.460	-	-	-	-	(7.847.793)	-	(7.847.793)
Desvios atuariais	-	-	-	(3.032.392)	(10.977.253)	-	-	(13.009.645)	-	(13.009.645)
Reconhecimento de interesses minoritários	-	-	7.865.613	139.541	(287.520)	32.666.162	-	7.182.361	36.517.980	28.670.187
Outros	-	-	-	-	-	(10.090.938)	-	(2.373.304)	-	(2.373.304)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	186.274.547	186.274.547	-	186.274.547
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.598.800.000	187.502.961	(18.803.051)	30.226.949	(113.985.347)	67.154.263	186.274.547	1.937.170.322	314.474.028	2.251.644.350
Aplicação do resultado	-	-	-	11.551.269	96.981.732	77.741.546	(186.274.547)	648.902	-	648.902
Prestações suplementares	648.902	-	-	-	-	-	-	648.902	-	648.902
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	661.013.841	(196.656.748)	-	-	-	-	464.357.093	-	464.357.093
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa	-	1.414.232	(230.965)	-	-	-	-	1.183.267	-	1.183.267
Ganhos líquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	41.288.270	(9.564.778)	-	-	-	-	31.723.492	-	31.723.492
Diferenças de câmbio	-	(70.336.394)	4.226.342	-	-	-	-	(66.110.052)	-	(66.110.052)
Valorização de imóveis de uso próprio	-	8.180.496	308.397	-	-	-	-	8.488.893	-	8.488.893
Alienação de imóveis de uso próprio	-	(2.427.826)	-	-	-	2.427.826	-	-	-	-
Desvios atuariais	-	-	(1.023.258)	-	-	-	-	3.626.550	89.207.644	92.834.194
Reconhecimento de interesses minoritários	-	(68.843.278)	14.836.171	(2.014.274)	(40.836.552)	1.700.085	-	(95.157.848)	-	(95.157.848)
Outros	-	-	-	688.915	1.726.442	7.858.418	-	10.273.775	-	10.273.775
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	194.251.243	194.251.243	-	194.251.243
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.599.448.902	757.792.302	(206.907.890)	40.452.859	(51.463.917)	156.882.138	194.251.243	2.490.455.637	403.681.672	2.894.137.309



LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2017	2016
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	194.251.243	186.274.547
Itens que poderão ser reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de ativos financeiros disponíveis para venda		
Valor bruto		
Valorização	943.313.816	(65.087.670)
Imparidade	23.686.416	155.283.127
Alienação	(225.411.839)	(154.384.408)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	(59.428.581)	(2.591.419)
Diferenças cambiais		
Valor bruto	(21.342.645)	(10.779.846)
Participação dos segurados - produtos vida com participação	196.674	237.787
Imposto diferido	(188.965.449)	20.758.942
Imposto corrente - produtos vida com participação	(7.691.299)	929.125
Justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
Valor bruto	1.414.232	(3.876.740)
Imposto diferido	(230.965)	859.481
Justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
Valor bruto	41.288.270	43.109.385
Imposto diferido	(9.564.778)	(9.406.249)
Variação em valias potenciais referente à conversão de demonstrações financeiras		
Valor bruto	(70.336.394)	(56.142.658)
Imposto diferido	4.226.341	4.369.976
Itens que não serão reclassificados posteriormente para ganhos e perdas		
Variação em valias potenciais de imóveis de uso próprio		
Valor bruto	8.180.496	33.478.425
Imposto diferido	308.397	(2.067.698)
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	4.518.091	(8.814.648)
Benefícios de saúde	131.717	(2.162.605)
Imposto corrente	(959.835)	2.246.746
Imposto diferido	(63.422)	882.715
RENDIMENTO / (GASTO) RECONHECIDO DIRETAMENTE NO CAPITAL PRÓPRIO	443.269.243	(53.158.232)
TOTAL DOS RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO	637.520.486	133.116.315

83

LONGRUN PORTUGAL, SGPS,S.A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Prémios recebidos, líquidos de resseguro	1.643.085.567	1.435.853.422
Sinistros pagos, líquidos de resseguro	(957.544.449)	(929.963.362)
Comissões de contratos de seguro, de investimento e de prestação de serviços, líquidas	(163.033.465)	(157.170.518)
Pagamentos de participações nos resultados, líquidas de resseguro	(3.446.421)	(6.085.999)
Pagamentos a fornecedores	(203.388.830)	(190.261.417)
Pagamentos a empregados	(183.171.004)	(184.152.322)
Contribuições para fundos de pensões	(10.090.175)	(18.421.934)
Outros	29.081.482	(20.094.016)
	<u>151.492.705</u>	<u>(70.296.146)</u>
(Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por operações de seguro direto e resseguro	(21.059.788)	(35.151.172)
Devedores por outras operações	(88.497.479)	(42.952.968)
Outros ativos	4.993.484	(4.467.628)
	<u>(104.563.783)</u>	<u>(82.571.768)</u>
Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Passivos financeiros relativos a contratos de investimento	217.189.367	72.231.424
Depósitos recebidos de resseguradores	10.966.224	8.398.767
Credores por operações de seguro direto e resseguro	15.598.269	(3.326.783)
Credores por outras operações	52.501.804	66.102.325
Outros passivos	26.371.774	83.420.997
	<u>322.627.438</u>	<u>226.826.730</u>
Caixa líquida das atividades operacionais antes de impostos	<u>369.556.360</u>	<u>73.958.816</u>
Pagamentos de impostos sobre o rendimento	<u>(135.897.524)</u>	<u>(204.551.143)</u>
Caixa líquida das atividades operacionais	<u>233.658.836</u>	<u>(130.592.327)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos resultantes da venda ou reembolso de		
Ativos financeiros designados ao justo valor através de ganhos e perdas	486.664.707	396.433.786
Ativos disponíveis para venda	4.444.497.796	3.033.492.918
Empréstimos e contas a receber	3.893.903.255	6.797.096.282
Propriedades de investimento	91.293.243	226.764.043
Ativos tangíveis e intangíveis	7.473.141	1.395.174
Rendimentos de ativos financeiros	705.699.834	180.034.466
Outros recebimentos	96.810.608	25.700.942
	<u>9.726.342.583</u>	<u>10.660.917.611</u>
Pagamentos resultantes da aquisição ou originação de		
Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	(379.661.510)	(152.680.106)
Ativos disponíveis para venda	(5.321.581.806)	(3.600.075.548)
Ativos financeiros a deter até à maturidade	(121.707)	-
Empréstimos e contas a receber	(3.904.411.774)	(7.105.878.527)
Propriedades de investimento	(56.815.354)	(49.148.484)
Ativos tangíveis e intangíveis	(84.765.206)	(79.328.405)
Outros	(503.283.721)	(823.009.176)
	<u>(10.250.641.079)</u>	<u>(11.810.120.246)</u>
Concentrações de atividades empresariais		
Alienação de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	133.375.811	-
Aquisição subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	(258.064.082)	(39.943.904)
Caixa líquida das atividades de investimento	<u>(648.986.766)</u>	<u>(1.189.146.539)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Juros recebidos	7.794.451	2.088.676
Outros empréstimos obtidos	10.238.473	228.264.259
Outros juros suportados	(5.029.003)	(4.447.469)
Prestações suplementares	648.902	-
Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>13.652.823</u>	<u>225.905.466</u>
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	(401.675.107)	(1.093.833.400)
Caixa e seus equivalentes no início do período	998.421.773	2.092.255.173
Caixa e seus equivalentes no fim do período	596.746.666	998.421.773

73

Índice

1.	Nota Introdutória	3
2.	Políticas Contabilísticas	4
3.	Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período	33
4.	Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem	41
5.	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Cconjuntos.....	41
6.	Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas	43
7.	Derivados	45
8.	Ativos Disponíveis para Venda	47
9.	Empréstimos e Contas a Receber	48
10.	Terrenos e Edifícios	49
11.	Afetação dos Investimentos e Outros Ativos.....	51
12.	Outros Ativos Tangíveis.....	52
13.	Inventários.....	53
14.	Goodwill	53
15.	Outros Ativos Intangíveis	56
16.	Provisões Técnicas de Resseguro Cedido.....	56
17.	Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações.....	60
18.	Ativos e Passivos por Impostos	61
19.	Acréscimos e Diferimentos (Ativo).....	65
20.	Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	65
21.	Provisões Técnicas.....	67
22.	Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento	74
23.	Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros.....	75
24.	Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações	76
25.	Acréscimos e Diferimentos (Passivo)	77
26.	Outras Provisões	78

27. Capital.....	80
28. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício	81
29. Interesses não controlados	83
30. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	85
31. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços	86
32. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro	87
33. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função	89
34. Gastos com Pessoal.....	91
35. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo	92
36. Rendimentos	100
37. Gastos Financeiros	100
38. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas.....	101
39. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas	102
40. Diferenças de Câmbio	104
41. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	105
42. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão).....	106
43. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro.....	106
44. Outros Rendimentos/Gastos.....	107
45. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)	108
46. Relato por Segmentos	108
47. Entidades Relacionadas.....	118
48. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros	123
49. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro.....	141
50. Gestão de Capital	150
51. Concessão de serviços públicos	153
52. Fundos de Pensões Geridos	154
53. Eventos Subsequentes	154

1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun” ou “Sociedade”) com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, nº 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Desde esta data, integra o Grupo Fosun International Holdings Ltd..

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade incluem a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”), Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (“CPR”), Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia”), Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (anterior Universal Seguros, S.A.), Multicare - Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare”), a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Assistência”) e a Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau”).

Para a realização da sua atividade, a Fidelidade dispõe de uma rede de agências em todo o território nacional, centros de mediadores e agências de clientes. No estrangeiro, dispõe de subsidiárias em Angola, Cabo Verde e Macau, de Sucursais em Espanha, França, Luxemburgo, Macau e Moçambique.

No presente relatório será apresentada informação financeira consolidada resultante da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das suas participadas. Foi elaborado a partir das demonstrações financeiras individuais de cada empresa do Grupo, em 31 de dezembro de 2017.

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2018. Na data de emissão das demonstrações financeiras, estava pendente a aprovação pela Assembleia Geral.

B



2. Políticas Contabilísticas

2.1. Bases de apresentação e princípios de consolidação

2.1.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 10/2016-R, de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2016, o Grupo adotou as IAS/IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.21. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo na preparação das suas demonstrações financeiras, referentes a 31 de dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, ativos disponíveis para venda e imóveis, tanto de serviço próprio como de rendimento. Os restantes ativos, nomeadamente os investimentos a deter até à maturidade e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que o Grupo efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

83

2.1.2 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas apresentadas refletem os ativos, passivos, proveitos e custos do Grupo, bem como os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo, relativamente aos períodos cobertos por estas demonstrações financeiras consolidadas.

A partir de 1 de janeiro de 2010, o Grupo passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de atividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospetivamente.

A consolidação das contas das subsidiárias que integram o Grupo foi efetuada pelo método da consolidação integral. As transações e os saldos significativos entre as empresas objeto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efetuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses não controlados", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das entidades subsidiárias, após harmonização das respetivas políticas contabilísticas, na proporção da respetiva participação efetiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos, de operações de resseguro e de mais e menos-valias geradas em transações entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e as das entidades controladas diretamente e indiretamente pelo Grupo (Nota 3).

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente a partir do momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades e deixam de o ser quando o Grupo deixa de ter o respetivo controlo.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses não controlados excedem o interesse que não controlam no capital próprio dessa subsidiária, as perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por fases que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

23

2.3. Concentrações de atividades empresariais e *goodwill*

As aquisições de subsidiárias são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos ativos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção do controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos diretamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, que corresponde ao momento em que o Grupo obtém o controlo sobre a subsidiária, os ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na IFRS 3 – “Concentrações de atividades empresariais” são registados pelo respetivo justo valor.

O *goodwill* corresponde à diferença positiva, na data de aquisição, entre o custo de aquisição de uma subsidiária e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis. O *goodwill* é registado como um ativo e não é amortizado, sendo sujeito a testes de imparidade.

Caso se verifique que a parcela correspondente à percentagem de participação adquirida pelo Grupo nos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária excede o custo de aquisição, o excesso deve ser refletido como um proveito na conta de ganhos e perdas do exercício.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

Até 1 de janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas anteriores, o *goodwill* era totalmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das subsidiárias. Tal como permitido pela IFRS 1, o Grupo não efetuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de janeiro de 2004 permaneceu deduzido às reservas.

2.4. Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Consideram-se entidades “associadas” aquelas em que o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

Existem igualmente situações em que o Grupo exerce, em conjunto com outras entidades, controlo conjunto sobre a atividade da Sociedade na qual detém a participação (os designados empreendimentos conjuntos), onde exerce, nos termos da IFRS 11, um controlo partilhado de direitos de voto e decisão equiparáveis.

Estes investimentos são registados pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que se inicia a influência significativa, deixando de o ser quando esta cessa. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respetivo custo de aquisição, o qual é subsequentemente ajustado com base na percentagem efetiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efetuados ajustamentos aos capitais próprios das associadas utilizados para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial, de forma a refletir a aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

JB

O *goodwill*, correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efetiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respetivos ativos, passivos e passivos contingentes, permanece refletido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objeto de testes de imparidade numa base anual.

Os resultados não realizados em transações com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efetiva do Grupo nas entidades em questão.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada ou empreendimento conjunto e atribuíveis ao Grupo iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, exceto se o Grupo tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada ou empreendimento conjunto.

2.5. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data em que foram realizadas.

Em cada data de balanço, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional com base na taxa de câmbio em vigor. Os ativos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os ativos não monetários registados ao custo histórico, incluindo ativos tangíveis e intangíveis, permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são refletidas em resultados do exercício, com exceção das originadas por instrumentos financeiros não monetários registados ao justo valor, tal como ações classificadas como ativos disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no espaço económico em que opera - denominada "moeda funcional". Nas contas consolidadas, os resultados e posição financeira de cada entidade são convertidos para Euros, a moeda funcional do Grupo, da seguinte forma:

- Ativos e passivos de cada balanço apresentado são convertidos à taxa de câmbio de fecho;
- Rendimentos e gastos de cada demonstração de resultados são convertidos à taxa de câmbio média do período;
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas na "Reserva de reavaliação de diferenças de câmbio";
- O Capital Próprio das subsidiárias no estrangeiro é convertido à taxa de câmbio histórica do momento da sua realização de acordo com a IAS 21.

73



2.6. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são registados na data de contratação (*trade date*) pelo respetivo justo valor. No caso de ativos financeiros registados ao justo valor através de resultados, os custos diretamente atribuíveis à transação são registados nas rubricas “Gastos de investimentos diretos” e em “Comissões por operações de títulos e investimentos”. Nas restantes situações, estes custos são acrescidos ao valor do ativo. Quando do reconhecimento inicial estes ativos são classificados numa das seguintes categorias definidas na IAS 39:

i) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros detidos para negociação (*held for trading*), que correspondem essencialmente a títulos adquiridos com o objetivo de realização de ganhos como resultado de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, excluindo aqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e
- Ativos financeiros classificados no momento do seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados (*Fair Value Option*). Esta designação encontra-se limitada a situações em que a sua adoção resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:
 - Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração (*accounting mismatch*) que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar ativos e passivos relacionados ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
 - Grupos de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas e a informação sobre os mesmos seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam produzidos pelo contrato;
- Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efetuada.

Os ativos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente refletidos em resultados do exercício, na rubrica “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Investimentos a deter até à maturidade

Nesta categoria são classificados títulos com pagamentos fixos ou determináveis e com data de vencimento definida, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento.

BB

Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e de perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

iii) Empréstimos e contas a receber

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado ativo. Esta categoria inclui depósitos junto de empresas cedentes, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito e ainda valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens, registados em "Outros devedores por operações de seguros e outras operações".

No reconhecimento inicial estes ativos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva.

iv) Ativos disponíveis para venda

Ativos disponíveis para venda, que inclui:

- Os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Os ativos financeiros que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Os ativos financeiros que não se enquadrem nas categorias restantes.

Os instrumentos financeiros, a seguir indicados, são classificados como ativos disponíveis para venda no reconhecimento inicial ou que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas:

- Títulos de rendimento variável não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados, incluindo instrumentos de capital detidos com carácter de estabilidade;
- Obrigações e outros instrumentos de dívida aqui classificados no reconhecimento inicial;
- Unidades de participação em fundos de investimento.

73

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com exceção de instrumentos de capital não cotados num mercado ativo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados diretamente em capitais próprios, nas “Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros”. No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício, sendo registadas nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas” ou “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, respetivamente.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efetiva, sendo reconhecidos em “Rendimentos”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os dividendos de instrumentos de capital classificados nesta categoria são registados como proveitos na rubrica “Rendimentos”, quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Justo valor

Conforme acima referido, os ativos financeiros registados nas categorias de “Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas” e “Ativos disponíveis para venda” são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes no mercado à data da mensuração.

O justo valor de ativos financeiros é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, no caso de instrumentos transacionados em mercados ativos.

Relativamente a instrumentos de dívida não transacionados em mercados ativos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- Preços (*bid prices*) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis para transações recentes;
- Cotações indicativas (*bid prices*) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como *market-makers*;
- Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, refletindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

Os restantes instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transações recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

v) Desreconhecimento

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa ou o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

vi) Transferências entre categorias de ativos financeiros

O Grupo segue as regras da IAS 39 e IFRS 7 para a reclassificação de instrumentos financeiros que permitem que uma entidade transfira ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação para carteiras de ativos financeiros detidos até à maturidade, disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria, como segue: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros detidos até à maturidade são também permitidas, em determinadas circunstâncias.

À data, o Grupo não adotou esta possibilidade.

b) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. O Grupo procede ao desconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

Os passivos financeiros são registados na data de contratação pelo respetivo justo valor, deduzido de custos diretamente atribuíveis à transação. Os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados incluem instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa. Estes passivos encontram-se registados pelo justo valor, sendo os ganhos ou perdas resultantes da sua valorização subsequente registados nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui passivos subordinados, depósitos recebidos de resseguradores e ainda passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de ativos, registados em “Outros credores por operações de seguros e outras operações”.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado sendo os juros, quando aplicável, reconhecidos de acordo com o método da taxa efetiva.

c) Derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e taxas de juro.

23

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são refletidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respetivo valor nominal.

Subsequentemente, os derivados são mensurados pelo respetivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados ativos (por exemplo, no que respeita a futuros transacionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo *cash-flows* descontados e modelos de valorização de opções.

Derivados embutidos

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da IAS 39, sempre que:

- As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com as características económicas e os riscos do contrato de base, conforme definido na IAS 39;
- A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as respetivas variações refletidas em resultados; e
- Seja provável e mensurável com fiabilidade a sua bifurcação (avaliando o custo/benefício das mesmas e a sua materialidade).

O maior impacto deste procedimento no que respeita à atividade do Grupo consiste na necessidade de separar e valorizar os derivados embutidos em instrumentos de dívida, nomeadamente aqueles em que a remuneração não tem a natureza de juro (por exemplo, remunerações indexadas a cotações ou índices de ações, a taxas de câmbio, etc.). No momento da separação, o derivado é registado pelo respetivo justo valor, correspondendo o valor inicial do contrato de base à diferença entre o valor total do contrato combinado e a reavaliação inicial do derivado. Deste modo, não é reconhecido qualquer resultado no registo inicial da operação.

Derivados de cobertura

Trata-se de derivados contratados com o objetivo de cobertura da exposição do Grupo a riscos inerentes à sua atividade, designadamente a cobertura do justo valor de ativos em moeda estrangeira (risco de flutuação cambial), a cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e a cobertura de fluxos de caixa. A classificação como derivados de cobertura e a utilização das regras de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, dependem do cumprimento dos requisitos definidos na IAS 39.

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação a documentação formal, que inclui no mínimo os seguintes aspetos:

- Objetivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas;
- Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efetuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efetuados testes de eficácia prospetivos, de forma a estimar a eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura de justo valor são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, nomeadamente através do apuramento de uma eficácia entre 80% e 125%, o Grupo reflete igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. Caso a relação de cobertura deixe de ser eficaz, a variação acumulada de justo valor refletida no elemento coberto é reconhecida em resultados até à respetiva maturidade.

No caso dos derivados de cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira e de derivados de cobertura de fluxos de caixa, desde que a cobertura seja determinada como uma cobertura eficaz, são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados reconhecidos em capital próprio. A porção ineficaz dos resultados, caso exista, deverá ser reconhecida em proveitos e custos do exercício.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no ativo e passivo, respetivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são refletidas nas rubricas de balanço onde se encontram registados esses instrumentos.

O Grupo começou a utilizar a contabilidade de cobertura no exercício de 2015.

Derivados de negociação

Inclui todos os derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes, de acordo com a IAS 39, nomeadamente:

- Derivados contratados para cobertura de risco em ativos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- Derivados contratados para cobertura de risco que não reúnem as condições necessárias para a utilização de contabilidade de cobertura ao abrigo da IAS 39, nomeadamente pela dificuldade em identificar especificamente os elementos cobertos, nos casos em que não se trate de microcoberturas, ou por os resultados dos testes de eficácia se situarem fora do intervalo permitido pela IAS 39;
- Derivados contratados com o objetivo de *trading*.

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados da reavaliação apurados diariamente e reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas”, com exceção da parcela relativa a juros corridos e liquidados, a qual é refletida em “Rendimentos”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Ativos financeiros detidos para negociação” e “Outros passivos financeiros”, respetivamente.

23

d) Imparidade de ativos financeiros

O Grupo efetua periodicamente análises de imparidade dos seus ativos financeiros, incluindo ativos registados ao custo amortizado e ativos disponíveis para venda.

De acordo com a IAS 39, os seguintes eventos são considerados como constituindo indícios de imparidade:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do devedor;
- Incumprimentos de cláusulas contratuais, tais como atrasos nos pagamentos de juros ou de capital;
- Reestruturação de operações em resultado de dificuldades financeiras do devedor ou do emissor da dívida;
- Probabilidade de o devedor entrar em situação de falência ou dificuldades financeiras;
- Desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro como resultado de dificuldades financeiras do emissor;
- Alterações adversas nas condições do setor.

Ativos financeiros ao custo amortizado

A identificação de indícios de imparidade é efetuada numa base individual relativamente a ativos financeiros em que o montante de exposição é significativo, e numa base coletiva quanto a ativos homogéneos cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em ativos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor atual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efetiva original do ativo, e o valor inscrito no balanço no momento da análise.

Os ativos que não são objeto de análise específica são incluídos numa análise coletiva de imparidade, sendo para este efeito classificados em grupos homogéneos com características de risco similares. Os cash-flows futuros são estimados com base em informação histórica relativa a incumprimentos e recuperações em ativos com características similares.

Adicionalmente, os ativos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objetivos de imparidade são igualmente objeto de avaliação coletiva de imparidade, nos termos descritos no parágrafo anterior.

As perdas por imparidade calculadas na análise coletiva incorporam o efeito temporal do desconto dos fluxos de caixa estimados a receber em cada operação para a data de balanço.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos, na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, sendo refletido em balanço como uma dedução ao valor do ativo a que respeita.

B

14

Ativos disponíveis para venda

Conforme referido na Nota 2.6. a), os ativos disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor refletidas em capital próprio, na rubrica "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros".

Sempre que exista evidência objetiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

Para além dos indícios de imparidade acima referidos, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efetuada uma análise da existência de perdas por imparidade em ativos disponíveis para venda, considerando para este efeito a natureza e características específicas e individuais dos ativos em avaliação.

Para além dos resultados desta análise, os eventos seguidamente apresentados são considerados como indicativos de evidência objetiva de imparidade em instrumentos de capital:

- Existência de menos-valias potenciais superiores a 50%, face ao respetivo valor de aquisição;
- Situações em que o justo valor do instrumento financeiro se mantenha abaixo do respetivo custo de aquisição ao longo de um período superior a 12 meses.

Adicionalmente, é considerado como alerta de imparidade potencial a existência de menos-valias potenciais superiores a 30%. Para este critério o reconhecimento de imparidade é opcional.

As perdas por imparidade em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são refletidas nas "Reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros". Caso posteriormente sejam determinadas menos-valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são refletidas em resultados do exercício.

As perdas por imparidade em instrumentos de dívida podem ser revertidas por resultados do exercício se num período subsequente o justo valor desse ativo aumentar, estando este aumento objetivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

Relativamente a ativos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efetua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do ativo, descontados a uma taxa que reflita de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido diretamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes ativos não podem, igualmente, ser revertidas.

B

2.7. Ativos não correntes detidos para venda e grupos de ativos e passivos a alienar

A IFRS 5 – “Ativos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas” é aplicável a ativos isolados e também a grupos de ativos a alienar, através de venda ou outro meio, de forma agregada numa única transação, bem como todos os passivos diretamente associados a esses ativos que venham a ser transferidos na transação (denominados “grupos de ativos e passivos a alienar”).

Os ativos não correntes, ou grupos de ativos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado, sendo transferidos pelo valor líquido contabilístico à data da reclassificação. Para que um ativo (ou grupo de ativos e passivos) seja classificado nesta rubrica é necessário o cumprimento dos seguintes requisitos:

- A probabilidade de ocorrência da venda seja elevada;
- O ativo esteja disponível para venda imediata no seu estado atual;
- Exista expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do ativo nesta rubrica.

Os ativos registados nesta rubrica não são amortizados, sendo valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda. O justo valor destes ativos é determinado com base em avaliações de peritos.

Caso o valor registado em balanço seja superior ao justo valor, deduzido dos custos de venda, são registadas perdas por imparidade na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”.

2.8. Terrenos e edifícios de rendimento

Correspondem a imóveis detidos pelo Grupo com o objetivo de obtenção de rendimentos através do arrendamento e/ou da sua valorização.

Os imóveis de rendimento são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição incluindo os custos de mensuração diretamente relacionados. Não são amortizados, sendo registados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos. As variações no justo valor e as mais e menos-valias realizadas são refletidas em resultados, nas rubricas “Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas”.

Os terrenos e edifícios de rendimento são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

B

16

2.9. Terrenos e edifícios de uso próprio

Os terrenos e edifícios de uso próprio são valorizados pelo seu justo valor, determinado com base em avaliações de peritos, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como gasto do exercício, exceto no que se refere às despesas com itens que reúnam as condições para capitalização, os quais são reconhecidos separadamente na rubrica "Outros ativos tangíveis" e amortizados ao longo da respetiva vida útil.

Os terrenos e edifícios de uso próprio são avaliados com a periodicidade considerada adequada, de forma a assegurar que o seu valor de balanço não difira significativamente do seu justo valor. O Grupo estabeleceu como período de referência máximo entre avaliações 2 anos.

A variação no justo valor destes ativos é registada diretamente por contrapartida de capital próprio na rubrica "Reservas de reavaliação por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio". As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas correspondentes à vida útil estimada dos respetivos imóveis de uso próprio. Os terrenos não são objeto de amortização.

Sempre que o valor líquido contabilístico dos imóveis de uso próprio, após reversão de quaisquer reservas de reavaliação anteriormente registadas, exceda o seu justo valor, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

2.10. Outros ativos tangíveis

São registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício.

As amortizações são calculadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período durante o qual se espera que o ativo esteja disponível para uso, que é:

	Anos de <u>vida útil</u>
Mobiliário e material	2 - 12
Máquinas e ferramentas	4 - 10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8 - 10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4 - 10

As amortizações são registadas em gastos do exercício. O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

Periodicamente são realizadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em outros ativos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis exceda o seu valor recuperável (o maior de entre o valor de uso e o justo valor), é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício, na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)". As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso subsequentemente se verifique um aumento no valor recuperável do ativo.

8

2.11. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

2.12. Locação financeira

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo no âmbito de contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Consideram-se contratos de locação financeira, os contratos cujos riscos e benefícios decorrentes da utilização de um ativo são transferidos para o locatário. Estes contratos são registados na data do seu início no ativo e no passivo pelo custo de aquisição do ativo locado.

As rendas periódicas são constituídas pelo encargo financeiro que é reconhecido em resultados e pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo ao longo do período da locação.

Todas as restantes são locações operacionais, sendo as rendas pagas ao longo do contrato registadas em custos nos períodos a que dizem respeito.

2.13. Ativos intangíveis

Encontram-se registados nesta rubrica custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Grupo.

Os ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde normalmente a um período de 3 a 6 anos.

As despesas com manutenção de *software* são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

83



2.14. Impostos sobre lucros

As empresas do Grupo, sediadas em Portugal estão sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e as empresas sediadas no estrangeiro encontram-se igualmente sujeitas ao mesmo tipo de imposto (*Corporate Income Tax*) nos termos vigentes nesses países. Ao IRC e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2016 e 2017 é de 22,5%, acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 7% sobre o lucro tributável que exceda este valor.

A Lei n.º 114/2017 publicada em 29 de dezembro de 2017 que aprovou o Orçamento de Estado para 2018 procedeu ao aumento da taxa da Derrama Estadual do 3º escalão em 2% quando o rendimento tributável é superior a 35.000.000 Euros. Por este motivo os impostos diferidos foram calculados à taxa de 31,5% nas empresas do grupo em que o lucro tributável foi superior a 35.000.000 Euros.

As contas das sucursais do Grupo são integradas nas contas da sede para efeitos fiscais. Para além da sujeição a IRC, nestes termos, os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais das diversas sucursais são dedutíveis à coleta de IRC da sede nos termos do artigo 91º do Código do IRC em conjunto com as Convenções para evitar a Dupla Tributação.

As empresas do Grupo com sede em Portugal são tributadas em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC relativo às diversas empresas do Grupo com sede em Portugal é registado no balanço como um valor a receber ou a pagar à Longrun Portugal, SGPS, S.A.. O imposto correspondente às diversas empresas do Grupo é refletido na demonstração de resultados e/ou em capital próprio, consoante o caso.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a i) imparidades, ii) provisões temporariamente não aceites fiscalmente, iii) mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e iv) mais e menos-valias potenciais em terrenos e edifícios.

BB

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pelo Grupo foram determinados nos termos da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.15. Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As “Outras provisões” destinam-se a fazer face a contingências judiciais, fiscais, e outras resultantes da atividade do Grupo.

2.16. Benefícios dos empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela IAS 19 – “Benefícios dos Trabalhadores”. Os principais benefícios concedidos pelo Grupo correspondem a pensões de reforma e sobrevivência e os benefícios de saúde.

Plano de benefício definido - Responsabilidades com pensões e encargos com saúde

Em conformidade com o Instrumento de Regulamentação Coletiva de Trabalho (IRCT) então vigente para o setor segurador, o Grupo assumiu o compromisso de conceder prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social aos seus empregados admitidos no setor até 22 de junho de 1995, data da publicação do IRCT. O montante dessas prestações variava em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder aos reformados e pré-reformados que transitaram para essa situação no período compreendido entre junho de 1998 e julho de 2005 benefícios com assistência médica vitalícia.

A responsabilidade reconhecida em balanço relativa a planos de benefício definido corresponde à diferença entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo de pensões. O valor total das responsabilidades é determinado numa base anual, por atuários especializados, utilizando o método *Unit Credit Projected*, e pressupostos atuariais considerados adequados (Nota 35). A taxa de desconto utilizada na atualização das responsabilidades reflete as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagas as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos prazos médios de liquidação das responsabilidades.

YB

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

O custo do exercício com pensões de reforma e sobrevivência, que inclui o custo dos serviços correntes, o custo dos serviços passados, o custo das liquidações e o juro líquido sobre o passivo (ativo) líquido de benefício definido, é refletido pelo valor líquido na rubrica de "Gastos com pessoal". O custo do exercício com encargos de saúde é refletido na rubrica "Outras provisões" (Nota 26).

O impacto da passagem à reforma de colaboradores antes da idade normal de reforma definida no estudo atuarial é refletido diretamente em "Gastos com pessoal".

Plano de contribuição definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes IRCT, têm direito a um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

As contribuições do Grupo, para o plano de contribuição definida, são efetuadas de acordo com o previsto nos IRCT, sendo registadas como um custo do exercício a que respeitam na rubrica de "Gastos com pessoal".

Outros benefícios de longo prazo

As responsabilidades relativas ao prémio de permanência, decorrentes da cláusula 42ª do atual IRCT, são calculadas anualmente utilizando métodos atuariais universalmente aceites.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em "Gastos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

2.17. Contratos de seguro e contratos de investimento

a) Classificação de contratos

O registo das transações associadas aos contratos de seguro e de resseguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo Grupo é efetuado de acordo com o normativo da ASF. No âmbito da transição para o novo PCES, foram incorporados neste normativo os princípios de classificação de contratos estabelecidos pela IFRS 4 – "Contratos de seguro", no âmbito dos quais os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos da IAS 39.

23

Adicionalmente, conforme previsto na IFRS 4, os contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária continuam a ser classificados como contratos de seguro, continuando portanto a ser valorizados de acordo com as normas da ASF.

Ao nível de mensuração dos contratos associados a contratos de seguro é tratado por normas específicas emitidas pela ASF.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respetivas condições contratuais preveem a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato;
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados ativos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos ativos afetos a seguros com participação nos resultados e que se prevê virem a ser atribuídas aos segurados são refletidas na provisão para participação nos resultados a atribuir.

b) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados, quando devidos, na rubrica “Prémios adquiridos líquidos de resseguro”, da demonstração de ganhos e perdas.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro e resseguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática do ramo vida, sendo o custo refletido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

c) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

A provisão para prémios não adquiridos corresponde ao valor dos prémios emitidos de contratos de seguro e de resseguro imputáveis a exercícios seguintes, ou seja, a parte correspondente ao período desde a data de encerramento do balanço até ao final do período a que o prémio se refere. É calculada, para cada contrato em vigor, através da aplicação do método *Pró-rata temporis* aos respetivos prémios brutos emitidos.

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

8

De acordo com o previsto pelas normas da ASF, os custos de aquisição diferidos para cada ramo técnico não podem ultrapassar 20% dos respetivos prémios diferidos.

d) Provisão para sinistros

Regista o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a regularização futura dos sinistros que atualmente se encontram em processo de gestão e dos sinistros IBNR. Com exceção das provisões matemáticas e para assistência vitalícia do ramo acidentes de trabalho, as provisões para sinistros registadas pelo Grupo não são descontadas.

Provisão para sinistros de acidentes de trabalho

A provisão para sinistros do ramo acidentes de trabalho inclui a provisão matemática, a provisão para despesas com assistência temporária e a provisão para despesas com assistência vitalícia.

A provisão matemática do ramo acidentes de trabalho tem por objetivo registar a responsabilidade relativa a:

- Pensões homologadas - pensões a pagar relativas a sinistros cujos montantes já estejam homologados pelo Tribunal do Trabalho;
- Pensões definidas – estimativa das responsabilidades por pensões relativas a sinistros já ocorridos mas que se encontrem pendentes de acordo final ou sentença;
- Pensões presumíveis – estimativa das responsabilidades com pensões relativas a sinistros já ocorridos mas cujos respetivos processos clínicos não estão concluídos à data das demonstrações financeiras ou pensões referentes a sinistros já ocorridos mas ainda não declarados.

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das provisões matemáticas homologadas e definidas de acidentes de trabalho são as seguintes:

	Obrigatoriamente Remíveis	Não Remíveis
Tábua de mortalidade	TD 88/90	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	5,25%	3,84%
Encargos de gestão	2,40%	3%

A provisão matemática para pensões presumíveis de sinistros de acidentes de trabalho ocorridos no exercício tem por base a estimativa do número de sinistros com incapacidades permanentes (IP's) e morte e a provisão matemática média, considerada como o custo expectável de cada uma destas pensões. Para sinistros ocorridos em exercícios anteriores a variação desta provisão corresponde à diferença entre o montante pago de pensões e remiões deduzido do juro técnico estimado e a variação da provisão para pensões homologadas e definidas.

De acordo com a legislação vigente, a responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões é assumida pelo FAT - Fundo de Acidentes de Trabalho. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo posteriormente reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT. A gestão deste fundo é da responsabilidade da ASF, sendo as suas receitas constituídas por contribuições efetuadas pelas companhias seguradoras e pelos tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. Para o efeito é constituída uma provisão para as contribuições futuras para o FAT relativas a responsabilidades com pensões já existentes à data do balanço.

JB

A provisão para despesas com assistência temporária tem como objetivo registar a responsabilidade relativa a despesas com carácter não vitalício de sinistrados de acidentes de trabalho. Por recurso a matrizes de desenvolvimento mensais é estimada a quantidade de sinistros ocorridos no exercício, a qual é multiplicada pelo custo médio estimado de despesas de assistência temporária dos sinistros ocorridos em 2016 e 2017, por forma a obter o custo do exercício para este tipo de despesa. Para sinistros de exercícios anteriores a variação da provisão corresponde aos montantes pagos de despesas com assistência temporária registados contabilisticamente.

A provisão para despesas com assistência vitalícia (AV) diz respeito a despesas de carácter vitalício e é composta por:

- Provisão para assistência vitalícia declarada - diz respeito a despesas de carácter vitalício, com sinistrados beneficiários de pensão, cuja data do serviço ocorra 730 dias após a data de início da pensão;
- Provisão para assistência vitalícia presumível - despesas de carácter vitalício relativas a sinistros já ocorridos mas que ainda não apresentam despesas.

Esta provisão é calculada com as seguintes bases técnicas:

Tábua de mortalidade	INE 2010_2012 por género
Taxa de desconto	3,84%
Taxa de inflação	2%
Encargos de gestão	2%

A provisão para assistência vitalícia presumível é calculada utilizando metodologia similar à descrita para a provisão matemática para pensões presumíveis.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por subsinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática varia também com a gravidade do dano corporal, caso este exista. Esta provisão pode ser revista, quando o gestor do sinistro verifique que ela é desadequada, e durante a vida do sinistro vão ocorrendo ajustamentos, de acordo com a informação que vai sendo recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros dos restantes ramos

A provisão para sinistros dos restantes ramos é calculada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que chegue nova informação através de relatórios técnicos especializados.

Análise de suficiência da provisão para sinistros

A análise à suficiência das provisões para os diversos ramos é avaliada/validada através da realização de estudos atuariais ao longo do ano.

As análises realizadas contemplam responsabilidades diretas com os segurados (sinistros declarados ou não), e ainda encargos a pagar no futuro, nomeadamente o FAT.

23

As estimativas efetuadas assentam, maioritariamente, em triângulos de pagamentos e custos com sinistros, que utilizam quer modelos determinísticos, quer modelos estocásticos.

e) Provisão matemática do ramo vida

Corresponde ao valor atuarial estimado dos compromissos da Companhia de seguros, incluindo as participações nos resultados já distribuídas e após dedução do valor atuarial dos prémios futuros, calculado para cada apólice de acordo com métodos atuariais e segundo as respetivas bases técnicas.

Relativamente aos contratos de seguro de vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, esta rubrica inclui apenas as provisões técnicas adicionais que eventualmente sejam constituídas para cobrir riscos de mortalidade, gastos administrativos ou outros gastos (como, por exemplo, as prestações garantidas na data de vencimento ou os valores de resgate garantidos).

f) Provisão para participação nos resultados

A provisão para participação nos resultados inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, a atribuir ou atribuída desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos.

Provisão para participação nos resultados a atribuir

Esta provisão inclui os saldos com origem nas mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados que transitaram do anterior normativo contabilístico aplicável às empresas de seguros até 2007, as quais eram registadas no então denominado Fundo para Dotações Futuras. Reflete ainda o valor líquido das mais e menos-valias potenciais subsequentes (ajustamentos de justo valor) relativo aos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato, desde que os saldos por carteira não resultem negativos.

Esta provisão é constituída por contrapartida da rubrica "Participação nos resultados a atribuir", da demonstração de ganhos e perdas ou diretamente por contrapartida das reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos disponíveis para venda afetos aos seguros de vida com participação nos resultados, dependendo da classificação dos ativos.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde é integralmente utilizado.

A utilização da provisão para participação nos resultados a atribuir é efetuada por carteira, de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- i) Os saldos das mais-valias realizadas líquidas atribuíveis aos segurados, transitados do anterior Fundo para Dotações Futuras, são utilizados em primeiro lugar para compensar os prejuízos originados em cada exercício nas contas técnicas dos respetivos produtos do ramo vida com participação nos resultados, que foram refletidos como perdas do Grupo, sendo reconhecidos nos seus resultados até ao limite das perdas que visam compensar. Este procedimento é utilizado pelo Grupo desde 2011;

- ii) Os valores correspondentes à participação dos segurados nas menos-valias potenciais das carteiras afetas são refletidos nesta provisão até à concorrência do respetivo saldo positivo. Desta forma, os valores com origem no antigo Fundo para Dotações Futuras que continuem disponíveis após a utilização referida em i) acima são usados para compensação de menos-valias potenciais das respetivas carteiras;
- iii) Caso o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir após os movimentos anteriores resulte positivo e existam perdas por recuperar, apuradas em exercícios anteriores nas contas técnicas dos respetivos produtos e que tenham sido reconhecidas nos resultados do Grupo pelo facto de os rendimentos das carteiras afetas não terem sido suficientes para fazer face aos encargos decorrentes das taxas técnicas garantidas, esse saldo positivo é reconhecido nos resultados do Grupo até à concorrência das referidas perdas por recuperar. Este movimento pode ser revertido, também com impacto em resultados, quando o saldo originado pela movimentação das valias potenciais deixe de ser positivo.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos mas que já lhes foram atribuídos.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

g) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída relativamente a todos os seguros e operações do ramo «Vida» em que exista uma garantia de taxa de juro, sempre que a taxa de rentabilidade efetiva das aplicações que se encontram a representar as provisões matemáticas de determinados contratos de seguro seja inferior à taxa técnica de juro utilizada na determinação das provisões matemáticas desses contratos.

h) Provisão para estabilização de carteira

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo, anuais renováveis, garantindo como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que aqueles sejam tarifados com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

i) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. Esta provisão é constituída para o seguro de crédito, seguro de caução, seguro de colheitas, risco de fenómenos sísmicos e resseguro aceite — risco atómico, de acordo com o estabelecido pelas normas da ASF.

83

j) Provisão para riscos em curso

É calculada para todos os seguros não vida e destina-se a fazer face às situações em que os prémios imputáveis a exercícios seguintes relativos aos contratos em vigor à data das demonstrações financeiras não sejam suficientes para pagar as indemnizações e despesas imputáveis aos respetivos ramos técnicos. Esta provisão é calculada com base nos rácios de sinistralidade, de custos de exploração, de cedência e de rendimentos, em conformidade com o definido pela ASF.

k) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como as restantes disposições dos tratados em vigor.

l) Responsabilidades para com subscritores de produtos *Unit-linked*

As responsabilidades associadas a contratos de investimento emitidos pelo Grupo em que o risco é suportado pelo tomador (produtos *Unit-linked*) são valorizadas ao justo valor, determinado com base no justo valor dos ativos que integram a carteira de investimentos afeta a cada um dos produtos, deduzido dos correspondentes encargos de gestão, e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

As carteiras de investimentos afetas a produtos *Unit-linked* são compostas por ativos financeiros, incluindo títulos de rendimento fixo, títulos de rendimento variável, instrumentos derivados e depósitos em instituições de crédito, os quais são avaliados ao justo valor, sendo as correspondentes mais e menos-valias não realizadas reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas do exercício.

Para os seguros e operações de capitalização em unidades de participação com garantia de capital e rendimento no termo do contrato, as provisões são criadas pelo máximo entre o valor resultante do produto do valor da unidade de referência pelo número de unidades existente e o capital garantido e rendimento no termo descontado até à data de cálculo à taxa garantida.

m) Responsabilidades para com subscritores de outros contratos de investimento

As responsabilidades para com subscritores de outros produtos regulados, classificados como contratos de investimento de acordo com a IFRS 4 e que não incluem participação nos resultados com componente discricionária, são valorizadas de acordo com os requisitos da IAS 39 e registadas na rubrica "Passivos financeiros de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

n) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o Grupo avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos ativos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respetivos ativos é reduzido por contrapartida da demonstração de ganhos e perdas do exercício, sendo o custo refletido na rubrica "Perdas de imparidade (líquidas de reversão)".

JB



2.18. Rédito

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser avaliados com fiabilidade.

(i) Comissões com instrumentos financeiros

As comissões relacionadas com instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas ou pagas na contratação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas na demonstração de ganhos e perdas ao longo da operação, pelo método da taxa efetiva.

(ii) Prestação de serviços segmento hospitalar

Os réditos ou rendimentos são reconhecidos sempre que é provável que fluam benefícios económicos para o Grupo e que possam ser estimados com fiabilidade, sendo mensurados pelo justo valor das contraprestações recebidas ou a receber, líquidas de descontos concedidos e de impostos. O rédito associado com a transação é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação na data de relato.

No caso da atividade desenvolvida no âmbito da prestação de cuidados de saúde no segmento privado, o rédito é reconhecido com base na atividade produzida no período, devidamente valorizada pelas tabelas de preços definidas para cada ato da prestação, independentemente da sua efetiva faturação.

No caso da atividade exercida na prestação de cuidados de saúde no segmento público (em regime de PPP), o rédito é reconhecido pela valorização da atividade produzida, mensurado com base em tabela contratada com a entidade pública contratante. De acordo com o contrato, a faturação é feita mensalmente por um montante equivalente a 1/12 de 90% do valor anual acordado para cada ano, havendo uma fatura de acerto para o valor da produção efetiva, nos seis meses seguintes ao final de cada ano. A diferença entre os montantes faturados e a produção efetiva é registada em "Outras contas a pagar ou a receber", de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

No âmbito da atividade desenvolvida pelas residências seniores, os réditos são reconhecidos com base nos Direitos de Utilização Vitalícios (DUV's). Este reconhecimento é efetuado de acordo com as características de cada tipo de contrato:

- Nos DUV's sem direito a transmissão de titular, ou com direito a apenas uma transmissão, o valor do contrato é contabilizado, inicialmente, em Rendimentos Diferidos, sendo imputados os rendimentos a partir da entrada do sócio no clube, por um período que tem em consideração a idade do sócio (ou do transmissário, no caso de haver essa possibilidade) à data da entrada, tendo em consideração a esperança média de vida definida pelas tabelas GRF95;
- Nos DUV's com direito a transmissões ilimitadas, o valor do contrato é imediatamente reconhecido como proveito, sendo registado um acréscimo de custos por contrapartida de custos das vendas, correspondente à permutagem da unidade no custo total dos edifícios, o qual, posteriormente, é reconhecido em rendimentos em período idêntico ao período de depreciação dos ativos fixos tangíveis correspondentes.

(iii) Comissões por outros serviços prestados

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se respeitarem a compensação pela execução de atos únicos.

JB



2.19. Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito que não estejam associadas a uma natureza de investimento.

2.20. Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pelo Grupo com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos

De acordo com a IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com exceção dos registados ao custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados modelos e técnicas de valorização tal como descrito na Nota 2.6 a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. De modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação.

Benefícios dos empregados

Conforme referido na Nota 2.16., as responsabilidades do Grupo por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo concedidos aos seus empregados são determinadas com base em avaliações atuariais. Estas avaliações atuariais incorporam pressupostos financeiros e atuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e de pensões, rendibilidade dos ativos e taxa de desconto, entre outros. Os pressupostos adotados correspondem à melhor estimativa do Grupo e dos seus atuários quanto ao comportamento futuro das respetivas variáveis.

Imparidade do goodwill

Conforme referido na Nota 2.3., o Grupo realiza com uma periodicidade mínima anual análises de imparidade do goodwill registado em balanço. Estas análises são realizadas com base em estimativas dos fluxos de caixa futuros a gerar por cada unidade em análise, descontados a taxas consideradas apropriadas.

13

As projeções efetuadas incorporam um conjunto alargado de pressupostos quanto à evolução da atividade futura das unidades em análise, os quais poderão ou não verificar-se no futuro. No entanto, estes pressupostos refletem a melhor estimativa do Grupo na data do balanço.

Determinação dos passivos por contratos de seguros e de resseguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros e resseguros é efetuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.17. Estes passivos refletem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efetuada com base em pressupostos atuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no setor.

Face à natureza da atividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros e de resseguros reveste-se de um elevado nível de subjetividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros e de resseguros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas refletem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Longrun Portugal, SGPS, S.A. e das empresas do Grupo sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.



2.21. Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.21.1 Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2017 o Grupo adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2017. As alterações com relevância para o Grupo foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento (Emenda)	19-01-2016	2017/1989	01-01-2017
IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Emenda)	29-01-2016	2017/1990	01-01-2017
IFRS 12 - Divulgação de Interesses de Outras Entidades (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2017

2.21.2 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 15 – Rêdito de Contratos com Clientes	28-05-2014	2016/1905	01-01-2018
IFRS 15 – Rêdito de Contratos com Clientes (Emenda)	11-09-2015	2016/1905	01-01-2018
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	24-07-2014	2016/2067	01-01-2018
IFRS 16 – Locações	13-01-2016	2017/1986	01-01-2019
IFRS 4 – Contratos de Seguros (Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4)	12-09-2016	2017/1988	01-01-2018
IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2018

78

2.21.3 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 17 - Contratos de Seguros	18-05-2017	01-01-2021
IFRIC 22 - Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração	08-12-2016	01-01-2018
IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos do Imposto sobre o Rendimento	07-05-2017	01-01-2019
IFRS 2 - Classificação e Mensuração de Transações de Pagamentos baseados em Ações (Emenda)	20-06-2016	01-01-2018
IAS 40 - Transferência de Propriedades de Investimento (Emenda)	08-12-2016	01-01-2018
IFRS 9 - Pagamentos Antecipados com Compensação Negativa (Emenda)	12-10-2017	01-01-2019
IAS 28 - Investimento de Longo-prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Emenda)	12-10-2017	01-01-2019
IFRS 3 - Concentrações de Actividades Empresariais. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IFRS 11 - Acordos conjuntos. Interesse detido previamente numa operação conjunta (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 12 - Imposto sobre o rendimento relativo a dividendos de instrumentos de capital. (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019
IAS 23 - Custos de empréstimos elegíveis para capitalização (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2015-2017)	12-12-2017	01-01-2019

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

B

3. Empresas do Grupo e Transações Ocorridas no Período

A estrutura do Grupo ao nível das empresas subsidiárias, por setores de atividade, e os respetivos dados financeiros retirados das suas contas estatutárias individuais em 31 de dezembro de 2017 e 2016, exceto quando expressamente indicado, podem ser resumidos da seguinte forma:

Setor de atividade/entidade	2017					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	15.889.040.096	13.442.066.973	2.446.973.123	187.789.357	2.610.119.715
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	157.841.851	83.792.036	74.049.815	8.088.593	263.973.311
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	67.519.705	32.481.587	35.038.118	5.738.157	31.648.201
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	69.883.287	44.699.127	25.184.160	630.609	45.724.033
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	33.973.281	22.043.180	11.930.101	444.652	1.231.960
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A. (b)	70,00%	197.287.953	184.175.510	13.112.443	2.120.405	56.176.390
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	55,89%	26.339.506	15.756.946	10.582.560	1.105.911	10.184.963
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	100,00%	75.507.159	55.095.432	20.411.727	1.608.097	9.915.228
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	835.534.189	67.247.384	768.286.805	(33.194.737)	32.215.227
Fidelidade - Property International, S.A.	100,00%	493.115.610	21.311.835	471.803.775	95.943.971	131.348.853
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	99,09%	157.218.112	22.755.631	134.462.481	15.281.046	19.898.791
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	12.435.567	85.802	12.349.765	965.531	1.420.442
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	52.132.207	6.404.298	45.727.909	8.663.254	17.567.219
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	268.676.570	618.493	268.058.077	(23.174.640)	12.346.357
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	364.979.472	1.933.090	363.046.382	1.192.329	3.906.514
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	100,00%	153.368.517	3.991.013	149.377.504	3.873.469	16.305.741
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. (g)	99,30%	132.608.472	124.381	132.484.091	(31.402)	6.410
Thomas More Square (Lux) S.à r.l. (g)	100,00%	360.707.184	218.639.731	142.067.453	13.998.546	26.988.887
Godo Kaisha Moana (h)	97,00%	108.138.391	9.339	108.129.052	11.922.814	11.966.921
Godo Kaisha Praia (h)	100,00%	457.503.784	314.522.917	142.980.867	16.638.779	25.567.950
Fundo Broggi	100,00%	373.029.773	7.982.777	365.046.996	8.446.996	46.292.427
Broggi Retail S.R.L.	100,00%	252.081	13.319	238.762	(11.238)	-
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	98,79%	660.178.348	424.999.730	235.178.618	16.994.860	483.895.179
Outros setores						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	6.161.813	1.066.684	5.095.129	222.736	7.218.276
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	1.519.906	1.262.549	257.357	72.453	2.929.556
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	3.538.968	3.107.663	431.305	93.420	22.462.636
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	100,00%	1.211.895	160.395	1.051.500	(34.169)	1.510.089
Cares Multiassistance, S.A.	51,00%	2.273.193	1.364.802	908.391	(399.134)	9.881.046
FCM Beteiligungs GmbH	100,00%	17.299.917	346.309	16.953.608	(91.928)	376.940
FID I (HK) LIMITED (i)	100,00%	-	-	-	-	-
FID III (HK) LIMITED (i)	100,00%	844	12.863	(12.019)	(3.850)	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (j)	100,00%	2.269	4.585	(2.316)	(1.330)	113
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (j)	100,00%	9.344	7.086	2.258	2.513	121.080
FID Loans 1 (Ireland) Limited	100,00%	319.415.380	129.295.749	190.119.631	119.631	2.701.985
FID Loans 2 (Ireland) Limited	100,00%	1	-	1	-	-
Universal - Assistência e Serviços, Lda. (b)	80,00%	895	-	895	-	-

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 185,400 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/184,86617 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 110,265 Escudos cabo-verdeanos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 9,6532 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 9,0653 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 1,5346 Dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,4732 Dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 0,88723 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,87667 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 135,0100 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 126,7100 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 9,3720 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,8045 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 70,5700 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 71,51167 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

JB

Setor de atividade/entidade	2016					
	% Participação efetiva	Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	14.674.807.178	12.834.840.242	1.839.966.936	100.420.503	3.168.274.008
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	146.484.583	81.406.861	65.077.722	6.803.404	229.760.314
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	69.479.389	41.068.025	28.411.364	1.925.076	48.582.840
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	100,00%	72.872.039	51.492.895	21.379.144	(3.792.950)	40.714.618
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	100,00%	15.715.603	4.927.959	10.787.644	350.067	1.034.224
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A. (b)	70,00%	99.692.896	87.600.437	12.092.459	1.859.850	80.870.354
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (c)	56,35%	26.303.692	16.309.305	9.994.387	1.044.612	9.025.528
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A. (d)	100,00%	62.555.881	40.887.005	21.668.876	1.880.563	9.890.127
Imobiliário						
Fidelidade - Property Europe, S.A.	100,00%	797.290.100	15.687.570	781.602.530	(2.958.151)	28.673.625
Fidelidade - Property International, S.A.	100,00%	484.299.611	9.527.099	474.772.512	(40.025.590)	40.174.103
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinvest (e)	99,09%	142.521.246	23.339.811	119.181.435	10.809.608	15.085.888
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I (e)	100,00%	11.467.335	83.101	11.384.234	(896.508)	1.374.371
FPI (AU) 1 PTY LIMITED (f)	100,00%	93.803.520	54.521.549	39.281.971	7.274.209	14.471.293
FPI (UK) 1 LIMITED (g)	100,00%	249.055.731	2.198.433	246.857.298	8.743.061	16.663.984
FPI (US) 1 LLC (h)	100,00%	117.910.797	62.648.293	55.262.504	(9.362.576)	5.776
FPE (IT) Società per Azioni	95,76%	365.267.333	33.706.557	331.560.776	33.685.905	48.926.838
GK Kita Aoyoma Support 2 (i)	100,00%	24.366.042	25.202	24.340.840	(43.142)	3
Higashi Shinagawa Two TMK (i)	96,56%	157.989.490	22.222.003	135.767.487	18.930.493	45.105.173
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	100,00%	172.261.927	26.776.116	145.485.811	6.309.791	15.875.050
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l. (j)	99,30%	162.803.996	23.837.004	138.966.992	(39.287)	298
Thomas More Square (Lux) S.à r.l. (j)	100,00%	477.084.501	330.755.816	146.328.685	(4.792.663)	14.389.358
Thomas More Square (Lux) Investments Limited (j)	100,00%	104.739.338	20.440	104.718.898	(7.180)	14.744
Godo Kaisha Moana (l)	97,00%	114.760.163	274.424	114.485.739	8.017.248	8.776.264
Godo Kaisha Praia (l)	100,00%	487.402.382	348.054.350	139.348.032	7.862.661	12.222.887
Saúde						
Luz Saúde, S.A. (antes Espírito Santo Saúde, SGPS, S.A.)	98,96%	581.579.825	364.532.653	217.047.172	16.985.152	450.759.517
Outros setores						
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	100,00%	5.850.906	978.513	4.872.393	(37.078)	6.276.399
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	100,00%	855.536	601.631	253.905	72.736	1.793.741
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	100,00%	4.032.714	3.588.828	443.886	112.211	21.162.866
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	100,00%	2.114.394	209.901	1.904.493	673.489	1.561.962
Cares Multiassistance, S.A.	51,00%	3.434.420	1.334.540	2.099.880	792.356	10.872.110
FCM Beteiligungs GmbH	51,00%	10.508.705	40.238	10.468.467	(3.519.695)	714
FID I (HK) LIMITED (m)	100,00%	26.960.173	2.030.015	24.930.158	(3.801.405)	3.247.642
FID III (HK) LIMITED (m)	100,00%	-	9.797	(9.797)	(3.097)	-
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda. (n)	100,00%	3.670	3.327	343	(758)	52.571
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda. (n)	100,00%	12.031	14.150	(2.119)	(3.759)	134.412

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 184,475 Kwanzas angolanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 182,32425 Kwanzas angolanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(c) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 110,265 Escudos caboverdianos para as rubricas de balanço e ganhos e perdas.

(d) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,81952 Patacas macaenses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,81952 Patacas macaenses para as rubricas de ganhos e perdas.

(e) Valores contabilizados em Ativos Disponíveis para Venda.

(f) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 1,4596 Dólares australianos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,48523 Dólares australianos para as rubricas de ganhos e perdas.

(g) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 0,85618 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,82271 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(h) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 1,0541 Dólares americanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 1,10317 Dólares americanos para as rubricas de ganhos e perdas.

(i) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 123,4000 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 120,44083 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(j) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 0,85618 Libras esterlinas para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 0,79822 Libras esterlinas para as rubricas de ganhos e perdas.

(l) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 123,4000 Ienes japoneses para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 120,95966 Ienes japoneses para as rubricas de ganhos e perdas.

(m) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,1751 Dólares de Hong Kong para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 8,56263 Dólares de Hong Kong para as rubricas de ganhos e perdas.

(n) Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 74,54000 Meticais moçambicanos para as rubricas de balanço e uma taxa de câmbio média mensal de 1 Euro/ 69,82333 Meticais moçambicanos para as rubricas de ganhos e perdas.

Os dados financeiros em 31 de dezembro de 2017 foram retirados das demonstrações financeiras provisórias, sujeitas a alterações antes da respetiva aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, não é expectável que existam alterações materiais que possam impactar as demonstrações financeiras do Grupo.

JB

As empresas subsidiárias agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SEGUROS

A **Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. "Império Bonança" na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. "Fidelidade Mundial", conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora "Não Vida" e "Vida", nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare - Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 9 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (ex Cares – Companhia de Seguros, S.A.)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7º, foi constituída em 17 de fevereiro de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Tágus, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação e imagem da CARES – Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance.

A **Via Directa - Companhia de Seguros, S.A. (OK Teleseguros)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 - 4º, foi constituída em 28 de novembro de 1997 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros.

A **Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz nº 30, foi constituída em 22 de setembro de 1979 e tem por objeto social praticar quaisquer operações relativas a resseguros dos ramos Não Vida, tanto em Portugal como no estrangeiro, bem como participar na redistribuição no mercado de determinados riscos de natureza ou dimensão específicas.

A **Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A.** (anterior Universal Seguros, S.A.), com sede em Luanda, na Rua 1º Congresso MPLA, n.º 11, 1º A, Ingombota, foi constituída em 2 de junho de 2009 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora nos ramos vida e não vida no território nacional da República de Angola.

A **Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.** resultou da cisão do ex - Instituto de Seguros e Providência Social, EP ocorrida em 30 de outubro de 1991, nos termos do Decreto-Lei nº 136/91, de 2 de outubro, tendo-lhe sido transmitidos todos os ativos e passivos relacionados com o negócio segurador. A Companhia tem a sua sede em Chã de Areia, C.P. 138, cidade da Praia, República de Cabo Verde, e delegações nas ilhas do Sal, São Vicente, Boavista, São Nicolau, Fogo e Santo Antão. Para a angariação de apólices de seguro, a Companhia dispõe ainda de uma rede de agentes. A Companhia dedica-se ao exercício da atividade de seguro direto e de resseguro em todos os ramos e operações, podendo ainda exercer atividades conexas e complementares.



A **Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A.**, com sede na Avenida da Praia Grande, nº 567, Edifício BNU, 14º andar, Macau foi constituída em 30 de setembro de 2015 e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer, ainda, atividades conexas com as de seguros e de resseguros.

IMOBILIÁRIO

A **Fidelidade – Property Europe, S.A.**, denominação atribuída no decorrer de 2014, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 19 de novembro de 1991 e o seu objeto principal é o arrendamento de imóveis próprios por ela adquiridos ou construídos e a prestação de serviços conexos. Em 24 de novembro de 2004 foi realizada a escritura de fusão por incorporação da Caixa Imobiliário - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., na Mundial Confiança - Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., a qual alterou a sua denominação para Fidelidade-Mundial, Sociedade de Gestão e Investimento Imobiliário, S.A., tendo essa denominação sido alterada em 2013 para Fidelidade – Investimentos Imobiliários, S.A..

A **Fidelidade – Property International, S.A.**, com sede em Lisboa, no Largo do Calhariz, nº 30, foi constituída em 5 de novembro de 2014 e o seu objeto principal é a compra e venda de imóveis, incluindo a compra para revenda, o arrendamento ou a constituição de outros direitos reais sobre imóveis e, ainda, o desenvolvimento, promoção e a administração de projetos imobiliários, na vertente de construção e de reabilitação, bem como a prestação de serviços conexos.

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste** foi constituído em 10 de dezembro de 2002 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários. Este fundo é gerido pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

O **Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I** foi constituído em 22 de dezembro de 1993 e tem como política de investimento alcançar numa perspetiva de médio e longo prazo, uma valorização crescente de capital, através da constituição e gestão de uma carteira de valores predominantemente imobiliários. Este fundo é gerido pela Fundger – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A..

A **FPI (AU) 1 PTY LIMITED**, com sede em Grosvenor Place Level 18, 225 George Street, Sydney, NSW 2000, Austrália, foi constituída em 17 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (UK) 1 LIMITED**, com sede em Legalinx Limited, One Fetter Lane, London, EC4A 1BR, foi constituída em 18 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPI (US) 1 LLC**, com sede em 1209 Orange Street, Wilmington, County New Castle, estado de Delaware, Estados Unidos da América, foi constituída em 18 de dezembro de 2014 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **FPE (IT) Società per Azioni**, com sede em Via Maria Teresa 11 Cap 20123, Milão, Itália, foi constituída em 2 de julho de 2015 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **GK Kita Aoyoma Support 2**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A **Higashi Shinagawa Two TMK**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 1 de agosto de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

A **FPE (Lux) Holding S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo, foi constituída em 2 de fevereiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-2257 Luxemburgo, foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) S.à r.l.**, é um veículo especial de investimento, com sede em 18, rue Robert Stümper, L-257 Luxemburgo, foi constituída em 6 de janeiro de 2016.

A **Thomas More Square (Lux) Investments Limited**, com sede em 31 Bruton Place, London W1J 6NN, foi constituída em 17 de setembro de 2007 e tem como objeto social a compra de propriedades.

A **Godo Kaisha Moana**, é um veículo especial de investimento, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014.

A **Godo Kaisha Praia**, com sede em Tokyo Kyodo Accounting Office 3-1-1, Marunouchi, Chiyoda-ku, Tóquio, Japão, foi constituída em 27 de março de 2014 e tem como objeto social a compra, venda, investimentos e gestão de propriedades.

O **Fundo Broggi**, constituído em 24 de março de 2017, ao abrigo das leis italianas, é um fundo de investimento imobiliário alternativo fechado. É gerido pela IDeA FIMIT - Società di Gestione del Risparmio S.p.A., uma sociedade gestora de fundos de investimento italiana.

O **Broggi Retail S.R.L.** é uma sociedade comercial italiana, 100% detida pela IDeA FIMIT - Società di Gestione del Risparmio S.p.A., na qualidade de sociedade gestora do Fundo Broggi, e no interesse do Fundo Broggi, cujo objecto social é, entre outros, a gestão, reestruturação, valorização e manutenção de ativos imobiliários, próprios e de terceiros.

SAÚDE

A **Luz Saúde, S.A., Sociedade Aberta**, com sede em Lisboa, na Rua Carlos Alberto da Mota Pinto, 17 - 9º, foi constituída em 6 de julho de 2000 sob a forma jurídica de "Sociedade Gestora de Participações Sociais", ao abrigo do Decreto-Lei nº 495/88, de 30 de dezembro, é um dos maiores grupos de prestações de cuidados de saúde em termos de rendimentos no mercado português, o qual se encontra em expansão. O Grupo presta serviços através de 18 unidades nas regiões Norte, Centro e Centro sul, destacando-se uma presença significativa em Lisboa onde opera o Hospital da Luz, o maior hospital privado em Portugal e no Grande Porto, onde opera o Hospital da Arrábida.

OUTROS SETORES

A **Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A. (Fidelidade Car Service)**, com sede em Lisboa, na Rua Cidade de Bolama, nº 1 - B, foi constituída em 12 de fevereiro de 1973 e tem por objeto social o exercício de toda e qualquer atividade relacionada com veículos automóveis, nomeadamente reparações, peritagens, avaliações e recuperação de salvados, bem como a locação de veículos automóveis. Acessoriamente, a sociedade pode realizar operações conexas ou complementares das referidas.



A **E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A. (Safemode)**, com sede em Lisboa, na Rua Nova da Trindade, nº 3, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de análise e prevenção de riscos, bem como de consultoria técnica e formação para incremento das condições de higiene, segurança e saúde em locais de trabalho, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e de gestão de instalações industriais para tratamento, recuperação ou reciclagem.

A **GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida 5 de Outubro N.º35 8º Piso, foi constituída em 11 de novembro de 1996 e tem por objeto social a prestação de serviços de avaliação de danos em imóveis e veículos automóveis, ligeiros e pesados, ciclomotores e velocípedes, incluindo seus reboques e atrelados.

A **Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa, nº 13 – 7º, foi constituída em 29 de janeiro de 1991 e tem por objeto social a representação e assistência de seguradoras estrangeiras e, bem assim, a prestação de serviços de apoio à gestão de sinistros de seguradoras nacionais e estrangeiras. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação da Cares RH - Companhia de Assistência e Representação de Seguros, S.A., passando a Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A..

A **Cares Multiassistance, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua de Ponta Delgada, nº 44 A e B, foi constituída em 19 de junho de 2002 e tem como objeto social a prestação de serviços de organização, avaliação e gestão de qualquer trabalho de reparação e restauro.

A **FCM Beteiligungs GmbH**, com sede em St. Pölten na Áustria, na rua Hollausg 12, foi constituída em 6 de maio de 2014 e tem por objeto social a aquisição, alienação, detenção ou gestão dos próprios investimentos em outras empresas na Alemanha e no exterior, sendo ativo na importação, exportação, comércio grossista e retalhista de têxteis e artigos de moda de todos os tipos, incluindo negócios complementares relacionadas, em particular, com a gestão da Tom Tailor GmbH, em Hamburgo. A empresa poderá agir em seu nome próprio nas atividades acima mencionadas.

FID I (HK) LIMITED, FID III (HK) LIMITED são veículos especiais de investimento com sede em Level 54 Hopewell Centre 183, Queen's Road East, Hong Kong constituídos em 4 de novembro de 2014.

A **Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto principal a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de gestão de recursos humanos e de apoio informático, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

A **Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.**, com sede na Rua 1393, nº 47 (Paralela à Rua José Craveirinha), Bairro da Polana – Maputo, Moçambique, foi constituída no dia 23 de julho de 2015 e tem por objeto o exercício das atividades de segurança e de saúde no trabalho, bem como a prestação de serviços de análise e prevenção de risco, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos e de formação, de apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações.

FID Loans 1 (Ireland) Limited and FID Loans 2 (Ireland) Limited são veículos especiais de investimento, com sede em 1st Floor, 118 Lower Baggot Street, Dublin 2, Ireland, constituídas no dia 13 de junho de 2017.

Universal - Assistência e Serviços, Lda., com sede na Rua Pedro de Castro Van Dunen Loy s/n, Morro Bento, Luanda, foi constituída no dia 21 de abril de 2017 e tem por objeto a prestação de serviços de assistência e de apoio à gestão de processos de sinistros, bem como a prestação de serviços de contabilidade, de consultoria técnica e de gestão de recursos humanos, de formação e de apoio informático, de análise e prevenção de risco e apoio laboratorial, de planeamento e acompanhamento de intervenções de recuperação ambiental e gestão de instalações, e, ainda, a prestação de serviços de organização, avaliação, peritagem e gestão de quaisquer trabalhos de reparação, restauro, montagem e melhoramentos a realizar em quaisquer bens, bem como a contratação de quaisquer entidades para a execução de tais trabalhos, aquisição e fornecimento de diversos materiais, produtos e ferramentas, e prestação de quaisquer serviços conexos ou complementares das referidas atividades.

Os principais movimentos nas empresas subsidiárias do Grupo durante o exercício de 2017, foram os seguintes:

Durante o ano de 2017 a Luz Saúde, S.A. alienou as suas ações próprias, no montante de 656.388 Euros e a Fidelidade adquiriu ações desta empresa no montante de 541 Euros, sendo a sua participação no capital social de 98,79% em 31 de dezembro de 2017.

Em 24 de março de 2017 a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. concedeu à Fidelidade – Property Europe, S.A. prestações suplementares no montante de 19.873.562 Euros.

Em 20 de abril de 2017 houve uma redução da prestação suplementar da Fidelidade – Property International, S.A., no montante de 98.912.709 Euros.

No primeiro trimestre de 2017, foi realizada pela Fidelidade – Property International, S.A. uma redução no capital social da GK Kita Aoyoma Support 2 e da Higashi Shinagawa Two TMK no montante de 24.274.667 Euros e de 25.993.865 Euros, respetivamente.

Em 2017, a Fidelidade – Property Europe, S.A. concedeu à FPE (IT) Società per Azioni prestações suplementares no montante de 23.873.562 Euros.

Em 24 de março de 2017 a FPE (IT) Società per Azioni constituiu o Fundo Broggi, tendo sido emitidas, a 27 de março, 7.132 unidades de participação, sendo a participação de 100% no capital social pelo montante de 356.600.00 Euros.

Em junho de 2017 houve a liquidação da Thomas More Square (Lux) Investments Limited, com uma transferência de 100% para a Thomas More Square (Lux) S.à r.l..

Em 13 de junho de 2017 foi constituída a empresa FID Loans 1 (Ireland) Limited com um capital social de 1 Euro, detida a 100% pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.. Até ao final do ano foram efetuados aumentos de capital no valor total de 189.999.999 Euros, totalizando 190.000.000 Euros em 31 de dezembro de 2017.

Em 13 de junho de 2017 foi constituída a empresa FID Loans 2 (Ireland) Limited com um capital social de 1 Euro, detida a 100% pela Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A..

Em 2017 foram alienadas ações próprias da Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. aos colaboradores, reduzindo a participação efetiva da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. de 56,35% para 55,89%.

Em 2017 a FCM Beteiligungs GmbH adquiriu 49% de ações próprias, passando a participação efetiva da Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. a ser 100%.

Em setembro de 2017 foi constituído o Broggi Retail S.R.L., com um capital social de 250.000 Euros, detido a 100% pelo Fundo Broggi.

Em setembro de 2017, ocorreu a operação de liquidação da totalidade do capital detido pela Fidelidade – Property International, S.A. na Higashi Shinagawa Two TMK.

Em outubro de 2017 a Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A constituiu a empresa Universal - Assistência e Serviços, Lda. com um capital social de 166.000 Kwanzas angolanos, que convertidos em Euros ao câmbio da data de constituição valem 895,42 Euros, sendo a participação de 80% do capital social pelo montante de 132.800 Kwanzas angolanos.

Em outubro de 2017, ocorreu a operação de liquidação da totalidade do capital detido pela Fidelidade – Property International, S.A. na GK Kita Aoyoma Support 2.

Em novembro de 2017, ocorreu a operação de alienação/venda da totalidade do capital detido pela FPI (UK) 1 LIMITED na FPI (US) 1 LLC.





4. Caixa e Seus Equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Caixa e seus equivalentes		
Sede	9.394.938	2.403.440
Delegações	2.267.934	1.323.859
	<u>11.662.872</u>	<u>3.727.299</u>
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	438.161.186	579.627.864
Em moeda estrangeira	146.922.608	415.066.610
	<u>585.083.794</u>	<u>994.694.474</u>
	<u>596.746.666</u>	<u>998.421.773</u>

5. Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017		2016	
	% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	Valor de balanço
Valorizadas ao custo				
Associadas				
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	14.400	10,00%	29.400
Valorizadas pelo método de equivalência patrimonial				
Associadas				
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (a)	33,67%	1.149.917	33,67%	914.394
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	-	25,00%	-
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	356.403	37,50%	305.636
		<u>1.506.320</u>		<u>1.220.030</u>
Empreendimentos conjuntos				
Madison 30 31 JV LLC	0,00%	-	77,00%	115.757.387
		<u>1.520.720</u>		<u>117.006.817</u>

(a) Valores de março de 2017 e junho 2016, respetivamente (período contabilístico de junho de 2016 a março de 2017 e junho de 2015 a junho de 2016).

Em 2016 existia um ajuste de 15.000 Euros na Luz Saúde classificado com a associada HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. que foi retificado em 2017.

A Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. apresenta capitais próprios negativos. Consequentemente, a participação financeira detida pelo Grupo foi reduzida a zero, tendo sido adicionalmente constituído um passivo para responsabilidades assumidas com esta participada (Nota 24).

85

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Os dados financeiros das empresas associadas e empreendimentos conjuntos valorizadas pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2017				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Saúde						
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	1.667.714	904.515	763.199	102.592	1.294.344
Outros setores						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	4.912.866	1.497.509	3.415.357	699.506	4.647.330
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	280.258	492.181	(211.923)	(84.444)	1.515
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de março de 2017 (período contabilístico junho de 2016 a março de 2017).

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2016				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Saúde						
Genomed – Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	37,50%	1.284.129	669.284	614.845	102.592	1.046.161
Outros setores						
Audatex Portugal – Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (b)	33,67%	3.963.903	1.248.052	2.715.851	2.630	6.495.780
Highgrove – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	25,00%	807.400	1.102.525	(295.125)	(125.538)	120.356
HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.	10,00%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Madison 30 31 JV LLC	77,00%	245.201.924	94.867.660	150.334.264	(8.142.310)	212.736

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

(b) Valores de junho de 2016 (período contabilístico junho de 2015 a junho de 2016).

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos, agrupadas pela natureza do seu negócio principal, são as seguintes:

SAÚDE

A **Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.**, foi constituída em 4 de novembro de 2004 com sede em Lisboa, Avenida Egas Moniz 1600-190 Lisboa, tendo como objeto social prestar serviços de apoio ao diagnóstico, prevenção e terapêutica de doenças humanas através da constante implementação das metodologias mais inovadoras, assim como, promover atividades de diagnóstico, de investigação e desenvolvimento na área da Medicina Molecular.

OUTROS SETORES

A **Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Basílio Teles, nº 24 - 3º, foi constituída em 1994 e tem por objeto social a exploração de um sistema informático que permite o cálculo direto e indireto de danos decorrentes de acidentes. A sociedade poderá, igualmente, explorar serviços complementares de apoio ao sistema anteriormente referido, nomeadamente junto de Companhias Seguradoras, peritos, oficinas ou outros interessados.

A **Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.**, com sede no Lugar de Meladas, nº 380, Mozelos, foi constituída em 21 de setembro de 1999 e tem por objeto social a gestão de participações em outras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. A participação nesta empresa surge no seguimento de uma parceria com o Grupo Amorim para reconstrução do condomínio fechado do Convento dos Inglesinhos, situado na zona histórica do Bairro Alto, que presentemente está a vender os últimos empreendimentos.

A **HL – Sociedade Gestora do Edifício, S.A.** foi constituída em 21 de dezembro de 2009 com sede em Linda-a-Velha, Rua Mário Dionísio, nº 2, tendo como objeto social, exclusivo, o exercício das atividades de conceção, projeto, construção e manutenção das infraestruturas do Hospital de Loures, incluindo o exercício de todas as demais atividades, a título principal ou acessório, nos termos do disposto no Contrato de Gestão celebrado no âmbito do “Concurso para a celebração do Contrato de Gestão para conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e exploração do Hospital de Loures”.

A **Madison 30 31 JV LLC** foi constituída em 17 de dezembro de 2014, com sede em JD Carlisle LLC, 352 Park Avenue South – 15th Floor, New York 10010, Estados Unidos da América. É classificada como um empreendimento conjunto de acordo com *JV Agreement*, datado de 14 de janeiro de 2015.

Os principais movimentos nas empresas associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo durante o exercício de 2017, foram os seguintes:

Em novembro de 2017, a Madison 30 31 JV LLC saiu do perímetro de consolidação na sequência da venda da FPI (US) 1 LLC.

6. Ativos Financeiros Detidos para Negociação e Ativos Financeiros Classificados no Reconhecimento Inicial ao Justo Valor através de Ganhos e Perdas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Detidos para negociação (Nota 7)	Ao justo valor através de resultados	Total	Detidos para negociação (Nota 7)	Ao justo valor através de resultados	Total
Investimentos relativos a contratos Unit-linked	11.752	124.182.665	124.194.417	-	431.342.214	431.342.214
Outros investimentos						
Instrumentos de dívida						
De outros emissores						
Obrigações e outros títulos						
De emissores nacionais	-	22.991.400	22.991.400	-	1.365.213	1.365.213
De emissores estrangeiros	-	387.824.562	387.824.562	-	233.894.101	233.894.101
	-	410.815.962	410.815.962	-	235.259.314	235.259.314
Outros instrumentos financeiros						
Unidades de participação						
De emissores nacionais	-	534.185	534.185	-	-	-
Outros						
De residentes	-	-	-	-	9.516	9.516
	-	534.185	534.185	-	9.516	9.516
Crédito e outros valores a receber	-	272.341.783	272.341.783	-	-	-
Instrumentos derivados com justo valor positivo						
Interest rate swaps	4.794	-	4.794	-	-	-
Futuros sobre divisas	52.663.739	-	52.663.739	7.770.368	-	7.770.368
Forwards cambiais	457.645	-	457.645	-	-	-
	53.126.178	-	53.126.178	7.770.368	-	7.770.368
	53.137.930	807.874.595	861.012.525	7.770.368	666.611.044	674.381.412

Os investimentos relativos a contratos *Unit-linked* correspondem a ativos geridos pelas seguradoras do Grupo cujo risco é suportado pelo tomador do seguro. Deste modo, os ativos são registados pelo justo valor, sendo a responsabilidade para com os segurados refletida na rubrica "Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento".

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas" inclui títulos de rendimento fixo com derivados embutidos nos montantes de 410.815.962 Euros e 235.259.314 Euros, respetivamente. Estes títulos encontram-se valorizados pelo seu justo valor determinado com base nos preços indicados pelas respetivas entidades emittentes para a totalidade do instrumento, de acordo com as condições de mercado vigentes à data de referência das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Grupo reconheceu ganhos líquidos com a valorização destes investimentos no montante de 12.165.192 Euros e de 14.809.012 Euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os investimentos afetos aos contratos *Unit-Linked* apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas		
Instrumentos de dívida		
De empresas do Grupo	102.855	49.920.465
De dívida pública		
De emissores nacionais	89.467.752	340.390.253
De emissores estrangeiros	8.443.100	12.646.763
De outros emissores		
De emissores nacionais	309.615	895.071
De emissores estrangeiros	7.694.157	10.255.555
Instrumentos de capital		
De emissores nacionais	11.139.207	12.029.626
De emissores estrangeiros	7.564.290	7.177.090
Contas a receber	189	(31)
Transações a liquidar	(538.500)	(1.972.578)
	<u>124.182.665</u>	<u>431.342.214</u>
Ativos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos derivados	<u>11.752</u>	<u>-</u>
Outros ativos		
Depósitos à ordem	42.440.826	41.786.452
Depósitos a prazo	9.040.139	39.851.839
	<u>51.480.965</u>	<u>81.638.291</u>
Total (Nota 22)	<u><u>175.675.382</u></u>	<u><u>512.980.505</u></u>

O total dos investimentos afetos a contratos *Unit-linked* apresenta em 31 de dezembro de 2017 e 2016 uma diferença de 82.015 Euros e 3.312 Euros para o total dos passivos financeiros valorizados ao justo valor (Nota 22), que corresponde ao justo valor negativo dos *interest rate swaps* que se encontra registado na rubrica "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 23) e que estão afetos a *Unit-linked*.

78

7. Derivados

O Grupo realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua atividade, essencialmente com o objetivo de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais e de taxas de juro.

O Grupo controla os riscos das suas atividades com derivados através de procedimentos de aprovação das operações, definição de limites de exposição por produto e contraparte, e acompanhamento da evolução dos respetivos resultados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6.c). Nestas datas, o seu montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

	2017							
	Montante Nocional			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
			(Nota 6)	(Nota 23)		(Nota 23)		
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	40.668.155	-	40.668.155	16.546	(5.654.647)	-	-	(5.638.101)
Futuros sobre divisas	2.762.000.000	940.500.000	3.702.500.000	52.663.739	(2.147)	14.922.591	-	67.584.183
Forwards cambiais	47.195.181	-	47.195.181	457.645	-	-	-	457.645
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	180.000.000	180.000.000	-	-	-	(3.109.947)	(3.109.947)
Cobertura de investimento líquido								
Futuros sobre divisas	-	578.750.000	578.750.000	-	-	4.478.377	(769.417)	3.708.960
Forwards cambiais	-	161.602.464	161.602.464	-	-	8.777.409	(131.822)	8.645.587
	2.849.863.336	1.860.852.464	4.710.715.800	53.137.930	(5.656.794)	28.178.377	(4.011.186)	71.648.327

	2016							
	Montante Nocional			Valor Contabilístico				
	Derivados de negociação	Derivados de cobertura	Total	Derivados de Negociação		Derivados de cobertura		Total
				Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
			(Nota 6)	(Nota 23)		(Nota 23)		
Cobertura de justo valor								
Swaps de taxa de juro	40.668.155	-	40.668.155	-	(7.164.396)	-	-	(7.164.396)
Futuros sobre divisas	1.426.125.000	1.024.375.000	2.450.500.000	7.770.368	(7.908.243)	4.356.758	(8.737.700)	4.218.883
Forwards cambiais	-	13.341.558	13.341.558	-	-	314.098	-	314.098
Cobertura de fluxos de caixa								
Swaps de taxa de juro	-	180.000.000	180.000.000	-	-	-	(4.731.582)	(4.731.582)
Cobertura de investimento líquido								
Futuros sobre divisas	-	511.625.000	511.625.000	-	-	1.369.636	-	(7.368.064)
Forwards cambiais	-	456.581.591	456.581.591	-	-	16.728.216	-	16.728.216
	1.466.793.155	2.185.923.149	3.652.716.304	7.770.368	(15.072.639)	22.768.708	(13.469.282)	1.997.155

Os *interest rate swaps* contratados pelo Grupo e classificados como derivados detidos para negociação, destinam-se essencialmente à cobertura de responsabilidades com contratos de investimento do ramo vida, os quais, com exceção dos contratos *Unit-linked*, são valorizados ao custo amortizado (Nota 23).

Os *interest rate swaps* contratados pelo Grupo e classificados como derivados de cobertura, destinam-se à cobertura do risco de variação de taxa de juro dos empréstimos contraídos. O risco coberto é o indexante da taxa variável aos quais se encontram associados os contratos de financiamento do Grupo.

Para mitigar o risco de variabilidade cambial dos instrumentos financeiros foram contratados futuros EUR/USD e EUR/GBP cotados na *Chicago Mercantile Exchange* (CME) de forma a garantir o alinhamento cambial das divisas dos ativos com a moeda de exigibilidade dos passivos. No caso dos riscos EUR/JPY, EUR/GBP e EUR/AUD os instrumentos contratados são *forwards* negociados em mercado de balcão.

73

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	2017				Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor					
Swaps de taxa de juro	-	-	40.000.000	668.155	40.668.155
Futuros sobre divisas	1.888.125.000	1.814.375.000	-	-	3.702.500.000
Forwards cambiais	27.287.374	19.907.807	-	-	47.195.181
Cobertura de fluxos de caixa					
Swaps de taxa de juro	-	-	30.000.000	150.000.000	180.000.000
Cobertura de investimento líquido					
Futuros sobre divisas	471.000.000	107.750.000	-	-	578.750.000
Forwards cambiais	48.125.386	113.477.078	-	-	161.602.464
	2.434.537.760	2.055.509.885	70.000.000	150.668.155	4.710.715.800

	2016					Total
	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	
Cobertura de justo valor						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	40.000.000	668.155	40.668.155
Futuros sobre divisas	1.714.750.000	-	735.750.000	-	-	2.450.500.000
Forwards cambiais	-	13.341.558	-	-	-	13.341.558
Cobertura de fluxos de caixa						
Swaps de taxa de juro	-	-	-	30.000.000	150.000.000	180.000.000
Cobertura de investimento líquido						
Futuros sobre divisas	398.375.000	-	113.250.000	-	-	511.625.000
Forwards cambiais	263.738.140	58.213.382	134.630.069	-	-	456.581.591
	2.376.863.140	71.554.939	983.630.069	70.000.000	150.668.155	3.652.716.304

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2017		2016	
	Montante Nocial	Valor Contabilístico	Montante Nocial	Valor Contabilístico
Swaps				
Swaps de Taxa de juro				
Instituições Financeiras				
Grupo Caixa Geral Depósitos	40.668.155	(5.638.101)	40.668.155	(7.164.396)
Outras instituições	180.000.000	(3.109.947)	180.000.000	(4.731.582)
Futuros				
Futuros sobre Divisas				
Em Bolsa				
Chicago	4.281.250.000	71.293.143	2.962.125.000	(3.149.181)
Forwards cambiais				
Instituições Financeiras	208.797.645	9.103.232	469.923.149	17.042.314
	4.710.715.800	71.648.327	3.652.716.304	1.997.155

83

9

Nos exercícios de 2017 e 2016, foram gerados os seguintes ganhos e perdas referentes à contabilidade de cobertura de justo valor:

	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Derivados	132.599.074	(13.270.447)	119.328.627	336.597.725	(372.707.569)	(36.109.844)
Ativos cobertos	1.702.775	(136.017.862)	(134.315.087)	157.776.330	(126.318.181)	31.458.149
	<u>134.301.849</u>	<u>(149.288.309)</u>	<u>(14.986.460)</u>	<u>494.374.055</u>	<u>(499.025.750)</u>	<u>(4.651.695)</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, a Reserva de Reavaliação referente à contabilidade de cobertura apresenta a seguinte desagregação:

	2017		2016	
	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido	Cobertura de fluxos de caixa	Cobertura de investimento líquido
Swaps de taxa de juro	(2.276.633)	-	(4.092.767)	-
Futuros sobre Divisas	-	49.222.244	-	28.667.820
Forwards cambiais	-	22.511.915	-	14.441.565
	<u>(2.276.633)</u>	<u>71.734.159</u>	<u>(4.092.767)</u>	<u>43.109.385</u>

8. Ativos Disponíveis para Venda

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 42)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	3.623.850.570	-	3.623.850.570	(1.096.495)	283.170.768	3.905.924.843
De emissores estrangeiros	1.812.018.142	-	1.812.018.142	(8.417.001)	20.019.097	1.823.620.238
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3.422.596	-	3.422.596	-	266.257	3.688.853
De organismos financeiros internacionais	126.854	-	126.854	-	64.935	191.789
De outros emissores						
De emissores nacionais	209.119.336	(49.979.822)	159.139.514	-	3.357.158	162.496.672
De emissores estrangeiros	3.265.849.526	(90.947.880)	3.174.901.646	(178.073.717)	32.144.898	3.028.972.827
De empresas do Grupo	374.780.269	-	374.780.269	-	(1.709.110)	373.071.159
	<u>9.289.167.293</u>	<u>(140.927.702)</u>	<u>9.148.239.591</u>	<u>(187.587.213)</u>	<u>337.314.003</u>	<u>9.297.966.381</u>
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	107.100.583	(12.226.609)	94.873.974	-	1.792.722	96.666.696
De emissores estrangeiros	1.247.240.304	(301.805.345)	945.434.959	(24.695.762)	383.920.044	1.304.659.241
	<u>1.354.340.887</u>	<u>(314.031.954)</u>	<u>1.040.308.933</u>	<u>(24.695.762)</u>	<u>385.712.766</u>	<u>1.401.325.937</u>
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27.434	-	27.434	-	(5.611)	21.823
Unidades de participação						
De residentes	171.238.958	(33.511.103)	137.727.855	-	46.219.657	183.947.512
De não residentes	10.417.597	(4.612.771)	5.804.826	(67)	3.955.319	9.760.078
Outros	(120.779)	-	(120.779)	-	-	(120.779)
	<u>181.563.210</u>	<u>(38.123.874)</u>	<u>143.439.336</u>	<u>(67)</u>	<u>50.169.365</u>	<u>193.608.634</u>
	<u>10.825.071.391</u>	<u>(493.083.530)</u>	<u>10.331.987.861</u>	<u>(212.283.042)</u>	<u>773.196.133</u>	<u>10.892.900.952</u>

JB

JB

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2016					
	Valor antes de imparidade	Imparidade acumulada (Nota 42)	Valor líquido	Diferenças de câmbio	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Instrumentos de dívida						
De dívida pública						
De emissores nacionais	5.360.732.880	-	5.360.732.880	-	(63.756.828)	5.296.976.052
De emissores estrangeiros	229.716.864	-	229.716.864	3.458.577	4.391.505	237.566.946
De outros emissores públicos						
De emissores estrangeiros	3.421.701	-	3.421.701	-	381.188	3.802.889
De organismos financeiros internacionais	11.399.305	-	11.399.305	-	6.175.910	17.575.215
De outros emissores						
De emissores nacionais	216.785.270	(52.929.367)	163.855.903	-	495.856	164.351.759
De emissores estrangeiros	1.508.056.755	(107.752.335)	1.400.304.420	49.972.459	(2.289.547)	1.447.987.332
De empresas do Grupo	421.271.476	-	421.271.476	-	595.992	421.867.468
	<u>7.751.384.251</u>	<u>(160.681.702)</u>	<u>7.590.702.549</u>	<u>53.431.036</u>	<u>(54.005.924)</u>	<u>7.590.127.661</u>
Instrumentos de capital						
Valorizados ao justo valor						
De emissores nacionais	99.126.120	(7.853.091)	91.273.029	-	1.497.552	92.770.581
De emissores estrangeiros	1.444.690.566	(278.682.063)	1.166.008.503	111.240.424	32.984.633	1.310.233.560
	<u>1.543.816.686</u>	<u>(286.535.154)</u>	<u>1.257.281.532</u>	<u>111.240.424</u>	<u>34.482.185</u>	<u>1.403.004.141</u>
Outros instrumentos						
Títulos de participação						
De residentes	27.434	-	27.434	-	(11.519)	15.915
Unidades de participação						
De residentes	216.635.616	(41.818.951)	174.816.665	-	47.987.371	222.804.036
De não residentes	17.161.725	(5.867.238)	11.294.487	5	3.958.495	15.252.987
Outros	(66.583)	-	(66.583)	-	-	(66.583)
	<u>233.758.192</u>	<u>(47.686.189)</u>	<u>186.072.003</u>	<u>5</u>	<u>51.934.347</u>	<u>238.006.355</u>
	<u>9.528.959.129</u>	<u>(494.903.045)</u>	<u>9.034.056.084</u>	<u>164.671.465</u>	<u>32.410.608</u>	<u>9.231.138.157</u>

9. Empréstimos e Contas a Receber

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Valor bruto	Imparidade (Nota 42)	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade (Nota 42)	Valor líquido
Depósitos junto de empresas cedentes	167.023	-	167.023	875.620	-	875.620
Outros depósitos						
Depósitos a prazo	1.072.847.342	-	1.072.847.342	881.337.956	-	881.337.956
Contas margem	63.158.678	-	63.158.678	73.067.721	-	73.067.721
	<u>1.136.006.020</u>	<u>-</u>	<u>1.136.006.020</u>	<u>954.405.677</u>	<u>-</u>	<u>954.405.677</u>
Empréstimos concedidos						
Empréstimos hipotecários	21.720.685	-	21.720.685	21.851.904	(29.803)	21.822.101
Empréstimos sobre apólices	1.592.222	(10.597)	1.581.625	1.328.653	(10.597)	1.318.056
Títulos de dívida	22.834.556	(236.590)	22.597.966	30.084.668	(108.729)	29.975.939
Outros	967.602	(370.205)	597.397	3.833.032	(1.089.835)	2.743.197
	<u>47.115.065</u>	<u>(617.392)</u>	<u>46.497.673</u>	<u>57.098.257</u>	<u>(1.238.964)</u>	<u>55.859.293</u>
Outros	10.657	-	10.657	30.100	-	30.100
	<u>1.183.298.765</u>	<u>(617.392)</u>	<u>1.182.681.373</u>	<u>1.012.409.654</u>	<u>(1.238.964)</u>	<u>1.011.170.690</u>

10. Terrenos e Edifícios

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento ocorrido nas rubricas de “Terrenos e Edifícios” foi o seguinte:

	<u>De uso próprio</u>	<u>De rendimento</u>	<u>Total</u>
SalDOS em 31 de dezembro de 2015			
Valor Bruto	433.796.898	1.117.500.727	1.551.297.625
Amortizações e imparidade acumuladas	<u>(63.106.398)</u>	<u>-</u>	<u>(63.106.398)</u>
	<u>370.690.500</u>	<u>1.117.500.727</u>	<u>1.488.191.227</u>
Entradas / (saídas) do perímetro			
Adições	6.495.649	845.738.817	852.234.466
Por aquisições realizadas no período	42.380.273	16.054.586	58.434.859
Por dispêndios subsequentes	272.562	17.674.442	17.947.004
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 41)	-	53.903.479	53.903.479
Por contrapartida de capitais próprios	33.478.425	-	33.478.425
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 42)	(2.313.621)	-	(2.313.621)
Amortizações do exercício	(16.927.524)	-	(16.927.524)
Diferenças de câmbio	-	(71.455.020)	(71.455.020)
Transferências	(4.626.544)	4.626.544	-
Alienações e abates líquidos	(58.185)	(226.764.043)	(226.822.228)
Outros movimentos	65.179	(9.041)	56.138
SalDOS em 31 de dezembro de 2016			
Valor Bruto	517.884.943	1.757.270.491	2.275.155.434
Amortizações e imparidade acumuladas	<u>(88.428.229)</u>	<u>-</u>	<u>(88.428.229)</u>
	<u>429.456.714</u>	<u>1.757.270.491</u>	<u>2.186.727.205</u>
Entradas / (saídas) do perímetro			
Adições	3.390.276	-	3.390.276
Por aquisições realizadas no período	17.581.767	14.600.890	32.182.657
Por dispêndios subsequentes	35.843.311	46.647.230	82.490.541
Revalorização			
Por contrapartida de resultados (Nota 41)	-	7.993.094	7.993.094
Por contrapartida de capitais próprios	5.144.675	215.404	5.360.079
Reforços/ reversões de Imparidade no exercício (Nota 42)	(883.984)	-	(883.984)
Amortizações do exercício	(21.415.250)	-	(21.415.250)
Diferenças de câmbio	(85.465)	(54.215.266)	(54.300.731)
Transferências para ativos não correntes detidos para venda	(34.790.401)	(260.924.277)	(295.714.678)
Transferências	3.279.239	(3.279.239)	-
Alienações e abates líquidos	(4.990.823)	(91.293.243)	(96.284.066)
Outros movimentos	62.359	-	62.359
SalDOS em 31 de dezembro de 2017			
Valor Bruto	540.459.856	1.417.015.084	1.957.474.940
Amortizações e imparidade acumuladas	<u>(107.867.438)</u>	<u>-</u>	<u>(107.867.438)</u>
	<u>432.592.418</u>	<u>1.417.015.084</u>	<u>1.849.607.502</u>

Em 2017, as entradas no perímetro de consolidação, referem-se à sociedade Clínica Hospitalar, Lda e em 2016, estas entradas, no perímetro de consolidação, referem-se à aquisição das sociedades Hospital da Luz – Guimarães, S.A., Godo Kaisha Praia e Thomas More Square (Lux) S.à r.l..

Em 2017 as alienações de propriedades de investimento referem-se essencialmente ao imóvel 73 Miller Street, na Austrália e em 2016 ao imóvel Shinagawa-ku, no Japão.

28

Conforme referido na Nota 2.9. acima, os terrenos e edifícios de uso próprio encontram-se valorizados ao justo valor, de acordo com a opção prevista na IAS 16.

Os terrenos e edifícios de rendimento encontram-se também valorizados ao justo valor, de acordo com o tratamento previsto na IAS 40.

Os terrenos e edifícios são avaliados sempre que considerado adequado ou com uma periodicidade máxima de dois anos, por peritos avaliadores habilitados para o efeito. O Grupo considera que os terrenos e edifícios que detém são sujeitos à sua maior e melhor utilização possível, pelo que as avaliações efetuadas para apurar o respetivo justo valor são preparadas tendo em consideração a sua utilização atual, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”.

No caso dos terrenos e edifícios de uso próprio, os respetivos ganhos e perdas são contabilizados por contrapartida da rubrica de capitais próprios “Reservas de reavaliação - Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio”, desde que:

- O valor acumulado das reservas de revalorização após o ajustamento seja positivo; ou
- A revalorização seja positiva e exceda o valor das eventuais revalorizações negativas que tenham sido contabilizadas em períodos anteriores por contrapartida de resultados do exercício.

Os ganhos e perdas resultantes da reavaliação de terrenos e edifícios de rendimento são registados por contrapartida de ganhos e perdas do exercício.

Métodos de avaliação

As avaliações dos terrenos e edifícios, são efetuadas tendo em vista a obtenção do presumível valor de transação, normalmente o valor de mercado (justo valor), isto é, o preço pelo qual o terreno ou edifício poderia ser vendido, à data da avaliação, por contrato privado entre um vendedor e um comprador interessados e independentes, entendendo-se que o bem é objeto de uma oferta pública no mercado, que as condições deste permitem uma venda regular e ordenada, e que se dispõe de um prazo normal para negociar a venda, tendo em conta a natureza do bem. Nos casos de existência de contratos de arrendamento a determinação do presumível valor de transação tem em consideração o valor baseado no rendimento.

As técnicas de avaliação normalmente utilizadas são:

- a) Abordagem de mercado: consiste na avaliação do terreno ou edifício por comparação, ou seja, em função de transações e/ou propostas efetivas de aquisição em relação a terrenos ou edifícios que possuam idênticas características físicas e funcionais, e cuja localização se insira numa mesma área do mercado imobiliário;
- b) Abordagem do custo: consiste na determinação do valor do edifício através da soma do valor de mercado do terreno e de todos os custos necessários à construção de um edifício de iguais características físicas e funcionais, depreciados em função da sua antiguidade, estado de conservação e estimativa de vida útil e acrescidos das margens de lucro requeridas. Alternativamente, esta abordagem pode basear-se no justo valor do bem imóvel no seu estado atual, retirando ao referido valor, após conclusão das obras, todos os custos e margens associadas, ainda não executados;

73

- c) Abordagem do rendimento: consiste no apuramento do valor do terreno ou edifício mediante o quociente entre a renda anual efetiva e uma taxa de capitalização adequada.

Conforme previsto pela IFRS 13, as avaliações dos terrenos e edifícios maximizam a utilização de dados observáveis de mercado. No entanto, uma vez que a generalidade das avaliações considera também dados não observáveis, o justo valor dos terrenos e edifícios do Grupo encontra-se classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor definida pela IFRS 13.

Terrenos e edifícios de uso próprio

Os edifícios de uso próprio são amortizados ao longo da respetiva vida útil definida em cada avaliação.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as reservas de justo valor associadas a terrenos e edifícios de uso próprio ascendem a 111.830.706 Euros e 106.470.627 Euros, respetivamente (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o desdobramento do valor dos terrenos e edifícios de uso próprio em função da respetiva data de avaliação, é o seguinte:

	2017	2016
2017	88.414.115	-
2016	344.178.303	356.382.861
2015	-	73.073.853
	<u>432.592.418</u>	<u>429.456.714</u>

11. Afetação dos Investimentos e Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a afetação dos investimentos e outros ativos, seguindo uma ótica prudencial, a contratos de seguro ou contratos de seguro e outras operações classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, pode ser resumida da seguinte forma:

	2017					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	15.187.550	1.459.203	61.009.337	3.151.243	515.939.333	596.746.666
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	914.394	-	591.926	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	5.977.151	1.040.133	30.053.154	9.676.131	6.391.361	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	83.168.405	1.290.547	283.129.377	148.013.374	292.272.892	807.874.595
Derivados de cobertura	251.956	83.774	10.332.662	4.254.200	13.255.785	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	1.399.067.658	199.426.144	7.395.248.894	1.705.997.446	193.160.810	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	413.164.959	10.835.519	410.059.605	100.930.890	247.690.400	1.182.681.373
Terrenos e edifícios	129.234	6.120.527	-	192.049.190	1.651.308.551	1.849.607.502
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	53.201.675	53.201.675
	<u>1.916.946.913</u>	<u>220.255.847</u>	<u>8.190.747.423</u>	<u>2.164.072.474</u>	<u>2.973.812.733</u>	<u>15.465.835.390</u>

JB



(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2016					Total
	Seguros de vida com participação nos resultados	Seguros de vida sem participação nos resultados	Seguros de vida e operações classificadas como contratos de investimento	Seguros não vida	Não afetos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	155.597.476	29.889.541	196.222.827	15.562.800	601.149.129	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	914.394	-	116.092.423	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	2.008.194	254.497	4.218.997	1.288.680	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	38.601.817	1.283.659	546.777.433	79.622.430	325.705	666.611.044
Derivados de cobertura	-	1.233	2.605.166	2.064.457	18.097.852	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	1.579.475.633	114.506.349	5.947.816.192	1.443.524.006	145.815.977	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	71.885.040	7.202.487	570.688.234	264.183.210	97.211.719	1,011.170.690
Terrenos e edifícios	569.918	1.869.168	-	358.755.644	1.825.532.475	2.186.727.205
Outros ativos tangíveis	-	-	-	-	50.206.558	50.206.558
	1.848.138.078	155.006.934	7.269.243.243	2.165.001.227	2.854.431.838	14.291.821.320

12. Outros Ativos Tangíveis

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas de outros ativos tangíveis foi o seguinte:

	2017							Saldo final			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento											
Equipamento administrativo	26.496.957	(25.128.530)	57.250	926.590	(84.284)	(802.277)	(3.467)	(940)	26.392.620	(24.931.321)	1.461.299
Máquinas e ferramentas	9.008.273	(7.704.564)	-	468.236	(7.444)	(440.418)	(1.728)	(2.751)	8.572.424	(7.252.820)	1.319.604
Equipamento informático	18.236.003	(15.365.727)	-	1.262.772	203.998	(1.920.258)	(1.670)	-	19.354.117	(16.938.999)	2.415.118
Instalações interiores	23.232.675	(19.517.526)	-	1.408.963	204.337	(1.008.837)	(5.452)	-	24.790.146	(20.475.986)	4.314.160
Material de transporte	2.103.281	(1.229.915)	3.694	380.030	(7.733)	(382.130)	(19.275)	(26.455)	2.375.262	(1.553.765)	821.497
Equipamento hospitalar	146.305.912	(115.245.796)	-	12.822.275	506.165	(10.496.289)	-	-	158.335.048	(124.442.781)	33.892.267
Outro equipamento	38.535.578	(33.184.660)	1.011.250	1.756.434	(142.391)	(1.987.173)	14.855	(240.938)	40.725.056	(34.962.101)	5.762.955
Património artístico	1.999.474	-	-	34.601	-	-	(1.256)	-	2.032.819	-	2.032.819
Equipamento em locação financeira	908.995	(643.578)	-	-	190.408	(55.700)	-	(263.411)	539.241	(402.527)	136.714
Outros ativos tangíveis	5.531.825	(4.465.618)	-	664.305	(289.135)	(410.769)	-	(38.947)	5.776.588	(4.784.927)	991.661
Adiantamento por conta de tangíveis	333.499	-	-	-	(72.954)	-	-	(206.964)	53.581	-	53.581
	272.692.472	(222.485.914)	1.072.194	19.724.206	500.967	(17.503.851)	(17.993)	(780.406)	288.946.902	(235.745.227)	53.201.675

	2016							Saldo final			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Equipamento											
Equipamento administrativo	26.978.080	(25.742.741)	-	979.908	30.241	(827.398)	(49.663)	-	26.496.957	(25.128.530)	1.368.427
Máquinas e ferramentas	8.477.976	(7.609.485)	-	741.018	74.204	(368.023)	(8.906)	(3.075)	9.008.273	(7.704.564)	1.303.709
Equipamento informático	17.213.388	(14.738.525)	-	3.360.236	7.987	(2.847.325)	(36.296)	(89.189)	18.236.003	(15.365.727)	2.870.276
Instalações interiores	23.171.262	(19.193.902)	-	710.393	191.726	(1.074.174)	(39.662)	(50.494)	23.232.675	(19.517.526)	3.715.149
Material de transporte	3.010.800	(1.468.289)	-	555.828	(275.988)	(374.524)	(66.088)	(508.373)	2.103.281	(1.229.915)	873.366
Equipamento hospitalar	130.505.040	(107.860.109)	3.272.734	13.797.435	1.049.282	(9.704.266)	-	-	146.305.912	(115.245.796)	31.060.116
Outro equipamento	37.261.792	(31.734.948)	-	2.233.099	(9.477)	(1.830.027)	(6.454)	(563.067)	38.535.578	(33.184.660)	5.350.918
Património artístico	1.616.153	-	-	386.724	-	-	286	(3.689)	1.999.474	-	1.999.474
Equipamento em locação financeira	7.290.447	(7.267.950)	-	146.701	285.043	(80.474)	-	(108.350)	908.995	(643.578)	265.417
Outros ativos tangíveis	5.430.946	(4.030.597)	-	743.531	(726.644)	(351.029)	-	-	5.531.825	(4.465.618)	1.066.207
Adiantamento por conta de tangíveis	48.585	-	-	284.914	-	-	-	-	333.499	-	333.499
	261.004.469	(219.646.546)	3.272.734	23.939.787	626.374	(17.457.240)	(206.783)	(1.326.237)	272.692.472	(222.485.914)	50.206.558

As entradas no perímetro de consolidação, referem-se, em 2017 à aquisição de 81,35% da S.C.H – Sociedade Clínica Hospitalar e de 100% da C.C.H. – Capial Criativo Care Investments S.A. e em 2016 à aquisição do Hospital da Luz – Guimarães, S.A..

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Ativos tangíveis” inclui ativos totalmente amortizados, mas que ainda se encontram em uso, nos montantes de 203.002.740 Euros e 149.244.275 Euros.

13. Inventários

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Mercadorias hospitalares	11.538.872	9.851.466
Imóveis	7.750	456.545
Mercadorias	192.606	146.595
Produtos e trabalhos em curso	88.788	114.663
Salvados	14.047	12.125
Outros inventários	213.806	208.683
	<u>12.055.869</u>	<u>10.790.077</u>
Imparidade de mercadorias (Nota 42)	-	(64.553)
	<u>12.055.869</u>	<u>10.725.524</u>

14. Goodwill

O goodwill registado pelo Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 tem a seguinte composição:

	2017			2016		
	Valor Bruto	Perda por Imparidade	Valor Líquido	Valor Bruto	Perda por Imparidade	Valor Líquido
	(Nota 42)			(Nota 42)		
Goodwill reconhecido em Goodwill						
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	65.531.707	-	65.531.707	65.531.707	-	65.531.707
Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	1.663.226	-	1.663.226	1.663.226	-	1.663.226
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	2.281.095	-	2.281.095	2.281.095	-	2.281.095
Luz Saúde, S.A.	359.254.032	-	359.254.032	359.254.032	-	359.254.032
GK Kita Aoyoma Support 2	15.319	-	15.319	15.319	-	15.319
Hospital da Luz Guimarães, S.A.	16.025.075	-	16.025.075	16.025.075	-	16.025.075
Godo Kaisha Moana	710.601	-	710.601	710.601	-	710.601
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	-	-	-	906.244	-	906.244
Thomas More Square (Lux) Sarl	-	-	-	109	-	109
S.C.H. - Soc. Clínica Hospitalar S.A.	3.126.025	-	3.126.025	-	-	-
C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.	8.720.683	-	8.720.683	-	-	-
	<u>457.327.763</u>	-	<u>457.327.763</u>	<u>446.387.408</u>	-	<u>446.387.408</u>
Goodwill reconhecido em Investimentos						
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	957.001	(957.001)	-	957.001	(957.001)	-
	<u>957.001</u>	<u>(957.001)</u>	<u>-</u>	<u>957.001</u>	<u>(957.001)</u>	<u>-</u>
	<u>458.284.764</u>	<u>(957.001)</u>	<u>457.327.763</u>	<u>447.344.409</u>	<u>(957.001)</u>	<u>446.387.408</u>

B

B

Nos exercícios de 2017 e 2016 esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2015	<u>428.745.379</u>
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Moana	710.601
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Investments Limited	906.244
Compra de 99,3% da Thomas More Square (Lux) Sarl	109
Compra de 100% do Hospital da Luz Guimarães, S.A.	16.025.075
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2016	<u>446.387.408</u>
Hive-up Thomas More Square (Lux) Investments Limited	(906.244)
Thomas More Square (Lux) Sarl	(109)
Compra de 81,35% da S.C.H. - Sociedade Clínica Hospitalar S.A.	3.126.025
Compra de 100% da C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.	8.720.683
Goodwill (Valor Líquido) a 31 de dezembro de 2017	<u><u>457.327.763</u></u>

A determinação do *goodwill* das principais empresas adquiridas pode ser demonstrada da seguinte forma:

Goodwill (reconhecido em goodwill)	
Compra de 80% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	980.832.887
Capital próprio da empresa adquirida (80,00%)	<u>911.913.667</u>
	<u>68.919.220</u>
Compra de 4,986% da Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	<u>(3.387.513)</u>
	<u>65.531.707</u>
Compra de 98,21% da Luz Saúde, S.A.	457.827.530
Capital Próprio da empresa adquirida (98,21%) em setembro de 2014	<u>98.683.752</u>
	<u>359.143.778</u>
Compra de 96,996% da Godo Kaisha Moana	102.843.643
Capital Próprio da empresa adquirida (96,996%) em 2016	<u>(102.133.042)</u>
	<u>710.601</u>
Compra de 100% do Hospital da Luz Guimarães, S.A.	25.237.564
Capital Próprio da empresa adquirida (100%) em 2016	<u>(9.212.489)</u>
	<u>16.025.075</u>
Compra de 81,35% da S.C.H. - Sociedade Clínica Hospitalar S.A.	3.091.338
Capital Próprio da empresa adquirida (81,35%) em março de 2017	<u>34.687</u>
	<u>3.126.025</u>
Compra de 100% da C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.	7.163.382
Capital Próprio da empresa adquirida (100%) em agosto de 2017	<u>1.557.301</u>
	<u>8.720.683</u>

JB

O *goodwill* adquirido na concentração de atividades empresariais representa um pagamento feito por uma adquirente em antecipação de benefícios económicos futuros de ativos que não sejam capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

Com uma periodicidade mínima anual, o Grupo realiza testes de imparidade ao *goodwill* registado em balanço, de acordo com os requisitos da IAS 36 – “Imparidade de ativos”. Para este efeito, o *goodwill* é alocado a unidades geradoras de fluxos de caixa, sendo apurado o respetivo valor recuperável com base em estimativas dos *cash-flows* futuros, atualizadas com base em taxas de desconto consideradas apropriadas pelo Grupo. As perdas por imparidade associadas ao *goodwill* são registadas em resultados do exercício e não podem ser revertidas.

A quantia recuperável do ativo corresponde ao valor mais elevado entre o justo valor menos os custos de vender e o seu valor de uso.

As avaliações efetuadas incorporaram a informação disponível à data da sua elaboração, nomeadamente condições macroeconómicas, situação dos mercados financeiros e outras, tendo-se verificado em todos os testes que o valor recuperável do ativo excede a respetiva quantia escriturada, não havendo, assim, lugar ao registo de perdas por imparidade.

No seguimento da aquisição das novas empresas ao longo de 2017, o Grupo efetuou uma avaliação do justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos de acordo com a IFRS 3 – “Concentrações Empresariais”, não tendo identificadas diferenças significativas entre os valores contabilísticos dos ativos e dos passivos e os seus justos valores. O detalhe dos ativos líquidos e do *goodwill* apurado no âmbito das transações ocorridas durante 2017 é como se segue:

	2017	
	S.C.H. - Soc. Clínica Hospitalar S.A.	C.C.H. - Capital Criativo Care Investments S.A.
Justo Valor dos Ativos e Passivos		
Ativos Adquiridos	5.070.195	10.893.002
Passivos adquiridos	5.112.834	12.450.303
Total dos Ativos Líquidos	(42.639)	(1.557.301)
% detida dos Ativos	(34.687)	(1.557.301)
Preço de aquisição	3.091.338	7.163.382
Goodwill	3.126.025	8.720.683

Em 2016 o Grupo registou Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas no valor de 24.815.820 Euros, referente à compra de 99,996% da empresa Godo Kaisha Moana e de 99,3% da Thomas Moore Square (Lux) Holdings S.à.r.l..

15. Outros Ativos Intangíveis

Nos exercícios de 2017 e 2016, o movimento nas rubricas de outros ativos intangíveis foi o seguinte:

	2017							Saldos finais			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Entrada no perímetro de consolidação	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	65.517.345	(57.096.904)	200.713	3.871.562	2.227.361	(6.659.977)	(3.127)	(316.983)	71.375.965	(63.635.975)	7.739.990
Outros ativos intangíveis	335.606	(275.041)	-	-	-	(27.133)	-	-	335.606	(302.174)	33.432
Ativos intangíveis em curso	10.510.038	-	-	4.354.084	(2.227.361)	-	-	(9.513)	12.627.248	-	12.627.248
	76.362.989	(57.371.945)	200.713	8.225.646	-	(6.687.110)	(3.127)	(326.496)	84.338.819	(63.938.149)	20.400.670

	2016						Saldos finais			
	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Adições	Transferências e regularizações	Amortizações do exercício	Diferenças de câmbio	Alienações e abates líquidos	Valor bruto	Amortizações e imparidade acumulada	Valor líquido
Sistemas de tratamento automático de dados (software)	62.202.558	(49.710.375)	1.791.823	1.690.488	(7.506.513)	(47.540)	-	65.517.345	(57.096.904)	8.420.441
Outros ativos intangíveis	335.606	(272.156)	-	-	(2.885)	-	-	335.606	(275.041)	60.565
Ativos intangíveis em curso	7.760.207	-	4.448.311	(1.687.728)	-	-	(10.752)	10.510.038	-	10.510.038
	70.298.371	(49.982.531)	6.240.134	2.760	(7.509.398)	(47.540)	(10.752)	76.362.989	(57.371.945)	18.991.044

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica "Ativos intangíveis em curso", refere-se a encargos incorridos com o desenvolvimento de novas aplicações informáticas (*software*).

As entradas no perímetro de consolidação, referem-se à aquisição de 81,35% da S.C.H – Sociedade Clínica Hospitalar e de 100% da C.C.H. – Capital Ciativo Care Investments S.A..

Nos exercícios de 2017 e 2016, o Grupo reconheceu diretamente na demonstração de ganhos e perdas despesas com gastos externos relacionados com pesquisa, desenvolvimento e manutenção de sistemas de tratamento automático de dados, nos montantes de 27.591.167 Euros e de 20.594.975 Euros, respetivamente.

16. Provisões Técnicas de Resseguro Cedido

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões técnicas de resseguro cedido apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	129.360	33.508.687	33.638.047	136.594	29.355.896	29.492.490
Provisão matemática	11.187.581	-	11.187.581	11.256.504	-	11.256.504
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	8.085.106	206.926.121	215.011.227	7.365.124	124.351.162	131.716.286
Sinistros não declarados (IBNR)	2.638.421	16.369.308	19.007.729	2.674.438	6.255.308	8.929.746
	10.723.527	223.295.429	234.018.956	10.039.562	130.606.470	140.646.032
Provisão para participação nos resultados	-	1.072	1.072	-	-	-
	22.040.468	256.805.188	278.845.656	21.432.660	159.962.366	181.395.026

JB

AR

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2017			2016		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	129.360	-	129.360	136.594	-	136.594
Seguros não vida						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.131.916	(1.460.726)	1.671.190	3.446.191	(1.608.289)	1.837.902
Doença	1.469.790	13.320	1.483.110	1.643.680	(200.837)	1.442.843
Incêndio e outros danos	28.282.964	(4.083.093)	24.199.871	23.537.352	(4.353.938)	19.183.414
Automóvel	389.253	(62.835)	326.418	475.976	(57.246)	418.730
Marítimo, aéreo e transportes	169.096	(23.599)	145.497	363.237	(34.560)	328.677
Responsabilidade civil geral	2.533.044	(178.122)	2.354.922	2.526.562	(215.308)	2.311.254
Crédito e caução	57.811	(3.024)	54.787	67.395	(1.604)	65.791
Proteção jurídica	3.667	(117)	3.550	2.179	(84)	2.095
Assistência	37.771	(2.077)	35.694	65.718	(1.604)	64.114
Diversos	5.249.565	(2.015.917)	3.233.648	5.640.714	(1.939.638)	3.701.076
	41.324.877	(7.816.190)	33.508.687	37.769.004	(8.413.108)	29.355.896
	41.454.237	(7.816.190)	33.638.047	37.905.598	(8.413.108)	29.492.490

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos de resseguro cedido durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017			
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	136.594	(7.234)	-	129.360
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.446.191	(271.292)	(42.983)	3.131.916
Doença	1.643.680	(166.867)	(7.023)	1.469.790
Incêndio e outros danos	23.537.352	4.996.134	(250.522)	28.282.964
Automóvel	475.976	(177.541)	90.818	389.253
Marítimo, aéreo e transportes	363.237	(190.004)	(4.137)	169.096
Responsabilidade civil geral	2.526.562	45.659	(39.177)	2.533.044
Crédito e caução	67.395	(9.584)	-	57.811
Proteção jurídica	2.179	1.501	(13)	3.667
Assistência	65.718	27.550	(55.497)	37.771
Diversos	5.640.714	(391.149)	-	5.249.565
	37.769.004	3.864.407	(308.534)	41.324.877
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.608.289)	130.988	16.575	(1.460.726)
Doença	(200.837)	213.771	386	13.320
Incêndio e outros danos	(4.353.938)	198.254	72.591	(4.083.093)
Automóvel	(57.246)	(1.971)	(3.618)	(62.835)
Marítimo, aéreo e transportes	(34.560)	11.555	(594)	(23.599)
Responsabilidade civil geral	(215.308)	32.404	4.782	(178.122)
Crédito e caução	(1.604)	(1.420)	-	(3.024)
Proteção jurídica	(84)	(33)	-	(117)
Assistência	(1.604)	(474)	1	(2.077)
Diversos	(1.939.638)	(76.279)	-	(2.015.917)
	(8.413.108)	506.795	90.123	(7.816.190)
	29.355.896	4.371.202	(218.411)	33.508.687
	29.492.490	4.363.968	(218.411)	33.638.047

88

	2016			Saldo final
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	122.501	14.093	-	136.594
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	10.181	(10.181)	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	3.752.246	(349.926)	43.871	3.446.191
Doença	795.613	984.294	(136.227)	1.643.680
Incêndio e outros danos	24.004.137	(187.980)	(278.805)	23.537.352
Automóvel	590.432	(224.229)	109.773	475.976
Marítimo, aéreo e transportes	310.545	34.212	18.480	363.237
Responsabilidade civil geral	2.124.123	379.959	22.480	2.526.562
Crédito e caução	110.487	(43.076)	(16)	67.395
Proteção jurídica	3.346	967	(2.134)	2.179
Assistência	78.593	9.646	(22.521)	65.718
Diversos	4.870.287	770.426	1	5.640.714
	<u>36.649.990</u>	<u>1.364.112</u>	<u>(245.098)</u>	<u>37.769.004</u>
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(1.070)	1.070	-	-
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.780.912)	190.778	(18.155)	(1.608.289)
Doença	(38.203)	(169.172)	6.538	(200.837)
Incêndio e outros danos	(3.897.501)	(401.318)	(55.119)	(4.353.938)
Automóvel	(16.192)	5.017	(46.071)	(57.246)
Marítimo, aéreo e transportes	(30.858)	6.792	(10.494)	(34.560)
Responsabilidade civil geral	(181.938)	(21.430)	(11.940)	(215.308)
Crédito e caução	(4.106)	2.499	3	(1.604)
Proteção jurídica	(84)	-	-	(84)
Assistência	(1.396)	(208)	-	(1.604)
Diversos	(1.468.715)	(470.922)	(1)	(1.939.638)
	<u>(7.420.975)</u>	<u>(856.894)</u>	<u>(135.239)</u>	<u>(8.413.108)</u>
	<u>29.229.015</u>	<u>507.218</u>	<u>(380.337)</u>	<u>29.355.896</u>
	<u>29.351.516</u>	<u>521.311</u>	<u>(380.337)</u>	<u>29.492.490</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão para sinistros de resseguro cedido apresenta a seguinte composição:

	2017			2016		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida						
	8.085.106	2.638.421	10.723.527	7.365.124	2.674.438	10.039.562
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	2.424.782	1.125.525	3.550.307	1.374.640	2.907	1.377.547
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	15.361.069	956.816	16.317.885	13.621.797	137.183	13.758.980
Doença	551.822	88.652	640.474	449.982	58.875	508.857
Incêndio e outros danos	151.078.402	10.662.565	161.740.967	73.891.900	5.305.728	79.197.628
Automóvel	9.388.764	997.724	10.386.488	7.957.051	3.900	7.960.951
Marítimo, aéreo e transportes	7.766.504	293.254	8.059.758	3.832.039	127.038	3.959.077
Responsabilidade civil geral	12.293.185	1.690.053	13.983.238	16.519.242	185.258	16.704.500
Crédito e caução	396	10.510	10.906	550	17.270	17.820
Assistência	(1.097)	2	(1.095)	-	-	-
Diversos	8.062.294	544.207	8.606.501	6.703.961	417.149	7.121.110
	<u>206.926.121</u>	<u>16.369.308</u>	<u>223.295.429</u>	<u>124.351.162</u>	<u>6.255.308</u>	<u>130.606.470</u>
	<u>215.011.227</u>	<u>19.007.729</u>	<u>234.018.956</u>	<u>131.716.286</u>	<u>8.929.746</u>	<u>140.646.032</u>

JB

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de resseguro cedido durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	10.039.562	7.134.265	(6.450.300)	-	10.723.527
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	1.377.547	2.609.570	(335.310)	(101.500)	3.550.307
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	13.758.980	4.769.444	(2.175.850)	(34.689)	16.317.885
Doença	508.857	2.375.630	(2.242.661)	(1.352)	640.474
Incêndio e outros danos	79.197.628	144.419.409	(57.757.082)	(4.118.988)	161.740.967
Automóvel	7.960.951	10.324.815	(7.999.207)	99.929	10.386.488
Marítimo, aéreo e transportes	3.959.077	6.928.152	(2.827.221)	(250)	8.059.758
Responsabilidade civil geral	16.704.500	657.119	(3.347.064)	(31.317)	13.983.238
Crédito e caução	17.820	(6.914)	-	-	10.906
Assistência	-	(1.098)	-	3	(1.095)
Diversos	7.121.110	16.660.855	(15.175.464)	-	8.606.501
	<u>130.606.470</u>	<u>188.736.982</u>	<u>(91.859.859)</u>	<u>(4.188.164)</u>	<u>223.295.429</u>
	<u>140.646.032</u>	<u>195.871.247</u>	<u>(98.310.159)</u>	<u>(4.188.164)</u>	<u>234.018.956</u>
	2016				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	10.400.202	9.386.969	(9.747.609)	-	10.039.562
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	981.874	1.568.055	(1.189.987)	17.605	1.377.547
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.924.932	8.026.653	(2.263.571)	70.966	13.758.980
Doença	1.088.107	2.785.300	(3.256.423)	(108.127)	508.857
Incêndio e outros danos	59.536.420	66.350.154	(46.957.142)	268.196	79.197.628
Automóvel	7.314.804	3.529.233	(2.598.068)	(285.018)	7.960.951
Marítimo, aéreo e transportes	6.016.312	(772.728)	(1.275.578)	(8.929)	3.959.077
Responsabilidade civil geral	22.155.456	(2.410.118)	(3.101.136)	60.298	16.704.500
Crédito e caução	27.837	34.461	(44.478)	-	17.820
Diversos	6.120.841	13.373.821	(12.373.552)	-	7.121.110
	<u>111.166.583</u>	<u>92.484.831</u>	<u>(73.059.935)</u>	<u>14.991</u>	<u>130.606.470</u>
	<u>121.566.785</u>	<u>101.871.800</u>	<u>(82.807.544)</u>	<u>14.991</u>	<u>140.646.032</u>

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não se encontram deduzidos da participação dos resseguradores nos reembolsos processados.

JB

17. Outros Devedores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Contas a receber por operações de seguro direto		
Recibos por cobrar	91.906.760	101.038.175
Reembolsos de sinistros	25.351.728	24.179.053
Mediadores	88.595.905	61.463.281
Co-seguradores	20.142.467	22.321.187
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	3.483.966	3.711.125
Fundo de Acidentes de Trabalho	2.043.999	2.132.479
Outros	631.327	547.837
	<u>232.156.152</u>	<u>215.393.137</u>
(Ajustamentos de recibos por cobrar - Nota 42)	(10.529.419)	(17.109.499)
(Ajustamentos IFAP - Nota 42)	(99.856)	(484.133)
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 42)	(6.487.926)	(10.089.321)
	<u>(17.117.201)</u>	<u>(27.682.953)</u>
	<u>215.038.951</u>	<u>187.710.184</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	24.922.081	19.256.084
Contas correntes de ressegurados	1.151.804	2.521.028
	<u>26.073.885</u>	<u>21.777.112</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 42)	(6.390.243)	(6.665.093)
	<u>19.683.642</u>	<u>15.112.019</u>
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo	2.229	2,229
Empresas associadas	703.126	1.376.216
Consultores, assessores e intermediários	-	38.957
Pessoal	744.052	1.173.711
Fundos de pensões	69.901	56.479
Clientes - contas correntes	111.711.740	115.777.981
Instituto de Financiamento de Agricultura e Pescas I.P. (IFAP)	7.944.013	4.442.829
Devedores por valores em depósito	312.159	273.962
Arrendamentos imobiliários	2.299.237	2.527.394
Transações a liquidar	-	116.290.481
Adiantamento a fornecedores	3.240.002	5.353.799
Outros devedores diversos	135.822.441	42.880.697
Outros	921.784	7.078.470
	<u>263.770.684</u>	<u>297.273.205</u>
(Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa - Nota 42)	(28.117.628)	(25.070.698)
	<u>235.653.056</u>	<u>272.202.507</u>
	<u>470.375.649</u>	<u>475.024.710</u>

7B

7B

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Nos exercícios de 2017 e 2016 o valor na rubrica “Clientes – contas correntes” inclui os montantes de 111.711.680 Euros e 109.091.814 Euros, respetivamente, correspondentes ao setor hospitalar.

A rubrica “Transações a liquidar” regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

Os saldos a receber do IFAP correspondem, essencialmente, a bonificações e a compensações por excesso de sinistralidade relativos às campanhas do seguro de colheitas dos anos de 2012 a 2017.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica “Contas a receber por outras operações – Outros devedores diversos” inclui o montante de 116.401.991 Euros, correspondente ao valor a receber da venda da FPI (US) 1 LLC.

18. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

	2017	2016
Ativos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a recuperar	-	6.248.884
Outros	1.369.591	112.758
	<u>1.369.591</u>	<u>6.361.642</u>
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar	(30.620.911)	-
Outros		
Imposto do selo	(8.605.586)	(9.176.299)
Fundo de garantia automóvel	(2.011.623)	(2.300.366)
Fundo de acidentes de trabalho	(4.265.702)	(4.159.250)
Taxa para autoridade nacional para proteção civil	(1.722.858)	(1.868.421)
Taxa para a autoridade de supervisão de seguros e fundos de pensões	(2.183.739)	(1.973.701)
Instituto nacional de emergência médica	(2.574.443)	(2.835.823)
Segurança social	(5.264.410)	(4.864.615)
Retenções	(8.141.918)	(8.416.369)
Outros	(1.973.109)	(7.567.036)
	<u>(67.364.299)</u>	<u>(43.161.880)</u>
Ativos por impostos diferidos	259.118.893	425.117.177
Passivos por impostos diferidos	(257.511.603)	(255.403.004)
	<u>1.607.290</u>	<u>169.714.173</u>
Total	<u>(64.387.418)</u>	<u>132.913.935</u>

B

H

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

	2017	2016
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	(115.754.631)	(102.001.211)
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por reservas	(6.994.028)	3.953.604
Retenções na fonte	11.358.898	4.427.126
Pagamentos por conta	75.659.093	103.471.316
Outros	(4.821.507)	(3.489.194)
	<u>(40.552.175)</u>	<u>6.361.641</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a rubrica "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados" corresponde ao montante da estimativa de IRC acrescido da Derrama Municipal e Estadual e do valor da tributação autónoma.

Em 2017 e 2016, o imposto sobre o rendimento registado por contrapartida de reservas resulta da variação da reserva de justo valor dos ativos classificados como disponíveis para venda afetos a produtos de seguros do ramo vida com participação nos resultados e da variação dos desvios atuariais relativos aos benefícios pós-emprego concedidos aos colaboradores.

Em 2017, no âmbito do RETGS, os "Pagamentos Adicionais por Conta" foram entregues ao Estado pela Longrun Portugal, SGPS, S.A. (sociedade dominante). Assim, as empresas do Grupo que integram o RETGS têm registado no seu balanço um valor a receber da Longrun Portugal, SGPS, S.A. referente aos "Pagamentos Adicionais por Conta" e um valor a pagar/receber à Longrun Portugal, SGPS, S.A., referente à "Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados".

O movimento ocorrido nas rubricas de impostos diferidos durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Saldos iniciais	Entrada perimetro	2017		Saldos finais
			Capital próprio	Resultados	
Ativo					
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	58.296.520	-	(39.294.536)	(17.765.233)	1.236.751
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	41.014.480	-	(23.166.280)	(9.069.527)	8.778.673
De rendimento	126.323.422	-	-	(91.311.728)	35.011.694
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	180.645.528	-	(63.422)	14.490.037	195.072.143
Benefícios dos trabalhadores	14.217.744	-	(573.257)	1.734.249	15.378.736
Prejuízos fiscais reportáveis	2.127.454	-	-	48.329	2.175.783
Outros	2.492.029	-	-	(1.026.916)	1.465.113
	<u>425.117.177</u>	<u>-</u>	<u>(63.097.495)</u>	<u>(102.900.789)</u>	<u>259.118.893</u>
Passivo					
Valorização de ativos disponíveis para venda	(82.374.907)	-	(149.901.879)	17.772.642	(214.504.144)
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	(42.423.705)	-	22.171.832	1.232.494	(19.019.379)
De rendimento	(119.041.201)	(2.107.215)	-	100.185.758	(20.962.658)
Outros	(11.563.191)	-	-	8.537.769	(3.025.422)
	<u>(255.403.004)</u>	<u>(2.107.215)</u>	<u>(127.730.047)</u>	<u>127.728.663</u>	<u>(257.511.603)</u>
	<u>169.714.173</u>	<u>(2.107.215)</u>	<u>(190.827.542)</u>	<u>24.827.874</u>	<u>1.607.290</u>

B

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2016				
	Saldos iniciais	Entrada perimetro	Variação em		Saldos finais
			Capital próprio	Resultados	Outros
Ativo					
Desvalorização de ativos disponíveis para venda	64.409.370	-	(6.112.850)	-	-
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	14.873.632	-	26.140.848	-	-
De rendimento	36.974.336	-	-	89.349.086	-
Provisões e imparidade temporariamente não aceites fiscalmente	141.852.286	-	882.715	37.910.527	-
Benefícios dos trabalhadores	12.328.258	-	3.932.806	2.676.048	(4.719.368)
Prejuízos fiscais reportáveis	1.137.273	-	-	990.181	-
Outros	777.003	-	859.482	853.226	2.318
	<u>272.352.158</u>	<u>-</u>	<u>25.703.001</u>	<u>131.779.068</u>	<u>(4.717.050)</u>
Passivo					
Valorização de ativos disponíveis para venda	(109.246.699)	-	26.871.792	-	-
Terrenos e edifícios					
De uso próprio	(14.753.710)	-	(28.208.546)	538.551	-
De rendimento	(17.663.583)	(8.456.149)	-	(93.545.744)	624.275
Outros	(5.464.551)	-	-	(6.166.634)	67.994
	<u>(147.128.543)</u>	<u>(8.456.149)</u>	<u>(1.336.754)</u>	<u>(99.173.827)</u>	<u>692.269</u>
	<u>125.223.615</u>	<u>(8.456.149)</u>	<u>24.366.247</u>	<u>32.605.241</u>	<u>(4.024.781)</u>

Em 30 de dezembro de 2011 foi publicada a Lei nº 64-B/2011, que aprovou o Orçamento do Estado para 2012, o qual estabelece no artigo 183º que as variações patrimoniais negativas registadas no período de tributação de 2011 decorrentes da alteração da política contabilística de registo dos ganhos e perdas atuariais resultantes do reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego de benefício definido, respeitantes a contribuições efetuadas nesse período ou em períodos de tributação anteriores, não concorrem para os limites de dedutibilidade estabelecidos no artigo 43º do Código do IRC, concorrendo antes, em partes iguais, para a formação do lucro tributável do exercício de 2012 e dos nove períodos de tributação seguintes.

Os custos/proveitos com impostos sobre lucros registados em ganhos e perdas, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2017	2016
Impostos correntes		
Do exercício	87.632.080	76.434.616
Derrama municipal e estadual	26.482.165	24.171.986
Tributação autónoma	1.133.106	1.050.404
	<u>115.247.351</u>	<u>101.657.006</u>
Outros	507.280	344.205
	<u>115.754.631</u>	<u>102.001.211</u>
Impostos diferidos	(24.827.874)	(32.605.241)
Total de impostos em resultados	<u>90.926.757</u>	<u>69.395.970</u>
Lucro consolidado antes de impostos e interesses não controlados	323.464.270	291.182.983
Carga fiscal	28,11%	23,83%

B

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como se segue:

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		323.464.270		291.182.983
Imposto apurado com base na taxa nominal	31,13%	100.695.351	25,56%	74.419.434
Diferenças definitivas a deduzir				
Dividendos de instrumentos de capital	(2,41%)	(7.805.207)	(1,04%)	(3.027.279)
Mais e menos valias potenciais imóveis	(0,23%)	(749.333)	(2,14%)	(6.217.942)
Mais e menos valias contabilísticas	(23,06%)	(74.597.623)	(13,72%)	(39.943.394)
Imparidades não dedutíveis	(0,01%)	(42.222)	0,00%	-
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	(0,02%)	(72.426)	(1,77%)	(5.154.587)
Variações patrimoniais negativas	0,00%	-	0,00%	-
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso de estimativa de IRC	(0,04%)	(142.886)	(0,06%)	(171.304)
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazos dos empregados	0,00%	-	(0,27%)	(788.548)
Correções relativas a exercícios anteriores	(2,07%)	(6.695.023)	0,00%	-
Outras	(0,12%)	(389.829)	(2,82%)	(8.221.691)
Diferenças definitivas a acrescentar				
Provisões não relevantes para efeitos fiscais	2,72%	8.790.857	0,18%	532.476
Imparidades não dedutíveis	4,17%	13.496.053	6,46%	18.807.906
Mais e menos valias potenciais de imóveis	4,50%	14.541.186	0,00%	-
Mais e menos valias fiscais	14,31%	46.300.646	13,41%	39.045.829
Mais e menos valias contabilísticas	0,00%	4.531	0,00%	-
Insuficiência de estimativa de IRC	0,02%	55.624	0,11%	325.615
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazos dos empregados	0,02%	64.097	0,00%	-
Correções relativas a exercícios anteriores	0,01%	21.815	0,12%	359.646
Outras	0,86%	2.767.495	0,03%	82.132
Benefícios fiscais				
Criação líquida de postos de trabalho	(0,21%)	(692.492)	(0,56%)	(1.620.929)
Outros	(0,01%)	(24.673)	(0,20%)	(581.518)
Tributação autónoma	0,20%	639.938	0,36%	1.050.404
Ativos e passivos por impostos diferidos - Efeito de alteração de taxa	(1,62%)	(5.239.122)	0,17%	499.720
	28,11%	90.926.757	23,83%	69.395.970

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Longrun e das empresas do Grupo não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

JB

JA

19. Acréscimos e Diferimentos (Ativo)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Acréscimos de rendimentos	47.248.168	42.008.986
Gastos diferidos		
Comissões de emissão de produtos financeiros	14.000.665	13.779.734
Seguros	2.342.020	2.156.029
Rendas e alugueres	653.849	2.256.756
Assistência equipamento informático	1.037.237	1.750.288
Publicidade	315.022	412.216
Quotizações Associação Portuguesa de Seguradores	315.959	535.817
Licenças de software	1.118.393	590.589
Outros	5.916.891	4.073.888
	<u>72.948.204</u>	<u>67.564.303</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Acréscimos de rendimentos” inclui a estimativa das *profit commissions* a receber de resseguradores do ramo Vida, nos montantes de 3.580.000 Euros e 3.070.819 Euros, relativas aos exercícios de 2017 e 2016, respetivamente.

A rubrica “Gastos diferidos – Comissões de emissão de produtos financeiros” corresponde a comissões cobradas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A. na comercialização de produtos de capitalização contabilizados como passivos financeiros, as quais são diferidas ao longo do prazo dos respetivos contratos.

20. Ativos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

O Grupo está a efetuar uma reconfiguração do perfil do seu património imobiliário nacional. Para este efeito foram selecionados essencialmente ativos residenciais e ativos considerados não estratégicos, dado o seu estado de ocupação e localização dispersa e com custos de operação significativos, os quais encontram-se desadequados à atual estratégia de investimento do Grupo. Esta nova estratégia pretende dar maior enfoque a projetos mais emblemáticos, de maior dimensão e rentabilidade, conseguindo uma renovação e otimização da carteira imobiliária da Fidelidade.

O processo de venda iniciou-se em novembro com a colocação no mercado dos ativos imobiliários, acessíveis a qualquer investidor nacional ou internacional, que permitiu, até ao final do ano, uma avaliação preliminar das carteiras e entrega de ofertas de compra não vinculativas pelos investidores. Seguidamente, foi selecionado, tendo por base as propostas não vinculativas, um grupo de investidores mais restrito, aos quais foi concedido acesso a informação mais detalhada sobre os ativos, bem como a possibilidade de realização de visitas técnicas aos diversos imóveis, para poderem avançar com suas ofertas finais. Terminada essa fase apresentarão as suas ofertas finais e vinculativas, sendo expectativa que este processo possa estar concluído até ao final de 2018.

Em 31 de dezembro de 2017, as rubricas de ativos, passivos e ganhos e perdas não correntes detidos para venda, apresentam a seguinte composição:

	<u>2017</u>
Ativos não correntes detidos para venda	
Terrenos e edifícios de uso próprio	34.790.400
Terrenos e edifícios de rendimento	260.924.276
Inventário	175.631
Ativos por impostos diferidos	31.166.734
	<u>327.057.041</u>
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	
Passivos por impostos diferidos	26.888.083
	<u>26.888.083</u>
Ganhos e perdas de ativos não correntes classificados como detidos para venda	
Ganhos	
Rendas	1.053.766
Ganhos realizados	9.936
	<u>1.063.702</u>
Perdas	
Gastos com pessoal	(10.414)
Fornecimentos e Serviços Externos	
Eletricidade	(11.573)
Água	(2.934)
Conservação e reparação	(73.935)
Seguros	(20.754)
Honorários	(9.635)
Limpeza, higiene e conforto	(20.597)
Vigilância	(5.905)
Consultoria	(44.220)
Condomínios	(14.870)
Outros	(568)
Impostos e taxas	(38.787)
Outros	(18.432)
	<u>(272.624)</u>
	<u>791.078</u>

83

84

21. Provisões Técnicas

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões técnicas de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Vida	Não Vida	Total	Vida	Não Vida	Total
Provisão para prémios não adquiridos	1.542.377	285.018.830	286.561.207	1.567.236	287.205.152	288.772.388
Provisão matemática do ramo vida	1.762.942.406	-	1.762.942.406	1.648.505.455	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros						
Sinistros declarados	108.769.639	1.668.352.992	1.777.122.631	97.246.776	1.558.252.854	1.655.499.630
Sinistros não declarados (IBNR)	23.714.096	80.311.775	104.025.871	23.805.280	65.642.180	89.447.460
	<u>132.483.735</u>	<u>1.748.664.767</u>	<u>1.881.148.502</u>	<u>121.052.056</u>	<u>1.623.895.034</u>	<u>1.744.947.090</u>
Provisão para participação nos resultados	110.749.826	314	110.750.140	68.711.511	314	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	7.520.800	-	7.520.800	7.025.239	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	24.405.064	21.750.883	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	25.630.188	25.630.188	-	24.056.289	24.056.289
Provisão para riscos em curso	-	49.222.515	49.222.515	-	49.354.458	49.354.458
	<u>2.039.644.208</u>	<u>2.108.536.614</u>	<u>4.148.180.822</u>	<u>1.868.612.380</u>	<u>1.984.511.247</u>	<u>3.853.123.627</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para prémios não adquiridos de seguro direto e resseguro aceite, apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido	Prémios diferidos	Custos diferidos	Líquido
Seguros vida	1.542.377	-	1.542.377	1.567.236	-	1.567.236
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho	14.930.169	(2.655.666)	12.274.503	13.986.229	(2.177.246)	11.808.983
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9.625.403	(2.126.911)	7.498.492	9.313.724	(1.654.211)	7.659.513
Doença	37.021.107	(7.143.563)	29.877.544	32.914.617	(6.490.727)	26.423.890
Incêndio e outros danos	95.429.856	(21.461.353)	73.968.503	91.148.439	(16.051.795)	75.096.644
Automóvel	162.822.957	(32.712.208)	130.110.749	162.493.841	(29.939.033)	132.554.808
Marítimo, aéreo e transportes	1.973.873	(308.757)	1.665.116	1.854.943	(267.826)	1.587.117
Responsabilidade civil geral	11.726.205	(2.825.983)	8.900.222	10.647.493	(1.830.900)	8.816.593
Crédito e caução	187.131	(11.759)	175.372	185.601	(12.841)	172.760
Proteção jurídica	2.118.131	(879.774)	1.238.357	2.448.240	(469.509)	1.978.731
Assistência	14.210.514	(2.994.574)	11.215.940	13.920.506	(2.589.652)	11.330.854
Diversos	12.083.446	(3.989.414)	8.094.032	12.085.552	(2.310.293)	9.775.259
	<u>362.128.792</u>	<u>(77.109.962)</u>	<u>285.018.830</u>	<u>350.999.185</u>	<u>(63.794.033)</u>	<u>287.205.152</u>
	<u>363.671.169</u>	<u>(77.109.962)</u>	<u>286.561.207</u>	<u>352.566.421</u>	<u>(63.794.033)</u>	<u>288.772.388</u>

B

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

O movimento ocorrido nas provisões para prémios não adquiridos e nos custos de aquisição diferidos de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	1.567.236	(24.859)	-	1.542.377
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	13.986.229	1.129.683	(185.743)	14.930.169
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	9.313.724	431.702	(120.023)	9.625.403
Doença	32.914.617	4.162.298	(55.808)	37.021.107
Incêndio e outros danos	91.148.439	4.888.659	(607.242)	95.429.856
Automóvel	162.493.841	6.055.245	(5.726.129)	162.822.957
Marítimo, aéreo e transportes	1.854.943	123.097	(4.167)	1.973.873
Responsabilidade civil geral	10.647.493	1.131.570	(52.858)	11.726.205
Crédito e caução	185.601	1.609	(79)	187.131
Proteção jurídica	2.448.240	(233.761)	(96.348)	2.118.131
Assistência	13.920.506	1.140.846	(850.838)	14.210.514
Diversos	12.085.552	(2.104)	(2)	12.083.446
	<u>350.999.185</u>	<u>18.828.844</u>	<u>(7.699.237)</u>	<u>362.128.792</u>
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(2.177.246)	(385.986)	(92.434)	(2.655.666)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.654.211)	(478.556)	5.856	(2.126.911)
Doença	(6.490.727)	(490.195)	(162.641)	(7.143.563)
Incêndio e outros danos	(16.051.795)	(5.493.094)	83.536	(21.461.353)
Automóvel	(29.939.033)	(2.123.679)	(649.496)	(32.712.208)
Marítimo, aéreo e transportes	(267.826)	(40.061)	(870)	(308.757)
Responsabilidade civil geral	(1.830.900)	(1.002.663)	7.580	(2.825.983)
Crédito e caução	(12.841)	2.715	(1.633)	(11.759)
Proteção jurídica	(469.509)	(410.273)	8	(879.774)
Assistência	(2.589.652)	(404.931)	9	(2.994.574)
Diversos	(2.310.293)	(1.679.121)	-	(3.989.414)
	<u>(63.794.033)</u>	<u>(12.505.844)</u>	<u>(810.085)</u>	<u>(77.109.962)</u>
	<u>287.205.152</u>	<u>6.323.000</u>	<u>(8.509.322)</u>	<u>285.018.830</u>
	<u>288.772.388</u>	<u>6.298.141</u>	<u>(8.509.322)</u>	<u>286.561.207</u>

B

R

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2016			Saldo final
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Diferenças de câmbio	
Seguros vida				
Provisão para prémios não adquiridos	1.796.858	(229.622)	-	1.567.236
Seguros não vida				
Provisão para prémios não adquiridos				
Acidentes de trabalho	13.576.921	366.170	43.138	13.986.229
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	7.675.687	1.634.448	3.589	9.313.724
Doença	29.838.229	4.598.694	(1.522.306)	32.914.617
Incêndio e outros danos	91.305.491	175.985	(333.037)	91.148.439
Automóvel	158.667.833	5.510.100	(1.684.092)	162.493.841
Marítimo, aéreo e transportes	2.087.376	(225.892)	(6.541)	1.854.943
Responsabilidade civil geral	9.490.617	1.194.828	(37.952)	10.647.493
Crédito e caução	236.469	(50.248)	(620)	185.601
Proteção jurídica	2.449.571	3.110	(4.441)	2.448.240
Assistência	12.644.660	1.283.290	(7.444)	13.920.506
Diversos	8.449.692	3.635.860	-	12.085.552
	<u>336.422.546</u>	<u>18.126.345</u>	<u>(3.549.706)</u>	<u>350.999.185</u>
Custos de aquisição diferidos				
Acidentes de trabalho	(2.254.113)	80.876	(4.009)	(2.177.246)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(1.316.971)	(336.224)	(1.016)	(1.654.211)
Doença	(6.054.164)	(529.391)	92.828	(6.490.727)
Incêndio e outros danos	(15.890.424)	(172.347)	10.976	(16.051.795)
Automóvel	(30.153.372)	554.814	(340.475)	(29.939.033)
Marítimo, aéreo e transportes	(343.297)	74.950	521	(267.826)
Responsabilidade civil geral	(1.443.513)	(390.184)	2.797	(1.830.900)
Crédito e caução	(16.990)	4.159	(10)	(12.841)
Proteção jurídica	(503.137)	33.076	552	(469.509)
Assistência	(2.610.774)	21.025	97	(2.589.652)
Diversos	(1.609.743)	(700.550)	-	(2.310.293)
	<u>(62.196.498)</u>	<u>(1.359.796)</u>	<u>(237.739)</u>	<u>(63.794.033)</u>
	<u>274.226.048</u>	<u>16.766.549</u>	<u>(3.787.445)</u>	<u>287.205.152</u>
	<u>276.022.906</u>	<u>16.536.927</u>	<u>(3.787.445)</u>	<u>288.772.388</u>

JB

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Declarados	Não declarados	Total	Declarados	Não declarados	Total
Seguros vida	108.769.639	23.714.096	132.483.735	97.246.776	23.805.280	121.052.056
Seguros não vida						
Acidentes de trabalho						
Provisão matemática	600.304.211	1.164.926	601.469.137	574.633.306	1.052.361	575.685.667
Provisão para assistência vitalícia	169.605.546	7.948.876	177.554.422	163.207.398	7.950.714	171.158.112
Provisão para assistência temporária	52.293.439	2.809.541	55.102.980	45.994.825	2.748.705	48.743.530
	822.203.196	11.923.343	834.126.539	783.835.529	11.751.780	795.587.309
Outros seguros						
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	25.934.364	2.413.928	28.348.292	21.575.264	421.092	21.996.356
Doença	49.595.848	6.191.200	55.787.048	50.627.774	4.559.005	55.186.779
Incêndio e outros danos	222.193.573	20.992.414	243.185.987	129.510.311	14.370.483	143.880.794
Automóvel	429.365.339	18.715.287	448.080.626	452.354.028	18.053.505	470.407.533
Marítimo, aéreo e transportes	11.045.119	1.712.526	12.757.645	8.587.938	987.915	9.575.853
Responsabilidade civil geral	83.164.668	16.494.147	99.658.815	88.614.349	13.876.011	102.490.360
Crédito e caução	625.979	79.011	704.990	746.565	65.765	812.330
Proteção jurídica	4.129.710	585.851	4.715.561	4.961.894	718.898	5.680.792
Assistência	9.027.728	75.966	9.103.694	8.519.784	52.450	8.572.234
Diversos	11.067.468	1.128.102	12.195.570	8.919.418	785.276	9.704.694
	846.149.796	68.388.432	914.538.228	774.417.325	53.890.400	828.307.725
	1.668.352.992	80.311.775	1.748.664.767	1.558.252.854	65.642.180	1.623.895.034
	1.777.122.631	104.025.871	1.881.148.502	1.655.499.630	89.447.460	1.744.947.090

O movimento ocorrido nas provisões para sinistros de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	121.052.056	296.132.419	(284.700.513)	(227)	132.483.735
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	795.587.309	174.533.508	(135.907.590)	(86.688)	834.126.539
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	21.996.356	15.681.865	(9.329.902)	(27)	28.348.292
Doença	55.186.779	194.922.489	(194.562.267)	240.047	55.787.048
Incêndio e outros danos	143.880.794	240.147.522	(140.737.076)	(105.253)	243.185.987
Automóvel	470.407.533	340.529.336	(362.839.425)	(16.818)	448.080.626
Marítimo, aéreo e transportes	9.575.853	9.568.961	(6.387.163)	(6)	12.757.645
Responsabilidade civil geral	102.490.360	10.755.183	(13.585.833)	(895)	99.658.815
Crédito e caução	812.330	(33.608)	(73.732)	-	704.990
Proteção jurídica	5.680.792	(417.828)	(547.403)	-	4.715.561
Assistência	8.572.234	35.109.769	(34.578.308)	(1)	9.103.694
Diversos	9.704.694	24.723.232	(22.232.356)	-	12.195.570
	1.623.895.034	1.045.520.429	(920.781.055)	30.359	1.748.664.767
	1.744.947.090	1.341.652.848	(1.205.481.568)	30.132	1.881.148.502

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2016				
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período	Montantes pagos	Diferenças de câmbio	Saldo final
Seguros vida	124.623.114	263.549.270	(267.119.415)	(913)	121.052.056
Seguros não vida					
Acidentes de trabalho	788.880.289	118.386.093	(109.699.376)	(1.979.697)	795.587.309
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	22.702.406	8.175.763	(8.881.633)	(180)	21.996.356
Doença	54.324.891	200.865.133	(199.415.350)	(587.895)	55.186.779
Incêndio e outros danos	128.401.833	123.020.892	(107.405.695)	(136.236)	143.880.794
Automóvel	495.577.123	318.685.981	(343.121.907)	(733.664)	470.407.533
Marítimo, aéreo e transportes	12.165.164	1.054.400	(3.637.889)	(5.822)	9.575.853
Responsabilidade civil geral	108.646.265	7.199.549	(13.352.725)	(2.729)	102.490.360
Crédito e caução	902.128	177.708	(267.506)	-	812.330
Proteção jurídica	6.458.236	(300.575)	(476.869)	-	5.680.792
Assistência	7.875.826	34.890.221	(34.193.813)	-	8.572.234
Diversos	8.128.315	20.325.936	(18.749.557)	-	9.704.694
	<u>1.634.062.476</u>	<u>832.481.101</u>	<u>(839.202.320)</u>	<u>(3.446.223)</u>	<u>1.623.895.034</u>
	<u>1.758.685.590</u>	<u>1.096.030.371</u>	<u>(1.106.321.735)</u>	<u>(3.447.136)</u>	<u>1.744.947.090</u>

As responsabilidades originadas no período e os montantes pagos não incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e não se encontram deduzidas dos reembolsos processados pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Seguros não vida		
Acidentes de trabalho	6.113.713	16.283.252
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	249.939	230.339
Doença	229.934	1.047
Incêndio e outros danos	7.784.688	2.891.055
Automóvel	29.135.581	23.896.419
Marítimo, aéreo e transportes	12.971	444
Responsabilidade civil geral	950.506	411.465
Crédito e caução	61.889	15.823
Proteção jurídica	384	-
Assistência	4.682.786	5.583.876
Diversos	124	40.738
	<u>49.222.515</u>	<u>49.354.458</u>

B

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

O movimento ocorrido nas provisões para riscos em curso de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida			
Acidentes de trabalho	16.283.252	(10.169.539)	6.113.713
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	230.339	19.600	249.939
Doença	1.047	228.887	229.934
Incêndio e outros danos	2.891.055	4.893.633	7.784.688
Automóvel	23.896.419	5.239.162	29.135.581
Marítimo, aéreo e transportes	444	12.527	12.971
Responsabilidade civil geral	411.465	539.041	950.506
Crédito e caução	15.823	46.066	61.889
Proteção jurídica	-	384	384
Assistência	5.583.876	(901.090)	4.682.786
Diversos	40.738	(40.614)	124
	49.354.458	(131.943)	49.222.515

	2016		
	Saldo inicial	Dotações no período	Saldo final
Seguros não vida			
Acidentes de trabalho	25.114.103	(8.830.851)	16.283.252
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	368.105	(137.766)	230.339
Doença	3.682.055	(3.681.008)	1.047
Incêndio e outros danos	3.291.533	(400.478)	2.891.055
Automóvel	21.311.698	2.584.721	23.896.419
Marítimo, aéreo e transportes	39.286	(38.842)	444
Responsabilidade civil geral	1.036.256	(624.791)	411.465
Crédito e caução	55.297	(39.474)	15.823
Assistência	6.009.257	(425.381)	5.583.876
Diversos	36.429	4.309	40.738
	60.944.019	(11.589.561)	49.354.458

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a provisão matemática e a provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite apresentam a seguinte composição:

	2017				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro					
Vida risco individual	70.386.667	(194.702)	70.191.965	17.623.212	87.815.177
Vida risco grupo	140.151.023	-	140.151.023	16.723.361	156.874.384
Vida capitalização individual	21.137.628	(14.794)	21.122.834	145.172	21.268.006
Vida capitalização grupo	3.059.094	-	3.059.094	-	3.059.094
	234.734.412	(209.496)	234.524.916	34.491.745	269.016.661
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	211.509.978	(9.151)	211.500.827	20.562.261	232.063.088
Vida capitalização grupo	312.340.437	-	312.340.437	5.990.684	318.331.121
Vida PPR individual	1.004.599.979	(23.753)	1.004.576.226	49.705.136	1.054.281.362
	1.528.450.394	(32.904)	1.528.417.490	76.258.081	1.604.675.571
	1.763.184.806	(242.400)	1.762.942.406	110.749.826	1.873.692.232

BB

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2016				
	Provisão matemática	Custos de aquisição diferidos	Total provisão matemática	Provisão para participação nos resultados	Total
De contratos de seguro					
Vida risco individual	62.016.491	(77.110)	61.939.381	15.722.480	77.661.861
Vida risco grupo	148.230.463	-	148.230.463	16.441.868	164.672.331
Vida capitalização individual	30.781.307	(50.415)	30.730.892	40.937	30.771.829
Vida capitalização grupo	2.969.919	-	2.969.919	-	2.969.919
	<u>243.998.180</u>	<u>(127.525)</u>	<u>243.870.655</u>	<u>32.205.285</u>	<u>276.075.940</u>
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária					
Vida capitalização individual	259.827.922	(11.462)	259.816.460	17.325.095	277.141.555
Vida capitalização grupo	301.373.041	-	301.373.041	4.585.661	305.958.702
Vida PPR individual	843.474.355	(29.056)	843.445.299	14.595.470	858.040.769
	<u>1.404.675.318</u>	<u>(40.518)</u>	<u>1.404.634.800</u>	<u>36.506.226</u>	<u>1.441.141.026</u>
	<u>1.648.673.498</u>	<u>(168.043)</u>	<u>1.648.505.455</u>	<u>68.711.511</u>	<u>1.717.216.966</u>

O movimento ocorrido na provisão matemática e na provisão para participação nos resultados do ramo vida de seguro direto e resseguro aceite durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017						
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	243.870.655	(10.405.666)	-	(81.972)	-	1.141.899	234.524.916
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.404.634.800	94.696.704	-	7.614	21.557.472	7.520.900	1.528.417.490
	<u>1.648.505.455</u>	<u>84.291.038</u>	<u>-</u>	<u>(74.358)</u>	<u>21.557.472</u>	<u>8.662.799</u>	<u>1.762.942.406</u>
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	32.205.285	1.935.342	4.253.758	-	-	(3.902.640)	34.491.745
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	36.506.226	(7.705.397)	54.978.149	-	-	(7.520.897)	76.258.081
	<u>68.711.511</u>	<u>(5.770.055)</u>	<u>59.231.907</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(11.423.537)</u>	<u>110.749.826</u>
	<u>1.717.216.966</u>	<u>78.520.983</u>	<u>59.231.907</u>	<u>(74.358)</u>	<u>21.557.472</u>	<u>(2.760.738)</u>	<u>1.873.692.232</u>
2016							
	Saldo inicial	Responsabilidades originadas no período e juro atribuído	Montante atribuível aos segurados por capital próprio	Variação dos custos de aquisição diferidos	Outros	Resultados distribuídos	Saldo final
Seguro direto e resseguro aceite							
Provisão matemática							
De contratos de seguro	235.776.693	7.963.317	-	(72.598)	-	203.243	243.870.655
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	1.397.217.639	(4.814.998)	-	10.878	3.396.418	8.824.863	1.404.634.800
	<u>1.632.994.332</u>	<u>3.148.319</u>	<u>-</u>	<u>(61.720)</u>	<u>3.396.418</u>	<u>9.028.106</u>	<u>1.648.505.455</u>
Provisão para participação nos resultados							
De contratos de seguro	30.915.804	4.941.827	(475.398)	-	-	(3.176.948)	32.205.285
De contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária	37.847.871	4.687.983	2.829.030	-	-	(8.858.658)	36.506.226
	<u>68.763.675</u>	<u>9.629.810</u>	<u>2.353.632</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(12.035.606)</u>	<u>68.711.511</u>
	<u>1.701.758.007</u>	<u>12.778.129</u>	<u>2.353.632</u>	<u>(61.720)</u>	<u>3.396.418</u>	<u>(3.007.500)</u>	<u>1.717.216.966</u>

A provisão para participação nos resultados a atribuir e atribuída é movimentada de acordo com a política descrita na nota 2.17. f).

2B

22. Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento

O movimento ocorrido nesta rubrica durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017					
	Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	485.306.767	1.970.476	(341.853.652)	3.778.132	-	149.201.723
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	26.949.181	208.501	(1.622.669)	192.428	(57.042)	25.670.399
	<u>512.977.193</u>	<u>2.178.977</u>	<u>(343.476.321)</u>	<u>3.970.560</u>	<u>(57.042)</u>	<u>175.593.367</u>
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	4.869.587.183	909.190.396	(686.292.227)	43.008.759	(21.500.430)	5.113.993.681
Vida Taxa Fixa individual	2.905.250.224	1.062.185.291	(730.237.269)	51.778.068	-	3.288.976.314
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.375.735	-	(330.040)	30.683	-	5.076.378
	<u>7.780.213.142</u>	<u>1.971.375.687</u>	<u>(1.416.859.536)</u>	<u>94.817.510</u>	<u>(21.500.430)</u>	<u>8.408.046.373</u>
	<u>8.293.190.335</u>	<u>1.973.554.664</u>	<u>(1.760.335.857)</u>	<u>98.788.070</u>	<u>(21.557.472)</u>	<u>8.583.639.740</u>
	2016					
	Saldo Inicial	Emissões	Reembolsos	Rendimentos e gastos	Outros	Saldo final
Valorizados ao justo valor						
Contratos unit-linked						
Unit-linked capitalização individual	544.300.088	35.932.004	(94.527.515)	(397.810)	-	485.306.767
Unit-linked capitalização grupo	721.245	-	-	-	-	721.245
Unit-linked PPR	28.028.089	222.154	(1.367.106)	176.882	(110.838)	26.949.181
	<u>573.049.422</u>	<u>36.154.158</u>	<u>(95.894.621)</u>	<u>(220.928)</u>	<u>(110.838)</u>	<u>512.977.193</u>
Valorizados ao custo amortizado						
Outros contratos de investimento						
Vida PPR Taxa Fixa individual	4.517.190.921	869.171.791	(594.650.710)	81.160.761	(3.285.580)	4.869.587.183
Vida Taxa Fixa individual	2.979.955.085	1.211.410.102	(1.353.631.014)	67.516.051	-	2.905.250.224
Op. Capitaliz. Taxa Fixa Individual	5.447.802	-	(107.353)	35.286	-	5.375.735
	<u>7.502.593.808</u>	<u>2.080.581.893</u>	<u>(1.948.389.077)</u>	<u>148.712.098</u>	<u>(3.285.580)</u>	<u>7.780.213.142</u>
	<u>8.075.643.230</u>	<u>2.116.736.051</u>	<u>(2.044.283.698)</u>	<u>148.491.170</u>	<u>(3.396.418)</u>	<u>8.293.190.335</u>

Os "Outros contratos de investimento" correspondem, na sua maior parte, a responsabilidades com contratos que garantem ao segurado uma taxa de rentabilidade fixa ao longo da totalidade do contrato, encontrando-se registados ao custo amortizado.

B

23. Passivos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Passivos financeiros detidos para negociação		
Cobertura justo valor (Nota 7)	5.656.794	15.072.639
Outros passivos financeiros		
Derivados de cobertura		
Cobertura justo valor (Nota 7)	-	8.737.700
Cobertura fluxos de caixa	3.109.947	4.731.582
Cobertura investimento líquido	901.239	-
	4.011.186	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores		
Vida	3.823.879	4.438.349
Não Vida	55.555.226	43.132.406
	59.379.105	47.570.755
Empréstimos obtidos		
Empréstimos bancários	352.294.300	364.644.345
Papel comercial - Luz Saúde, S.A.	220.831.304	198.242.786
	573.125.604	562.887.131
Outros		
Locações financeiras	35.031.960	28.293.305
	671.547.855	652.220.473
	677.204.649	667.293.112

A rubrica "Empréstimos obtidos em instituições financeiras de crédito" em 31 de dezembro de 2017 inclui empréstimos obtidos por empresas do perímetro de consolidação do Grupo, sobre a qual incidem juros a uma taxa média anual de 1,52%.

JB

24. Outros Credores por Operações de Seguros e Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Contas a pagar por operações de seguro direto		
Mediadores	59.796.392	57.533.547
Tomadores de seguro	33.547.043	29.921.906
Co-seguradoras	15.112.482	14.320.583
	<u>108.455.917</u>	<u>101.776.036</u>
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Contas correntes de resseguradores	35.979.397	27.190.892
Contas correntes de ressegurados	1.986.694	1.856.811
	<u>37.966.091</u>	<u>29.047.703</u>
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do grupo	1.000	1.000
Fornecedores de ativos tangíveis	594.602	815.276
Fornecedores conta corrente	62.386.676	63.511.927
Pessoal	46.494	41.673
Consultores, assessores e intermediários	2.912	10.619
Fundos de pensões	385.937	386.363
Contas de regularização interna	7.399.490	9.643.328
Transações a liquidar	73.132.234	-
Adiantamento de clientes	14.665.683	18.690.162
Credores diversos	31.931.087	40.948.218
	<u>190.546.115</u>	<u>134.048.566</u>
	<u>336.968.123</u>	<u>264.872.305</u>

A rubrica "Contas de regularização interna" regista diversas transações efetuadas nos últimos dias de dezembro, cuja liquidação financeira ocorreu nos primeiros dias do mês seguinte.

A rubrica "Credores diversos" inclui responsabilidades assumidas com a Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A., na sequência desta participada apresentar capitais próprios negativos (Nota 5).

25. Acréscimos e Diferimentos (Passivo)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos diferidos		
Rendas e alugueres	8.881.946	16.018.791
Outros	111.719	301.755
	<u>8.993.665</u>	<u>16.320.546</u>
Acréscimos de gastos		
Juros a liquidar	742.047	204.268
Férias e subsídios a pagar	35.937.004	33.349.541
Seguros	3.653.168	2.124.202
Remunerações variáveis, incluindo encargos	8.403.288	7.382.445
Prémios de desempenho da empresa	11.163.815	11.010.735
Prémio de permanência	849.661	690.699
Outros custos com pessoal	347.621	155.520
Provisão para prémios de angariação	637.745	395.980
Comissões a pagar	41.524.256	40.008.232
Pagamentos diferidos - marketing	5.087.769	4.879.121
Imposto municipal de imóveis	1.738.639	1.747.210
Auditoria	1.040.968	604.241
Publicidade	99.167	326.487
Eletricidade	258.766	306.258
Faturas em conferência	5.899.335	4.511.457
Honorários médicos/enfermagem	20.559.308	17.250.784
Serviços de saúde	11.226.965	9.540.523
Outsourcing (exceto contabilidade e informática)	4.035.903	5.140.544
Outros	8.533.422	6.518.405
	<u>161.738.847</u>	<u>146.146.652</u>
	<u>170.732.512</u>	<u>162.467.198</u>

JB

CS

26. Outras Provisões

O movimento nestas rubricas durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017							
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Diferenças de câmbio	Desvios atuariais por capital próprio	Saldos finais
Provisões para impostos	7.259.265	-	(3.919.154)	-	-	-	-	3.340.111
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 35)								
Benefícios de saúde	23.637.281	-	(541.532)	-	-	-	(131.718)	22.964.031
Encargos com pensões	3.342.004	-	(183.991)	(21.122)	-	-	(537.326)	2.599.565
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	48.536.302	1.500.000	-	-	-	-	-	50.036.302
Provisão para reestruturação	35.424.918	-	(14.247.472)	-	-	-	-	21.177.446
Outras	22.332.532	92.398.039	(59.716)	(178.159)	75.077	(8.282)	-	114.559.491
	140.532.302	93.898.039	(18.951.865)	(199.281)	75.077	(8.282)	(669.044)	214.676.946

	2016							
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Diferenças de câmbio	Desvios atuariais por capital próprio	Saldos finais
Provisões para impostos	25.202.883	3.327.175	(20.056.488)	(1.214.305)	-	-	-	7.259.265
Provisões para encargos com benefícios dos empregados (Nota 35)								
Benefícios de saúde	22.191.389	-	(716.713)	-	-	-	2.162.605	23.637.281
Encargos com pensões	3.047.157	-	(58.572)	-	1.005	-	352.414	3.342.004
Provisão para o Fundo de Acidentes de Trabalho	47.036.302	1.500.000	-	-	-	-	-	48.536.302
Provisão para reestruturação	60.524.302	-	(25.099.384)	-	-	-	-	35.424.918
Outras	30.587.253	14.147.995	(24.563.265)	-	507.832	1.652.717	-	22.332.532
	188.589.286	18.975.170	(70.494.422)	(1.214.305)	508.837	1.652.717	2.515.019	140.532.302

O Grupo tem constituída uma provisão, enquadrada no programa de reestruturação e rejuvenescimento de colaboradores que se consubstancia na contratação de novos colaboradores qualificados e na saída negociada de um conjunto de colaboradores antes da idade normal de reforma. Neste sentido, o plano decidido seria concretizado nos anos de 2014 e 2015, abrangendo os colaboradores que se encontrassem nas condições indicadas abaixo.

A abrangência deste plano era a seguinte:

- Em 2014: 153 saídas, sendo 100 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 53 com mais de 60 anos.
- Em 2015: 110 saídas, sendo 75 de colaboradores com idades entre os 56 e os 60 anos e 35 com mais de 60 anos.

Em 2014 o Grupo reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo para o período de 2015 a 2018, mantendo as mesmas condições divulgadas em 2013. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 27.483.687 Euros. No desenvolvimento deste plano em 2014 saíram 86 colaboradores, o que originou uma utilização de 7.038.236 Euros. Em 31 de dezembro para 2014, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 52.338.451 Euros. No mesmo período foram contratados 91 colaboradores.

JB

Em 2015 o Grupo reviu o desenvolvimento do plano e decidiu ajustá-lo para o período de 2016 a 2019, mantendo as mesmas condições divulgadas anteriormente. Para este efeito a provisão para reestruturação foi reforçada em 25.100.000 Euros. No desenvolvimento deste plano em 2015 saíram 147 colaboradores, o que originou uma utilização de 16.914.149 Euros. Em 31 de dezembro para 2015, encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação o valor de 60.524.302 Euros. No mesmo período foram contratados 126 colaboradores.

No desenvolvimento do plano, em 2016 saíram 177 colaboradores, o que originou a utilização de 25.099.384 Euros. Em 31 de dezembro de 2016 encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação no valor de 35.424.918 Euros. No mesmo período foram contratados 118 colaboradores.

No desenvolvimento do plano, em 2017 saíram 194 colaboradores, o que originou a utilização de 14.247.472 Euros. Em 31 de dezembro de 2017 encontra-se reconhecido na provisão para reestruturação no valor de 21.177.446 Euros. No mesmo período foram contratados 247 colaboradores

No cálculo da provisão considerou-se o custo efetivo de saídas negociadas de colaboradores ocorridas recentemente, incrementado por um valor que reflete o gasto adicional decorrente do aumento da idade legal de reforma para os 66 anos e 3 meses. Em 2018, o custo efetivo é calculado tendo por base a idade legal da reforma de 66 anos e 4 meses.

Os outros montantes registados na rubrica "Outras" destinam-se a fazer face a processos judiciais em curso e a outras contingências decorrentes da atividade do Grupo.

Em 2017 e 2016, as rubricas "Outras Provisões" inclui constituições de 88.288.859 Euros e utilizações de 6.827.043 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica "Perdas de Imparidade (líquidas de reversão)".

A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Benefícios de saúde" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo relativamente a benefícios de saúde atribuídos aos seus colaboradores. A rubrica "Provisões para encargos com benefícios dos empregados – Encargos com pensões" destina-se à cobertura das responsabilidades assumidas pelo Grupo decorrentes do complemento de reforma atribuído a alguns dos seus colaboradores e que não se encontra abrangido pelo fundo de pensões constituído pelo Grupo para cobertura das responsabilidades com benefícios pós-emprego do plano de pensões de benefício definido (Nota 35).



27. Capital

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Longrun Portugal, SGPS, S.A. é integralmente detido pela Millennium Gain Limited, estando representado por 50.000 ações com o valor nominal unitário de 1,00 Euro, integralmente realizado.

Em 7 de janeiro de 2015 e 30 de novembro de 2015, através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações suplementares, pelo acionista único, no montante total de 60.950.000 Euros e 500.000.000 Euros, respetivamente, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Em 1 de setembro de 2017, através da ata da Assembleia Geral foi realizada uma prestação suplementar, pelo acionista único, no montante total de 648.902 Euros, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Os resultados do exercício de 2016 e 2015 foram aplicados conforme indicado:

	2016	2015
Aplicação do resultado distribuível		
Reserva legal	11.551.269	19.274.584
Reservas livres	96.432.295	176.738.445
Resultados transitados	78.290.983	58.757.282
	<u>186.274.547</u>	<u>254.770.311</u>

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 foi o seguinte:

	2017	2016
Resultado líquido do exercício	194.251.243	186.274.547
Número de ações (no final do exercício)	50.000	50.000
Resultado por ação (em Euros)	<u>3.885,02</u>	<u>3.725,49</u>

28. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2017	2016
Reservas de reavaliação		
Por ajustamentos no justo valor		
De ativos disponíveis para venda		
Valias brutas	739.450.457	32.410.608
Montante atribuível aos segurados	(71.861.931)	(7.633.508)
	667.588.526	24.777.100
De outros ativos financeiros	342.182	-
	667.930.708	24.777.100
Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	98.807.983	106.470.627
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	(2.276.633)	(4.092.767)
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	71.734.159	43.109.385
De diferenças de câmbio		
Valias brutas	(78.571.079)	17.238.616
Montante atribuível aos segurados	167.164	-
	(78.403.915)	17.238.616
	757.792.302	187.502.961
Reserva por impostos diferidos		
De ativos disponíveis para venda	(199.788.979)	(24.060.373)
De terrenos e edifícios de uso próprio	(9.100.044)	(11.379.154)
Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	526.686	859.481
Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	(16.124.508)	(9.406.249)
De diferenças de câmbio	7.306.660	4.369.976
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	22.984.705	24.733.182
Benefícios de saúde	2.046.333	2.976.512
Imposto já (liquidado) / deduzido sobre valias potenciais em ativos	(14.758.743)	(6.896.426)
	(206.907.890)	(18.803.051)
Reserva de reavaliação, líquida de impostos diferidos	550.884.412	168.699.910
Outras reservas		
Reserva legal	40.452.859	30.226.949
Desvios atuariais		
Pensões de reforma	(49.323.304)	(55.266.955)
Benefícios de saúde	(5.967.243)	(6.415.802)
Outras reservas	3.826.630	(52.302.590)
	(11.011.058)	(83.758.398)
Resultados transitados	156.882.138	67.154.263
Resultado do exercício	194.251.243	186.274.547
	891.006.735	338.370.322

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 10% ou a 5% dos lucros líquidos de cada exercício, consoante se trate de uma empresa de seguros ou de outra empresa, deverá ser transferida para a reserva legal, até à concorrência do capital ou até que atinja 20% do capital, respetivamente. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

As "Reservas de reavaliação" refletem as mais e menos-valias potenciais em ativos disponíveis para venda e em terrenos e edifícios de uso próprio.

JB

O resultado consolidado dos exercícios de 2017 e 2016 foi determinado da seguinte forma:

	2017	2016
Contributo para o Lucro Consolidado		
Seguros		
Longrun Portugal, SGPS, S.A.	(159.178)	(21.017)
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	187.789.357	100.420.503
Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	630.609	(3.792.950)
Fidelidade - Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	5.738.157	1.925.076
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	8.088.593	6.803.404
Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	444.652	350.067
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	2.120.405	1.859.851
Fidelidade Macau - Companhia de Seguros, S.A.	1.608.097	1.880.563
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	1.105.911	1.044.612
Imobiliário		
Fidelidade - Property Europe, S.A.	(33.194.737)	(2.958.150)
Fidelidade - Property International, S.A.	95.943.971	(40.025.590)
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado SaudInvest	15.281.046	10.809.608
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Bonança I	965.531	(896.508)
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A. (método da equivalência patrimonial)	(21.111)	(31.384)
FPI (UK) 1 LIMITED	(23.174.640)	8.743.061
FPI US 1 LLC	(289.525)	(9.362.576)
FPI (AU) 1 PTY LIMITED	8.663.254	7.251.171
FPE (Lux) Holding S.à r.l.	3.873.469	6.309.791
Thomas More Square (Lux) Holdings S.à r.l.	(31.402)	(39.287)
Thomas More Square (Lux) S.à r.l.	13.998.546	(4.792.663)
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	(6.122)	(7.180)
FPE (IT) Società per Azioni	1.192.329	33.685.905
Madison 30 31 JV LLC (método da equivalência patrimonial)	148.320	(6.269.579)
GK Kita Aoyoma Support 2	21.408.777	(43.142)
Higashi Shinagawa Two TMK	(20.795)	18.930.493
Godo Kaisha Praia	16.638.779	7.862.661
Godo Kaisha Moana	(44.103)	(66.803)
Fundo Broggi (Maranello)	8.446.996	-
Broggi Retail S.R.L.	(11.238)	-
Saúde		
Luz Saúde, S.A. (contas consolidadas, excluindo interesses minoritários)	11.362.235	14.512.862
Outros setores		
GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	93.420	112.211
E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	72.453	72.736
Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	214.582	(47.116)
Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	573.491	269.388
Cares Multiassistance, S.A.	(399.134)	1.046.639
Fidelidade - Consultoria e Gestão de Risco, Lda.	(1.330)	(758)
Fidelidade - Assistência e Serviços, Lda.	2.513	(3.759)
FCM Beteiligungs GmbH	(69.266)	(3.519.695)
FID I (HK) LIMITED	-	(3.801.405)
FID III (HK) LIMITED	(3.850)	(3.097)
FID Loans 1 IRI	119.630	-
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A. (método da equivalência patrimonial)	235.524	886
Eliminação de dividendos	(114.994.478)	(2.309.088)
Outros ajustamentos de consolidação		
Interesses minoritários (Nota 29)	(38.235.472)	(35.512.466)
Anulação de perdas por imparidade líquidas de reversões	(36.579.093)	60.745.076
Ajustamentos em imobiliário	21.307.060	(6.862.509)
Contabilidade de cobertura	(34.015.374)	(33.703.136)
Correção de resultados de anos anteriores	67.800	987.997
Anulação das diferenças de câmbio em transações intra-grupo	20.069.393	18.592.932
Goodwill negativo na aquisição da Godo Kaisha Praia	-	24.815.017
Alienação/ liquidação de subsidiárias	34.936.997	-
Outros	(7.639.806)	11.311.895
	<u>194.251.243</u>	<u>186.274.547</u>

BB

29. Interesses não controlados

O valor das participações de terceiros em subsidiárias tem a seguinte distribuição por entidade:

	% Interesses não controlados	2017	2016
Sub-perímetro Fidelidade Assistance			
Cares Multiassistance, S.A.	49,00%	445.112	1.095.044
Sub-perímetro Fidelidade			
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	0,91%	1.218.330	1.079.859
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	44,11%	4.774.300	4.468.080
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	30,43%	4.112.812	3.648.501
FCM Beteiligungs GmbH	0,00%	-	5.129.549
Luz Saúde, S.A.	1,21%	4.918.193	4.311.980
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	14.028.926	14.064.344
Higashi Shinagawa Two TMK	0,00%	-	3.961.812
Godo Kaisha Praia	3,00%	3.968.121	3.950.477
Godo Kaisha Moana	3,00%	2.674.427	3.160.090
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	0,00%	-	810.915
Thomas More Square (Lux) Holdings Sarl	0,70%	(45.287)	28
Thomas More Square (Lux) Sarl	0,70%	21.416	51.310
Fundo Broggi	4,24%	358.786	-
Broggi Retail S.R.L	4,24%	(477)	-
Universal Assistência e Serviços, Lda	20,00%	179	-
		<u>36.029.726</u>	<u>44.636.945</u>
Perímetro Longrun			
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,01%	345.125.203	249.616.439
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	20,00%	7.131.916	5.990.973
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	20,00%	14.809.963	13.015.544
Ajustamentos entre subperímetros		139.752	119.083
		<u>367.206.834</u>	<u>268.742.039</u>
		<u>403.681.672</u>	<u>314.474.028</u>

83

83

A parcela do lucro consolidado atribuível a acionistas minoritários em 2017 e 2016 apresenta o seguinte detalhe:

	% Interesses não controlados	2017	2016
Sub-perímetro Fidelidade Assistance			
Cares Multiassistance, S.A.	49,00%	70.977	(512.853)
Sub-perímetro Fidelidade			
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Saudeinveste	0,91%	(138.470)	(98.227)
Garantia - Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A.	44,11%	(487.110)	(455.955)
Fidelidade Angola - Companhia de Seguros, S.A.	30,43%	(697.419)	(436.778)
FCM Beteiligungs GmbH	0,00%	(18.934)	1.724.650
Luz Saúde, S.A.	1,21%	(340.544)	218.279
FPE (IT) Società per Azioni	4,24%	(50.577)	(1.428.909)
Higashi Shinagawa Two TMK	0,00%	(702.469)	(930.512)
Godo Kaisha Praia	3,00%	(380.769)	(236.178)
Godo Kaisha Moana	3,00%	1.325	2.007
Thomas More Square (Lux) Investments Limited	0,00%	-	50
Thomas More Square (Lux) Holdings Sarl	0,70%	198	275
Thomas More Square (Lux) Sarl	0,70%	(97.847)	31.957
Fundo Broggi	4,24%	(358.786)	-
Broggi Retail S.R.L.	4,24%	477	-
		<u>(3.270.925)</u>	<u>(1.609.341)</u>
Perímetro Longrun			
Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	15,01%	(32.444.787)	(31.675.878)
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	20,00%	(1.003.147)	(345.499)
Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	20,00%	(1.617.719)	(1.360.681)
Ajustamentos entre sub-perímetros		(20.669)	(8.214)
		<u>(35.086.322)</u>	<u>(33.390.272)</u>
		<u>(38.286.270)</u>	<u>(35.512.466)</u>

JB

30. Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017			2016		
	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido	Seguro direto e Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Prémios brutos emitidos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	161.953.532	(12.202.714)	149.750.818	161.814.697	(13.601.561)	148.213.136
Contrato seguro com participação nos resultados	33.750.746	(1.119.595)	32.631.151	40.952.059	(1.228.286)	39.723.773
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	248.316.696	-	248.316.696	132.874.006	-	132.874.006
	<u>444.020.974</u>	<u>(13.322.309)</u>	<u>430.698.665</u>	<u>335.640.762</u>	<u>(14.829.847)</u>	<u>320.810.915</u>
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	183.822.094	(969.782)	182.852.312	160.661.550	(1.291.940)	159.369.610
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	31.830.507	(8.992.043)	22.838.464	30.394.775	(11.628.201)	18.766.574
Doença	304.573.220	(5.945.507)	298.627.713	270.771.118	(7.697.693)	263.073.425
Incêndio e outros danos	266.650.267	(107.360.242)	159.290.025	254.940.538	(99.107.625)	155.832.913
Automóvel	448.613.262	(3.628.257)	444.985.005	428.265.939	(2.814.022)	425.451.917
Marítimo, aéreo e transportes	19.964.050	(10.898.703)	9.065.347	18.509.706	(10.842.903)	7.666.803
Responsabilidade civil geral	38.766.192	(10.902.940)	27.863.252	36.860.678	(11.643.785)	25.216.893
Crédito e caução	820.011	(432.690)	387.321	799.255	(447.359)	351.896
Proteção jurídica	5.583.105	(3.398)	5.579.707	5.812.621	(980)	5.811.641
Assistência	38.274.632	(133.702)	38.140.930	34.205.620	(51.181)	34.154.439
Diversos	34.211.422	(11.454.596)	22.756.826	37.197.472	(17.851.076)	19.346.396
	<u>1.373.108.762</u>	<u>(160.721.860)</u>	<u>1.212.386.902</u>	<u>1.278.419.272</u>	<u>(163.376.765)</u>	<u>1.115.042.507</u>
	<u>1.817.129.736</u>	<u>(174.044.169)</u>	<u>1.643.085.567</u>	<u>1.614.060.034</u>	<u>(178.206.612)</u>	<u>1.435.853.422</u>
Varição da provisão para prémios não adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	(34.046)	7.150	(26.896)	246.544	18.840	265.384
Contrato seguro com participação nos resultados	61.272	(14.384)	46.888	(10.765)	(4.747)	(15.512)
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	(2.367)	-	(2.367)	(6.157)	-	(6.157)
	<u>24.859</u>	<u>(7.234)</u>	<u>17.625</u>	<u>229.622</u>	<u>14.093</u>	<u>243.715</u>
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	(1.129.683)	-	(1.129.683)	(366.170)	(10.181)	(376.351)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(431.702)	(271.292)	(702.994)	(1.634.448)	(349.926)	(1.984.374)
Doença	(4.162.298)	(166.867)	(4.329.165)	(4.598.694)	984.294	(3.614.400)
Incêndio e outros danos	(4.888.659)	4.996.134	107.475	(175.985)	(187.980)	(363.965)
Automóvel	(6.055.245)	(177.541)	(6.232.786)	(5.510.100)	(224.229)	(5.734.329)
Marítimo, aéreo e transportes	(123.097)	(190.004)	(313.101)	225.892	34.212	260.104
Responsabilidade civil geral	(1.131.570)	45.659	(1.085.911)	(1.194.828)	379.959	(814.869)
Crédito e caução	(1.609)	(9.584)	(11.193)	50.248	(43.076)	7.172
Proteção jurídica	233.761	1.501	235.262	(3.110)	967	(2.143)
Assistência	(1.140.846)	27.550	(1.113.296)	(1.283.290)	9.646	(1.273.644)
Diversos	2.104	(391.149)	(389.045)	(3.635.860)	770.426	(2.865.434)
	<u>(18.828.844)</u>	<u>3.864.407</u>	<u>(14.964.437)</u>	<u>(18.126.345)</u>	<u>1.964.112</u>	<u>(16.762.233)</u>
	<u>(18.803.985)</u>	<u>3.857.173</u>	<u>(14.946.812)</u>	<u>(17.896.723)</u>	<u>1.378.205</u>	<u>(16.518.518)</u>
Prémios adquiridos						
Ramo vida						
Contrato seguro sem participação nos resultados	161.919.486	(12.195.564)	149.723.922	162.061.241	(13.582.721)	148.478.520
Contrato seguro com participação nos resultados	33.812.018	(1.133.979)	32.678.039	40.941.294	(1.233.033)	39.708.261
Contrato investimento participação discricionária nos resultados	248.314.329	-	248.314.329	132.867.849	-	132.867.849
	<u>444.045.833</u>	<u>(13.329.543)</u>	<u>430.716.290</u>	<u>335.870.384</u>	<u>(14.815.754)</u>	<u>321.054.630</u>
Ramo não vida						
Acidentes de trabalho	182.692.411	(969.782)	181.722.629	160.295.380	(1.302.121)	158.993.259
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	31.398.805	(9.263.335)	22.135.470	28.760.327	(11.978.127)	16.782.200
Doença	300.410.922	(6.112.374)	294.298.548	266.172.424	(6.713.399)	259.459.025
Incêndio e outros danos	261.761.608	(102.364.108)	159.397.500	254.764.553	(99.295.605)	155.468.948
Automóvel	442.558.017	(3.805.798)	438.752.219	422.755.839	(3.038.251)	419.717.588
Marítimo, aéreo e transportes	19.840.953	(11.088.707)	8.752.246	18.735.598	(10.808.691)	7.926.907
Responsabilidade civil geral	37.634.622	(10.857.281)	26.777.341	35.665.850	(11.263.826)	24.402.024
Crédito e caução	818.402	(442.274)	376.128	849.503	(490.435)	359.068
Proteção jurídica	5.816.866	(1.897)	5.814.969	5.809.511	(13)	5.809.498
Assistência	37.133.786	(106.152)	37.027.634	32.922.330	(41.535)	32.880.795
Diversos	34.213.526	(11.845.745)	22.367.781	33.561.612	(17.080.650)	16.480.962
	<u>1.354.279.918</u>	<u>(156.857.453)</u>	<u>1.197.422.465</u>	<u>1.260.292.927</u>	<u>(162.012.653)</u>	<u>1.098.280.274</u>
	<u>1.798.325.751</u>	<u>(170.186.996)</u>	<u>1.628.138.755</u>	<u>1.596.163.311</u>	<u>(176.828.407)</u>	<u>1.419.334.904</u>

BB

Nos exercícios de 2017 e 2016, os prémios de contratos de seguro do ramo vida podem ser decompostos da seguinte forma:

	2017	2016
Prémios brutos emitidos de seguro direto	<u>444.020.974</u>	<u>335.640.762</u>
Contratos individuais	262.390.786	137.978.212
Contratos de grupo	181.630.188	197.662.550
	<u>444.020.974</u>	<u>335.640.762</u>
Periódicos	212.700.260	271.462.555
Não periódicos	231.320.714	64.178.207
	<u>444.020.974</u>	<u>335.640.762</u>
Contratos sem participação nos resultados	162.075.255	161.888.542
Contratos com participação nos resultados	281.945.719	173.752.220
	<u>444.020.974</u>	<u>335.640.762</u>
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite	-	-
Prémios brutos emitidos de seguro direto e resseguro aceite	<u>444.020.974</u>	<u>335.640.762</u>
Saldo de resseguro	<u>1.426.222</u>	<u>(5.299.406)</u>

31. Comissões de Contratos de Seguro e Operações Considerados para Efeitos Contabilísticos como Contratos de Investimento ou como Contratos de Prestação de Serviços

Nos exercícios de 2017 e 2016 as comissões recebidas relativas a contratos de seguro e a operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascenderam a 1.943.122 Euros e a 2.551.811 Euros, respetivamente.

JB



32. Custos com Sinistros, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017			2016		
	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total	Sinistros pagos	Varição da provisão para sinistros	Total
Ramo vida						
Seguro direto e resseguro aceite	288.761.478	11.453.531	300.215.009	268.902.533	(3.569.348)	265.333.185
Resseguro cedido	(6.325.015)	(683.965)	(7.008.980)	(8.603.018)	360.641	(8.242.377)
	<u>282.436.463</u>	<u>10.769.566</u>	<u>293.206.029</u>	<u>260.299.515</u>	<u>(3.208.707)</u>	<u>257.090.808</u>
Ramo não vida						
Seguro direto e resseguro aceite						
Acidentes de trabalho	145.963.848	39.970.651	185.934.499	149.188.958	7.732.394	156.921.352
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	12.587.389	6.473.925	19.061.314	10.882.605	(722.043)	10.160.562
Doença	228.166.911	(1.768.934)	226.397.977	206.648.212	886.578	207.534.790
Incêndio e outros danos	152.722.443	104.632.341	257.354.784	120.688.569	14.028.971	134.717.540
Automóvel	346.390.114	(21.228.398)	325.161.716	333.914.547	(30.866.376)	303.048.171
Marítimo, aéreo e transportes	6.345.086	3.186.381	9.531.467	3.726.557	(2.583.066)	1.143.491
Responsabilidade civil geral	12.701.492	(2.728.234)	9.973.258	13.540.506	(6.052.702)	7.487.804
Crédito e caução	408.761	62.451	471.212	373.172	(73.023)	300.149
Proteção Jurídica	1.554.825	(965.231)	589.594	1.471.192	(777.444)	693.748
Assistência	38.072.538	623.587	38.696.125	37.692.463	624.077	38.316.540
Diversos	22.892.447	2.495.273	25.387.720	19.381.205	1.570.686	20.951.891
	<u>967.805.854</u>	<u>130.753.812</u>	<u>1.098.559.666</u>	<u>897.507.986</u>	<u>(16.231.948)</u>	<u>881.276.038</u>
Resseguro cedido						
Acidentes de trabalho	(258.707)	(2.274.261)	(2.532.968)	(804.760)	(378.068)	(1.182.828)
Acidentes pessoais e pessoas transportadas	(2.105.466)	(2.593.595)	(4.699.061)	(1.764.887)	(5.763.082)	(7.527.969)
Doença	(2.204.986)	(132.969)	(2.337.955)	(3.253.720)	471.123	(2.782.597)
Incêndio e outros danos	(52.742.567)	(86.662.327)	(139.404.894)	(46.047.669)	(19.393.010)	(65.440.679)
Automóvel	(6.574.762)	(2.325.609)	(8.900.371)	(1.332.320)	(931.164)	(2.263.484)
Marítimo, aéreo e transportes	(2.760.605)	(4.100.931)	(6.861.536)	(976.427)	2.048.304	1.071.877
Responsabilidade civil geral	(2.825.368)	2.689.946	(135.422)	(2.578.503)	5.511.253	2.932.750
Crédito e caução	1.846	6.914	8.760	(35.272)	10.017	(25.255)
Assistência	-	1.098	1.098	(6.347)	-	(6.347)
Diversos	(14.122.503)	(1.485.390)	(15.607.893)	(12.288.483)	(1.000.270)	(13.288.753)
	<u>(83.593.118)</u>	<u>(96.877.124)</u>	<u>(180.470.242)</u>	<u>(69.088.388)</u>	<u>(19.424.897)</u>	<u>(88.513.285)</u>
	<u>884.212.736</u>	<u>33.876.688</u>	<u>918.089.424</u>	<u>828.419.598</u>	<u>(35.656.845)</u>	<u>792.762.753</u>
	<u>1.166.649.199</u>	<u>44.646.254</u>	<u>1.211.295.453</u>	<u>1.088.719.113</u>	<u>(38.865.552)</u>	<u>1.049.853.561</u>

Os "Sinistros pagos" incluem os custos imputados à função de gestão de sinistros e os reembolsos processados pelo Grupo.

JB

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos com sinistros e com variações das outras provisões técnicas do ramo vida apresentam a seguinte composição:

	2017						
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	105.423.325	9.778.751	115.202.076	2.654.182	(10.405.666)	1.935.342	109.385.934
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	183.338.153	1.674.780	185.012.933	495.560	94.696.704	(7.705.397)	272.499.800
	<u>288.761.478</u>	<u>11.453.531</u>	<u>300.215.009</u>	<u>3.149.742</u>	<u>84.291.038</u>	<u>(5.770.055)</u>	<u>381.885.734</u>
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(6.325.015)	(683.965)	(7.008.980)	-	(252.073)	-	(7.261.053)
	<u>(6.325.015)</u>	<u>(683.965)</u>	<u>(7.008.980)</u>	<u>-</u>	<u>(252.073)</u>	<u>-</u>	<u>(7.261.053)</u>
Líquido							
De contratos de seguro	99.098.310	9.094.786	108.193.096	2.654.182	(10.657.739)	1.935.342	102.124.881
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	183.338.153	1.674.780	185.012.933	495.560	94.696.704	(7.705.397)	272.499.800
	<u>282.436.463</u>	<u>10.769.566</u>	<u>293.206.029</u>	<u>3.149.742</u>	<u>84.038.965</u>	<u>(5.770.055)</u>	<u>374.624.681</u>
	2016						
	Sinistros pagos	Variação da provisão para sinistros	Sub-total	Variação das outras provisões técnicas	Variação da provisão matemática	Participação nos resultados	Total
Seguro direto e resseguro aceite							
De contratos de seguro	96.511.783	(3.168.143)	93.343.640	(3.521.275)	7.963.317	4.941.827	102.727.509
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	172.390.750	(401.205)	171.989.545	1.398.705	(4.814.998)	4.687.983	173.261.235
	<u>268.902.533</u>	<u>(3.569.348)</u>	<u>265.333.185</u>	<u>(2.122.570)</u>	<u>3.148.319</u>	<u>9.629.810</u>	<u>275.988.744</u>
Resseguro cedido							
De contratos de seguro	(8.603.018)	360.641	(8.242.377)	-	1.157.707	-	(7.084.670)
	<u>(8.603.018)</u>	<u>360.641</u>	<u>(8.242.377)</u>	<u>-</u>	<u>1.157.707</u>	<u>-</u>	<u>(7.084.670)</u>
Líquido							
De contratos de seguro	87.908.765	(2.807.502)	85.101.263	(3.521.275)	9.121.024	4.941.827	95.642.839
De contratos de investimento com participação discricionária nos resultados	172.390.750	(401.205)	171.989.545	1.398.705	(4.814.998)	4.687.983	173.261.235
	<u>260.299.515</u>	<u>(3.208.707)</u>	<u>257.090.808</u>	<u>(2.122.570)</u>	<u>4.306.026</u>	<u>9.629.810</u>	<u>268.904.074</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, a variação das outras provisões técnicas inclui a dotação da provisão para estabilização de carteira, no montante de 2.654.182 Euros e a reversão de 3.521.275 Euros, respetivamente. Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica inclui ainda a dotação de 495.560 Euros e de 1.398.705 Euros, respetivamente, da provisão para compromissos de taxa.

JB

33. Custos de Exploração Líquidos, por Natureza e Função

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos de exploração incorridos pelo Grupo apresentam a seguinte composição por natureza:

	2017	2016
Custos com pessoal (Nota 34)	319.001.116	313.356.149
Fornecimentos e serviços externos		
Eletricidade	7.913.547	7.712.858
Combustível	2.661.134	2.595.418
Água	1.276.523	1.229.060
Impressos	432.642	421.431
Material de escritório	806.454	763.648
Conservação e reparação	17.521.195	15.853.443
Rendas e alugueres	25.661.315	26.258.588
Despesas de representação	2.133.820	2.270.407
Comunicação	9.331.838	8.988.567
Deslocações e Estadas	6.438.929	5.812.705
Seguros	2.993.838	2.865.847
Gastos com trabalho independente	73.888.560	69.714.440
Publicidade e propaganda	16.778.680	14.654.658
Contencioso e Notariado	1.927.269	798.766
Vigilância e segurança	4.268.861	3.832.541
Trabalhos especializados	90.984.284	80.982.699
Quotizações	2.617.316	1.717.952
Limpeza, higiene e conforto	2.586.560	2.302.716
Gastos com cobrança de prémios	3.589.063	3.221.619
Licenças de software	6.157.885	5.381.662
Subcontratos	103.255.753	96.470.352
Outros	89.838.938	13.199.817
	<u>473.064.404</u>	<u>367.049.194</u>
Impostos e taxas	18.790.115	18.294.816
Depreciações e amortizações do exercício (Notas 10, 12 e 15)	45.606.211	41.885.453
Outras provisões	(13.342.416)	(44.692.210)
Comissões	12.769.898	25.509.211
Juros suportados	11.816.392	10.249.071
	<u>867.705.720</u>	<u>731.651.684</u>

83

Nos exercícios de 2017 e 2016, a rubrica de comissões e participação nos resultados de resseguro apresenta o seguinte detalhe:

	2017		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	1.227.348	6.267.364	7.494.712
Relativos aos ramos não vida	21.803.085	3.234.590	25.037.675
	23.030.433	9.501.954	32.532.387

	2016		
	Comissões	Participação nos resultados de resseguro	Total
Relativos aos ramos vida	709.179	1.722.499	2.431.678
Relativos aos ramos não vida	26.511.183	6.549.599	33.060.782
	27.220.362	8.272.098	35.492.460

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	2017			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	7.630.584	140.567.896	-	148.198.480
Custos técnicos	281.130.894	827.237.958	-	1.108.368.852
	288.761.478	967.805.854	-	1.256.567.332
Custos de aquisição				
Custos imputados	29.508.049	110.541.251	-	140.049.300
Comissões de mediação	35.953.096	146.999.954	-	182.953.050
Outros	60.174	1.994.792	-	2.054.966
	65.521.319	259.535.997	-	325.057.316
Gastos administrativos				
Custos imputados	21.287.413	78.426.141	-	99.713.554
Remunerações de mediação	62.540	8.891.191	-	8.953.731
Outros	115	13.357	-	13.472
	21.350.068	87.330.689	-	108.680.757
Gastos financeiros (Nota 37)				
Custos imputados	9.467.890	6.713.194	34.179.252	50.360.336
Outros	418.266	148.044	162.836	729.146
	9.886.156	6.861.238	34.342.088	51.089.482
Outros custos (Nota 44)	-	-	429.384.050	429.384.050
Total dos custos de exploração imputados	67.893.936	336.248.482	463.563.302	867.705.720

JB

AS

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	2016			Total
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	
Custos com sinistros - montantes pagos				
Custos imputados	6.085.549	134.805.905	-	140.891.454
Custos técnicos	262.816.984	762.702.081	-	1.025.519.065
	<u>268.902.533</u>	<u>897.507.986</u>	<u>-</u>	<u>1.166.410.519</u>
Custos de aquisição				
Custos imputados	28.986.945	111.607.261	-	140.594.206
Comissões de mediação	40.468.201	139.737.765	-	180.205.966
Outros	(279.898)	880.614	-	600.716
	<u>69.175.248</u>	<u>252.225.640</u>	<u>-</u>	<u>321.400.888</u>
Gastos administrativos				
Custos imputados	20.625.194	73.281.049	-	93.906.243
Remunerações de mediação	63.877	8.825.961	-	8.889.838
Outros	(464)	(46.264)	-	(46.728)
	<u>20.688.607</u>	<u>82.060.746</u>	<u>-</u>	<u>102.749.353</u>
Gastos financeiros (Nota 37)				
Custos imputados	2.693.691	9.481.905	21.114.581	33.290.177
Outros	728.156	195.920	81.024	1.005.100
	<u>3.421.847</u>	<u>9.677.825</u>	<u>21.195.605</u>	<u>34.295.277</u>
Outros custos (Nota 44)	-	-	322.969.604	322.969.604
Total dos custos de exploração imputados	<u>58.391.379</u>	<u>329.176.120</u>	<u>344.084.185</u>	<u>731.651.684</u>

34. Gastos com Pessoal

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Remunerações		
Órgãos sociais	10.312.819	8.915.586
Pessoal	218.960.802	209.937.257
Encargos sobre remunerações	48.844.117	46.573.742
Benefícios pós-emprego	12.762.848	17.652.897
Benefícios de cessação de emprego	5.392.915	11.009.321
Seguros obrigatórios	2.991.844	2.880.525
Gastos de ação social	14.853.568	13.626.653
Outros gastos com pessoal	4.882.203	2.760.168
	<u>319.001.116</u>	<u>313.356.149</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, os encargos com benefícios pós-emprego apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Benefícios pós-emprego		
Plano de benefício definido (Nota 35)	10.463.419	15.261.017
Plano individual de reforma	1.433.866	1.301.558
Cedência de pessoal	(12.443)	2.735
Outros encargos	878.006	1.087.587
	<u>12.762.848</u>	<u>17.652.897</u>

Em 2017 e 2016, a rubrica “Benefícios pós-emprego – Cedência de pessoal” corresponde aos encargos com benefícios pós-emprego de colaboradores do Grupo que se encontram cedidos a outras entidades do Grupo.

Em 2017 e 2016, o número de trabalhadores ao serviço no Grupo, por categorias, é o seguinte:

	2017	2016
Dirigentes	119	141
Gestores	607	431
Técnicos	3.434	3.714
Operacionais	5.197	4.508
Apoio	579	504
	<u>9.936</u>	<u>9.298</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, o Grupo registou uma reversão da estimativa para prémios de permanência nos montantes de 296.134 Euros e de 20.984 Euros, respetivamente. A rubrica “Acréscimos e diferimentos” inclui 849.661 Euros relativo ao prémio de permanência.

35. Pensões de Reforma e Outros Benefícios de Longo Prazo

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas “Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” e “Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo” apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Ativo		
Plano de benefício definido	12.344.589	8.739.168
Passivo		
Plano de contribuição definida	(375.229)	(439.209)
	<u>11.969.360</u>	<u>8.299.959</u>

Relativamente ao exercício de 2017, no “Plano de contribuição definida” o Grupo teve um custo de 1.176.227 Euros, ficando pendente de pagamento o montante de 375.299 Euros que corresponde às contribuições de dezembro de 2017 que foram pagos em janeiro de 2018.

JB

Plano de Contribuição Definida

No âmbito dos novos contratos coletivos de trabalho para a atividade seguradora, divulgados em 15 de janeiro de 2012 e em 29 de janeiro de 2016, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, abrangidos por estes instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho (IRCT), têm direito a um plano individual de reforma ("PIR"), um plano de contribuição definida que substitui o sistema de pensões de reforma previsto nos anteriores IRCT.

Aos trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, não abrangidos pelos IRCT acima referidos para a atividade seguradora, aplica-se o previsto no anterior plano de benefício definido.

Em conformidade com as regras previstas nos referidos IRCT, o valor capitalizado das entregas para o PIR é resgatável pelo trabalhador, nos termos legais, na data de passagem à reforma por invalidez ou por velhice concedida pela Segurança Social, existindo uma garantia de capital sobre os montantes da transferência inicial e das contribuições efetuadas pelo Grupo e pelos próprios beneficiários.

Em caso de morte do trabalhador, o valor capitalizado das entregas reverte para os beneficiários designados pelo trabalhador ou, na falta de designação, para os seus herdeiros legais.

As contribuições do Grupo para o plano individual de reforma são efetuadas de acordo com o previsto no Anexo V dos mencionados IRCT, correspondendo ao valor que resulta da aplicação ao ordenado base anual do empregado das percentagens indicadas na tabela seguinte:

Ano civil	Contribuição PIR
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

Adicionalmente, de acordo com o disposto no capítulo IX do Plano de Poupança e Pré-reforma dos referidos IRCT, a primeira contribuição anual do Grupo para o PIR verificar-se-á:

- No ano de 2015, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora antes de 22 de junho de 1995;
- No ano de 2012, para os trabalhadores no ativo, admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009;
- No ano seguinte aquele em que completem dois anos de prestação de serviço efetiva no Grupo, para os trabalhadores admitidos depois de 1 de janeiro de 2010.



Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades e ativos do Plano individual de reforma da empresas do Grupo Longrun, ascendiam a:

	Fidelidade	CPR	Multicare	Via Directa	Fidelidade Assistência	Total
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2016	22.769.492	24.657	272.749	179.383	136.677	23.382.958
Gastos de ano	1.166.960	-	62.057	32.300	34.498	1.295.815
Responsabilidade em 31 de dezembro de 2017	23.936.452	24.657	334.806	211.683	171.175	24.678.773
Ativo em 31 de dezembro de 2016	22.697.218	24.657	269.367	178.038	134.483	23.303.763
Contribuições para o fundo	1.155.817	-	61.584	31.396	34.253	1.283.050
Ativo em 31 de dezembro de 2017	23.853.035	24.657	330.951	209.434	168.736	24.586.813
Diferencial	1,00	1,00	0,99	0,99	0,99	1,00
Nível de financiamento	99,65%	100,00%	98,85%	98,94%	98,58%	99,63%

Plano de Benefício Definido

Em conformidade com o contrato coletivo de trabalho anteriormente em vigor no setor segurador, o Grupo concedeu aos seus colaboradores, admitidos na atividade seguradora até junho de 1995, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Sumariamente, o montante destas prestações varia em função da remuneração do colaborador, da carreira contributiva, do histórico de remunerações com incidência para a Segurança Social e ainda, em caso de invalidez, da antiguidade na atividade seguradora.

Adicionalmente, a antiga Império Bonança atribuiu ainda os seguintes benefícios:

- Entre 1999 e 2005, assumiu, nas situações de reforma antecipada, o pagamento de uma pensão vitalícia que correspondia ao diferencial entre 80% da última remuneração e o montante pago pela Segurança Social;
- Assumiu o compromisso de, por um lado alargar os benefícios constantes no contrato coletivo de trabalho aos colaboradores admitidos até junho de 2005 e, por outro, conceder aos beneficiários do fundo de pensões, os benefícios adicionais garantidos pelo plano complementar que se encontrava em vigor no Grupo Millenniumbcp, no qual a Companhia esteve inserida até 31 de janeiro de 2005. As responsabilidades associadas ao plano complementar encontram-se financiadas através do respetivo fundo de pensões;
- Para um grupo muito restrito de trabalhadores (4), com “níveis salariais internos XVII”, oriundos da ex-Império, há o compromisso de, na passagem à reforma, ser atribuído um complemento à pensão da Segurança Social, para 80% da remuneração auferida à data da passagem a essa situação.

Determinação das responsabilidades com planos de benefício definido

As responsabilidades com pensões em pagamento e por serviços passados dos empregados no ativo, com referência a 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram determinadas pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade.

7B

As hipóteses e bases técnicas utilizadas no cálculo das responsabilidades foram as seguintes:

	2017	2016
	Projected Unit Credit	Projected Unit Credit
Método atuarial		
Tábua de mortalidade		
Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)
Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
Taxa de desconto	1,80%	1,80%
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,75%
Taxa de crescimento das pré-reformas	1,25%	1,25%
Tabela de saídas	n/a	n/a

A comparação entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados na determinação dos custos com pensões para os exercícios de 2017 e 2016 e os valores efetivamente verificados é apresentada no quadro seguinte:

	2017		2016	
	Pressupostos	Real	Pressupostos	Real
Taxa de crescimento dos salários	2,00%	1,53%	2,00%	1,12%
Taxa de crescimento das pensões	0,75%	0,28%	0,75%	0,24%

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades com serviços passados do Grupo, de acordo com os estudos atuariais efetuados, assim como os fundos e as provisões disponíveis para cobertura das mesmas, ascendiam a:

	2017			2016		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Responsabilidades por serviços passados						
Ativos	7.218.484	39.303	7.257.787	10.217.625	43.477	10.261.102
Reformados e pré-reformados	173.886.543	284.462	174.171.005	182.184.965	321.169	182.506.134
	<u>181.105.027</u>	<u>323.765</u>	<u>181.428.792</u>	<u>192.402.590</u>	<u>364.646</u>	<u>192.767.236</u>
Fundos de pensões autónomos	148.777.396	536.517	149.313.913	153.835.385	572.475	154.407.860
Provisões matemáticas	44.459.468	-	44.459.468	47.098.544	-	47.098.544
	<u>193.236.864</u>	<u>536.517</u>	<u>193.773.381</u>	<u>200.933.929</u>	<u>572.475</u>	<u>201.506.404</u>
Diferencial	<u>12.131.837</u>	<u>212.752</u>	<u>12.344.589</u>	<u>8.531.339</u>	<u>207.829</u>	<u>8.739.168</u>
Nível de financiamento	<u>106,70%</u>	<u>165,71%</u>	<u>106,80%</u>	<u>104,43%</u>	<u>156,99%</u>	<u>104,53%</u>


Nos termos da Norma Regulamentar nº 5/2007-R, de 27 de abril, da ASF, as empresas de seguros devem assegurar no final de cada exercício:

- O financiamento integral do valor atual da responsabilidade com pensões em pagamento, incluindo as prestações de pré-reforma e reforma antecipada até à idade normal de reforma e após esta idade; e
- O financiamento de um nível mínimo de 95% do valor atual da responsabilidade por serviços passados de pessoal no ativo, excluindo pré-reformados ou reformados antecipadamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as responsabilidades por serviços passados do Grupo encontravam-se integralmente financiadas.

O plano de pensões em questão é não contributivo e independente da segurança social, sendo financiado pelo fundo de pensões do Grupo.

83



Os fundos de pensões de benefício definido do Grupo apresentam as seguintes durações médias:

Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.:

Fundo de Pensões da Fidelidade	8,73 anos
Fundo de Pensões da Mundial Confiança	7,38 anos
Fundo de Pensões da Império Bonança	10,02 anos
Fundo de Pensões da Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	6 anos
Fundo de Pensões da Fidelidade Property Europe, S.A.	18 anos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o número de beneficiários era o seguinte:

	2017	2016
Ativos	1.010	1.120
Reformados e pré-reformados	2.106	2.121
Rendeiros	508	541
	<u>3.624</u>	<u>3.782</u>

O movimento nos fundos de pensões e nas provisões matemáticas durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	Fidelidade	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>201.837.142</u>	<u>618.873</u>	<u>202.456.015</u>
Contribuições	18.421.934	-	18.421.934
Variação nas provisões matemáticas	(3.546.435)	-	(3.546.435)
Pensões pagas	(18.556.669)	(51.909)	(18.608.578)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(581.429)	-	(581.429)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	3.359.386	5.511	3.364.897
Saldos em 31 de dezembro de 2016	<u>200.933.929</u>	<u>572.475</u>	<u>201.506.404</u>
Contribuições	10.090.175	-	10.090.175
Variação nas provisões matemáticas	(2.639.075)	-	(2.639.075)
Pensões pagas	(19.277.840)	(52.173)	(19.330.013)
(Pagamentos)/ Recebimentos relativos a outros benefícios	(599.149)	-	(599.149)
Rendimentos líquidos dos fundos de pensões	4.728.824	16.215	4.745.039
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>193.236.864</u>	<u>536.517</u>	<u>193.773.381</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os Fundos de Pensões das empresas do Grupo são geridos pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

JB

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ativos líquidos do fundo de pensões apresentavam a seguinte composição de acordo com as respetivas fontes de valorização:

	2017								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	16.817.556	18.754	16.836.310	-	-	-	16.817.556	18.754	16.836.310
Fundos de investimento									
Ações americanas	717.289	62.629	779.918	-	-	-	717.289	62.629	779.918
Ações nacionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações europeias	5.409.819	-	5.409.819	-	-	-	5.409.819	-	5.409.819
Imóveis	16.289.386	39.666	16.329.052	-	-	-	16.289.386	39.666	16.329.052
Obrigações									
De dívida pública	16.791.265	53.709	16.844.974	-	-	-	16.791.265	53.709	16.844.974
De outros emissores	91.899.098	201.049	92.100.147	-	-	-	91.899.098	201.049	92.100.147
Hedge funds	849.723	-	849.723	-	-	-	849.723	-	849.723
Tesouraria	-	7.678	7.678	-	-	-	-	7.678	7.678
	131.956.581	364.731	132.321.312	-	-	-	131.956.581	364.731	132.321.312
Outros	3.259	153.032	156.291	-	-	-	3.259	153.032	156.291
	148.777.396	536.517	149.313.913	-	-	-	148.777.396	536.517	149.313.913

	2016								
	Preço de mercado			Outros			Total da carteira		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	25.177.330	40.211	25.217.541	-	-	-	25.177.330	40.211	25.217.541
Instrumentos de dívida									
De dívida pública	3.811.388	-	3.811.388	-	-	-	3.811.388	-	3.811.388
	3.811.388	-	3.811.388	-	-	-	3.811.388	-	3.811.388
Fundos de investimento									
Ações americanas	-	56.904	56.904	-	-	-	-	56.904	56.904
Ações nacionais	663.286	-	663.286	-	-	-	663.286	-	663.286
Ações europeias	5.627.802	-	5.627.802	-	-	-	5.627.802	-	5.627.802
Outras ações	97.814	-	97.814	-	-	-	97.814	-	97.814
Imóveis	12.731.703	42.079	12.773.782	2.281.180	-	2.281.180	15.012.883	42.079	15.054.962
Obrigações									
De dívida pública	17.424.477	84.379	17.508.856	-	-	-	17.424.477	84.379	17.508.856
De outros emissores	85.373.345	196.901	85.570.246	-	-	-	85.373.345	196.901	85.570.246
Hedge funds	636.026	-	636.026	-	-	-	636.026	-	636.026
Tesouraria	-	990	990	-	-	-	-	990	990
	122.554.453	381.253	122.935.706	2.281.180	-	2.281.180	124.835.634	381.253	125.216.887
Outros	11.033	151.011	162.044	-	-	-	11.033	151.011	162.044
	151.554.204	572.475	152.126.679	2.281.180	-	2.281.180	153.835.385	572.475	154.407.860

Nestas datas, as carteiras dos fundos de pensões continham os seguintes ativos emitidos ou geridos por entidades do Grupo CGD:

	2017			2016		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	8.616.998	18.754	8.635.752	24.603.410	40.211	24.643.621
Fundos de investimento						
Ações nacionais	710.956	-	710.956	657.727	-	657.727
Ações europeias	-	62.629	62.629	-	-	-
Imóveis	2.306.702	15.391	2.322.093	2.281.180	15.221	2.296.401
Obrigações						
De outros emissores	6.796.324	128.548	6.924.872	14.626.113	127.150	14.753.263
Tesouraria	-	994	994	-	990	990
	9.813.982	207.562	10.021.544	17.565.020	143.361	17.708.381
	18.430.980	226.316	18.657.296	42.168.430	183.572	42.352.002

B

Handwritten signature

A variação no diferencial entre as responsabilidades por serviços passados do Grupo e as respetivas coberturas, bem como o correspondente impacto nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, podem ser demonstrados da seguinte forma:

	Responsabilidades			Cobertura			Diferencial		
	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Total	Fidelidade	Outros	Outros
Situação em 31 de dezembro de 2015	188.157.605	260.025	188.417.630	201.837.142	618.873	202.456.015	13.679.537	358.848	14.038.385
Custo do serviço corrente	100.714	1.201	101.915	-	-	-	(100.714)	(1.201)	(101.915)
Juro líquido de benefício definido	2.885.271	5.624	2.890.895	3.193.061	4.155	3.525.392	307.790	(1.469)	306.321
Custo do exercício	2.985.985	6.825	2.992.810	3.193.061	4.155	3.197.216	207.076	(2.670)	204.406
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	14.770.494	113.500	14.883.994	-	-	-	(14.770.494)	(113.500)	(14.883.994)
Outras variações em resultados	-	-	-	(581.429)	-	(864.972)	(581.429)	-	(581.429)
Variações com impacto em resultados (Nota 33)	17.756.479	120.325	17.876.804	2.611.632	4.155	2.332.244	(15.144.847)	(116.170)	(15.261.017)
Ganhos e perdas atuariais									
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	5.397.670	3.243	5.400.913	-	(5.262)	(5.262)	(5.397.670)	(8.505)	(5.406.175)
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	3.193.944	32.962	3.226.906	-	-	-	(3.193.944)	(32.962)	(3.226.906)
Variações com impacto em capitais próprios	8.591.614	36.205	8.627.819	166.327	1.356	167.683	(8.425.287)	(34.849)	(8.460.136)
Contribuições para o plano									
efetuadas pelas Companhias	-	-	-	18.421.936	-	18.421.936	18.421.936	-	18.421.936
Variação das provisões matemáticas	(3.546.434)	-	(3.546.434)	(3.546.434)	-	(3.546.434)	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo plano									
pensões pagas	(18.556.674)	(51.909)	(18.608.583)	(18.556.674)	(51.909)	(18.608.583)	-	-	-
Situação em 31 de dezembro de 2016	192.402.590	364.646	192.767.236	200.933.929	572.475	201.506.404	8.531.339	207.829	8.739.168
Custo do serviço corrente	269.286	1.265	270.551	-	-	-	(269.286)	(1.265)	(270.551)
Juro líquido de benefício definido	2.441.973	6.613	2.448.586	2.595.537	3.737	2.599.274	153.564	(2.876)	150.688
Custo do exercício	2.711.259	7.878	2.719.137	2.595.537	3.737	2.599.274	(115.722)	(4.141)	(119.863)
Acréscimos de responsabilidades por pré-reformas	9.751.552	(7.145)	9.744.407	-	-	-	(9.751.552)	7.145	(9.744.407)
Outras variações em resultados	-	-	-	(599.149)	-	(599.149)	(599.149)	-	(599.149)
Variações com impacto em resultados (Nota 33)	12.462.811	733	12.463.544	1.996.388	1.717	2.000.125	(10.466.422)	2.001	(10.468.419)
Ganhos e perdas atuariais									
retorno dos ativos do plano, não incluído no rendimento dos juros resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	-	5.776	5.776	2.133.287	6.704	2.139.991	2.133.287	6.704	2.139.991
resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	(1.843.460)	4.784	(1.838.676)	-	5.776	5.776	1.843.460	(4.784)	1.838.676
Variações com impacto em capitais próprios	(1.843.460)	10.560	(1.832.900)	2.133.287	12.480	2.145.767	3.976.747	1.920	3.978.667
Contribuições para o plano									
efetuadas pelas Companhias	-	-	-	10.090.174	-	10.090.174	10.090.174	-	10.090.174
Variação das provisões matemáticas	(2.639.074)	-	(2.639.074)	(2.639.074)	-	(2.639.074)	-	-	-
Pagamentos efetuados pelo plano									
pensões pagas	(19.277.840)	(52.175)	(19.330.015)	(19.277.840)	(52.175)	(19.330.015)	-	-	-
Situação em 31 de dezembro de 2017	181.105.027	323.765	181.428.792	193.236.864	536.517	193.773.381	12.131.837	212.752	12.344.589

Assistência médica

O Grupo comparticipa os custos com os seguros de saúde atribuídos aos seus empregados na situação de reforma ou pré-reforma. Adicionalmente, a anterior Império Bonança assumiu o compromisso de conceder benefícios com assistência médica vitalícia aos Reformados e Pré-reformados que transitaram a essa situação, entre junho de 1998 e julho de 2005.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas responsabilidades ascendem a 22.964.031 Euros e a 23.637.281 Euros, respetivamente, encontrando-se cobertas por provisões (Nota 26). Os desvios atuariais apurados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 referente a este benefício ascenderam a (669.044) Euros e 2.162.605 Euros, respetivamente.

As responsabilidades por serviços passados com assistência médica foram determinadas com base em estudos atuariais efetuados pelo departamento de atuariado vida da Fidelidade, utilizando pressupostos atuariais idênticos aos acima apresentados para as responsabilidades com pensões.

JB

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2017, a sensibilidade das responsabilidades de benefício definido assumidas pela Fidelidade face a variações dos pressupostos significativos, excluindo as responsabilidades cobertas por rendas vitalícias, corresponde a:

Cenários		2017	A	B	C
Pressupostos Financeiros					
	Taxa de Desconto	1,80%	1,55%	2,05%	1,80%
	Taxa de Crescimento Salarial	2,00%	2,00%	2,00%	2,00%
	Taxa de Crescimento Salarial Pré-Reformados	1,25%	1,25%	1,25%	1,25%
	Taxa de Crescimento de Pensões	0,75%	0,75%	0,75%	0,75%
Pressupostos Demográficos					
	Tábua de Mortalidade				
	> Mulheres	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)	TV 88/90 (-2)
	> Homens	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 73/77 (-2)	TV 88/90 (-2)
	Idade de Reforma	0	0	0	0
Responsabilidades em 31 de dezembro de 2017					
Cenários		2017	A	B	C
Reformados	Velhice	56.449.916	57.604.200	55.335.889	60.782.941
	Antecipação	14.473.747	14.801.382	14.157.771	15.597.766
	Invalidez	10.156.308	10.499.963	9.829.969	10.450.948
Pensionistas	Viuvez	4.255.461	4.348.408	4.166.078	4.271.104
	Orfandade	153.463	160.351	147.033	154.501
Pré-Reformados	Pensão até INR	34.324.385	34.567.203	34.084.898	34.378.628
	Encargos até INR	6.067.430	6.113.129	6.022.384	6.091.210
	Pensão após INR				
	> Plano CCT	3.272.866	3.384.874	3.166.037	3.478.646
	> Plano Complementar	273.500	284.860	262.734	278.493
Ativos	Plano CCT	3.681.627	3.898.301	3.479.750	3.872.810
	Plano Complementar	3.536.856	3.783.947	3.308.309	3.731.517
Totais		136.645.559	139.446.618	133.960.852	143.088.564

A preparação da informação incluída no quadro acima teve por base o método de cálculo utilizado para a avaliação de responsabilidades utilizada para efeitos de contabilização, não incluindo as provisões matemáticas, no valor de 44.459.468 Euros.

JB

36. Rendimentos

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de rendimentos de investimentos apresentam a seguinte composição:

	2017				2016			
	Juros	Dividendos	Rendas	Total	Juros	Dividendos	Rendas	Total
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida								
Terrenos e edifícios	-	-	23.398	23.398	-	-	21.222	21.222
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	939.149	-	-	939.149	497.344	-	-	497.344
Ativos disponíveis para venda	44.822.272	7.351.003	-	52.173.275	46.086.045	991.200	-	47.077.245
Empréstimos e contas a receber	1.028.030	-	-	1.028.030	3.815.150	-	-	3.815.150
Depósitos à ordem	892	-	-	892	27.148	-	-	27.148
	<u>46.790.343</u>	<u>7.351.003</u>	<u>23.398</u>	<u>54.164.744</u>	<u>50.425.687</u>	<u>991.200</u>	<u>21.222</u>	<u>51.438.109</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de Investimento								
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.534.347)	-	-	(1.534.347)	(1.491.921)	-	-	(1,491,921)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	16.776.034	147.393	-	16.923.427	22.264.680	155.370	-	22.420.050
Ativos disponíveis para venda	146.129.543	17.614.675	-	163.744.218	174.077.687	9.298.064	-	183.375.751
Empréstimos e contas a receber	2.003.134	-	-	2.003.134	3.144.985	-	-	3,144,985
Depósitos à ordem	246	-	-	246	119.041	-	-	119,041
	<u>163.374.610</u>	<u>17.762.068</u>	<u>-</u>	<u>181.136.678</u>	<u>198.114.472</u>	<u>9.453.434</u>	<u>-</u>	<u>207.567.906</u>
	<u>210.164.953</u>	<u>25.113.071</u>	<u>23.398</u>	<u>235.301.422</u>	<u>248.540.159</u>	<u>10.444.634</u>	<u>21.222</u>	<u>259.006.015</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não-vida								
Terrenos e edifícios	-	-	18.090.692	18.090.692	-	-	18.611.017	18,611,017
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.959.053	-	-	2,959,053	1,557,746	-	-	1,557,746
Ativos disponíveis para venda	27.376.585	16.748.002	-	44,124,587	28,091,291	9,010,309	-	37,101,600
Empréstimos e contas a receber	3.201.410	-	-	3,201,410	3,042,900	-	-	3,042,900
Depósitos à ordem	27.512	-	-	27,512	-	-	-	-
	<u>33.564.560</u>	<u>16.748.002</u>	<u>18.090.692</u>	<u>68.403.254</u>	<u>32.691.937</u>	<u>9.010.309</u>	<u>18.611.017</u>	<u>60.313.263</u>
Investimentos não afetos								
Terrenos e edifícios	-	-	110.831.105	110,831,105	-	-	72,103,514	72,103,514
Ativos financeiros detidos para negociação	2.891	-	-	2,891	(460)	-	-	(460)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2,456,044	-	-	2,456,044	215	-	-	215
Ativos disponíveis para venda	1,798,521	684,756	-	2,483,277	593,222	5,249	-	598,471
Empréstimos e contas a receber	6,035,661	-	-	6,035,661	875,547	-	-	875,547
Depósitos à ordem	298.203	-	-	298,203	(51,350)	-	-	(51,350)
	<u>10,591,320</u>	<u>684,756</u>	<u>110,831,105</u>	<u>122,107,181</u>	<u>1,417,174</u>	<u>5,249</u>	<u>72,103,514</u>	<u>73,525,937</u>
	<u>254.320.833</u>	<u>42.545.829</u>	<u>128.945.195</u>	<u>425.811.857</u>	<u>282.649.270</u>	<u>19.460.192</u>	<u>90.735.753</u>	<u>392.845.215</u>

37. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas de gastos financeiros apresentam a seguinte composição:

	2017				2016			
	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total	Conta técnica vida	Conta técnica não vida	Conta não técnica	Total
Gastos de Investimentos (Nota 33)								
Custos imputados	9.467.890	6.713.194	34.179.252	50.360.336	2.693.691	9.481.905	21.114.581	33.290.177
Outros gastos de investimentos	418.266	148.044	162.836	729.146	728.156	195.920	81.024	1.005.100
	<u>9.886.156</u>	<u>6.861.238</u>	<u>34.342.088</u>	<u>51.089.482</u>	<u>3.421.847</u>	<u>9.677.825</u>	<u>21.195.605</u>	<u>34.295.277</u>

JB

38. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros não Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos disponíveis para venda	22.507.213	(2.010.414)	20.496.799	31.669.603	(12.469.189)	19.200.414
	<u>22.507.213</u>	<u>(2.010.414)</u>	<u>20.496.799</u>	<u>31.669.603</u>	<u>(12.469.189)</u>	<u>19.200.414</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos disponíveis para venda	205.785.259	(17.510.634)	188.274.625	152.637.370	(15.075.270)	137.562.100
Empréstimos e contas a receber	-	(45.710)	(45.710)	-	(83.484)	(83.484)
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	22.380	(94.839.890)	(94.817.510)	342	(148.712.440)	(148.712.098)
	<u>205.807.639</u>	<u>(112.396.234)</u>	<u>93.411.405</u>	<u>152.637.712</u>	<u>(163.871.194)</u>	<u>(11.233.482)</u>
	<u>228.314.852</u>	<u>(114.406.648)</u>	<u>113.908.204</u>	<u>184.307.315</u>	<u>(176.340.383)</u>	<u>7.966.932</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos disponíveis para venda	80.732.701	(2.917.559)	77.815.142	51.843.041	(3.158.862)	48.684.179
Empréstimos e contas a receber	-	(37.086)	(37.086)	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	-	(121.707)	(121.707)	-	-	-
	<u>80.732.701</u>	<u>(3.076.352)</u>	<u>77.656.349</u>	<u>51.843.041</u>	<u>(3.158.862)</u>	<u>48.684.179</u>
Investimentos não afetos						
Ativos disponíveis para venda	1.350.777	(185.745)	1,165,032	7,811,392	(1,496,133)	6,315,259
Empréstimos e contas a receber	-	(287,056)	(287,056)	-	-	-
Outros	-	(801,375)	(801,375)	-	-	-
	<u>1,350,777</u>	<u>(1,274,176)</u>	<u>76,601</u>	<u>7,811,392</u>	<u>(1,496,133)</u>	<u>6,315,259</u>
	<u>310,398,330</u>	<u>(118,757,176)</u>	<u>191,641,154</u>	<u>243,961,748</u>	<u>(180,995,378)</u>	<u>62,966,370</u>

JB

39. Ganhos Líquidos de Ativos e Passivos Financeiros Valorizados ao Justo Valor Através de Ganhos e Perdas

Nos exercícios de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

Ganhos e perdas realizados	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(508.775)	(508.775)	-	(26.311.206)	(26.311.206)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.072.269	(2.487.957)	(1.415.688)	1.182.238	(525.056)	657.182
	<u>1.072.269</u>	<u>(2.996.732)</u>	<u>(1.924.463)</u>	<u>1.182.238</u>	<u>(26.836.262)</u>	<u>(25.654.024)</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	135.354	(885.016)	(749.662)	83.278	(74.903.075)	(74.819.797)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	11.077.266	(10.265.012)	812.254	38.470.125	(3.031.295)	35.438.830
	<u>11.212.620</u>	<u>(11.150.028)</u>	<u>62.592</u>	<u>38.553.403</u>	<u>(77.934.370)</u>	<u>(39.380.967)</u>
	<u>12.284.889</u>	<u>(14.146.760)</u>	<u>(1.861.871)</u>	<u>39.735.641</u>	<u>(104.770.632)</u>	<u>(65.034.991)</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	(253.538)	(253.538)	-	(13.384.795)	(13.384.795)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.685.393	(1.300.572)	1.384.821	3.095.895	(6.963.274)	(3.867.379)
	<u>2.685.393</u>	<u>(1.554.110)</u>	<u>1.131.283</u>	<u>3.095.895</u>	<u>(20.348.069)</u>	<u>(17.252.174)</u>
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	3	(54.155)	(54.152)	-	(9.054.831)	(9.054.831)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	(201.169)	(201.169)	12.292	(19.358)	(7.066)
	<u>3</u>	<u>(255.324)</u>	<u>(255.321)</u>	<u>12.292</u>	<u>(9.074.189)</u>	<u>(9.061.897)</u>
	<u>14.970.285</u>	<u>(15.956.194)</u>	<u>(985.909)</u>	<u>42.843.828</u>	<u>(134.192.890)</u>	<u>(91.349.062)</u>
Ganhos e perdas não realizados						
	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	59.656.422	(7.858.465)	51.797.957	106.677.897	(98.715.172)	7.962.725
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.762.152	(380.948)	3.381.204	1.134.621	(1.915.217)	(780.596)
Outros	1.722.515	(1.476.631)	245.884	4.594.622	(5.731.919)	(1.137.297)
	<u>65.141.089</u>	<u>(9.716.044)</u>	<u>55.425.045</u>	<u>112.407.140</u>	<u>(106.362.308)</u>	<u>6.044.832</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	147.104.772	(26.680.247)	120.424.525	271.117.079	(233.451.677)	37.665.402
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	13.755.089	(18.604.502)	(4.849.413)	9.216.071	(37.080.944)	(27.864.873)
Outros	90.457.133	(103.348.682)	(12.891.549)	359.388.838	(357.958.994)	1.429.844
	<u>251.316.994</u>	<u>(148.633.431)</u>	<u>102.683.563</u>	<u>639.721.988</u>	<u>(628.491.615)</u>	<u>11.230.373</u>
	<u>316.458.083</u>	<u>(158.349.475)</u>	<u>158.108.608</u>	<u>752.129.128</u>	<u>(734.853.923)</u>	<u>17.275.205</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	49.297.614	(7.478.185)	41.819.429	69.445.696	(73.444.296)	(3.998.600)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.814.905	(1.232.777)	5.582.128	3.099.839	(6.450.568)	(3.350.729)
Outros	39.164.935	(44.462.997)	(5.298.062)	130.390.595	(135.334.837)	(4.944.242)
	<u>95.277.454</u>	<u>(53.173.959)</u>	<u>42.103.495</u>	<u>202.936.130</u>	<u>(215.229.701)</u>	<u>(12.293.571)</u>
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	16.694.030	(11.135.421)	5.558.609	52.840.588	(47.819.767)	5.020.821
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	118.094	(1.980.195)	(1.862.101)	43.555	(25.592)	17.963
Outros	2.957.267	-	2.957.267	-	-	-
	<u>19.769.391</u>	<u>(13.115.616)</u>	<u>6.653.775</u>	<u>52.884.143</u>	<u>(47.845.359)</u>	<u>5.038.784</u>
	<u>431.504.928</u>	<u>(224.639.050)</u>	<u>206.865.878</u>	<u>1.007.949.401</u>	<u>(997.928.983)</u>	<u>10.020.418</u>

JB

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Total	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	59.656.422	(8.367.240)	51.289.182	106.677.897	(125.026.378)	(18.348.481)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	4.834.421	(2.868.905)	1.965.516	2.316.859	(2.440.273)	(123.414)
Outros	1.722.515	(1.476.631)	245.884	4.594.622	(5.731.919)	(1.137.297)
	<u>66.213.358</u>	<u>(12.712.776)</u>	<u>53.500.582</u>	<u>113.589.378</u>	<u>(133.198.570)</u>	<u>(19.609.192)</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	147.240.126	(27.565.263)	119.674.863	271.200.357	(308.354.752)	(37.154.395)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	24.832.355	(28.869.514)	(4.037.159)	47.686.196	(40.112.239)	7.573.957
Outros	90.457.133	(103.348.682)	(12.891.549)	359.388.838	(357.958.994)	1.429.844
	<u>262.529.614</u>	<u>(159.783.459)</u>	<u>102.746.155</u>	<u>678.275.391</u>	<u>(706.425.985)</u>	<u>(28.150.594)</u>
	<u>328.742.972</u>	<u>(172.496.235)</u>	<u>156.246.737</u>	<u>791.864.769</u>	<u>(839.624.555)</u>	<u>(47.759.786)</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	49.297.614	(7.731.723)	41.565.891	69.445.696	(86.829.091)	(17.383.395)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	9.500.298	(2.533.349)	6.966.949	6.195.734	(13.413.842)	(7.218.108)
Outros	39.164.935	(44.462.997)	(5.298.062)	130.390.595	(135.334.837)	(4.944.242)
	<u>97.962.847</u>	<u>(54.728.069)</u>	<u>43.234.778</u>	<u>206.032.025</u>	<u>(235.577.770)</u>	<u>(29.545.745)</u>
Investimentos não afetos						
Ativos e passivos financeiros detidos para negociação	16.694.033	(11.189.576)	5.504.457	52.840.588	(56.874.598)	(4.034.010)
Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial						
ao justo valor através de ganhos e perdas	118.094	(2.181.364)	(2.063.270)	55.847	(44.950)	10.897
Outros	2.957.267	-	2.957.267	-	-	-
	<u>19.769.394</u>	<u>(13.370.940)</u>	<u>6.398.454</u>	<u>52.896.435</u>	<u>(56.919.548)</u>	<u>(4.023.113)</u>
	<u>446.475.213</u>	<u>(240.595.244)</u>	<u>205.879.969</u>	<u>1.050.793.229</u>	<u>(1.132.121.873)</u>	<u>(81.328.644)</u>

JB

40. Diferenças de Câmbio

Nos exercícios de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	2017	2016
Investimentos afetos às provisões técnicas do ramo vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.721.685)	(1.735.182)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(2.665.476)	1.446.002
Ativos disponíveis para venda	(56.797.985)	14.290.983
Empréstimos e contas a receber	(5.325.898)	1.544.633
Depósitos à ordem	495.999	(1.256.939)
Outros	6.647	(44.556)
	<u>(66.008.398)</u>	<u>14.244.941</u>
Investimentos relativos a contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento		
Ativos financeiros detidos para negociação	(3.974.818)	(3.968.620)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(6.894.025)	716.302
Ativos disponíveis para venda	(127.830.385)	19.590.088
Empréstimos e contas a receber	(4.071.592)	946.368
Depósitos à ordem	4.321.062	(432.336)
Outros	(2.464.857)	(3.580.468)
	<u>(140.914.615)</u>	<u>13.271.334</u>
	<u>(206.923.013)</u>	<u>27.516.275</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida		
Ativos financeiros detidos para negociação	(1.362.854)	(1.096.369)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(12.421.178)	5.343.074
Ativos disponíveis para venda	(26.273.803)	572.871
Empréstimos e contas a receber	(1.725.979)	3.247.659
Depósitos à ordem	9.412.675	4.604.595
Outros	(894.619)	(1.315.736)
	<u>(33.265.758)</u>	<u>11.356.094</u>
Investimentos não afetos		
Ativos financeiros detidos para negociação	(104.765)	(147.686)
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(64.457)	(1.332)
Ativos disponíveis para venda	(3.619.465)	(603)
Empréstimos e contas a receber	(4.450.713)	(731.132)
Depósitos à ordem	(18.148.605)	3.225.960
Outros	(13)	2
	<u>(26.388.018)</u>	<u>2.345.209</u>
	<u>(266.576.789)</u>	<u>41.217.578</u>

8B

8B

41. Ganhos Líquidos de Ativos não Financeiros que não Estejam Classificados como Ativos não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

Ganhos e perdas realizados	2017			2016		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	4.265.200	-	4.265.200	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	21.023	-	21.023	55.493	(62.642)	(7.149)
	<u>4.286.223</u>	<u>-</u>	<u>4.286.223</u>	<u>55.493</u>	<u>(62.642)</u>	<u>(7.149)</u>
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	4.590.363	(17.770)	4.572.593	25.026.539	-	25.026.539
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	24.152	(5.984)	18.168	-	-	-
	<u>4.614.515</u>	<u>(23.754)</u>	<u>4.590.761</u>	<u>25.026.539</u>	<u>-</u>	<u>25.026.539</u>
	<u>8.900.738</u>	<u>(23.754)</u>	<u>8.876.984</u>	<u>25.082.032</u>	<u>(62.642)</u>	<u>25.019.390</u>
Ganhos e perdas não realizados						
			(Nota 10)			(Nota 10)
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	-	(204.893)	(204.893)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>(204.893)</u>	<u>(204.893)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	38.167.817	(24.094.916)	14.072.901	21.220.121	(8.994.229)	12.225.892
	<u>38.167.817</u>	<u>(24.094.916)</u>	<u>14.072.901</u>	<u>21.220.121</u>	<u>(8.994.229)</u>	<u>12.225.892</u>
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	40.819.087	(46.694.001)	(5.874.914)	59.891.204	(18.213.617)	41.677.587
	<u>40.819.087</u>	<u>(46.694.001)</u>	<u>(5.874.914)</u>	<u>59.891.204</u>	<u>(18.213.617)</u>	<u>41.677.587</u>
	<u>78.986.904</u>	<u>(70.993.810)</u>	<u>7.993.094</u>	<u>81.111.325</u>	<u>(27.207.846)</u>	<u>53.903.479</u>
Total						
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos vida						
Terrenos e edifícios de rendimento	-	(204.893)	(204.893)	-	-	-
	<u>-</u>	<u>(204.893)</u>	<u>(204.893)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Investimentos afetos às provisões técnicas dos ramos não vida						
Terrenos e edifícios de uso próprio	4.265.200	-	4.265.200	-	-	-
Terrenos e edifícios de rendimento	38.188.840	(24.094.916)	14.093.924	21.275.614	(9.056.871)	12.218.743
	<u>42.454.040</u>	<u>(24.094.916)</u>	<u>18.359.124</u>	<u>21.275.614</u>	<u>(9.056.871)</u>	<u>12.218.743</u>
Investimentos não afetos						
Terrenos e edifícios de rendimento	45.409.450	(46.711.771)	(1.302.321)	84.917.743	(18.213.617)	66.704.126
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	24.152	(5.984)	18.168	-	-	-
	<u>45.433.602</u>	<u>(46.717.755)</u>	<u>(1.284.153)</u>	<u>84.917.743</u>	<u>(18.213.617)</u>	<u>66.704.126</u>
	<u>87.887.642</u>	<u>(71.017.564)</u>	<u>16.870.078</u>	<u>106.193.357</u>	<u>(27.270.488)</u>	<u>78.922.869</u>

8B

8

42. Perdas de Imparidade (Líquidas de Reversão)

O movimento nas perdas por imparidade durante os exercícios de 2017 e 2016 foi o seguinte:

	2017					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	160.681.702	23.333.685	(917.818)	(42.169.867)	-	140.927.702
Instrumentos de capital	286.535.154	106.014.203	-	(78.517.403)	-	314.031.954
Outros instrumentos	47.686.189	4.686.155	-	(14.248.470)	-	38.123.874
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	1.238.964	145.811	(767.383)	-	-	617.392
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	11.237.416	2.080.972	(1.196.988)	(1.762.499)	-	10.358.901
Imparidade de inventários (Nota 13)	64.553	-	(79.479)	-	14.926	-
Imparidade no goodwill (Nota 14)	957.001	-	-	-	-	957.001
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 17)	17.109.499	-	(7.029.138)	-	449.058	10.529.419
Ajustamentos IFAP (Nota 17)	484.133	-	(384.277)	-	-	99.856
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	41.825.112	-	(3.222.858)	-	2.393.543	40.995.797
	567.819.723	136.260.826	(13.597.941)	(136.698.239)	2.857.527	556.641.896

	2016					
	Saldos iniciais	Reforços	Reposições e anulações	Utilizações	Outros	Saldos finais
Imparidade de ativos disponíveis para venda (Nota 8)						
Instrumentos de dívida	118.786.119	50.042.372	(8.103.178)	(43.611)	-	160.681.702
Instrumentos de capital	149.669.620	143.828.126	-	(6.962.592)	-	286.535.154
Outros instrumentos	62.956.577	3.969.378	-	(19.239.766)	-	47.686.189
Imparidade de empréstimos e contas a receber (Nota 9)	1.438.615	141.117	(340.768)	-	-	1.238.964
Imparidade de imóveis de serviço próprio (Nota 10)	11.129.768	2.676.291	(362.670)	(2.205.973)	-	11.237.416
Imparidade de inventários (Nota 13)	3.343	79.479	(18.269)	-	-	64.553
Imparidade no goodwill (Nota 14)	957.001	-	-	-	-	957.001
Ajustamentos de recibos por cobrar (Nota 17)	14.320.357	3.557.719	-	(768.577)	-	17.109.499
Ajustamentos IFAP (Nota 17)	424.635	59.498	-	-	-	484.133
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa (Nota 17)	44.792.353	-	(3.972.040)	(186.694)	1.191.493	41.825.112
	404.478.388	204.353.980	(12.796.925)	(29.407.213)	1.191.493	567.819.723

No exercício de 2017, a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui constituições de “Outras provisões” (Nota 26), no montante de 88.288.591 Euros. No exercício de 2016, a rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)” inclui utilizações de “Outras provisões” (Nota 26), no montante de 6.827.042 Euros.

43. Outros Rendimentos/Gastos Técnicos, Líquidos de Resseguro

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017			2016		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Relativos ao ramo vida						
Comissões de gestão de co-seguro	13.809	(16.752)	(2.943)	12.610	(21.730)	(9.120)
Comissões de gestão de fundos de pensões	559.419	-	559.419	516.727	-	516.727
Outros	53.034	(9.164)	43.870	21.047	(4.900)	16.147
	626.262	(25.916)	600.346	550.384	(26.630)	523.754
Relativos ao ramo não vida						
Comissões de gestão de co-seguro	723.829	(468.895)	254.934	721.084	(235.923)	485.161
Outros	3.707.723	(161.187)	3.546.536	482.721	(35.789)	446.932
	4.431.552	(630.082)	3.801.470	1.203.805	(271.712)	932.093
	5.057.814	(655.998)	4.401.816	1.754.189	(298.342)	1.455.847

44. Outros Rendimentos/Gastos

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Rendimentos e ganhos não correntes		
Restituição de impostos	4.036.049	1.042.425
Outros	699.135	2.105.210
	<u>4.735.184</u>	<u>3.147.635</u>
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	998.535	307.737
Diferenças de câmbio favoráveis	67.574.315	30.622.285
Descontos de pronto pagamento	1.083.368	770.697
Outros	230.305	887.865
	<u>69.886.523</u>	<u>32.588.584</u>
Rendimentos de outros ativos		
Ganhos em outros ativos tangíveis	39.869	168.771
	<u>39.869</u>	<u>168.771</u>
Ganhos com planos de pensões		
Comissões de gestão dos fundos de pensões (Suc. Macau Vida)	11.880	13.388
Outros ganhos	19.026	-
	<u>30.906</u>	<u>13.388</u>
Outros Rendimentos não técnicos		
Regularização de saldos	177.764	101.672
Prestação de serviços	439.436.196	422.556.162
	<u>439.613.960</u>	<u>422.657.834</u>
Gastos e perdas não correntes		
Donativos	(549.292)	(163.345)
Mecenato	(764.285)	(661.038)
Ofertas a clientes	(272.391)	(49.731)
Multas e penalidades	(43.638)	(54.373)
Quotizações diversas	(289.358)	(216.191)
Insuficiência estimativa impostos	(689.668)	(3.221.601)
Correções a exercícios anteriores	(490.408)	(614.195)
Dívidas incobráveis	(1.847.831)	(4.357.474)
Regularização de saldos	(301.904)	(534.421)
Outros	(1.180.519)	(1.369.435)
	<u>(6.429.294)</u>	<u>(11.241.804)</u>
Gastos e perdas financeiras		
Juros suportados	(98.947)	(28.209)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(12.653.905)	(34.703.827)
Serviços bancários	(441.440)	(557.477)
Outros	(1.242.184)	(2.764.136)
	<u>(14.436.476)</u>	<u>(38.053.649)</u>
Perdas em outros ativos		
Perdas em outros ativos intangíveis	(344.748)	-
Perdas em outros ativos tangíveis	(426.947)	(203.016)
	<u>(771.695)</u>	<u>(203.016)</u>
Outros gastos não técnicos		
Alocação de gastos não técnicos (Nota 33)		
Custos com pessoal	(119.914.577)	(112.082.992)
Fornecimento de serviços externos	(267.732.735)	(179.757.327)
Amortizações do exercício	(33.323.200)	(25.120.139)
Juros	(5.936.117)	(4.328.174)
Outros	(2.477.421)	(1.680.972)
	<u>(429.384.050)</u>	<u>(322.969.604)</u>
Custo das mercadorias vendidas	(4.067.177)	(73.501.198)
	<u>59.217.750</u>	<u>12.606.941</u>

JB

CA

45. Ganhos e Perdas de Associadas e Empreendimentos Conjuntos (MEP)

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Audatex Portugal - Peritagens Informatizadas Derivadas de Acidentes, S.A.	235.524	886
Highgrove - Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	(20.951)	(33.752)
Genomed - Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A.	50.766	38.973
Madison 30 31 JV LLC	148.319	(6.269.580)
	<u>413.658</u>	<u>(6.263.473)</u>

46. Relato por Segmentos

O Grupo apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente. Um segmento operacional é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes.

23



Para efeito de relato por segmentos de negócio, o Grupo designou os segmentos “Saúde” e “Segurador”. No segmento segurador elegeram os seguintes sub-segmentos:

Sub-segmento:	Ramos do sub-segmento:
Vida	
Risco	Risco
Capitalização com participação nos resultados	Capitalização com participação nos resultados
Passivos financeiros	Passivos financeiros
Não Vida	
Acidentes de Trabalho	Acidentes de Trabalho
Doença	Doença
Patrimoniais	Incêndio e outros danos Crédito Caução Perdas pecuniárias diversas por riscos patrimoniais
Automóvel	Pessoas transportadas Veículos terrestres Responsabilidade civil de veículos terrestres a motor Perdas pecuniárias diversas associadas a automóvel Proteção jurídica automóvel Assistência automóvel
Mercadorias Transportadas	Mercadorias transportadas Marítimo e transportes Aéreo
Responsabilidade Civil	Responsabilidade civil geral
Diversos	Acidentes pessoais Proteção jurídica - outras Assistência - outras Seguros diversos

Para efeito de relato por segmentos geográficos, o Grupo elegeram os seguintes:

- Portugal
- União Europeia
- Africa
- Ásia
- Resto do Mundo

A distribuição dos resultados por linhas de negócio e mercados geográficos nos exercícios de 2017 e 2016 é a seguinte:

2017	Segmento seguradoras			Segmento saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não vida	Não afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	430.637.172	1.190.344.911	-	-	7.156.672	1.628.138.755
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.943.122	-	-	-	-	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(293.309.453)	(966.026.355)	-	(42.842.329)	90.882.684	(1.211.295.453)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(3.149.741)	(1.482.353)	-	-	-	(4.632.094)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(78.268.910)	(4.011.479)	-	-	3.806.200	(78.474.189)
Custos e gastos de exploração líquidos	(79.766.391)	(300.667.833)	(116.963)	-	(8.074.297)	(388.625.484)
Rendimentos	245.424.403	74.209.470	201.770.496	44.468	(95.636.980)	425.811.857
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	53.117.629	117.856.729	(86.610.471)	10.306	12.350.737	96.724.930
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(81.422.015)	1.583.596	(92.276.207)	(716.928)	(38.119.922)	(210.951.476)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	602.877	38.607.133	4.603.016	57.747.879	(37.527.681)	64.033.224
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	791.078	-	-	791.078
Imposto sobre o rendimento do exercício	(25.848.723)	(36.584.095)	(9.404.514)	(2.881.161)	(16.208.264)	(90.926.757)
Interesses não controlados	-	-	-	(160.462)	(38.125.808)	(38.286.270)
	169.959.970	113.829.724	18.756.435	11.201.773	(119.496.659)	194.251.243
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	135.187.761	44.798.902	358.970.617	57.789.386	-	596.746.666
Investimentos associados e empreendimentos conjuntos	1.713.213.998	201.048.186	2.836.181.294	356.403	(4.749.293.561)	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	37.070.438	9.676.129	20.548.387	-	(14.157.024)	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	367.588.330	148.036.457	291.844.687	405.121	-	807.874.595
Derivados de cobertura	10.668.392	4.254.201	13.255.784	-	-	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	9.068.104.938	1.775.763.080	558.183.657	24.150	(509.174.873)	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	834.060.082	175.260.951	465.574.498	597.397	(292.811.555)	1.182.681.373
Terrenos e edifícios	6.242.967	195.598.985	1.328.457.937	316.359.086	2.948.527	1.849.607.502
Outros ativos tangíveis e intangíveis	6.008.844	23.983.649	652.097	55.013.624	-	85.658.214
Goodwill	-	-	-	122.353.167	334.974.596	457.327.763
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.040.468	410.480.872	-	-	(153.675.684)	278.845.656
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	12.344.589	-	-	12.344.589
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	56.173.277	247.405.148	237.158.640	121.257.547	107.361.760	769.356.372
Ativos por impostos	139.080.759	102.240.584	23.893.556	9.593.911	(1.205.760)	273.603.050
Acréscimos e diferimentos	14.880.626	3.448.835	6.203.036	47.704.448	711.259	72.948.204
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	28.554.471	296.654.538	-	1.848.032	327.057.041
	12.410.320.880	3.370.550.450	6.449.923.317	731.454.240	(5.272.474.283)	17.689.774.604
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	1.542.378	313.395.237	-	-	(28.376.408)	286.561.207
Provisão matemática do ramo vida	1.762.942.406	-	-	-	-	1.762.942.406
Provisão para sinistros	132.483.735	1.886.823.072	-	-	(138.158.305)	1.881.148.502
Provisão para participação nos resultados	110.749.827	313	-	-	-	110.750.140
Provisão para compromissos de taxa	7.520.800	-	-	-	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	-	25.630.188	-	-	-	25.630.188
Provisão para riscos em curso	-	49.222.515	-	-	-	49.222.515
Passivos financeiros	8.593.120.341	129.598.797	326.749.762	299.541.758	(88.166.269)	9.260.844.389
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	291.812	83.417	-	-	375.229
Outros credores por operações de seguros e outras operações	26.895.092	180.323.831	471.876.429	52.226.346	(95.372.852)	635.948.846
Passivos por impostos	166.679.173	88.616.623	64.346.939	24.039.401	(5.691.668)	337.990.468
Acréscimos e diferimentos	33.489.858	60.681.845	15.318.496	61.777.424	(535.111)	170.732.512
Outras Provisões	-	71.148.466	133.529.870	9.998.610	-	214.676.946
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	22.403.343	4.484.740	-	-	26.888.083
	10.859.828.674	2.828.136.042	1.016.389.653	447.583.539	(356.300.613)	14.795.637.295
					Total segmentos	2.699.886.067
					Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	2.699.886.067

23

2017	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	175.764.791	254.872.381	-	430.637.172
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	1.943.122	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(95.015.027)	(198.294.320)	(106)	(293.309.453)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(2.654.181)	(495.560)	-	(3.149.741)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(848.988)	(77.419.922)	-	(78.268.910)
Custos e gastos de exploração líquidos	(24.994.078)	(9.482.328)	(45.289.985)	(79.766.391)
Rendimentos	9.179.074	46.222.854	190.022.475	245.424.403
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(622.654)	6.437.164	47.303.119	53.117.629
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	2.573.094	(177.498)	(83.817.611)	(81.422.015)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	595.434	255	7.188	602.877
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(8.426.139)	(3.045.992)	(14.376.592)	(25.848.723)
Interesses não controlados	-	-	-	-
	55.551.326	18.617.034	95.791.610	169.959.970
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	6.043.212	33.024.022	96.120.527	135.187.761
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	88.305.834	-	1.624.908.164	1.713.213.998
Ativos financeiros detidos para negociação	1.295.932	5.721.352	30.053.154	37.070.438
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.132.229	82.326.724	283.129.377	367.588.330
Derivados de cobertura	83.774	251.956	10.332.662	10.668.392
Ativos disponíveis para venda	283.780.824	1.314.712.978	7.469.611.136	9.068.104.938
Empréstimos e contas a receber	74.146.444	349.854.033	410.059.605	834.060.082
Terrenos e edifícios	6.113.733	129.234	-	6.242.967
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.781.057	625.483	2.602.304	6.008.844
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	22.040.468	-	-	22.040.468
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	7.705.965	10.947.145	37.520.167	56.173.277
Ativos por impostos	10.539.807	5.874.884	122.666.068	139.080.759
Acréscimos e diferimentos	282.583	1.742.333	12.855.710	14.880.626
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	505.251.862	1.805.210.144	10.099.858.874	12.410.320.880
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.521.893	20.485	-	1.542.378
Provisão matemática do ramo vida	210.342.988	1.552.599.417	-	1.762.942.405
Provisão para sinistros	111.028.598	21.455.137	-	132.483.735
Provisão para participação nos resultados	34.346.573	76.403.254	-	110.749.827
Provisão para compromissos de taxa	-	7.520.800	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	3.823.879	21	8.589.296.441	8.593.120.341
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	7.466.033	3.334.754	16.094.305	26.895.092
Passivos por impostos	4.501.822	2.945.647	159.231.704	166.679.173
Acréscimos e diferimentos	5.109.463	3.649.819	24.730.576	33.489.858
Outras Provisões	-	-	-	-
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-	-	-
	402.546.313	1.667.929.334	8.789.353.026	10.859.828.673

JB

2017	Não vida							
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	Total
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	177.264.786	285.916.734	172.137.113	450.445.270	8.908.720	26.751.346	68.920.942	1.190.344.911
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(185.031.061)	(233.617.825)	(133.441.110)	(347.208.518)	(2.684.846)	(9.847.177)	(54.195.818)	(966.026.355)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	10.169.540	(192.776)	(6.423.497)	(4.596.247)	(12.641)	(539.041)	112.309	(1.482.353)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	-	-	(190.792)	-	-	-	(3.820.687)	(4.011.479)
Custos e gastos de exploração líquidos	(38.571.223)	(52.202.552)	(59.363.929)	(128.501.235)	(3.012.360)	(9.919.528)	(9.097.006)	(300.667.833)
Rendimentos	27.091.481	5.955.293	11.116.022	22.557.971	489.342	3.847.330	3.152.031	74.209.470
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	38.727.123	5.749.329	19.228.372	43.063.355	984.914	7.823.756	2.279.880	117.856.729
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(65.280)	1.159.080	(726.606)	2.707.072	(244.303)	(173.256)	(1.073.111)	1.583.596
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	282.082	572.801	10.993.826	25.222.729	(3.429)	(71.641)	1.610.765	38.607.133
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-
Imposto sobre o rendimento do exercício	(6.331.618)	(4.795.071)	(6.383.361)	(13.356.518)	(588.777)	(2.453.697)	(2.675.053)	(36.584.095)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	23.535.830	8.545.013	6.946.038	50.333.879	3.836.620	15.418.092	5.214.252	113.829.724
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	4.744.056	20.502.756	7.690.135	3.354.806	36.739	153.543	8.316.867	44.798.902
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	88.079.127	8.838.373	24.801.400	65.395.629	1.425.244	9.640.749	2.867.664	201.048.186
Ativos financeiros detidos para negociação	3.617.944	419.395	1.731.823	3.146.913	68.277	513.507	178.270	9.676.129
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	37.405.613	8.422.025	25.425.834	63.551.810	1.367.328	9.424.975	2.438.872	148.036.457
Derivados de cobertura	1.671.760	201.276	570.589	1.504.486	32.790	221.798	51.502	4.254.201
Ativos disponíveis para venda	786.707.629	101.055.315	229.651.363	494.229.870	9.439.352	68.926.689	85.752.862	1.775.763.080
Empréstimos e contas a receber	21.450.676	80.056.668	31.771.483	34.103.995	395.765	3.367.739	4.114.625	175.260.951
Terrenos e edifícios	7.191.849	18.467.015	52.992.696	96.273.398	2.364.733	15.772.685	2.536.609	195.598.985
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.804.695	2.964.071	5.420.020	10.747.065	199.882	737.111	1.110.805	23.983.649
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	4.700.166	81.466.982	267.356.908	13.553.434	8.240.914	17.022.343	18.140.125	410.480.872
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	23.439.303	94.988.753	67.124.772	43.229.669	3.397.838	8.484.277	6.740.536	247.405.148
Outros por impostos	17.946.592	7.262.262	19.233.558	46.079.269	1.336.010	7.322.440	3.060.453	102.240.584
Acréscimos e diferimentos	280.095	629.082	885.758	1.117.920	17.700	81.599	436.681	3.448.835
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	6.574.603	1.713.176	4.856.392	12.804.978	279.079	1.887.767	438.476	28.554.471
	1.006.614.108	426.987.149	739.512.731	889.093.242	28.601.651	143.557.222	136.184.347	3.370.550.450
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	12.318.654	54.946.119	82.331.516	145.363.621	1.756.142	9.029.805	7.649.380	313.395.237
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	836.637.300	118.335.594	322.616.630	453.808.494	12.761.071	100.247.978	42.416.005	1.886.823.072
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	313	313
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	25.510.356	58.151	-	61.681	-	25.630.188
Provisão para riscos em curso	6.113.713	192.776	7.696.953	34.142.713	13.085	950.506	112.769	49.222.515
Passivos financeiros	804.403	73.161.077	30.606.070	5.793.388	625.555	1.760.763	16.847.541	129.598.797
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	3.854	-	2.249	-	-	285.709	291.812
Outros credores por operações de seguros e outras operações	15.143.389	44.353.538	68.010.464	19.901.493	2.173.490	6.190.618	24.550.839	180.323.831
Passivos por impostos	27.996.989	5.566.801	14.946.886	33.482.102	617.231	3.834.306	2.172.308	88.616.623
Acréscimos e diferimentos	7.901.753	10.559.249	12.084.379	24.746.150	590.787	1.747.256	3.052.271	60.681.845
Outras Provisões	70.775.507	60.000	-	109.003	-	-	203.956	71.148.466
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	10.085.974	960.052	2.721.489	7.175.823	156.394	1.057.892	245.719	22.403.343
	977.727.942	308.139.060	566.524.743	724.583.187	18.693.755	124.880.805	97.536.810	2.828.136.042

2016	Segmento seguradoras			Segmento saúde	Ajustes de consolidação	Total
	Vida	Não vida	Não afetos			
Ganhos e Perdas						
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	320.974.184	1.087.971.098	-	-	10.389.622	1.419.334.904
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.551.811	-	-	-	-	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(257.103.250)	(826.891.254)	-	(39.643.456)	73.784.399	(1.049.853.561)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	2.122.570	10.015.910	-	-	-	12.138.480
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(13.935.835)	(3.278.535)	-	-	3.248.751	(13.965.619)
Custos e gastos de exploração líquidos	(87.487.586)	(287.765.925)	(88.477)	-	(11.894.277)	(387.236.265)
Rendimentos	260.301.479	62.480.100	86.317.578	4.070	(16.258.012)	392.845.215
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(15.907.021)	37.666.268	52.367.699	(604.122)	(6.039.928)	67.482.896
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(143.004.673)	(47.093.520)	(61.471.811)	(440.753)	67.280.744	(184.730.013)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	593.540	38.292.244	(3.588.570)	59.568.184	(62.250.263)	32.615.135
Imposto sobre o rendimento do exercício	(13.243.303)	(31.428.025)	(19.531.335)	(4.371.062)	(822.245)	(69.395.970)
Interesses não controlados	-	-	-	402.649	(35.915.115)	(35.512.466)
	55.861.916	39.968.361	54.005.084	14.915.510	21.523.676	186.274.547
Ativos						
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	438.013.760	70.686.171	448.632.700	41.089.142	-	998.421.773
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	1.590.118.809	209.290.911	3.180.573.712	335.036	(4.863.311.651)	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	6.481.688	1.288.679	36.195.705	-	(36.195.704)	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	586.662.909	79.631.321	316.814	-	-	666.611.044
Derivados de cobertura	2.606.399	2.064.457	-	-	18.097.852	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	7.708.512.149	1.505.867.570	145.590.989	224.987	(129.057.538)	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	649.775.761	334.736.498	366.146.832	687.397	(340.175.798)	1.011.170.690
Terrenos e edifícios	2.450.551	362.868.661	1.489.191.146	296.112.133	36.104.714	2.186.727.205
Outros ativos tangíveis e intangíveis	5.600.168	24.660.164	33.982.763	48.968.252	(33.288.221)	79.923.126
Goodwill	-	-	-	110.506.459	335.880.949	446.387.408
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.432.659	258.982.920	-	-	(99.020.553)	181.395.026
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	8.739.168	-	-	8.739.168
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	167.501.577	206.453.421	322.362.490	117.035.466	(25.312.991)	788.039.963
Ativos por impostos	184.687.511	197.432.853	121.787.846	8.905.286	(7.267.298)	505.546.198
Acréscimos e diferimentos	14.540.685	5.976.954	5.451.920	43.481.869	(1.887.125)	67.564.303
	11.378.384.626	3.259.940.580	6.158.972.085	667.346.027	(5.145.433.364)	16.319.209.954
Passivos						
Provisão para prémios não adquiridos	1.567.237	332.669.186	-	-	(45.464.035)	288.772.388
Provisão matemática do ramo vida	1.648.505.455	-	-	-	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros	121.052.056	1.684.746.344	-	-	(60.851.310)	1.744.947.090
Provisão para participação nos resultados	68.711.511	314	-	-	-	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	7.025.239	-	-	-	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	24.056.289	-	-	-	24.056.289
Provisão para riscos em curso	-	49.354.458	-	-	-	49.354.458
Passivos financeiros	8.316.314.310	116.190.922	362.280.513	254.112.420	(88.414.718)	8.960.483.447
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	366.936	72.273	-	-	439.209
Outros credores por operações de seguros e outras operações	50.686.746	141.969.538	618.595.383	53.651.225	(287.015.333)	577.887.559
Passivos por impostos	60.776.502	112.396.956	183.416.198	24.861.346	(8.818.739)	372.632.263
Acréscimos e diferimentos	32.932.737	54.921.387	20.081.525	54.922.074	(390.525)	162.467.198
Outras Provisões	-	71.873.143	60.232.076	8.427.083	-	140.532.302
	10.329.322.676	2.588.545.473	1.244.677.968	395.974.148	(490.954.660)	14.067.565.605
					Total segmentos	2.065.369.802
					Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	2.065.369.802

28

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

2016	Vida			
	Risco	Capitalização com participação nos resultados	Passivos financeiros	Total
Ganhos e Perdas				
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	179.112.016	141.862.168	-	320.974.184
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	2.551.811	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(83.179.961)	(173.923.289)	-	(257.103.250)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	3.521.275	(1.398.705)	-	2.122.570
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(5.399.128)	(8.536.707)	-	(13.935.835)
Custos e gastos de exploração líquidos	(30.038.434)	(9.569.428)	(47.879.724)	(87.487.586)
Rendimentos	8.172.925	43.319.353	208.809.201	260.301.479
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	5.336.396	7.303.677	(28.547.094)	(15.907.021)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(889.036)	(1.082.270)	(141.033.367)	(143.004.673)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	506.944	72.028	14.568	593.540
Imposto sobre o rendimento do exercício	(10.486.947)	(676.530)	(2.079.826)	(13.243.303)
Interesses não controlados	-	-	-	-
	66.656.050	(2.629.703)	(8.164.431)	55.861.916
Ativos				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	40.508.699	162.606.708	234.898.353	438.013.760
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	94.995.235	-	1.495.123.574	1.590.118.809
Ativos financeiros detidos para negociação	333.966	1.928.725	4.218.997	6.481.688
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.093.808	37.791.668	546.777.433	586.662.909
Derivados de cobertura	1.233	-	2.605.166	2.606.399
Ativos disponíveis para venda	272.675.837	1.421.306.145	6.014.530.167	7.708.512.149
Empréstimos e contas a receber	11.856.038	67.231.489	570.688.234	649.775.761
Terrenos e edifícios	1.878.875	571.676	-	2.450.551
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.478.258	782.703	2.339.207	5.600.168
Goodwill	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	21.432.659	-	-	21.432.659
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	34.360.370	5.292.402	127.848.805	167.501.577
Ativos por impostos	31.356.216	2.918.379	150.412.916	184.687.511
Acréscimos e diferimentos	292.756	766.148	13.481.781	14.540.685
	514.263.950	1.701.196.043	9.162.924.633	11.378.384.626
Passivos				
Provisão para prémios não adquiridos	1.549.119	18.118	-	1.567.237
Provisão matemática do ramo vida	210.169.841	1.438.335.614	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros	101.343.400	19.708.656	-	121.052.056
Provisão para participação nos resultados	32.164.348	36.547.163	-	68.711.511
Provisão para compromissos de taxa	-	7.025.239	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	-	-
Provisão para riscos em curso	-	-	-	-
Passivos financeiros	4.584.477	1.863.273	8.309.866.560	8.316.314.310
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
Outros credores por operações de seguros e outras operações	11.158.058	16.670.425	22.858.263	50.686.746
Passivos por impostos	3.574.954	3.867.054	53.334.494	60.776.502
Acréscimos e diferimentos	4.632.529	3.179.578	25.120.630	32.932.737
Outras Provisões	-	-	-	-
	390.927.609	1.527.215.120	8.411.179.947	10.329.322.676

88

88

2016	Não vida							
	Acidentes trabalho	Doença	Patrimoniais	Automóvel	Mercadorias transportadas	Responsabilidade civil	Diversos	Total
Ganhos e Perdas								
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	154.680.930	248.170.335	162.788.443	429.167.270	7.975.829	24.355.326	60.832.965	1.087.971.098
Comissões de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(159.719.458)	(199.400.246)	(82.597.763)	(330.808.903)	(1.988.701)	(10.601.640)	(41.774.543)	(826.891.254)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	8.830.841	3.669.909	(1.195.370)	(2.001.889)	38.842	624.791	48.786	10.015.910
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(12.375)	(7.284)	(12.792)	(1.619)	-	7.656	(3.252.121)	(3.278.535)
Custos e gastos de exploração líquidos	(36.403.737)	(39.883.771)	(66.133.444)	(125.943.720)	(2.267.519)	(10.684.352)	(6.449.382)	(287.765.925)
Rendimentos	20.750.969	4.899.454	9.104.145	21.160.859	550.467	3.660.382	2.353.824	62.480.100
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	(238.598)	3.221.392	9.427.759	21.131.442	614.687	4.015.238	(505.652)	37.666.268
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(10.674.800)	(5.043.330)	(6.692.649)	(19.348.346)	(273.962)	(2.796.491)	(2.263.942)	(47.093.520)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	243.145	698.128	11.399.311	24.338.192	(585)	2.752	1.611.301	38.292.244
Imposto sobre o rendimento do exercício	(1.092.890)	(4.699.832)	(10.293.029)	(10.441.545)	(743.560)	(1.931.264)	(2.225.905)	(31.428.025)
Interesses não controlados	-	-	-	-	-	-	-	-
	(23.635.973)	11.624.755	25.794.611	7.251.741	3.905.498	6.652.398	8.375.331	39.968.361
Ativos								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	5.442.282	27.399.686	8.006.808	16.540.975	146.227	1.322.462	11.827.731	70.686.171
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	96.321.852	8.129.593	22.604.707	68.890.446	1.081.673	9.772.064	2.490.576	209.290.911
Ativos financeiros detidos para negociação	802.035	32.287	113.882	284.400	4.477	43.941	7.657	1.288.679
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	48.101.219	2.213.326	6.354.083	19.172.115	298.503	2.715.844	776.231	79.631.321
Derivados de cobertura	-	147.868	415.740	1.266.993	19.894	179.725	34.237	2.064.457
Ativos disponíveis para venda	671.418.523	86.615.847	155.011.662	460.451.755	6.372.217	60.707.405	65.290.161	1.505.867.570
Empréstimos e contas a receber	50.964.920	91.885.983	48.521.996	118.629.246	1.537.016	14.672.270	8.525.067	334.736.498
Terrenos e edifícios	87.613.490	18.831.856	54.126.846	172.008.275	2.854.991	24.150.974	3.282.229	362.868.661
Outros ativos tangíveis e intangíveis	2.714.887	2.584.260	5.174.174	11.563.737	137.367	1.194.478	1.291.261	24.660.164
Goodwill	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	1.805.621	72.389.310	115.575.045	29.407.559	4.344.920	19.564.305	15.896.160	258.982.920
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	31.223.136	48.172.994	57.683.433	45.391.340	9.346.841	6.543.381	8.092.296	206.453.421
Ativos por impostos	58.060.628	14.142.202	3.516.438	66.625.353	2.406.615	10.157.643	8.523.974	197.432.853
Acrescimos e diferimentos	385.330	593.924	1.054.047	3.438.939	17.187	107.091	380.436	5.976.954
	1.054.853.923	373.139.136	512.158.861	1.013.671.133	28.567.928	151.131.583	126.418.016	3.259.940.580
Passivos								
Provisão para prémios não adquiridos	11.854.408	49.638.675	84.747.149	148.928.971	1.617.922	8.981.931	26.900.130	332.669.186
Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para sinistros	801.563.413	102.296.343	156.141.980	476.177.896	9.608.886	102.869.169	36.088.657	1.684.746.344
Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-	-	-	314	314
Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para desvios de sinistralidade	-	-	23.948.910	45.698	-	61.681	-	24.056.289
Provisão para riscos em curso	16.283.252	-	2.843.901	29.587.736	444	411.465	227.660	49.354.458
Passivos financeiros	1.451.213	69.592.526	21.338.668	5.906.289	1.156.657	1.694.377	15.051.192	116.190.922
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	3.382	-	1.345	-	-	362.209	366.936
Outros credores por operações de seguros e outras operações	12.507.282	42.660.894	29.566.089	28.291.036	11.507.086	7.653.830	9.783.321	141.969.538
Passivos por impostos	55.166.112	5.056.480	13.886.126	32.737.605	501.090	3.471.329	1.578.214	112.396.956
Acrescimos e diferimentos	7.675.522	7.436.133	12.107.181	22.541.201	475.558	1.955.496	2.730.296	54.921.387
Outras Provisões	71.226.740	201.122	-	156.215	-	-	289.066	71.873.143
	977.727.942	276.885.555	344.580.004	744.373.992	24.867.643	127.099.278	93.011.059	2.588.545.473

JB

Mercados geográficos

2017	Segmento geográfico						
	Portugal	Resto da União Europeia	África	Ásia	Resto do Mundo	Ajustes de consolidação	Total
Ganhos e Perdas							
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.495.930.524	53.060.509	57.097.208	14.893.842	-	7.156.672	1.628.138.755
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.898.555	44.567	-	-	-	-	1.943.122
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.208.669.913)	(41.434.893)	(34.724.715)	(17.348.616)	-	90.882.684	(1.211.295.453)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	(5.548.353)	505.751	381.505	29.003	-	-	(4.632.094)
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	(83.600.133)	(6.862.679)	(1.495.168)	9.677.591	-	3.806.200	(78.474.189)
Custos e gastos de exploração líquidos	(334.149.808)	(19.913.592)	(23.859.783)	(2.628.004)	-	(8.074.297)	(388.625.484)
Rendimentos	402.451.376	84.266.480	2.891.702	25.757.183	6.082.096	(95.636.980)	425.811.857
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	128.757.644	(35.618.717)	(955.249)	(12.587.029)	4.777.544	12.350.737	96.724.930
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(142.514.485)	(34.109.475)	3.715.113	77.293	-	(38.119.922)	(210.951.476)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	106.252.142	(4.483.338)	(961.896)	422.392	331.605	(37.527.681)	64.033.224
Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	(1.454.211)	-	9.936	-	-	2.235.353	791.078
Imposto sobre o rendimento do exercício	(91.570.795)	4.379.274	(871.217)	15.872.237	(2.527.992)	(16.208.264)	(90.926.757)
Interesses não controlados	(160.462)	-	-	-	-	(38.125.808)	(38.286.270)
	267.622.081	(166.113)	1.227.436	34.165.892	8.663.253	(117.261.306)	194.251.243
Ativos							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	386.386.331	93.463.746	8.917.284	55.856.324	52.122.981	-	596.746.666
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	4.390.080.628	271.962.149	716	88.756.388	-	(4.749.293.561)	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	65.341.175	1.953.779	-	-	-	(14.157.024)	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	522.977.593	284.897.002	-	-	-	-	807.874.595
Derivados de cobertura	26.845.487	1.332.890	-	-	-	-	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	10.349.456.319	1.048.878.234	3.741.272	-	-	(509.174.873)	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	1.287.729.442	95.298.121	35.121.621	57.343.744	-	(292.811.555)	1.882.681.373
Terrenos e edifícios	726.331.203	676.384.828	40.189.529	403.753.415	-	2.948.527	1.849.607.502
Outros ativos tangíveis e intangíveis	81.544.117	390.093	3.558.624	165.380	-	-	85.658.214
Goodwill	122.353.167	-	-	-	-	334.974.596	457.327.763
Provisões técnicas de resseguro cedido	269.476.612	75.579.120	48.048.403	39.417.205	-	(153.675.684)	278.845.656
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	12.344.589	-	-	-	-	-	12.344.589
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	412.678.347	156.178.509	89.775.545	2.001.982	9.226	107.361.760	768.005.369
Ativos por impostos	264.526.946	(2.890.034)	57.331	-	-	(1.205.760)	260.488.483
Acréscimos e diferimentos	69.936.391	1.643.843	497.336	159.375	-	711.259	72.948.204
Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	325.172.733	-	36.276	-	-	1.848.032	327.057.041
	19.313.181.080	2.705.072.280	229.943.937	647.453.813	52.132.207	(5.272.474.283)	17.675.309.034
Passivos							
Provisão para prémios não adquiridos	274.971.324	9.361.477	25.871.481	4.733.333	-	(28.376.408)	286.561.207
Provisão matemática do ramo vida	1.401.724.831	335.317.345	3.311.176	22.589.054	-	-	1.762.942.406
Provisão para sinistros	1.826.092.166	85.684.786	61.055.170	46.474.685	-	(138.158.305)	1.881.148.502
Provisão para participação nos resultados	106.225.541	4.488.054	4.599	31.946	-	-	110.750.140
Provisão para compromissos de taxa	7.451.488	69.312	-	-	-	-	7.520.800
Provisão para estabilização de carteira	24.405.064	-	-	-	-	-	24.405.064
Provisão para desvios de sinistralidade	25.588.287	34.137	-	7.764	-	-	25.630.188
Provisão para riscos em curso	47.395.517	1.043.479	530.528	252.991	-	-	49.222.515
Passivos financeiros	8.960.549.393	95.057.398	3.205.419	290.198.448	-	(88.166.269)	9.260.844.389
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	375.229	-	-	-	-	-	375.229
Outros credores por operações de seguros e outras operações	258.767.114	340.543.566	102.171.522	27.517.607	970.887	(95.372.852)	634.597.844
Passivos por impostos	300.819.267	12.185.670	987.042	11.165.507	5.410.083	(5.691.668)	324.875.901
Acréscimos e diferimentos	159.626.333	7.761.245	3.479.228	377.488	23.329	(535.111)	170.732.512
Outras Provisões	211.655.745	1.063.334	1.957.867	-	-	-	214.676.946
Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	26.888.083	-	-	-	-	-	26.888.083
	13.632.535.381	892.609.803	202.574.032	403.348.823	6.404.299	(356.300.613)	14.781.171.725
						Total Segmentos	2.699.886.067
							Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados
							2.699.886.067

JB

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

2016	Segmento geográfico				
	Portugal	Resto da União Europeia	Resto do Mundo	Ajustes de consolidação	Total
Ganhos e Perdas					
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	1.284.641.018	55.810.454	68.493.810	10.389.622	1.419.334.904
Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	2.508.587	43.224	-	-	2.551.811
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(1.052.351.783)	(36.601.325)	(34.684.852)	73.784.399	(1.049.853.561)
Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	11.196.791	(598.878)	1.540.567	-	12.138.480
Provisão matemática do ramo vida e participação nos resultados, líquidas de resseguro	8.310.322	(14.781.367)	(10.743.325)	3.248.751	(13.965.619)
Custos e gastos de exploração líquidos	(334.592.829)	(17.523.987)	(23.225.172)	(11.894.277)	(387.236.265)
Rendimentos	332.584.131	44.011.861	32.507.235	(16.258.012)	392.845.215
Gastos financeiros e ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros	24.403.488	18.725.770	30.393.566	(6.039.928)	67.482.896
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(230.779.364)	(2.643.982)	(18.587.411)	67.280.744	(184.730.013)
Outros rendimentos/gastos e goodwill negativo	84.380.453	8.312.540	2.172.405	(62.250.263)	32.615.135
Imposto sobre o rendimento do exercício	(38.119.014)	(17.547.595)	(12.907.116)	(822.245)	(69.395.970)
Interesses não controlados	402.649	-	-	(35.915.115)	(35.512.466)
	92.584.449	37.206.715	34.959.707	21.523.676	186.274.547
Ativos					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	627.450.304	117.263.030	253.708.439	-	998.421.773
Investimentos associadas e empreendimentos conjuntos	4.269.003.091	471.529.100	239.786.277	(4.863.311.651)	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	43.824.824	141.248	-	(36.195.704)	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	660.374.636	6.236.408	-	-	666.611.044
Derivados de cobertura	4.670.856	-	-	18.097.852	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	8.861.793.216	494.899.518	3.502.961	(129.057.538)	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	1.158.784.754	37.696.210	154.865.524	(340.175.798)	1.011.170.690
Terrenos e edifícios	928.501.190	689.041.907	533.079.394	36.104.714	2.186.727.205
Outros ativos tangíveis e intangíveis	108.186.856	997.693	4.026.798	(33.288.221)	79.923.126
Goodwill	110.506.459	-	-	335.880.949	446.387.408
Provisões técnicas de resseguro cedido	197.712.710	47.937.087	34.765.782	(99.020.553)	181.395.026
Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	8.739.168	-	-	-	8.739.168
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	532.723.943	181.662.456	60.796.404	(25.312.991)	749.869.812
Ativos por impostos	440.990.048	7.685.159	7.201.819	(7.267.298)	448.609.728
Acréscimos e diferimentos	67.707.087	451.578	1.292.763	(1.887.125)	67.564.303
	18.020.969.142	2.055.541.394	1.293.026.161	(5.145.433.364)	16.224.103.333
Passivos					
Provisão para prémios não adquiridos	296.689.966	12.152.476	25.393.981	(45.464.035)	288.772.388
Provisão matemática do ramo vida	1.285.368.204	328.988.118	34.149.133	-	1.648.505.455
Provisão para sinistros	1.698.290.929	54.313.413	53.194.058	(60.851.310)	1.744.947.090
Provisão para participação nos resultados	64.798.795	3.872.094	40.936	-	68.711.825
Provisão para compromissos de taxa	6.799.165	226.074	-	-	7.025.239
Provisão para estabilização de carteira	21.750.883	-	-	-	21.750.883
Provisão para desvios de sinistralidade	24.013.252	34.137	8.900	-	24.056.289
Provisão para riscos em curso	46.728.702	1.392.468	1.233.288	-	49.354.458
Passivos financeiros	8.636.164.463	89.377.675	323.356.027	(88.414.718)	8.960.483.447
Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	439.209	-	-	-	439.209
Outros credores por operações de seguros e outras operações	261.499.488	350.279.689	214.953.564	(287.015.333)	539.717.408
Passivos por impostos	264.509.545	19.720.583	40.284.404	(8.818.739)	315.695.793
Acréscimos e diferimentos	145.300.929	13.705.259	3.851.535	(390.525)	162.467.198
Outras Provisões	139.333.673	114.509	1.084.120	-	140.532.302
	12.891.687.203	874.176.495	697.549.946	(490.954.660)	13.972.458.984
				Total Segmentos	2.065.369.802
				Capital social, reservas, resultados transitados e interesses não controlados	2.065.369.802

As rubricas "Outros devedores e credores" e "Ativos e Passivos por Impostos" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por segmentos originar um desdobramento de saldos diferentes.

JB

47. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo, as empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos órgãos de gestão.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as demonstrações financeiras da Longrun Portugal, SGPS, S.A. incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

2017

	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Tom Tailor, GmbH	Holding Gaillon II	Peak Reinsurance Company
	(5)	(5)	(5)	(5)
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	266.818.536	-	-	-
Ativos financeiros detidos para negociação	16.546	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	23.094.445	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	-	60.936.040	102.753.909	-
Empréstimos e contas a receber	257.087.255	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	803.662
Contas a receber por operações de seguro direto	20.300	-	-	-
Contas a receber por outras operações	15.296	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	18.597	-	-	-
Passivo				
Provisão para sinistros	-	-	-	55.972
Outros passivos financeiros	27.104.647	-	-	1.506.253
Contas a pagar por operações de seguro direto	3.301.899	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	2.195.175
Contas a pagar por outras operações	900.109	5.269.099	22.423	3.744
Acréscimos e diferimentos	15.711.124	-	-	-
Ganhos e perdas				
Prémios brutos emitidos	(19.394)	-	-	-
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(8.988.278)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	192.065
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	156.824
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(290.922)	-	-	2.054.932
Custos e gastos de exploração líquidos	(37.179.619)	-	-	1.928.063
Rendimentos	5.524.538	-	5.274.510	-
Gastos financeiros	(3.449.646)	-	-	(3.842)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	247.551	336.940	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.228.574	-	-	-
Diferenças de câmbio	(3.258.772)	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(407.798)	(52.456.684)	-
Outros rendimentos/gastos	(182.753)	-	-	4.172

JB

	Xingtao Assets Limited (5)	BHF (ex. RHJ International, S.A.) (5)	Outros	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	266.818.536
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	16.546
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	23.094.445
Ativos disponíveis para venda	270.317.250	-	-	434.007.199
Empréstimos e contas a receber	-	-	-	257.087.255
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	803.662
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	20.300
Contas a receber por outras operações	42.512	-	4.490.931	4.548.739
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	18.597
Passivo				
Provisão para sinistros	-	-	-	55.972
Outros passivos financeiros	-	-	-	28.610.900
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	3.301.899
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	2.195.175
Contas a pagar por outras operações	-	-	22.427	6.217.802
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	15.711.124
Ganhos e perdas				
Prémios brutos emitidos	-	-	-	(19.394)
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(8.988.278)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	192.065
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	156.824
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	(274.384)	1.489.626
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	(136.268)	(35.387.824)
Rendimentos	9.328.853	-	680.973	20.808.874
Gastos financeiros	-	-	-	(3.453.488)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	3.795	-	-	588.286
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	3.228.574
Diferenças de câmbio	-	-	-	(3.258.772)
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	(52.864.482)
Outros rendimentos/gastos	-	-	1.563	(177.018)

7B

2016

	Caixa Geral de Depósitos, S.A.	Tom Tailor, GmbH	Holding Gaillon II	Peak Reinsurance Company
	(5)	(5)	(5)	(5)
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	241.107.006	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	49.920.435	-	-	-
Ativos disponíveis para venda	23.728.405	30.991.171	149.936.082	-
Empréstimos e contas a receber	77.301.205	-	-	-
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	159.793
Contas a receber por operações de seguro direto	1.786.052	-	-	-
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	68.299
Contas a receber por outras operações	34.612	-	-	-
Acréscimos e diferimentos	18.497	-	-	-
Passivo				
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	192.065
Outros passivos financeiros	21.750.000	-	-	604.002
Contas a pagar por operações de seguro direto	4.610.738	-	-	-
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	692.814
Contas a pagar por outras operações	53.730	-	-	1.913
Acréscimos e diferimentos	16.697.737	-	-	-
Ganhos e perdas				
Prémios brutos emitidos	-	-	-	254.596
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(6.565.330)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	(192.065)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	9.216
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(267.302)	-	-	2.110.821
Custos e gastos de exploração líquidos	(45.151.729)	-	-	1.132.840
Rendimentos	10.121.236	-	7.731.074	-
Gastos financeiros	(2.516.704)	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	15.234.109	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	294.120	-	-	-
Diferenças de câmbio	2.366.818	-	-	-
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	(10.856.680)	-	-
Outros rendimentos/gastos	(4.463.772)	-	-	-

23

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

	Xingtao Assets Limited (5)	BHF (ex. RHJ International, S.A.) (5)	Outros	Total
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	241.107.006
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	49.920.435
Ativos disponíveis para venda	302.242.500	-	-	506.898.158
Empréstimos e contas a receber	-	-	30.100	77.331.305
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	159.793
Contas a receber por operações de seguro direto	-	-	-	1.786.052
Contas a receber por outras operações de resseguro	-	-	-	68.299
Contas a receber por outras operações	-	-	10.476.470	10.511.082
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	18.497
Passivo				
Provisão para prémios não adquiridos	-	-	-	192.065
Outros passivos financeiros	-	-	-	22.354.002
Contas a pagar por operações de seguro direto	-	-	-	4.610.738
Contas a pagar por outras operações de resseguro	-	-	-	692.814
Contas a pagar por outras operações	-	-	23.223	78.866
Acréscimos e diferimentos	-	-	-	16.697.737
Ganhos e perdas				
Prémios brutos emitidos	-	-	-	254.596
Prémios de resseguro cedido	-	-	-	(6.565.330)
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	-	-	(192.065)
Provisão para prémios não adquiridos, parte dos resseguradores (variação)	-	-	-	9.216
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	-	-	(390.532)	1.452.987
Custos e gastos de exploração líquidos	-	-	(306.149)	(44.325.038)
Rendimentos	21.168.883	-	-	39.021.193
Gastos financeiros	-	-	(996)	(2.517.700)
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(10.197)	11.090.496	-	26.314.408
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	294.120
Diferenças de câmbio	-	-	-	2.366.818
Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	(10.856.680)
Outros rendimentos/gastos	-	-	678.725	(3.785.047)

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2017 têm a seguinte composição:

Conselho de Administração

	Remuneração Fixa	Seguro de Capitalização Recebimento Diferido	Remuneração Variável*	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
Lan KANG	-	-	-	-	-	-
Wai Lam William MAK	-	-	-	-	-	-

Conselho Fiscal

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
Pedro Nunes de Almeida	5.874	-	-	-	-
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	5.286	-	-	-	-
João Filipe Gonçalves Pinto	5.286	-	-	-	-

* Relativa ao exercício de 2016

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativo ao exercício de 2017 ascendem a 1.633.668 Euros, dos quais 1.303.168 Euros relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas, 228.000 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade e 102.500 Euros relativos a outros serviços relacionados com auditoria.

48. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentavam o seguinte valor de balanço:

	2017		
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	596.746.666	596.746.666
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	1.506.320	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	53.137.930	-	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	807.874.595	-	807.874.595
Derivados de cobertura	28.178.377	-	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	10.889.946.040	2.954.912	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	-	1.182.681.373	1.182.681.373
Outros devedores	-	228.663.157	228.663.157
	11.779.136.942	2.012.552.428	13.791.689.370
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.528.417.490	1.528.417.490
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	175.593.366	8.408.046.374	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	5.656.794	-	5.656.794
Derivados de cobertura	4.011.186	-	4.011.186
Depósitos recebidos de resseguradores	-	59.379.105	59.379.105
Outros passivos financeiros	-	608.157.564	608.157.564
Outros credores	-	146.422.008	146.422.008
	185.261.346	10.750.422.541	10.935.683.887
2016			
	Valorizados ao justo valor	Não valorizados ao justo valor	Valor de balanço
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	998.421.773	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	7.770.368	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	666.611.044	-	666.611.044
Derivados de cobertura	22.768.708	-	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	9.174.187.419	56.950.738	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	-	1.011.170.690	1.011.170.690
Outros devedores	-	196.914.895	196.914.895
	9.871.337.539	2.380.464.913	12.251.802.452
Passivo			
Provisão matemática do ramo vida	-	1.404.634.800	1.404.634.800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	512.977.194	7.780.213.141	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	15.072.639	-	15.072.639
Derivados de cobertura	13.469.282	-	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	47.570.755	47.570.755
Outros passivos financeiros	-	591.180.436	591.180.436
Outros credores	-	130.823.739	130.823.739
	541.519.115	9.954.422.871	10.495.941.986

O montante da rubrica “Provisão matemática do ramo vida” corresponde ao valor das provisões matemáticas de produtos de capitalização do ramo vida com participação nos resultados.

O montante considerado nas rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” corresponde essencialmente aos saldos a receber e a pagar de segurados, resseguradores, ressegurados, mediadores e agentes e de outras entidades externas.

JB

GANHOS E PERDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os ganhos e perdas líquidas em instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe:

	2017			2016		
	Por contrapartida de			Por contrapartida de		
	resultados	capitais próprios	total	resultados	capitais próprios	total
Prémios adquiridos líquidos de resseguro	248.314.329	-	248.314.329	132.867.849	-	132.867.849
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(185.012.933)	-	(185.012.933)	(171.989.545)	-	(171.989.545)
Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	(94.696.704)	-	(94.696.704)	4.814.998	-	4.814.998
Rendimentos de instrumentos financeiros						
de ativos financeiros detidos para negociação	(1.531.456)	-	(1.531.456)	(1.492.381)	-	(1.492.381)
de ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	23.277.673	-	23.277.673	24.475.355	-	24.475.355
de ativos disponíveis para venda	262.525.357	-	262.525.357	268.153.067	-	268.153.067
de empréstimos e contas a receber	12.268.235	-	12.268.235	10.878.582	-	10.878.582
de depósitos à ordem	326.853	-	326.853	94.839	-	94.839
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos disponíveis para venda	287.751.598	661.013.841	948.765.439	211.761.952	(77.322.429)	134.439.523
de empréstimos e contas a receber	(369.852)	-	(369.852)	(83.484)	-	(83.484)
Investimentos a deter até à maturidade	(121.707)	-	(121.707)	-	-	-
de passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(94.817.510)	-	(94.817.510)	(148.712.098)	-	(148.712.098)
de outros	(801.375)	-	(801.375)	-	-	-
Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas						
de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	218.034.393	-	218.034.393	(76.920.281)	-	(76.920.281)
de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	2.832.036	-	2.832.036	243.332	-	243.332
de outros	(14.986.460)	-	(14.986.460)	(4.651.695)	-	(4.651.695)
Diferenças de câmbio	(266.576.789)	-	(266.576.789)	41.217.578	-	41.217.578
Perdas de imparidade (líquidas de reversão)						
de ativos disponíveis para venda	(133.116.225)	-	(133.116.225)	(189.736.698)	-	(189.736.698)
de empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	621.572	-	621.572	199.651	-	199.651
Juros de depósitos recebidos de resseguradores	(842.126)	-	(842.126)	(1.472.691)	-	(1.472.691)
	<u>263.078.909</u>	<u>661.013.841</u>	<u>924.092.750</u>	<u>99.648.330</u>	<u>(77.322.429)</u>	<u>22.325.901</u>

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os rendimentos e gastos com juros, apurados de acordo com o método da taxa efetiva, referentes a ativos e passivos financeiros não registados ao justo valor através de ganhos e perdas, apresentam o seguinte detalhe:

	2017	2016
Ativo		
Ativos disponíveis para venda	220.126.921	248.848.245
Empréstimos e contas a receber	12.268.235	10.878.582
Depósitos à ordem	326.853	94.839
	<u>232.722.009</u>	<u>259.821.666</u>
Passivo		
Provisão matemática do ramo vida	(32.551.180)	(29.945.814)
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	(94.817.510)	(148.712.098)
Depósitos recebidos de resseguradores	(842.126)	(1.472.691)
	<u>(128.210.816)</u>	<u>(180.130.603)</u>

33

Os quadros acima apresentam a classificação de acordo com a hierarquia de justo valor, conforme previsto pela IFRS 13 – “Mensuração pelo Justo Valor”, dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 que são valorizados ao justo valor, de acordo com os seguintes pressupostos:

- Nível 1 - Instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercados ativos a que o Grupo tem acesso. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados com base em preços executáveis (com liquidez imediata) publicados por fontes externas.
- Nível 2 - Instrumentos financeiros cuja valorização tem por base dados observáveis, direta ou indiretamente, em mercados ativos. Incluem-se nesta categoria os títulos valorizados tendo por base *bids* fornecidos por contrapartes externas e técnicas de valorização interna que utilizam exclusivamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Todos os instrumentos financeiros valorizados ao justo valor que não se enquadram nos níveis 1 e 2.

Na formação do justo valor e a sua respetiva classificação, à luz da norma IFRS 13, passou-se a considerar que os preços obtidos a partir de fontes executáveis tipo BGN junto de plataformas informais, como a Bloomberg, que já eram os locais de transação relevantes para os investidores institucionais, passaram agora a ser equiparados a preços comparáveis aos mercados das bolsas de valores. Com efeito a Bloomberg antecipou ainda em 2017, o processo de evolução da sua plataforma de *Multilateral Trading Facility* para estar em conformidade com os requisitos do MiFid II.

Isto implicou um *onboarding* formal das entidades participantes, em que se inclui o Grupo, com a credenciação dos *traders* e a possibilidade de *traceability* das transações que estão sujeitas a um escrutínio em todo similar às outras infraestruturas de mercado previstas no enquadramento regulatório europeu. Esta alteração ditou a reclassificação de uma componente muito significativa de obrigações anteriormente classificadas como nível 2 para nível 1.



O movimento ocorrido em 2016 e 2017, nos instrumentos financeiros classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor pode ser detalhado da seguinte forma:

	Ativos disponíveis para venda	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.606.072.714	7.928.105
Aquisições	1.019.693	-
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	(18.784.577)	200.469
por contrapartida de capitais próprios	54.472.743	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(3.298.366)	-
Transferências		
de nível 3 para custo histórico	(462.970)	-
Alienações	(804.100.133)	(8.058.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	834.919.104	70.389
Aquisições	30.334.193	46.377
Revalorizações		
por contrapartida de resultados	(7.417.190)	2.107
por contrapartida de capitais próprios	12.991.392	-
Reforços / reversões de imparidade no exercício	(4.686.135)	-
Transferências		
de nível 3 para nível 1	(91.513.356)	-
de nível 2 para nível 3	2.834.987	-
Alienações	(142.209.507)	(19.478)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	635.253.488	99.395

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço e o justo valor dos ativos financeiros valorizados ao custo amortizado ou ao custo histórico era o seguinte:

	2017		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	596.746.666	596.746.666	-
Ativos disponíveis para venda	2.954.912	2.954.912	-
Empréstimos e contas a receber	1.182.681.373	1.182.681.373	-
Outros devedores	228.663.157	228.663.157	-
	<u>2.011.046.108</u>	<u>2.011.046.108</u>	-

	2016		
	Valor de Balanço	Justo valor	Diferença
Ativo			
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	998.421.773	998.421.773	-
Ativos disponíveis para venda	56.950.738	56.950.738	-
Empréstimos e contas a receber	1.011.170.690	1.011.170.690	-
Outros devedores	196.914.895	196.914.895	-
	<u>2.263.458.096</u>	<u>2.263.458.096</u>	-

Os principais pressupostos utilizados no cálculo do justo valor destes ativos financeiros foram os seguintes:

- O justo valor das aplicações financeiras registadas na rubrica “Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem” é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
- A rubrica “Empréstimos e contas a receber” inclui:
 - i) Depósitos a prazo – o justo valor é semelhante ao seu valor de balanço, dado que correspondem essencialmente a depósitos de curto prazo;
 - ii) Empréstimos hipotecários - não foi calculado o justo valor atendendo à sua imaterialidade e ao facto de serem essencialmente empréstimos efetuados a empregados, com garantias reais.

Políticas de gestão dos riscos financeiros inerentes à atividade do Grupo

Os objetivos, regras e procedimentos de gestão do risco de mercado no Grupo estão regulados através da sua Política de Investimentos.

Esta Política, que é revista anualmente, sem prejuízo de quaisquer outras revisões que devam ser realizadas à luz do desenvolvimento do quadro legal, tendências do mercado de ativos ou mudanças nas diretrizes de investimento do Grupo e / ou perfil de risco, define:

- as principais diretrizes da gestão de investimentos e como o Grupo avalia, aprova, implementa, controla e monitoriza suas atividades de investimento e os riscos decorrentes dessas atividades;
- as atividades relacionadas ao processo de investimento do Grupo, que vão da *Strategic Asset Allocation (SAA)* à *Tactical Asset Allocation (TAA)*, incluindo o processo de decisão e as atividades de controlo e *reporting*;
- as funções e responsabilidades dos intervenientes no processo de investimentos.

JB

Desta forma, a Política de Investimentos visa garantir o alinhamento entre os objetivos da carteira e a respetiva estratégia de investimento, além de promover uma monitorização eficaz e contínua, constituindo a matriz do processo de investimento do Grupo.

A composição de um adequado portfólio de ativos é, em qualquer momento, o resultado de um processo de investimento bem estruturado, disciplinado e transparente, integrando as seguintes componentes:

- uma estratégia de investimento destinada a criar valor, enquadrada, no entanto, no perfil do negócio subscrito pelo Grupo e no seu apetite ao risco;
- uma política de investimento refletindo essa estratégia, implementada por gestores de investimentos com o conhecimento e recursos adequados;
- um controle contínuo e independente da atividade de investimento;
- adequados procedimentos de *reporting*;

Tendo presente estes aspetos, o ciclo de gestão de investimentos do Grupo é composto pelas seguintes atividades fundamentais:

- **Definir** – Definição e aprovação do ciclo geral de gestão de investimentos, incluindo, a estratégia global de investimentos, as políticas de investimentos, gestão do ativo e passivo e liquidez, bem como a alocação estratégica de ativos (SAA);
- **Investir** – Realização de todas as atividades de investimento, de acordo com as estratégias e políticas definidas (identificação, avaliação e aprovação das oportunidades de investimento, assim como, execução, liquidação e alocação dos investimentos);
- **Monitorizar** – Monitorizar a evolução do portfólio de ativos em termos de performance, liquidez e qualidade creditícia;
- **Gerir** – Revisão das estratégias, políticas, *benchmarks* e limites de acordo com as atuais e futuras condições/expectativas do mercado e capacidade interna de risco;
- **Controlar** – Garantir que todas as estratégias, políticas, procedimentos e responsabilidades atribuídas são cumpridas.

No quadro do desenvolvimento das atividades de investimento do Grupo são ainda determinantes:

1. A definição do objetivo da carteira

O objetivo principal da gestão da carteira de investimentos do Grupo é otimizar o seu retorno de uma forma sã e prudente, garantindo a proteção de todas as partes interessadas, em particular os interesses dos tomadores de seguros, segurados e beneficiários. Nesse sentido, o portfólio deve ser sistematicamente otimizado de acordo com a natureza do negócio subscrito, o apetite de risco do Grupo e as suas necessidades de liquidez.

2. As regras para o investimento em ativos

Por um lado, os ativos do Grupo são investidos de forma apropriada, tendo em conta, quer a natureza e duração das responsabilidades assumidas pelo Grupo, quer a capacidade de assegurar a segurança, qualidade, disponibilidade, liquidez e rentabilidade da carteira como um todo.

Por outro lado, os ativos são bem diversificados de forma a evitar a concentração excessiva de risco na carteira como um todo.

Por fim, os ativos são investidos de modo a garantir um *cash return* regular, permitindo, assim, ao Grupo uma adequada gestão da sua liquidez.

3. As classes de ativos

Como regra geral, a carteira do Grupo é composta principalmente por ativos líquidos (de acordo com os critérios de liquidez constantes da Política de ALM e Liquidez), unidades de participação em fundos de investimento e imóveis.

As classes de ativos elegíveis para investimento pelo Grupo são:

- Tesouraria (caixa, depósitos e equivalentes);
- Rendimento fixo (instrumentos de dívida de médio e longo prazo);
- Rendimento variável (instrumentos que proporcionam ganhos variáveis);
- Imobiliário (incluindo, quer para uso próprio, quer para investimento);
- Investimentos alternativos.

Produtos derivados podem ser utilizados, com carácter excecional, e num formato simples (*swaps, forwards, futuros, etc.*), para cobertura de posições específicas ou para fins de gestão de ativo-passivo.

4. Os limites de exposição

De forma a permitir ao Grupo, face às mudanças nos mercados, prosseguir os seus objetivos de investimento sem, no entanto, ocorrer uma tomada de níveis excessivos de riscos, foi definido um conjunto de *targets* e de limites máximos e mínimos, de acordo com os seguintes critérios:

- Classe de ativo;
- Qualidade creditícia e duração;
- Setor de atividade;
- Geografia;
- Concentração por posição;
- Moeda.

5. O processo de controlo e gestão do risco

A Direção de Gestão de Risco (DGR) é responsável por **controlar e monitorizar a alocação de ativos**, face aos *targets* e limites estabelecidos.

Neste sentido, estão definidos os procedimentos, e os responsáveis pelos mesmos, quando ocorrem incumprimentos dos *targets* e/ou limites estabelecidos.

JB

Quanto aos **mecanismos de controlo de perdas nos ativos**, a DGR disponibiliza informação sobre a evolução dos riscos mais relevantes relacionados com os investimentos, designadamente, o seu impacto nos requisitos de capital de solvência. Assim, com base na evolução da *time weighted return* TWR e nas estimativas do requisito de capital de solvência, a DGR informa regularmente a cobertura estimada da posição de solvência, estando definidos os procedimentos a adotar quando são atingidos determinados níveis de alerta.

Encontra-se estabelecido um **processo de reporte** regular para os vários níveis do Grupo envolvidos na gestão de investimentos, de forma a permitir um adequado acompanhamento, bem como o acionamento dos mecanismos de gestão de mitigação do risco. Neste sentido, está definida a informação que deverá ser produzida, considerando o tipo de reporte, o seu conteúdo, a sua periodicidade e o órgão responsável pela sua produção.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a exposição a risco de crédito do Grupo apresenta a seguinte composição:

	2017		2016		Valor contabilístico líquido	
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido	Valor contabilístico bruto		Imparidade
Depósitos à ordem	585.083.794	-	585.083.794	994.694.474	-	994.694.474
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	516.833.441	-	516.833.441	649.367.421	-	649.367.421
Ativos disponíveis para venda	9.438.915.906	(140.927.702)	9.297.988.204	7.750.825.278	(160.681.702)	7.590.143.576
Empréstimos e contas a receber	1.183.298.765	(617.392)	1.182.681.373	1.012.409.654	(1.238.964)	1.011.170.690
Outros devedores	252.070.745	(23.407.588)	228.663.157	230.778.808	(33.863.913)	196.914.895
Exposição máxima a risco de crédito	11.976.202.651	(164.952.682)	11.811.249.969	10.638.075.635	(195.784.579)	10.442.291.056

Em 2017 e 2016, o valor líquido contabilístico, dos ativos disponíveis para venda apresentados no mapa inclui títulos de participação com risco de crédito, no valor de 21.823 Euros e 15.915 Euros, respetivamente, que se encontram registados na rubrica de outros instrumentos (Nota 8).

JB

Qualidade de crédito

O quadro seguinte apresenta a desagregação do valor de balanço das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016, por *rating* da Standard & Poor's, ou equivalente, e por país de origem da contraparte:

Classe de ativo	2017				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Depósitos em Instituições de Crédito					
AA- até AA+	-	-	-	52.122.981	52.122.981
A- até A+	25.748.311	237.393.377	15.978.302	153.821.699	432.941.689
BBB- até BBB+	299.064.428	206.678.628	-	-	505.743.056
BB- até BB+	572.759.453	24.821.477	-	5.828.700	603.409.630
B- até B+	-	-	-	57.343.745	57.343.745
Sem rating	12.786.391	39.568.776	-	17.173.546	69.528.713
	910.358.583	508.462.258	15.978.302	286.290.671	1.721.089.814
Depósitos junto de Empresas Cedentes					
Sem rating	-	140.691	9.628	16.704	167.023
	-	140.691	9.628	16.704	167.023
Total	910.358.583	508.602.949	15.987.930	286.307.375	1.721.256.837

Classe de ativo	2016			
	País de origem			Total
	Portugal	Resto União Europeia	Outros	
Depósitos em Instituições de Crédito				
AA- até AA+	-	-	7.972.823	7.972.823
A- até A+	2.429.483	518.496.012	205.237.725	726.163.220
BBB- até BBB+	306.963.063	80.251.303	-	387.214.366
BB- até BB+	161.354.078	47.434.547	-	208.788.625
B- até B+	495.950.471	22.048.823	70.986.804	588.986.098
Sem rating	11.528.975	-	18.446.044	29.975.019
	978.226.070	668.230.685	302.643.396	1.949.100.151
Depósitos junto de Empresas Cedentes				
Sem rating	26.416	819.974	29.230	875.620
	26.416	819.974	29.230	875.620
Total	978.252.486	669.050.659	302.672.626	1.949.975.771

Na rubrica "Depósitos em instituições de crédito" estão a ser incluídos outros depósitos que constam da rubrica "Empréstimos e contas a receber" no valor de 1.136.006.020 Euros e 954.405.677 Euros, em 2017 e 2016, respetivamente.

B

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço dos instrumentos de dívida em carteira, líquido de imparidade, por *rating* da Standard & Poor's, ou equivalente, por tipo de emitente e por país de origem da contraparte, tem a seguinte decomposição:

Classe de ativo	2017				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	806.660	106.328	-	912.988
A- até A+	-	1.283.237	46.013.826	-	47.297.063
BBB- até BBB+	206.231	900.178	84.654.606	41.509.075	127.270.090
BB- até BB+	-	-	29.357.389	-	29.357.389
Sem rating	-	63.096.948	50.981.767	3.668.807	117.747.522
	206.231	66.087.023	211.113.916	45.177.882	322.585.052
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	2.466.718	-	-	2.466.718
AA- até AA+	-	3.310.451	-	-	3.310.451
BBB- até BBB+	-	2.665.930	-	-	2.665.930
BB- até BB+	89.467.753	-	-	-	89.467.753
	89.467.753	8.443.099	-	-	97.910.852
Instituições Financeiras					
AAA	-	199.430	-	-	199.430
AA- até AA+	-	150.842	-	-	150.842
A- até A+	103.384	34.118.336	303.200	-	34.524.920
BBB- até BBB+	102.855	969.023	37.344.034	55.028	38.470.940
CCC- até CCC+	22.991.405	-	-	-	22.991.405
	23.197.644	35.437.631	37.647.234	55.028	96.337.537
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	112.871.628	109.967.753	248.761.150	45.232.910	516.833.441

Classe de ativo	2017				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	54.924	-	54.924
AA- até AA+	-	68.070	16.302.572	36.144.355	52.514.997
A- até A+	-	39.985.234	197.340.886	406.307.830	643.633.950
BBB- até BBB+	520.428	107.762.130	527.150.362	111.402.447	746.835.367
BB- até BB+	11.854.982	213.019.490	170.528.424	97.470.835	492.873.731
B- até B+	-	-	22.867.424	2.267.255	25.134.679
CCC- até CCC+	-	3.389.259	-	-	3.389.259
CC- até CC+	-	-	-	5.139.798	5.139.798
D	-	17.790.907	-	-	17.790.907
Sem rating	149.103.911	102.753.909	-	308.700.808	560.558.628
	161.479.321	484.768.999	934.244.592	967.433.328	2.547.926.240
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	20.941.612	-	-	20.941.612
AA- até AA+	-	23.367.560	-	-	23.367.560
BBB- até BBB+	-	1.707.819.314	-	-	1.707.819.314
BB- até BB+	3.905.924.842	-	-	74.461.353	3.980.386.195
Sem rating	-	-	-	719.259	719.259
	3.905.924.842	1.752.128.486	-	75.180.612	5.733.233.940
Instituições Financeiras					
AAA	-	898.245	-	1.155.576	2.053.821
AA- até AA+	-	9.922.700	-	3.958.521	13.881.221
A- até A+	-	114.908.449	59.614.152	166.524.615	341.047.216
BBB- até BBB+	21.822	20.861.691	348.892.429	172.516.247	542.292.189
BB- até BB+	1.017.351	29.782.535	-	44.153.914	74.953.800
Sem rating	-	-	42.407.988	-	42.407.988
	1.039.173	176.373.620	450.914.569	388.308.873	1.016.636.235
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	191.789	191.789
	-	-	-	191.789	191.789
Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	4.068.443.336	2.413.271.105	1.385.159.161	1.431.114.602	9.297.988.204

JB

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

Classe de ativo	2016				
	País de origem				
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	Total
Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas					
Corporate					
AA- até AA+	-	1.680.353	106.914	-	1.787.267
A- até A+	-	1.221.073	304.438	-	1.525.511
BBB- até BBB+	198.468	1.766.637	506.974	-	2.472.079
BB- até BB+	-	106.531	-	83.955.509	84.062.040
Sem rating	-	66.326.470	-	52.155.838	118.482.308
	198.468	71.101.064	918.326	136.111.347	208.329.205
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	3.022.121	-	-	3.022.121
AA- até AA+	-	4.430.571	-	-	4.430.571
BBB- até BBB+	-	5.194.071	-	-	5.194.071
BB- até BB+	340.390.253	-	-	-	340.390.253
	340.390.253	12.646.763	-	-	353.037.016
Instituições Financeiras					
AAA	-	421.112	-	-	421.112
AA- até AA+	-	401.844	-	122.943	524.787
A- até A+	104.694	2.406.087	150.331	57.457	2.718.569
BBB- até BBB+	572.605	866.375	399.258	-	1.838.238
B- até B+	49.920.215	-	-	-	49.920.215
	50.597.514	4.095.418	549.589	180.400	55.422.921
Outros emitentes					
A- até A+	-	31.193.510	-	-	31.193.510
BBB- até BBB+	19.556	-	-	-	19.556
BB- até BB+	1.365.213	-	-	-	1.365.213
	1.384.769	31.193.510	-	-	32.578.279
Total Ativos Financeiros registados ao Justo Valor por Ganhos e Perdas	392.571.004	119.036.755	1.467.915	136.291.747	649.367.421

13

Classe de ativo	2016				
	País de origem				Total
	Portugal	Resto União Europeia	América do Norte	Outros	
Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)					
Corporate					
AAA	-	-	57.479	-	57.479
AA- até AA+	-	78.760	-	-	78.760
A- até A+	-	27.154.636	17.282.756	11.959.433	56.396.825
BBB- até BBB+	540.033	53.591.473	9.670.137	60.960.826	124.762.469
BB- até BB+	11.007.422	77.080.111	33.669.233	262.293.225	384.049.991
B- até B+	-	41.994.341	81.687.988	15.903.776	139.586.105
CCC- até CCC+	-	74.678.857	58.814.938	13.286.098	146.779.893
CC- até CC+	-	-	-	4.865.122	4.865.122
C	-	19.804	-	-	19.804
D	-	17.312.923	-	8.343.684	25.656.607
Sem rating	147.932.976	95.896.563	17.369.544	490.949.614	752.148.697
	159.480.431	387.807.468	218.552.075	868.561.778	1.634.401.752
Governos e outras autoridades locais					
AAA	-	26.997.493	-	-	26.997.493
AA- até AA+	-	26.043.657	-	-	26.043.657
BBB- até BBB+	-	51.826.528	-	-	51.826.528
BB- até BB+	5.216.917.047	-	-	136.032.610	5.352.949.657
B- até B+	80.059.005	-	-	-	80.059.005
CC- até CC+	-	-	-	469.547	469.547
	5.296.976.052	104.867.678	-	136.502.157	5.538.345.887
Instituições Financeiras					
AAA	-	6.123.603	-	9.386.706	15.510.309
AA- até AA+	-	23.130.497	-	10.654.975	33.785.472
A- até A+	-	87.667.564	10.830.139	-	98.497.703
BBB- até BBB+	51.989	37.803.680	41.668.978	-	79.524.647
BB- até BB+	15.915	20.875.026	-	52.362.986	73.253.927
B- até B+	18.145.848	27.400.743	-	-	45.546.591
CCC- até CCC+	8.940.208	-	-	-	8.940.208
Sem rating	-	-	30.035.950	7.783.752	37.819.702
	27.153.960	203.001.113	82.535.067	80.188.419	392.878.559
Outros emitentes					
AAA	-	-	-	17.575.216	17.575.216
AA- até AA+	-	139.351	-	-	139.351
A- até A+	-	138.091	-	-	138.091
BBB- até BBB+	1.461.690	265.300	-	-	1.726.990
BB- até BB+	-	-	4.937.730	-	4.937.730
	1.461.690	542.742	4.937.730	17.575.216	24.517.378
Total Ativos Disponíveis para Venda (líquido de imparidade)	5.485.072.133	696.219.001	306.024.872	1.102.827.570	7.590.143.576

JB

Periodicamente, o Grupo efetua uma análise coletiva do risco de cobrabilidade dos recibos por cobrar registados em balanço, de modo a identificar e quantificar as perdas por imparidade a registar como "Ajustamentos de recibos por cobrar" (Nota 42). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor de balanço dos recibos por cobrar de segurados apresentava a seguinte composição:

	2017					Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano		
Ramo vida							
Produtos de capitalização	8.552.339	287.739	374.282	35.751	33.996	(800)	9.283.307
Produtos vida risco	252.562	23.804	25.811	59.330	146.941	(282.582)	225.866
Ramo não vida							
Automóvel	12.274.942	1.453.966	682.448	400.269	258.154	(3.100.171)	11.969.608
Acidentes de trabalho	2.422.718	2.743.367	1.162.832	175.057	322.090	(2.250.676)	4.575.388
Doença	5.867.719	11.865.222	1.444.879	632.022	100.633	(1.177.164)	18.733.311
Incêndio e outros danos	11.131.490	6.107.222	2.311.291	2.705.347	283.739	(1.633.969)	20.905.120
Transportes	1.888.868	156.651	153.434	65.278	12.603	(315.645)	1.961.189
Responsabilidade civil	2.232.572	447.322	265.946	630.112	71.067	(556.524)	3.090.495
Outros (inclui Acidentes pessoais)	3.437.120	6.117.650	782.640	428.312	1.079.223	(1.211.888)	10.633.057
	48.060.330	29.202.943	7.203.563	5.131.478	2.308.446	(10.529.419)	81.377.341

	2016					Perdas por imparidade	Valor líquido de balanço
	Recibos vencidos há menos de 30 dias	Recibos vencidos entre 30 e 90 dias	Recibos vencidos entre 90 e 180 dias	Recibos vencidos entre 180 dias e 1 ano	Recibos vencidos há mais de 1 ano		
Ramo vida							
Produtos de capitalização	3.830.757	735.291	158.007	113.918	25.612	(57.199)	4.806.386
Produtos vida risco	12.298	462.401	501.376	1.152.489	2.854.325	(3.237.598)	1.745.291
Ramo não vida							
Automóvel	9.390.092	4.783.692	5.431.958	1.994.499	1.709.616	(6.236.708)	17.073.149
Acidentes de trabalho	3.782.002	2.025.471	2.227.543	1.085.211	484.502	(2.442.167)	7.162.562
Doença	8.456.525	8.781.077	3.732.534	2.581.267	714.770	(2.156.277)	22.109.896
Incêndio e outros danos	10.925.020	4.263.607	1.000.234	962.510	668.516	(1.686.686)	16.133.201
Transportes	852.589	193.412	172.438	99.207	130.787	(263.446)	1.184.987
Responsabilidade civil	1.524.885	432.343	185.614	53.489	63.629	(322.681)	1.937.279
Outros (inclui Acidentes pessoais)	4.218.576	5.810.973	1.324.307	569.981	558.825	(706.737)	11.775.925
	42.992.744	27.488.267	14.734.011	8.612.571	7.210.582	(17.109.499)	83.928.676

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os *cash-flows* previsionais (não descontados) dos instrumentos financeiros, de acordo com a respetiva maturidade contratual, apresentam o seguinte detalhe:

	2017									Total
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	596.746.666	-	-	-	-	-	-	-	-	596.746.666
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3.163.674	4.030.843	98.631.482	65.649.384	181.257.098	117.776.052	52.156.160	79.761.472	27.324.351	629.752.518
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	134.118.250	256.456.520	480.872.414	215.917.302	1.561.556.021	2.391.619.287	5.155.830.307	74.555.162	4.051.436.494	14.362.361.757
Empréstimos e contas a receber	154.496.727	498.763.253	99.220.474	100.122.575	51.942.216	1.117.195	531.067	165.633	10.657	906.389.707
Outros devedores	228.663.157	-	-	-	-	-	-	-	-	228.663.157
	1.117.188.474	799.250.616	678.724.370	381.689.261	1.794.755.335	2.510.532.534	5.208.517.534	154.484.267	4.161.594.131	16.806.736.522
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	16.118.899	20.456.927	21.845.516	91.820.119	318.862.387	328.131.364	798.501.597	326.907.664	-	1.418.639.473
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	185.082.773	238.043.191	456.863.323	684.708.436	2.736.895.166	2.593.884.254	1.764.471.864	797.274.448	-	8.957.313.655
Passivos financeiros detidos para negociação	-	777.800	(7.684)	787.021	1.114.274	1.558.678	1.517	-	-	6.231.622
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	4.011.186	4.011.186
Outros passivos financeiros	15	2.709.659	13.045.284	15.136.739	23.145.368	369.378.702	708.071.747	2.784.510	-	633.727.044
Depósitos recebidos de resseguradores	61.853	123.706	185.560	59.750.224	-	-	-	-	-	60.121.343
Outros credores	146.422.008	-	-	-	-	-	-	-	-	146.422.008
	347.685.568	262.111.283	491.931.999	852.292.539	2.582.017.395	3.292.952.894	2.267.046.745	1.126.461.622	4.011.186	11.276.511.331

23

	2016									
	Até 1 mês	Até 3 meses	De 3 meses a 6 meses	De 6 meses a um ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Mais de 10 anos	Indeterminado	Total
Ativo										
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	998.421.773	-	-	-	-	-	-	-	-	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	-	7.770.368	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	1.384.972	2.337.973	102.330.176	287.227.133	241.767.747	6.206.546	69.759.937	1.220.395	17.243.623	729.478.502
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	22.768.708	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	352.954.955	334.402.427	475.617.280	1.106.073.359	1.500.675.767	1.636.215.182	3.544.312.904	143.300.426	1.641.001.085	10.684.608.385
Empréstimos e contas a receber	238.571.148	543.844.075	54.367.008	91.109.592	68.193.848	23.077.761	1.848.064	168.679	50.100	1.021.210.270
Outros devedores	196.914.895	-	-	-	-	-	-	-	-	196.914.895
	1.788.247.743	880.584.475	582.309.459	1.484.410.084	1.810.637.362	1.665.489.489	3.615.920.905	144.749.500	1.805.820.701	13.778.179.718
Passivo										
Provisão matemática do ramo vida	40.214.577	16.550.164	22.990.288	98.152.480	292.708.167	279.575.920	292.957.243	299.375.626	-	1.342.525.175
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	113.606.065	176.221.337	186.111.430	886.928.427	2.633.721.193	2.344.235.626	1.906.575.498	731.039.515	4.884.887	9.083.321.998
Passivos financeiros detidos para negociação	-	761.600	(7.350)	771.155	1.050.810	1.050.810	4.410	-	7.908.243	15.539.678
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-	-	-	13.469.282	13.469.282
Outros passivos financeiros	2.887.667	969.307	31.137.561	4.594.211	44.431.040	136.818.208	193.158.975	2.466.749	-	616.495.668
Depósitos recebidos de resseguradores	49.553	99.106	148.659	47.868.072	-	-	-	-	-	48.165.390
Outros credores	130.823.739	-	-	-	-	-	-	-	-	130.823.739
	287.581.601	294.601.514	240.380.588	1.038.314.355	2.973.913.410	2.963.700.564	2.392.696.576	1.032.881.910	26.262.412	11.250.332.930

Os valores apresentados nos quadros acima, não são comparáveis com os saldos contabilísticos uma vez que se tratam de fluxos de caixa projetados.

O apuramento dos *cash-flows* previsionais dos instrumentos financeiros teve como base os princípios e pressupostos utilizados pelo Grupo na gestão e controlo da liquidez no âmbito da sua atividade, com os ajustamentos necessários de forma a cumprir os requisitos de divulgação aplicáveis. Os principais pressupostos utilizados no apuramento dos fluxos previsionais, foram os seguintes:

- As disponibilidades de caixa e os depósitos à ordem foram classificadas como exigíveis à vista, incluídos na maturidade “Até 1 mês”;
- O valor de “Empréstimos e contas a receber”, classificado com maturidade “Indeterminado”, diz respeito a operações com empresas do Grupo, sem prazo de reembolso definido e taxa de juro definida, assim como a depósitos de materiais preciosos;
- Os valores que constam das rubricas de “Outros devedores” e “Outros credores” são valores exigíveis à vista, sendo classificados como maturidade “Até 1 mês”;
- Os instrumentos de capital foram classificados com maturidade “Indeterminado”;
- Nos instrumentos de dívida foi considerada como maturidade contratual a menor das seguintes datas: *call*, *put* ou maturidade;
- Os montantes registados na rubrica “Depósitos recebidos de resseguradores” correspondem a provisões retidas a resseguradores, no âmbito do tratado de resseguro em vigor, sendo renováveis por períodos anuais. Os fluxos previsionais foram calculados considerando a sua próxima data de vencimento;
- Os “Derivados de Cobertura” foram classificados com maturidade “Indeterminado”, por se tratarem de contratos de futuros cambiais;
- Para o cálculo dos *cash-flows* previsionais dos “Passivos financeiros detidos para negociação” foram consideradas as datas de maturidade dos contratos;

BS

(Montantes em euros, exceto quando indicado explicitamente)

- No apuramento dos *cash-flows* previsionais da provisão matemática do ramo vida e dos passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de investimento foram considerados os seguintes pressupostos:
 - A mortalidade foi determinada de acordo com o histórico dos últimos cinco anos do Grupo;
 - A estimação das saídas futuras por resgate dos contratos de capitalização assentou num modelo linear generalizado com quatro fatores: tipo de produto, duração inicial do contrato e diferença entre a taxa de juro de mercado, companhia de origem e taxa técnica;
 - Os rendimentos esperados foram determinados com base nas taxas da curva de taxa de juro, na duração do passivo e nas mais/menos-valias potenciais;
 - Os custos esperados foram estimados com base nos valores contabilizados em 2016.

Risco de mercado

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por tipo de exposição ao risco de taxa de juro:

	2017			
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	Total
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	585.083.794	11.662.872	596.746.666
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	1.506.920	1.506.920
Ativos financeiros detidos para negociação	-	16.546	53.121.384	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	478.129.398	307.377.018	22.368.179	807.874.595
Derivados de cobertura	-	-	28.178.377	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	8.724.421.849	563.643.897	1.604.835.206	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	-	1.182.670.716	10.657	1.182.681.373
Outros devedores	-	-	228.663.157	228.663.157
	9.202.551.247	2.638.791.971	1.950.346.152	13.791.689.370
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.528.417.490	-	1.528.417.490
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.408.046.374	175.593.366	-	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	5.654.647	-	2.147	5.656.794
Derivados de cobertura	3.109.947	-	901.239	4.011.186
Depósitos recebidos de resseguradores	-	59.379.105	-	59.379.105
Outros passivos financeiros	-	608.157.564	-	608.157.564
Outros credores	-	-	146.422.008	146.422.008
	8.416.810.968	2.371.547.525	147.325.394	10.935.683.887

B

	2016			Total
	Exposição a		Não sujeito a risco de taxa de juro	
	Taxa fixa	Taxa variável		
Ativo				
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	994.694.474	3.727.299	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	117.006.817	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	7.770.368	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	565.642.167	83.725.254	17.243.623	666.611.044
Derivados de cobertura	-	-	22.768.708	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	7.383.430.222	206.706.850	1.641.001.085	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	-	1.011.140.590	30.100	1.011.170.690
Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
Outros devedores	-	-	196.914.895	196.914.895
	7.949.072.389	2.296.267.168	2.006.462.895	12.251.802.452
Passivo				
Provisão matemática do ramo vida	-	1.404.634.800	-	1.404.634.800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	7.780.213.141	512.977.194	-	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	119.643	7.044.752	7.908.244	15.072.639
Derivados de cobertura	4.731.582	-	8.737.700	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	-	47.570.755	-	47.570.755
Outros passivos financeiros	-	591.180.436	-	591.180.436
Outros credores	-	-	130.823.739	130.823.739
	7.785.064.366	2.563.407.937	147.469.683	10.495.941.986

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a sensibilidade do justo valor dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa juro, a variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 *basis points* (*bp's*), respetivamente, corresponde a:

	2017					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(21.243.814)	(11.023.326)	(5.618.274)	5.848.735	11.947.169	24.971.127
Ativos disponíveis para venda	(789.679.567)	(415.378.905)	(211.350.691)	219.008.411	446.029.367	910.660.421
Empréstimos e contas a receber	(5.368.901)	(2.703.307)	(1.357.828)	1.370.380	2.753.520	5.570.049
	(816.292.282)	(429.105.538)	(218.326.793)	226.227.526	460.730.056	941.201.597
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	286.728	145.939	73.629	(74.980)	(151.346)	(308.370)
	286.728	145.939	73.629	(74.980)	(151.346)	(308.370)
	2016					
	Variação +200 bp's	Variação +100 bp's	Variação +50 bp's	Variação -50 bp's	Variação -100 bp's	Variação -200 bp's
Ativo						
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(9.005.658)	(4.583.524)	(2.312.446)	2.354.876	4.753.281	9.685.245
Ativos disponíveis para venda	(581.921.824)	(301.670.319)	(153.645.878)	159.556.743	325.334.015	676.902.226
Empréstimos e contas a receber	(2.727.470)	(1.374.565)	(690.032)	695.616	1.396.906	2.816.866
	(593.654.952)	(307.628.408)	(156.648.356)	162.607.235	331.484.202	689.404.337
Passivo						
Passivos financeiros detidos para negociação	(3.884)	(1.970)	(992)	1.007	2.030	4.125
	(3.884)	(1.970)	(992)	1.007	2.030	4.125

O apuramento da sensibilidade do justo valor dos ativos financeiros foi efetuado considerando os *cash-flows* futuros atualizados considerando a respetiva *YTM*, com variações positivas e negativas de 50, 100 e 200 *bp's*, nas respetivas *yields*.

JB

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os instrumentos financeiros apresentam o seguinte detalhe por moeda:

	2017				Total
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	449.465.806	-	16.242.053	131.038.807	596.746.666
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.506.320	-	-	-	1.506.320
Ativos financeiros detidos para negociação	474.191	49.709.157	-	2.954.582	53.137.930
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	519.397.203	288.033.869	-	443.523	807.874.595
Derivados de cobertura	8.777.408	16.392.403	-	3.008.566	28.178.377
Ativos disponíveis para venda	7.258.848.881	2.852.416.995	495.541.790	286.093.286	10.892.900.952
Empréstimos e contas a receber	1.009.466.174	77.154.916	26.452.790	69.607.493	1.182.681.373
Outros devedores	174.695.350	40.308.536	69.486	16.927.923	232.001.295
	9.422.631.333	3.324.015.876	538.306.119	510.074.180	13.795.027.508
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1.516.563.098	-	-	11.854.392	1.528.417.490
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.583.639.740	-	-	-	8.583.639.740
Passivos financeiros detidos para negociação	5.654.647	2.147	-	-	5.656.794
Derivados de cobertura	3.241.769	-	-	769.417	4.011.186
Depósitos recebidos de resseguradores	56.722.798	1.080.113	-	1.576.194	59.379.105
Outros passivos financeiros	317.959.116	-	-	290.198.448	608.157.564
Outros credores	93.133.730	12.746.899	2.374.856	41.504.661	149.760.146
	10.576.914.898	13.829.159	2.374.856	345.903.112	10.939.022.025
2016					
	Euros	Dólares Norte-Americanos	Dólares de Hong Kong	Outras moedas	Total
Ativo					
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	582.875.369	97.360.517	45.935.474	272.250.413	998.421.773
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	1.249.434	115.757.383	-	-	117.006.817
Ativos financeiros detidos para negociação	-	7.770.368	-	-	7.770.368
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	484.410.911	177.964.590	3.970.887	264.656	666.611.044
Derivados de cobertura	17.042.313	5.463.366	-	263.029	22.768.708
Ativos disponíveis para venda	6.922.636.380	1.515.261.015	609.532.075	183.708.687	9.231.138.157
Empréstimos e contas a receber	784.708.173	108.618.341	22.366.313	95.477.863	1.011.170.690
Outros devedores	153.297.454	27.547.478	24.311	19.365.249	200.234.492
	8.946.220.034	2.055.743.058	681.829.060	571.329.897	12.255.122.049
Passivo					
Provisão matemática do ramo vida	1.400.822.448	-	-	3.812.352	1.404.634.800
Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	8.293.190.335	-	-	-	8.293.190.335
Passivos financeiros detidos para negociação	7.164.396	7.908.243	-	-	15.072.639
Derivados de cobertura	4.731.581	6.931.648	-	1.806.053	13.469.282
Depósitos recebidos de resseguradores	44.817.897	1.007.941	-	1.744.917	47.570.755
Outros passivos financeiros	271.200.450	-	-	319.979.986	591.180.436
Outros credores	92.387.779	3.867.328	2.664.181	35.224.048	134.143.336
	10.114.314.886	19.715.160	2.664.181	362.567.356	10.499.261.583

As rubricas "Outros devedores" e "Outros credores" têm um desdobramento diferente entre o Ativo e o Passivo, quando comparado com as Demonstrações Financeiras, devido ao facto de o processo de distribuição por moeda originar um desdobramento de saldos diferentes.

BB

49. Divulgações Relativas a Risco de Contratos de Seguro

É apresentada em seguida uma descrição resumida das políticas de aceitação e gestão de riscos em vigor.

49.1. Subscrição de riscos

A aceitação e gestão de riscos encontra-se estruturada em dois níveis seguindo um modelo de delegação de competências.

Cada nível dispõe, de acordo com as suas competências, de metodologias e procedimentos específicos, permitindo a interligação e harmonização entre eles.

No segundo nível, cometido às redes comerciais, enquadra-se a competência delegada para aceitação de riscos, devidamente enquadrados por normas e procedimentos escritos, assentando, em especial, nos seguintes critérios:

- Produtos com clausulados standard;
- Riscos ou atividades com um histórico de sinistralidade equilibrado;
- Universo de risco homogéneo e de fácil identificação;
- Capitais de pequenos montantes que permitem uma diluição de risco elevada;
- Riscos com uma acumulação conhecida e controlável, relativamente a coberturas e/ou dispersão geográfica;
- Prémios de acordo com uma tarifa do produto, ajustáveis por desconto delegado de reduzida amplitude.

Tem ao seu dispor os seguintes instrumentos: tarifas, simuladores, manuais de subscrição e normas de delegação de competências, manuais de produtos, condições gerais e informações pré-contratuais, propostas de seguro, declarações padronizadas, questionários técnicos e normas relativas a circuitos e procedimentos.

O primeiro nível corresponde às Direções Técnicas, que dispõem de instrumentos adicionais para análise do risco.

As Direções Técnicas estão dotadas de um corpo técnico multidisciplinar fortemente especializado por ramos de seguros, coadjuvado por especialistas em atuariado. Quando as características do risco o justificam, recorrem a análises de risco efetuadas por empresas especializadas.

A aceitação de riscos assenta em padrões técnicos rigorosos, visando a identificação de riscos com elevadas perdas potenciais (gravidade e frequência), a aplicação de condições contratuais ajustadas e a definição de prémios adequados ao risco específico, de modo a obter um crescimento sustentado da carteira e um resultado técnico equilibrado. Todos os riscos que não sejam enquadráveis nos Tratados de Resseguro são analisados pelas Direções Técnicas, havendo lugar à colocação em Resseguro Facultativo quando se considere que estão reunidas condições para aceitar o risco.

Quando os riscos em análise não se enquadram nos Manuais de Tarifação dos Resseguradores ou nas condições de aceitação definidas pela empresa, estes são remetidos para os Gabinetes de *Underwriting* dos Resseguradores para que sejam apresentadas propostas de condições de aceitação desses mesmos riscos.

As Direções Técnicas têm ainda ao seu dispor relatórios e análises de cariz técnico e atuarial que lhes permitem ter um conhecimento da evolução da exploração técnica do ramo e do comportamento do risco por cobertura e principais características dos objetos seguráveis.

Existe um conjunto de situações, com risco particularmente alto e/ou com um grau de incerteza elevado, identificadas na

Política de Aceitação de Riscos, que não estão delegadas nas Direções Técnicas, estando a competência para a sua aceitação reservada ao Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição, o qual se reúne sempre que seja necessário avaliar riscos com essas características.

49.2. Gestão técnica

A gestão técnica dos Ramos compreende o desenho de produtos, a definição de cláusulas e de preços, a definição e controlo da política de subscrição, a avaliação de cumulos de risco e ainda o controlo dos resultados técnicos, nomeadamente o acompanhamento da evolução da receita processada, do número de contratos seguros, da distribuição da carteira por segmentos de risco e garantias, dos prémios médios, das características dos riscos, da sinistralidade e da margem técnica.

Com vista ao controlo atrás referido, periodicamente são elaborados relatórios com indicadores de gestão e, recorrentemente, é preparada informação para fornecer à Direção de Resseguro, com elementos dos perfis de carteira, com o objetivo de apoiar a negociação dos Tratados de Resseguro.

49.3. Instrumentos de gestão para controlo do risco

Riscos internos da organização

De forma a controlar e minimizar o risco interno da organização, as normas e procedimentos de aceitação e os manuais de produto encontram-se publicados e são de acesso e conhecimento geral, sendo o processo de aplicação devidamente monitorizado pelas áreas competentes.

Estudos de perfil da carteira

São elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais / responsabilidades assumidas, por tipos de atividades, tipos de objetos seguros e coberturas.

São ainda desenvolvidos regularmente estudos sobre o comportamento de sinistralidade dos produtos em função das características mais determinantes para a definição do risco.

Este tipo de estudo permite obter uma análise qualitativa e quantitativa da sinistralidade, da carteira (por escalões de capitais seguros, tipos de objetos seguros, tipos de atividades, coberturas), tendo como objetivo a aferição das delegações existentes e a correção de eventuais distorções, bem como, correlacionar os principais fatores de formação de preço e decidir sobre a alteração dos produtos em comercialização ou a criação de novos.

Análises periódicas da evolução da carteira

A carteira sob gestão é sujeita a um acompanhamento periódico sobre a sua evolução, analisando-se, designadamente, o comportamento do movimento de apólices, quer em termos de quantidade de apólices, quer em termos de produção nova e anulada, as variações de prémios/taxas médias e as alterações na distribuição dos contratos pelos vários segmentos de negócio.

Estes estudos incluem ainda a análise do comportamento dos sinistros, monitorizando-se a respetiva frequência e taxa de sinistralidade. Esta análise é produzida não apenas a nível de agrupamentos de ramos, mas principalmente ao nível dos produtos sob gestão.

28



Nos casos específicos do ramo automóvel, são feitos diagnósticos extensivos e detalhados sobre a evolução da carteira, procurando identificar problemas na exploração do ramo, e as suas causas, quer de uma perspetiva comercial, quer de uma perspetiva técnica. Em resultado desses diagnósticos são desenvolvidas propostas.

Seleção e saneamento de carteira

Esta função tem como objetivo melhorar a rentabilidade da carteira sob gestão, quer através do saneamento de riscos deficitários (frequência e/ou sinistralidade elevadas), quer pela introdução de alterações às condições contratuais (coberturas, franquias, prémios), quer ainda pelo aconselhamento ao Cliente (recomendação para implementação de medidas de prevenção e segurança que melhorem a qualidade do risco).

É ainda incluída nesta função a avaliação de irregularidades que são detetadas em contratos ou em sinistros, a qual poderá conduzir à implementação de medidas que, dependendo da gravidade da irregularidade, poderão levar à anulação do contrato ou da carteira do segurado.

Concentrações de risco de seguro

Ao serem elaborados estudos regulares sobre o perfil de risco das carteiras, por classes de capitais/responsabilidades assumidas, por atividades e objetos a segurar e por coberturas, obtêm-se indicadores que permitem estimar o impacto de eventuais alterações a coberturas, avaliar o impacto de eventuais alterações aos tratados de resseguro e à política de retenção do Grupo. Em alguns casos, são desenvolvidos estudos específicos para avaliar esses impactos.

Estes estudos são ainda focalizados numa cobertura específica, numa área geográfica, no tipo de responsabilidades assumidas ou no tipo de objeto seguro, permitindo a determinação e a quantificação dos cúmulos de risco por classes, bem como a avaliação do impacto de cenários de sinistros catastróficos na carteira.

Comportamento da carteira não vida – seguro direto

Seguro Direto

	2017			2016		
	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest,	Prémios Brutos Adquiridos	Rácio Sinistros e Despesas	Rácio Sinistros e Despesas Após Invest,
Acidentes	200.240.801	1,17	1,15	177.009.518	1,15	1,14
Doença	266.855.030	0,93	0,91	235.163.325	0,88	0,87
Incêndio e Outros Danos	236.074.982	1,09	1,07	232.500.910	0,88	0,87
Automóvel	387.006.789	1,04	1,03	364.502.656	1,01	1,00
Marítimo	4.440.089	0,43	0,42	4.215.745	0,32	0,31
Aéreo	6.852.250	0,80	0,79	6.086.809	-0,19	-0,21
Mercadorias transportadas	6.729.878	0,75	0,74	7.079.288	0,45	0,43
Responsabilidade Civil Geral	34.140.311	0,78	0,76	32.496.223	0,57	0,56
Outros ramos (Crédito e Caução + Diversos)	71.128.143	0,70	0,68	66.525.720	0,76	0,76

Nota: Rácios relativos aos anos de ocorrência de 2017 e 2016 da empresa Fidelidade.

Nos últimos 12 meses registaram-se algumas variações no rácio de sinistros e despesas após investimentos. Apenas o grupo de ramos Outros Ramos registou um desagravamento do rácio em 10,4%.

JB



Nos grupos de ramos Aéreo, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil, Marítimo, Incêndio e Outros Danos, Doença, Automóvel e Acidentes a tendência é no sentido do agravamento do rácio.

Da análise do quadro anterior, constata-se que nos últimos 12 meses os prémios dos ramos Acidentes, Incêndio e Outros Danos e Automóvel não foram suficientes para compensar as responsabilidades.

Na Fidelidade os resultados técnicos não-vida antes de impostos, em dezembro de 2017, foram positivos em aproximadamente 106 Milhões de Euros.

Suficiência dos prémios e constituição de provisão para riscos em curso

Seguro direto

Na Fidelidade os prémios de seguro direto não-vida, para o ramo Acidentes Incêndio e Outros Danos e Automóvel, revelaram-se insuficientes para fazer face às responsabilidades associadas aos sinistros, aos custos de exploração e aos investimentos. Seria necessário uma redução de 15,5%, 7,1% e 2,6% respetivamente, nos custos, para eliminar a insuficiência de prémios registada nestes ramos.

Para os restantes grupos de ramos os prémios adquiridos de seguro direto foram suficientes para satisfazer as responsabilidades assumidas.

Líquido de resseguro

À exceção dos ramos Marítimo e Transportes, Aéreo e Mercadorias Transportadas os prémios líquidos de resseguro da seguradora revelaram-se, na anuidade de 2017, insuficientes para fazer face aos custos associados à exploração da generalidade dos ramos.

Consequentemente foi constituída provisão para riscos em curso, de acordo com os normativos em vigor, a qual apresenta uma aumento face à provisão constituída no período homólogo de 2016

Provisão para prémios não adquiridos

A provisão é calculada de acordo com os normativos em vigor, sendo efetuados testes por forma a determinar a adequação do nível do provisionamento.

Provisão para desvios de sinistralidade

O cálculo da provisão para desvios de sinistralidade encontra-se definido em normativos da ASF que são aplicados, quer no que concerne aos algoritmos, quer no que respeita aos ramos a considerar. Os critérios enunciados são seguidos pela Seguradora.

Provisão para sinistros

As provisões para sinistros são calculadas de acordo com a descrição constante nas políticas contabilísticas.

Ao longo do ano é efetuado o acompanhamento atuarial dos níveis de provisões constituídas, sendo utilizadas, metodologias estatísticas adequadas à natureza dos riscos usados, nomeadamente a estimação por métodos estocásticos dos *cash-flows* futuros associados às responsabilidades assumidas.

JB



Concentração e mitigação dos riscos

Na Fidelidade, os ramos Acidentes, Doença, Incêndio e Outros Danos e Automóvel representam aproximadamente 89,7% dos Prémios Brutos Adquiridos e 95,6% dos custos com sinistros.

Tendo em vista o controlo dos riscos assumidos, a seguradora possui regras de subscrição e de aceitação que procuram efetuar uma seleção e controlar o nível de exposição a que fica sujeita.

Nos ramos não vida a mitigação do risco é efetuada principalmente através do recurso a programas de resseguro específicos para cada tipo de risco e com uma elevada exigência ao nível da qualidade dos resseguradores envolvidos.

A tabela seguinte apresenta o *rating* dos principais resseguradores que foi atualizado no final de dezembro de 2016.

Distribuição dos Resseguradores por Rating

Rating	% Resseguradores	
	2017	2016
A -	18,5%	14,3%
A	25,9%	25,0%
A +	22,2%	25,0%
AA -	25,9%	25,0%
AA	-	3,6%
AA+	3,7%	3,6%
Sem Rating	3,7%	3,6%

Existe um tratado específico do tipo *Excess of Loss* para garantia de riscos catastróficos, com uma retenção de 100.000.000 Euros e capacidade de 420.000.000 Euros.

Na Fidelidade 60,23% dos capitais seguros retidos com cobertura de Fenómenos Sísmicos situam-se na Zona I, a mais gravosa em termos de risco sísmico. Os capitais seguros retidos considerados nesta análise foram obtidos por aproximação.

Comparação dos sinistros estimados e efetivos

Na Fidelidade, a provisão para sinistros em 31 de dezembro de 2016 ascendia a 1.541 Milhões de Euros. Durante o exercício de 2017, para sinistros ocorridos em 2016 e anos anteriores, foram pagos 329.186.049 Euros.

Em dezembro de 2017 resultaria do consumo natural, um provisionamento de 1.212.064.347 Euros. No entanto assistiu-se a um reajustamento negativo superior a 51 Milhões de Euros, sendo a provisão, no final em dezembro de 2017, no valor de 1.263.414.294 Euros.

Com exceção dos ramos Acidentes e Doença, Incêndio e Outros Danos, Marítimo e Transportes e Diversos ocorreram reajustes negativos em todos os outros ramos. O mais significativo, em termos absolutos, foi o efetuado em Automóvel que ultrapassou os 47 Milhões de Euros.

JB

Desenvolvimento da Provisão para Sinistros Relativa a Sinistros Ocorridos em Exercícios Anteriores e dos seus Reajustamentos (Correções)

Rubricas	Provisão Para Sinistros em 31 de Dezembro de 2016 (1)	Montantes Pagos no Exercício * (2)	Provisão Para Sinistros em 31 de Dezembro de 2017 * (3)	Reajustamentos (3)-(2)-(1)
Acidentes e Doença	861.221.400	136.396.648	758.791.227	33.966.475
Incêndio e Outros Danos	120.793.836	50.062.807	129.922.724	59.191.695
Automóvel	437.622.477	115.871.854	273.903.326	(47.847.297)
Marítimo e Transportes	3.862.941	1.697.682	2.440.143	274.884
Aéreo	1.099.255	196.643	793.379	(109.233)
Mercadorias transportadas	4.562.304	2.766.264	1.715.887	(80.153)
Responsabilidade Civil Geral	101.770.550	8.525.120	86.735.070	(6.510.360)
Crédito e Caução	495.342	(95.422)	341.323	(249.441)
Proteção Jurídica	18.981	(553)	897	(18.637)
Assistência	98.616	0	7.615	(91.001)
Diversos	9.704.694	13.765.006	8.762.703	12.823.015
Total	1.541.250.396	329.186.049	1.263.414.294	51.349.947

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

Riscos de Seguros

A Seguradora subscreve contratos de todos os ramos não vida, nos quais os riscos mais significativos derivam de:

- Alterações da longevidade dos pensionistas do ramo Acidentes de Trabalho e das taxas de rendimento associadas aos ativos afetos às respetivas provisões matemáticas;
- Alterações climáticas e catástrofes naturais;
- Risco de inflação, nos ramos que demoram mais tempo até estarem integralmente regularizados;
- Nos seguros de doença, os riscos mais significativos decorrem de alterações do estilo de vida e desenvolvimentos científicos e tecnológicos.

A exposição a estes riscos é mitigada através da diversificação obtida dada a dimensão da carteira de apólices da seguradora e da abrangência de riscos subscritos em todos os ramos não vida. A variabilidade dos riscos é melhorada através da seleção dos riscos subscritos e da implementação de estratégias e políticas de subscrição que são definidas por forma a assegurar que os riscos são diversificados em termos de tipologia de risco e nível de garantias contratadas.

Adicionalmente, estão definidas políticas de revisão de sinistros e procedimentos de gestão dos mesmos. Estas políticas são regularmente verificadas garantindo-se que refletem as práticas em curso e que fundamentam o controlo efetuado.

Os sinistros em gestão são periodicamente revistos, sendo investigados todos os que se suspeite serem fraudulentos. A seguradora efetua uma gestão ativa e tempestiva dos sinistros, por forma a reduzir a sua exposição a desenvolvimentos imprevistos que podem impactar negativamente nas suas responsabilidades.

Nas prestações com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho é avaliada regularmente a tábua de mortalidade aplicada, por forma a refletir a longevidade real dos beneficiários destas garantias.

JB

O Grupo também limita a exposição ao risco quer impondo montantes máximos de valores indemnizáveis na generalidade dos contratos quer utilizando programas de resseguro que limitam a exposição nomeadamente a eventos catastróficos.

A avaliação da exposição, nomeadamente ao risco sísmico, é estudada pelos resseguradores da seguradora, sendo as respetivas conclusões consideradas aquando da aquisição e renovação dos tratados de resseguro.

Pressupostos de Avaliação do Risco

Ramos não vida, exceto anuidades

O principal pressuposto assumido na estimação das responsabilidades da seguradora é que o desenvolvimento futuro dos sinistros e indemnizações seguirá um padrão similar à experiência passada conhecida para essas variáveis. Estes pressupostos incluem hipóteses relativamente a custos médios dos sinistros, custos de gestão dos sinistros, fatores de inflação e número de sinistros em cada um dos anos de ocorrência.

Adicionalmente, são usados juízos qualitativos para avaliar a adequação das tendências passadas e se se podem ou não aplicar ao futuro, como por exemplo:

- Alteração nos fatores de mercado tal como a atitude dos clientes relativamente à ação de participar sinistros;
- Condições económicas;
- Fatores internos como a composição da carteira de apólices, garantias da apólices, e procedimentos e maior ou menor rapidez na gestão de sinistros;
- Fatores externos nomeadamente alterações legislativas, regulamentares e decisões judiciais e regulamentação ou legislação relevante que possam afetar a estimativa dos custos.

Anuidades e assistência vitalícia do ramo Acidentes de Trabalho

Nas responsabilidades com carácter vitalício do ramo Acidentes de Trabalho, são assumidos pressupostos relativamente à longevidade dos beneficiários destas prestações, taxas de desconto e encargos de gestão das mesmas.

O quadro seguinte demonstra o impacto nas responsabilidades da seguradora de alterações razoavelmente possíveis nos pressupostos indicados, mantendo todos os restantes constantes.

Pressuposto	Fator	Incremento das Responsabilidade
Longevidade	+ 20%	5,33%
Despesa	+ 10%	0,64%
Revisão	4%	2,04%
Taxa de Juro	-1%	12,10%

JB

49.4. Políticas de resseguro

Os fatores determinantes para limitar ou transferir o risco seguro estão em consonância com a natureza dos negócios e valores dos riscos a segurar, distinguindo-se entre os que podem ser considerados ramos de massa (Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais e Multiriscos Habitação), e os ramos de tratamento mais casuístico como são os restantes ramos de Patrimoniais, Engenharia e Máquinas, riscos Marítimos, Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e riscos Diversos.

O cumprimento de Normas de Subscrição está associado às coberturas disponíveis e em vigor em Resseguro, sendo determinantes para a aceitação ou recusa de tipos de riscos.

Os riscos que envolvem elevados capitais seguros ou situações gravosas são objeto de prévia análise e a sua aceitação é feita em estreita interdependência do Resseguro e por ele suportados.

O Grupo tem pautado a sua política de Resseguro pela existência de Tratados de Resseguro Proporcional e Resseguro Não Proporcional, assim como de Resseguro Facultativo, e outras modalidades de Resseguro que se revelam necessárias para obtenção de proteção de Resseguro adequada aos riscos aceites.

Nos ramos de Incêndio e Anexos, Engenharia e Aviação, o Grupo opera com Tratados Proporcionais.

A cobertura de Resseguro nos principais ramos patrimoniais, bem como a respetiva retenção, tem em consideração a relação entre a estrutura da carteira quanto a capitais seguros e o respetivo volume de prémios de cada ramo e também tem em conta o acompanhamento estatístico da rentabilidade dessa carteira, a relação Retenção/Prémios no fim de uma anuidade ou de um ciclo e a capacidade financeira do Grupo, suficientemente importante para a absorção de sinistros de frequência.

No que se refere aos ramos de Automóvel, Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Marítimo Casco, Mercadorias Transportadas e Responsabilidade Civil, os riscos são protegidos por um tratado de Excesso de Perdas, o que se revela mais adequado à natureza dos riscos e da carteira bem como à capacidade financeira do Grupo. Na fixação da prioridade tem-se em conta o comportamento estatístico da sinistralidade e as cotações encontradas em consequência dos diferentes níveis que a mesma pode ter.

Os "Cúmulos de Risco" das Retenções encontram-se protegidos por Tratados de Excesso de Perdas adequados a cada situação.

As acumulações resultantes da "Cobertura de Fenómenos Sísmicos e Riscos da Natureza", de carácter catastrófico nas Retenções, são resseguradas em Excesso de Perdas, sendo a Retenção determinada pela capacidade financeira do Grupo.

Na determinação da Retenção por evento, tem-se em conta a baixa frequência da ocorrência de catástrofes em Portugal, pelo que a retenção reflete o que tecnicamente é expectável do ponto de vista do impacto de uma catástrofe nos capitais do Grupo e na absorção da mesma ao longo dum período definido, trabalhando num cenário conservador dum período de retorno de 500 anos, o que é inusual em mercados de exposição catastrófica.

Os critérios de seleção de Resseguradores têm em consideração a sua fiabilidade e solvência financeira, a sua capacidade de prestação de serviços e a constante observação e acompanhamento dos mesmos.

As informações obtidas no Mercado Internacional, nomeadamente as divulgadas pelas Agências de *Rating*, são referências fundamentais para o seguimento da boa saúde financeira dos Resseguradores.

Desta forma, utilizamos como fator de seleção dos Resseguradores, a análise de *rating* atribuído, a cada Ressegurador, pela Agência de *Rating* S&P ou por outra equivalente (A.M. Best, Fitch ou Moody's). O *rating* mínimo exigido a um Ressegurador para fazer parte do nosso Painel de Resseguradores é de "A-".

49.5. Ramo vida

No Ramo Vida existem três grandes famílias de contratos de seguros, abrangidos pela IFRS 4, em relação aos quais a natureza dos riscos cobertos se caracteriza de seguida:

Produtos de risco

Relativamente a estes produtos, o maior fator de risco é a mortalidade, havendo um grande número de contratos que também têm associado o risco de invalidez, sendo transferido, para as Resseguradoras, uma parte dos mesmos.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de rendas

Relativamente a estes produtos o maior fator de risco é o da longevidade.

As participações nos resultados seguem tipicamente uma conta técnico/financeiro do tipo:

$(\text{Prémios} + \text{Rendimentos} - \text{Sinistros} - \text{Despesas de Gestão} - \text{Variação na Provisão Matemática} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos e no coeficiente de participação, dado que nos planos de atribuição estão apenas definidos mínimos para este último valor.

Produtos de capitalização

O risco de taxa de juro é o principal fator de risco destes produtos.

Estão abrangidos pela IFRS 4 apenas os contratos com participação nos resultados, pelo que o rendimento atribuído aos segurados tem uma componente fixa e uma variável que depende da rentabilidade de uma determinada carteira de ativos parcialmente dependentes da discricionariedade do Grupo.

A participação nos resultados segue tipicamente uma conta financeira do tipo:

$(\text{Porcentagem dos Rendimentos} - \text{Rendimentos Técnicos} - \text{Encargos de Gestão} - \text{Eventual Saldo Negativo do exercício anterior}) \times \text{Coeficiente de Participação}$.

A discricionariedade desta participação nos resultados está associada à sua utilização na determinação dos rendimentos, do coeficiente de participação, da percentagem de rendimentos e dos encargos de gestão, porque nos planos de

atribuição estão apenas definidos mínimos para estes valores.

Para cada uma destas famílias de produtos apresentam-se os cash inflows e outflows, esperados para os próximos três anos (PR – Participação nos resultados).

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2018	149.431.364	104.164.879	0	14.997.333	21.112.335	156.861.500
2019	127.979.657	88.020.733	0	14.153.768	19.121.920	171.715.932
2020	119.126.882	81.169.650	0	13.292.457	17.084.652	165.509.079

Os quadros seguintes apresentam a alteração destes *cash inflows* e *outflows*, considerando um aumento de 5% dos resgates esperados.

Ano	Risco		Rendas		Capitalização com PR	
	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow	Inflow	OutFlow
2018	145.903.655	102.046.121	0	14.997.333	20.576.038	212.770.678
2019	118.137.985	82.303.914	0	14.153.768	17.686.937	209.879.123
2020	104.060.331	72.529.828	0	13.292.457	15.000.426	187.892.171

50. Gestão de Capital

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva n.º 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro, que foi transposta para o direito interno pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro.

O regime de Solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

Pilar I - Requisitos quantitativos

O regime de Solvência II define, por um lado, os critérios para determinar os fundos próprios elegíveis através da avaliação económica do ativo e do passivo e, por outro, dois níveis de requisitos de capital: o Requisito de Capital de Solvência (SCR) e o Requisito de Capital Mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas, designadamente aos riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente, para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que as empresas de seguros podem estar expostas.

O MCR estabelece o nível mínimo de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades das empresas de seguros.

7B

150

Caso se verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido, ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporário, a ASF deve ser informada de imediato. No caso de incumprimento do SCR, deve ser submetido a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomadas as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do perfil de risco.

No caso de incumprimento do MCR, ou da verificação do risco de incumprimento, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou à redução do perfil de risco.

Pilar II - Requisitos qualitativos e supervisão

Neste pilar, são estabelecidos requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção de sistemas de governação eficazes, incluindo adequados sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem efetivamente as empresas de seguros, as fiscalizam ou são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, *compliance* e atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização, pelo menos anual, da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, deve ser efetuada uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os objetivos de negócio tendo em conta o perfil de risco das empresas de seguros e uma análise de solvência perante cenários de stresse. O relatório resultante desse exercício deve ser remetido para a ASF.

Pilar III - Reporte prudencial e divulgações públicas

No Pilar III estão previstas obrigações de divulgação de informação pública e ao Supervisor.

Neste contexto, os objetivos de gestão de capital no Grupo obedecem aos seguintes princípios gerais:

- Cumprir com os requisitos legais a que o Grupo está obrigado;
- Gerar uma rentabilidade adequada, criar valor ao acionista e proporcionar-lhe a remuneração dos capitais aplicados;
- Sustentar o desenvolvimento das operações que o Grupo está legalmente autorizada a praticar, mantendo uma sólida estrutura de capitais, capaz de responder ao crescimento da atividade e aos riscos dela decorrente.

Para atingir os objetivos descritos, o Grupo definiu um conjunto de políticas e processos.

Por um lado, implementou um sistema de gestão de risco que é parte integrante das atividades diárias do Grupo, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que seus os objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos. Esta abordagem integrada assegura também a criação de valor através da identificação do adequado equilíbrio entre risco e retorno, garantindo, simultaneamente, as obrigações do Grupo para com os seus *stakeholders*.

A gestão de risco suporta o Grupo na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, o Grupo, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, o Grupo opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

JB

Por outro lado, a realização do exercício ORSA permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pelo Grupo.

O exercício ORSA, coincidente com o horizonte temporal do planeamento estratégico do Grupo (nunca inferior a 3 anos), assume um papel fundamental na Gestão da Capital do Grupo, suportando as suas principais atividades, designadamente:

- Avaliação, juntamente com a gestão de riscos, da estrutura de apetite de risco face à estratégia de negócio e de gestão do capital;
- Contribuir para o início do processo de planeamento estratégico, através da realização de uma avaliação da adequação de capital no período mais recente;
- Monitorização da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

Tendo em conta os resultados obtidos no ORSA, e caso os requisitos de capital se afastem do definido, quer em termos regulamentares, quer em termos de outros limites definidos internamente, são detalhadas ações corretivas a implementar, de forma a repor o nível de capital adequado/ pretendido.

Por fim, as obrigações de informação ao público, nomeadamente, a obrigação de divulgação anual do “Relatório sobre a solvência e a situação financeira”, que permite dispor de informação detalhada sobre o Grupo relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital.

Dado o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira”, importa referir que o Grupo cumpre, de forma confortável, os requisitos de capital considerando os dados preliminares reportados à ASF trimestralmente e a informação disponível nesta data.

Para dar resposta ao cumprimento das políticas e processos, o Grupo implementou um adequado sistema de governação envolvendo, entre outros aspetos, uma estrutura organizativa que incorpora diversos órgãos que desempenham funções chave em matéria de gestão de riscos e controlo interno: Direção de Gestão de Risco, Gabinete de Compliance, Direção de Auditoria, Comité de Risco, Comité de Aceitação e Acompanhamento da Política de Subscrição e Comité de Produtos (Vida e Não Vida).

83

51. Concessão de serviços públicos

Principais riscos identificados são de ordem operacional e financeira

A Luz Saúde gere o Hospital Beatriz Ângelo através da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. (“SGHL”), sua subsidiária, ao abrigo de um contrato de Parceria Público-Privada com o Estado Português (“Contrato de PPP”). A HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A., na qual a Sociedade detém uma participação de 10%, é também parte do Contrato de PPP e é responsável pela construção (agora completa) e gestão do edifício do Hospital Beatriz Ângelo e das respetivas instalações.

Nos termos do Contrato de PPP, a SGHL está obrigada a prestar cuidados de saúde no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, através do Hospital Beatriz Ângelo, pelo período de 10 anos, contados a partir da entrada em funcionamento do Hospital Beatriz Ângelo (a 19 de janeiro de 2012). O período de duração do Contrato de PPP pode ainda ser renovado por mútuo acordo por períodos sucessivos, sendo que cada período não pode ultrapassar 10 anos. Sem prejuízo, a duração total do Contrato de PPP, incluindo o período inicial e quaisquer períodos adicionais, não pode exceder 30 anos contados da data de produção de efeitos do Contrato de PPP (i.e., a partir de 31 de dezembro de 2009).

No que diz respeito à gestão do Hospital, o Contrato de PPP regula as relações entre o Estado e a SGHL, define os preços e as formas de pagamento, os parâmetros de qualidade, deveres de comunicação e informação, níveis de cumprimento (clínicos e não clínicos), as regras de funcionamento do hospital (por exemplo, recursos humanos) e outras obrigações e responsabilidades de cada parte e sanções em caso de não-cumprimento das obrigações contratuais.

Para além disso, o Contrato de PPP estabelece que os volumes anuais de tratamento de pacientes do Hospital Beatriz Ângelo (definidos por referência a consultas médicas, atendimentos de emergência e serviços de internamento e de ambulatório cirúrgicos e não cirúrgicos) são acordados através de um processo de negociação anual entre a Entidade Pública Contratante (neste caso a Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.) e a administração do hospital, nomeadamente com base em informação histórica respeitante à procura por serviços de saúde públicos pela população da área de influência do Hospital. No entanto, de notar que o referido nível de produção é definido com base em dados históricos relacionados com os níveis de procura por serviços públicos de saúde por parte da população que vive na área de captação do Hospital.

Por outro lado, os preços a praticar pelo Hospital ao Serviço Nacional de Saúde estão contratualmente acordados e são ajustados de forma anual pelo crescimento verificado ao nível da inflação.

O Contrato de PPP prevê ainda que no final de cada mês o Estado tenha que pagar 90% de 1/12 do valor anual de produção contratada (independentemente do valor real de produção verificado), sendo que o valor de acerto (que pode incluir os 10% remanescentes mais alguma eventual produção adicional realizada acima do valor contratado, já que existem áreas em que é permitido ultrapassar o limite definido de produção, tais como os atendimentos de emergência e os episódios de internamento) deve ser apurado até final do primeiro semestre do exercício seguinte, devendo o pagamento ocorrer dentro desse mesmo período.

7B

52. Fundos de Pensões Geridos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sucursal de Macau tem sob gestão os seguintes fundos de pensões. Nestes períodos, a carteira dos fundos de pensões continha os seguintes ativos:

	2017							
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities	Fundo de Pensões SmartSafe
Valores expressos em Patacas								
Caixa e depósitos	28.003.144	24.326.810	42.484.019	188.291	226.478	329.492	263.753	827.907
Instrumentos de dívida	114.934.707	469.029.419	-	5.193.808	3.372.269	6.533.339	3.476.160	-
Instrumentos de capital	23.576.635	219.047.187	-	1.754.443	5.165.134	9.355.561	6.233.622	-
Outros	(24.973)	(373.816)	(306.523)	(60.646)	(73.298)	(134.426)	(88.625)	(136)
	166.489.513	712.029.601	42.177.496	7.075.896	8.690.584	16.083.966	9.884.909	827.771
Valores expressos em Euros								
Caixa e depósitos	2.900.918	2.520.077	4.401.030	19.506	23.461	34.133	27.323	85.765
Instrumentos de dívida	11.906.384	48.587.973	-	538.040	349.342	676.806	360.104	-
Instrumentos de capital	2.442.365	22.691.666	-	181.747	535.070	969.167	645.757	-
Outros	(2.587)	(38.725)	(31.754)	(6.282)	(7.593)	(13.926)	(9.181)	(14)
	17.247.080	73.760.991	4.369.276	733.011	900.280	1.666.180	1.024.003	85.751

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2017 de 1 Euro/ 9,65320 Patacas macaenses.

	2016						
	Fundo Pensões BNU	Fundo Pensões "Golden-Age Retirement"	Fundo de Pensões Guaranteed Capital	Fundo de Pensões International Stable	Fundo de Pensões International Opportunities	Fundo de Pensões Greater China Opportunities	Fundo de Pensões Emerging Markets Opportunities
Valores expressos em Patacas							
Caixa e depósitos	24.399.235	32.857.477	34.154.957	392.968	180.119	688.283	360.681
Instrumentos de dívida	112.727.740	387.450.630	-	3.593.161	2.363.705	4.460.539	2.931.578
Instrumentos de capital	23.285.816	185.620.055	-	1.256.682	3.683.091	6.312.482	5.051.920
Outros	(20.049)	(318.112)	(174.828)	(43.055)	(53.486)	(93.521)	(68.720)
	160.392.742	605.610.050	33.980.129	5.199.756	6.173.429	11.367.783	8.275.459
Valores expressos em Euros							
Caixa e depósitos	2.897.634	3.902.128	4.056.216	46.669	21.391	81.740	42.834
Instrumentos de dívida	13.387.457	46.013.328	-	426.721	280.712	529.730	348.152
Instrumentos de capital	2.765.405	22.044.090	-	149.243	437.401	749.665	599.962
Outros	(2.381)	(37.779)	(20.762)	(5.113)	(6.352)	(11.106)	(8.161)
	19.048.115	71.921.767	4.035.454	617.520	733.152	1.350.029	982.787

Valores expressos em Euros, considerando a taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2016 de 1 Euro/ 8,4204 Patacas macaenses.

53. Eventos Subsequentes

O Grupo concretizou, em 15 de janeiro de 2018, a venda de 49% das ações representativas do capital social da Luz Saúde, S.A. (46.815.704 ações) à Fosun International Limited, pelo valor de 267.317.670 Euros, ficando a deter uma posição de 49,7881%..

13

A3 Relatório e Pareceres às Contas Consolidados

Certificação Legal de Contas Consolidadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Longrun Portugal, SGPS, S.A. (a “Sociedade”), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira Consolidada em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 17.377.679.315 euros e um total de capital próprio e interesses não controlados de 2.894.137.309 euros, incluindo um resultado líquido de 194.251.243 euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidada, a Demonstração de Variações do Capital Próprio Consolidada e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidada relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Longrun Portugal SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a “ASF”).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Mensuração das Provisões técnicas do ramo vida e dos Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
Conforme detalhado nas notas 21 e 22 às demonstrações financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2017, as provisões técnicas do ramo vida e os Passivos Financeiros da Componente de Depósito de Contratos de Seguros e de Contratos de Seguros e Operações considerados para efeitos contabilísticos como Contratos de Investimento ascendiam a 2.040 e 8.584	A nossa abordagem ao risco de distorção material na mensuração das provisões técnicas do ramo vida e Passivos Financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes: <ul style="list-style-type: none">Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

milhões de euros (“m€”), respetivamente, representando cerca de 73% do total do Passivo.

A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e pelo facto de ser uma área com um grau de julgamento significativo sobre resultados futuros incertos, nomeadamente o momento e o valor total das responsabilidades para com os tomadores de seguros bem como a estimativa dos rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades. Conforme divulgado na nota 2.20, a determinação das responsabilidades por contratos de seguros é efetuada com base em métodos atuariais, dados históricos e outros métodos aceites no setor, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efetuadas.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

como relevantes na determinação das provisões técnicas vida e valorização dos Passivos Financeiros;

- Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de cash flows, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes (quando aplicável), com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas;
- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Sociedade para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida e de contratos de investimento, incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões técnicas do ramo vida e Passivos Financeiros com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Mensuração das Provisões para sinistros (Não Vida)

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado na Nota 21 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2017 as Provisões para sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 1.749 m€ (12% do total do Passivo). Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Sociedade por ramo. Representam o valor estimado das indemnizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo os sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos administrativos a incorrer com a sua regularização futura.

Nestas provisões são incluídas as estimativas das provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e estimativa de despesas a incorrer (detalhe na alínea d) da Nota 2.17).

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e suas subsidiárias (e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das provisões para sinistros (Não Vida);
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;
- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Sociedade e das suas subsidiárias (quando aplicável) para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras consolidadas e que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos as Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

- dos produtos da Sociedade e suas subsidiárias, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador;
- Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para os ramos com maior peso no Passivo da Sociedade (Automóvel e Acidentes de Trabalho) e das suas subsidiárias (quando aplicável), tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no sector segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para a modalidade de Acidentes de Trabalho análise dos pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no sector segurador; e
 - Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

3. Valorização dos Instrumentos financeiros ao justo valor

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

Conforme detalhado na Nota 48, o Ativo e Passivo consolidados incluem instrumentos financeiros valorizados ao justo valor no montante de 11.779 m€ e 10 m€, respetivamente, os quais representam cerca de 67% do total do Ativo consolidado e 0,1% do total do Passivo consolidado.

A determinação do valor justo dos instrumentos financeiros foi prioritariamente baseada em cotações em mercados ativos. No caso dos instrumentos com reduzida liquidez nesses mercados foram utilizados modelos de avaliação e outras informações que envolvem julgamentos, tais como informação disponibilizada por entidades especializadas, pressupostos observáveis e não observáveis no mercado e outras estimativas. Os valores totais de instrumentos nestas circunstâncias, reconhecidos no ativo e passivo consolidado da Sociedade, ascendem a cerca de 1.495 m€ (9% do ativo) e 9m€ (0,1% do passivo), respetivamente, os quais foram classificados na hierarquia de justo valor prevista no referencial contabilístico, como “nível 2” e “nível 3” (Nota 48).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e suas subsidiárias e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na valorização dos instrumentos financeiros ao justo valor;
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a instrumentos financeiros e recálculo do justo valor os instrumentos financeiros por comparação das cotações utilizadas pela Sociedade e suas subsidiárias (quando aplicável) com as observadas em fontes de informação externas;
- Análise das metodologias e pressupostos utilizados pela Sociedade e suas subsidiárias na determinação do justo valor, tendo por referência as especificidades da sua política de investimentos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre Instrumentos Financeiros ao justo valor nas demonstrações

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

materialidade nas demonstrações financeiras e o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em diferentes estimativas do justo valor dos instrumentos financeiros.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

4. Testes de imparidade sobre o Goodwill

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 incluem na sua demonstração da posição financeira e mais detalhadamente divulgado na Nota 14, Goodwill decorrente dos investimentos em subsidiárias no montante de 457 m€, representando cerca de 3% do ativo consolidado.

Em conformidade com o referencial contabilístico o Goodwill deve ser objeto de testes anuais com o objetivo de identificar eventuais perdas por imparidade. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras dos emitentes (tais como taxas de desconto, inflação, taxas de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização do Goodwill incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade no Goodwill;
- Análise dos pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pela Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de fluxos de caixa, a taxa de desconto, a taxa de inflação, a taxa de crescimento na perpetuidade e as análises de sensibilidade, apoiados por especialistas internos em avaliações de negócios;
- Avaliação da consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre o Goodwill nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

5. Reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade em ativos financeiros

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

A demonstração dos resultados consolidados da Sociedade, em 31 de dezembro de 2017, inclui perdas por imparidade associadas a

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material no reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade em ativos financeiros incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

instrumentos financeiros detidos, classificados como "Ativos financeiros disponíveis para venda", no montante de 134 m€ (detalhe divulgado na Nota 42).

Em conformidade com o referencial contabilístico e a política de investimentos definida internamente, a qual se encontra descrita na Nota 2.6, alínea d), a Sociedade e suas subsidiárias reconhecem perdas por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda tendo por base indícios de imparidade tais como, entre outros, evidências de dificuldades financeiras dos emitentes ou um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado dos ativos financeiros abaixo do preço de custo.

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado à determinação das perdas por imparidade em ativos financeiros, uma vez que se baseiam em pressupostos tendo em conta os indícios de imparidade observáveis em cada momento, com base na informação disponível, sendo que o recurso a diferentes pressupostos ou obtenção de informação adicional poderá resultar em estimativas diferentes das perdas por imparidade.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos instrumentos financeiros e reconhecimento de perdas por imparidade da Sociedade e suas subsidiárias (quando aplicável);
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras consolidadas relativas a ativos financeiros e recálculo por amostragem das perdas por imparidade;
- Análise da política/metodologia de reconhecimento de perdas por imparidade da Sociedade e suas subsidiárias, tendo por base o referencial contabilístico e as práticas de mercado; e
- Testes à plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre o reconhecimento de perdas por imparidade nos ativos financeiros com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

6. Valorização dos Investimentos em imóveis

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 incluem no seu ativo e mais detalhadamente divulgado na nota 10 e 20 às demonstrações financeiras, imóveis registados ao justo valor, classificados como uso próprio, rendimento e inventários, no montante líquido de 464 m€, 2.018 m€ e 2 m€, respetivamente, os quais representam no total de cerca de 12% do ativo consolidado da Sociedade.

As avaliações imobiliárias tiveram por base os métodos divulgados na Nota 10 às demonstrações financeiras consolidadas e pressupostos cuja influência da conjuntura económica e financeira e capacidade do mercado em transacionar a oferta disponível é determinante.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material na valorização dos imóveis incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes no processo de valorização dos investimentos em imóveis;
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas de imóveis incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas;
- Análise dos relatórios de avaliação elaborados pelos peritos avaliadores, aferindo a adequação dos métodos de avaliação utilizados e razoabilidade dos pressupostos assumidos;

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos	Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos
A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras consolidadas e o risco de julgamento inerente nos pressupostos utilizados nas avaliações realizadas pelos peritos externos.	<ul style="list-style-type: none"><li data-bbox="718 425 1493 582">• Análise comparativa de valor e pressupostos das avaliações no exercício com os relatórios de avaliação realizados em anos anteriores e comparação dos preços utilizados com informação de referência no mercado; e<li data-bbox="718 582 1493 716">• Testes à plenitude e consistência das divulgações sobre imóveis nas demonstrações financeiras consolidadas com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu Relatório de Gestão a demonstração não financeira prevista no artigo 508-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10 do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Sociedade na assembleia geral de acionistas em 31 de maio de 2017 para a revisão legal das contas compreendido entre 2017 e 2019.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa

auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude;

- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo nesta data; e
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

Lisboa, 25 de maio de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC n.º 1230
Registada na CMVM com o n.º 20160841

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2017

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas consolidadas do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 28 de maio de 2018.

O CONSELHO FISCAL,


Pedro Antunes de Almeida - Presidente


Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal


João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas consolidadas e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da atividade.

Lisboa, 28 de maio de 2018.

O CONSELHO FISCAL,



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

B1 Relatório do Conselho de Administração – Contas Separadas

ÍNDICE

1. Órgãos Sociais.....	2
2. A Longrun Portugal, SGPS, S.A.....	3
a. Sobre a Longrun Portugal, SGPS, S.A.....	3
b. Análise Financeira.....	3
3. Perspetivas de Evolução.....	4
a. Evolução Macroeconómica.....	4
b. Perspetivas para o Mercado Segurador em 2018.....	5
4. Proposta de Aplicação de Resultados.....	6
5. Considerações Finais.....	7

1. Órgãos Sociais

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, SA

Conselho de Administração

Presidente	Lan KANG
Vogais	Wai Lam William MAK

Conselho Fiscal

Presidente	Pedro Antunes de Almeida
Vogais	Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias
	João Filipe Gonçalves Pinto
Suplente	Isabel Gomes de Novais Paiva

Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A., representada por
Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC.

2. A Longrun Portugal, SGPS, S.A.

a. Sobre a Longrun Portugal, SGPS, S.A.

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Doravante “Longrun” ou “Sociedade”) é uma sociedade gestora de participações no setor segurador, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas nas Companhias de Seguros Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A., Multicare – Seguros de Saúde, S.A. e Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A. (84,99%, 80% e 80%, respetivamente).

Através destas Companhias, a Longrun detém indiretamente participações estratégicas em diversas Companhias de Seguros (nacionais e internacionais), em empresas de prestações de serviços conexos com a atividade seguradora e de serviços na área da saúde.

Estas participações seguem uma lógica de integração vertical no setor segurador e enquadram-se na estratégia de garantir a excelência operacional e a qualidade do serviço prestado ao longo da cadeia de valor.

b. Análise Financeira

O Ativo Líquido da Longrun Portugal SGPS, S.A. situou-se em 1.631 milhões de euros, correspondente sobretudo ao valor das participações societárias anteriormente mencionadas.

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. obteve um resultado estatutário individual negativo de 159 mil euros.



3. Perspetivas de Evolução

a. Evolução Macroeconómica

A economia portuguesa evidenciou em 2017 um ritmo de crescimento da atividade superior ao observado nos últimos anos, mantendo, desta forma, a dinâmica de recuperação iniciada em 2013. Com efeito, a atividade económica em Portugal beneficiou de um enquadramento externo favorável, caracterizado pela aceleração da procura externa e pela melhoria generalizada nas condições monetárias e financeiras.

As estimativas mais recentes apontam para um crescimento do PIB próximo de 2,5% em 2017, valor superior ao registado em 2016 (1,5%) e semelhante ao projetado para a média da área do euro. A evolução evidenciada pela economia portuguesa encontra-se assente no maior dinamismo das exportações e do investimento.

As exportações de bens e serviços apresentaram uma elevada dinâmica (crescimento anual bruto de 7,7% em 2017 face a 4,4% em 2016), destacando-se o crescimento das exportações de serviços. Em particular, as exportações de turismo evidenciaram um forte desempenho, registando a mais elevada taxa de crescimento das duas últimas décadas.

Por seu lado, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) apresentou-se como a componente mais dinâmica da procura interna. Com efeito, depois de um ligeiro aumento de 1,6% em 2016, a FBCF terá crescido 8,3% em 2017, impulsionada essencialmente pelo setor habitacional, mas também pela manutenção do forte crescimento da FCBF empresarial (cerca de 7%).

O consumo privado manteve, em 2017, a dinâmica do ano anterior (aumento de 2,2%), refletindo o comportamento do consumo de bens correntes e de serviços, que permitiu anular o efeito de alguma desaceleração do consumo de bens duradouros, nomeadamente de veículos automóveis.

No mercado de trabalho, as projeções apontam para um aumento do nível de emprego (+3,1%), e, conseqüentemente, para uma redução da taxa de desemprego, atingindo cerca de 9% no final de 2017 (11,1% em 2016).

Neste contexto, a economia portuguesa deverá ter mantido, em 2017, uma capacidade de financiamento positiva, pese embora o saldo da balança corrente e de capital evidencie uma ligeira redução face ao ano anterior (1,5% do PIB em 2017 face a 1,7% em 2016).

Relativamente à inflação, verificou-se em 2017 um aumento do nível de preços em 1,6% (face a 0,6% em 2016) refletindo a evolução da componente energética (aumento de 4%) e da componente não energética (aumento de 1,4%), esta última decorrente do crescimento significativo dos preços dos serviços em especial relacionados com a atividade do turismo.

Para 2018, as projeções disponíveis apontam para a manutenção das tendências acima indicadas, embora com um crescimento mais moderado do PIB (2,3%), refletindo um menor dinamismo das exportações e do investimento (crescimento esperado de 6,5% e 6%, respetivamente), e uma estabilização do consumo privado (crescimento de 2,1%).

b. Perspetivas para o Mercado Segurador em 2018

O mercado segurador português, após dois anos consecutivos em queda, registou um crescimento de prémios de 6,5% face a 2016, impulsionado pela evolução positiva dos seus dois grandes segmentos de negócio: os ramos Vida (+6,2%), fortemente influenciados pelo comportamento dos produtos financeiros, e os ramos Não Vida (+6,9%), cuja evolução encontra-se intimamente ligada à atividade económica.

Relativamente ao segmento Vida, a vertente associada aos produtos financeiros evidenciou um crescimento próximo de 7%, contrariando a tendência de queda acentuada do volume de produção registada nos dois anos anteriores. Para tal, contribuiu fortemente a evolução dos Planos de Poupança Reforma (PPR), que registaram um crescimento próximo de 30%.

Por outro lado, o segmento Não Vida intensificou o seu crescimento (6,9% em 2017 face a 5,1% em 2016), registando inclusivamente a maior taxa de crescimento anual desde 2004, sendo de destacar o contributo dos ramos Acidentes de Trabalho e Doença.

Em 2018, é exetável a manutenção da trajetória de crescimento da produção associada a produtos financeiros, beneficiando da maior apetência do mercado português por produtos complementares do rendimento na reforma (em face da menor taxa de substituição por parte do sistema público).

Relativamente ao segmento Não Vida, a tendência mantém-se igualmente de crescimento, em linha com a evolução expectável da economia portuguesa, beneficiando do contributo esperado de alguns ramos de maior dinamismo, nomeadamente Saúde e Acidentes Pessoais.

Este segmento de negócio deverá também beneficiar do dinamismo de ramos mais ligados à atividade empresarial (Acidentes de Trabalho, Multirriscos e Responsabilidade Civil), refletindo a evolução esperada para o investimento (crescimento de 6%) e para a taxa de desemprego (redução de 1pp).



4. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido individual do exercício de 2017 ascendeu a € -159.177,75.

De acordo com o disposto no Código das Sociedades, o Conselho de Administração vem propor a seguinte aplicação:

- Resultados Transitados € -159.177,75



5. Considerações Finais

Ao concluir o presente relatório, o Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos quantos contribuíram para o desenvolvimento e continuada afirmação da empresa, salientando o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, pelo interesse, disponibilidade e empenho.



Lisboa, 28 de março de 2018

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lan KANG – Presidente

Wai Lam William MAK – Vogal



B2 Demonstrações Financeiras Separadas

Demonstração da Posição Financeira Separada

Demonstração de Resultados Separados

Demonstração das Variações no Capital Próprio Separado

Demonstração do Rendimento Integral Separado

Demonstração dos Fluxos de Caixa Separados

Notas às Contas Separadas

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

ATIVO	Notas	2017			2016
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações e ajustamentos	Valor líquido	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3	429.568	-	429.568	28.084
Investimentos em subsidiárias	4	1.598.784.859	-	1.598.784.859	1.598.784.859
Outros devedores por operações de seguros e outras operações		32.123.090	-	32.123.090	61.608.156
Contas a receber por outras operações	5	32.123.090	-	32.123.090	61.608.156
Ativos por impostos		88.649	-	88.649	45.552
Ativos por impostos diferidos	6	88.649	-	88.649	45.552
TOTAL ATIVO		1.631.426.166	-	1.631.426.166	1.660.466.651

73

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA SEPARADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Notas	2017	2016
PASSIVO			
Outros credores por operações de seguros e outras operações		719.997	4.714.113
Contas a pagar por outras operações	7	719.997	4.714.113
Passivos por impostos		31.420.032	57.096.234
Passivos por impostos correntes	6	31.420.032	57.096.234
Acréscimos e diferimentos	8	185.715	45.606
TOTAL PASSIVO		32.325.744	61.855.953
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital	9	50.000	50.000
Outros instrumentos de capital		1.599.398.902	1.598.750.000
Outras reservas	10	3.040	3.040
Resultados transitados	10	(192.342)	(171.325)
Resultado do exercício	10	(159.178)	(21.017)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO		1.599.100.422	1.598.610.698
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		1.631.426.166	1.660.466.651

Lisboa, 30 de abril de 2018

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira



Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado

Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Lan Kang
Presidente



Wai Lam William Mak
Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS SEPARADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

CONTA DE GANHOS E PERDAS	Notas	2017		2016
		Não Técnica	Total	
Gastos financeiros		(204.847)	(204.847)	(27.540)
De outros	11	(204.847)	(204.847)	(27.540)
Outros rendimentos/gastos	13	2.572	2.572	936
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS		(202.275)	(202.275)	(26.604)
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	6	-	-	5.587
Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	6	43.097	43.097	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(159.178)	(159.178)	(21.017)

Lisboa, 30 de abril de 2018

Diretor de Contabilidade e
Informação Financeira




Ana Paula Bailão Rodrigues

Contabilista Certificado

Filipa Jesus Martins Pires

Pelo Conselho de Administração

Lan Kang
Presidente



Wai Lam William Mak
Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS,S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA SEPARADA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Nº de Identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos ativos e passivos		
Pagamentos a fornecedores	(44.906)	(83.959)
Pagamentos a órgãos sociais	(19.784)	-
Outros	2.524	935
	<u>(62.166)</u>	<u>(83.024)</u>
 (Aumentos) / diminuições nos ativos operacionais		
Devedores por outras operações	29.485.066	(61.605.244)
	<u>29.485.066</u>	<u>(61.605.244)</u>
 Aumentos / (diminuições) nos passivos operacionais		
Credores por outras operações	(3.994.116)	4.586.286
Outros passivos	(25.676.202)	57.101.821
	<u>(29.670.318)</u>	<u>61.688.107</u>
 Caixa líquida das atividades operacionais	<u>(247.418)</u>	<u>(161)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Prestações suplementares	648.902	-
 Caixa líquida das atividades de financiamento	<u>648.902</u>	<u>-</u>
 Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	401.484	(161)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	28.084	28.245
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	429.568	28.084

BB

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO SEPARADA NOS EXERCÍCIOS DE 2017 E 2016

Nº de identificação Fiscal: 510 999 018

(Valores em euros)

	Capital social e outros instrumentos de capital	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.598.800.000	305	2.735	-	(171.325)	1.598.631.715
Aplicação do resultado	-	-	-	(171.325)	171.325	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(21.017)	(21.017)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.598.800.000	305	2.735	(171.325)	(21.017)	1.598.610.698
Aplicação do resultado	-	-	-	(21.017)	21.017	-
Prestações suplementares	648.902	-	-	-	-	648.902
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(159.178)	(159.178)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.599.448.902	305	2.735	(192.342)	(159.178)	1.599.100.422

78

Índice

1.	Nota Introdutória	2
2.	Políticas Contabilísticas	3
3.	Caixa e seus equivalentes e Depósitos à Ordem	8
4.	Investimentos em Subsidiárias	8
5.	Outros Devedores por Outras Operações	9
6.	Ativos e Passivos por Impostos	9
7.	Outros Credores por Outras Operações	11
8.	Acréscimos e Diferimentos	11
9.	Capital	11
10.	Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício	12
11.	Gastos Financeiros	12
12.	Gastos com o Pessoal	13
13.	Outros Rendimentos / Gastos	13
14.	Entidades Relacionadas	13
15.	Eventos Subsequentes	16



1. Nota Introdutória

A Longrun Portugal, SGPS, S.A. (“Longrun” ou “Sociedade”) com sede em Lisboa, no Largo de São Carlos, nº 3, foi constituída em 13 de fevereiro de 2014 e tem por objeto social a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Desde esta data, integra o Grupo Fosun International Holdings Ltd..

Detém participações em outras empresas de seguros e outras empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos, que juntas formam o Grupo Longrun. As companhias de seguros do Grupo participadas pela Sociedade, direta e indirectamente, incluem a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade”), Via Directa – Companhia de Seguros, S.A. (“Via Directa”), Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A. (“CPR”), Garantia – Companhia de Seguros de Cabo Verde, S.A. (“Garantia”), Fidelidade Angola – Companhia de Seguros, S.A. (anterior Universal Seguros, S.A.), Multicare – Seguros de Saúde, S.A. (“Multicare”), Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e Fidelidade Macau – Companhia de Seguros, S.A. (“Fidelidade Macau”).

As demonstrações financeiras da Longrun em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 30 de abril de 2018.

73



2. Políticas Contabilísticas

2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 foram preparadas de acordo com os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 10/2016-R, de 15 de setembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e com as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 53-A/2006, de 29 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 237/2008, de 15 de dezembro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – “Contratos de seguros”, relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Em 2016, a Sociedade adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 2.7. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Na preparação das demonstrações financeiras foram utilizados os pressupostos do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação e da continuidade, tendo sido preparadas com base nos livros e registos contabilísticos.

As políticas contabilísticas utilizadas pela Sociedade na preparação das suas demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2017, são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras dos exercícios agora apresentadas. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em Euros. Estas foram preparadas segundo o princípio do custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Sociedade efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

13

2.2. Investimentos em subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Sociedade exerce controlo. O controlo é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. O controlo pode ainda existir quando a Sociedade detém, direta ou indiretamente, o poder de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição.

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Sociedade constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa subsidiária.

2.3 Impostos sobre lucros

A Sociedade está sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e a Derrama Municipal, cuja taxa agregada nos exercícios de 2016 e 2017 é de 22,5% acrescida da respetiva Derrama Estadual, que corresponde à aplicação de uma taxa adicional de 3% sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 Euros e inferior a 7.500.000 Euros, de 5% sobre a parte do lucro superior a 7.500.000 Euros e inferior a 35.000.000 Euros e de 7% sobre a parte do lucro tributável que exceda este valor.

A Sociedade é tributada em sede de IRC ao abrigo do Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), de acordo com o artigo 69º do Código do IRC. No âmbito deste regime de tributação é a Longrun Portugal, SGPS, S.A. (Sociedade dominante) que apresenta uma declaração de imposto única na qual são agrupados os resultados das subsidiárias que integram o RETGS. O valor a receber ou a pagar de IRC afeto às subsidiárias é registado no balanço individual da Longrun como um valor a receber ou a pagar às empresas subsidiárias. O imposto correspondente à atividade individual da Sociedade é refletido na demonstração dos resultados.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos para determinação do lucro tributável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

13

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

A principal situação que origina diferenças temporárias ao nível da Sociedade corresponde aos prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa venham a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente decretadas na data de balanço. Em 31 de dezembro de 2017, os ativos e passivos por impostos diferidos registados pela Sociedade foram determinados nos termos da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de ativos disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

2.4 Provisões e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

2.5 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes engloba os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de aquisição, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor e as disponibilidades em instituições de crédito, que não estejam associados a uma natureza de investimento.

2.6 Estimativas contabilísticas críticas e aspetos julgamentais mais relevantes na aplicação das políticas contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração da Sociedade. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras incluem as abaixo apresentadas.

Determinação de perdas por imparidade em ativos financeiros

As perdas por imparidade em ativos financeiros são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.2. Deste modo, a determinação da imparidade tem em conta as conclusões resultantes da avaliação específica efetuada pela Sociedade com base no conhecimento da realidade dos emitentes dos instrumentos financeiros em questão.

B

A Sociedade considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite refletir de forma adequada o risco associado à sua carteira de ativos financeiros, tendo em conta as regras definidas pela IAS 39.

Determinação de impostos sobre lucros

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal não é suficientemente clara e objetiva e pode dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

2.7 Adoção de normas (novas ou revistas) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (IASB) e interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretation Committee” (IFRIC), conforme adotadas pela União Europeia

2.7.1 Normas Adotadas (Novas ou Revistas)

No decorrer do exercício de 2017 a Sociedade adotou na preparação das suas demonstrações financeiras as normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo IFRIC, respetivamente, desde que endossadas pela União Europeia, com aplicação em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. As alterações com relevância para a Empresa foram as seguintes:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 12 - Impostos sobre o rendimento (Emenda)	19-01-2016	2017/1989	01-01-2017
IAS 7 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa (Emenda)	29-01-2016	2017/1990	01-01-2017
IFRS 12 - Divulgação de Interesses de Outras Entidades (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2017

2.7.2 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões que Irão Entrar em Vigor em Exercícios Futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Regulamento da U.E.	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IAS 28 - Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Melhorias anuais das Normas IFRS Ciclo 2014-2016)	08-12-2016	2018/182	01-01-2018

28

2.7.3 Normas, Interpretações, Emendas e Revisões Ainda Não Adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (*endorsed*) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Data de emissão	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após
IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamentos do Imposto sobre o Rendimento	07-05-2017	01-01-2019
IAS 28 - Investimento de Longo-prazo em Associadas e Empreendimentos Conjuntos (Emenda)	12-10-2017	01-01-2019

Estas normas não foram ainda adotadas (*endorsed*) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



23

3. Caixa e seus equivalentes e Depósitos à Ordem

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2017	2016
Depósitos à ordem		
Em moeda nacional	429.568	28.084
	<u>429.568</u>	<u>28.084</u>

4. Investimentos em Subsidiárias

Os saldos dos investimentos em empresas subsidiárias em 2017 e 2016 apresentavam-se como segue:

	2017		2016	
	% Participação efetiva	Valor de balanço	% Participação efetiva	% Participação efetiva
Valorizadas ao custo				
Subsidiárias				
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	1.541.964.100	84,99%	1.541.964.100
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	39.420.236	80,00%	39.420.236
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	17.400.523	80,00%	17.400.523
		<u>1.598.784.859</u>		<u>1.598.784.859</u>

Os dados financeiros das principais empresas subsidiárias em 2017 e 2016 eram os seguintes:

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2017				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	15.889.040.096	13.442.066.973	2.446.973.123	187.789.357	2.610.119.715
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	157.841.851	83.792.036	74.049.815	8.088.593	263.973.311
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	67.519.705	32.481.587	35.038.118	5.738.157	31.648.201

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

Setor de atividade/entidade	% Participação efetiva	2016				
		Ativos	Passivos	Capital próprio (a)	Resultado líquido	Total dos proveitos
Segurador						
Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.	84,99%	14.674.807.178	12.834.840.242	1.839.966.936	100.420.503	3.168.274.008
Multicare – Seguros de Saúde, S.A.	80,00%	146.484.583	81.406.861	65.077.722	6.803.404	229.760.314
Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A.	80,00%	69.479.389	41.068.025	28.411.364	1.925.076	48.582.840

(a) O capital próprio inclui o resultado líquido do exercício.

JB

As empresas subsidiárias são as seguintes:

A **Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A.** é uma sociedade anónima tendo resultado da fusão por incorporação da Império Bonança – Companhia de Seguros, S.A. (“Império Bonança”) na Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S.A. (“Fidelidade Mundial”), conforme escritura efetuada em 31 de maio de 2012, a qual produziu efeitos contabilísticos com referência a 1 de janeiro de 2012. Esta operação foi autorizada pela ASF através da deliberação do seu Conselho Diretivo, de 23 de fevereiro de 2012. A Companhia tem como objetivo o exercício da atividade seguradora “Não Vida” e “Vida”, nas modalidades previstas no diploma legal que rege esta atividade.

A **Multicare – Seguros de Saúde, S.A.**, com sede em Lisboa, na Rua Alexandre Herculano, nº 53, foi constituída em 9 de março de 2007, e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. A companhia é vocacionada para a gestão de seguros de saúde.

A **Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. (ex Cares – Companhia de Seguros, S.A.)**, com sede em Lisboa, na Avenida José Malhoa nº 13 - 7ª, foi constituída em 17 de março de 1995, com a denominação de Companhia de Seguros Tágus, S.A., e tem por objeto social o exercício da atividade seguradora e resseguradora, em todos os ramos e operações de seguros não vida legalmente autorizados, podendo exercer ainda atividades conexas com as de seguros e resseguros. Em 2015, ocorreu a alteração da denominação e imagem da CARES – Companhia de Seguros, S.A. passando a Fidelidade Assistência – Companhia de Seguros, S.A. e atuando com a marca Fidelidade Assistance.

5. Outros Devedores por Outras Operações

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Contas a receber por outras operações		
Empresas do grupo - Imposto agregado	32.122.021	61.607.087
Outros	1.069	1.069
	<u>32.123.090</u>	<u>61.608.156</u>

6. Ativos e Passivos por Impostos

Os saldos de ativos e passivos por impostos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 eram os seguintes:

	2017	2016
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar (Subsidiárias)	(31.417.518)	(57.096.234)
Outros		
Segurança Social	(1.206)	-
Retenções	(1.308)	-
	<u>(31.420.032)</u>	<u>(57.096.234)</u>
Ativos por impostos diferidos	88.649	45.552
	<u>88.649</u>	<u>45.552</u>
Total	<u>(31.331.383)</u>	<u>(57.050.682)</u>

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos referentes a ativos e passivos por impostos correntes sobre o rendimento têm o seguinte detalhe:

	2017	2016
Estimativa de imposto sobre o rendimento registado por resultados	-	(5.587)
	-	(5.587)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificada nos exercícios de 2017 e 2016 pode ser demonstrada como se segue:

	2017		2016	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		(202.275)		(26.604)
Imposto sobre o rendimento corrente - Prejuízo fiscal	0,00%	-	21,00%	(5.587)
Ativo por imposto diferido - Prejuízo fiscal	21,31%	(43.097)	0,00%	-
Taxa efetiva de impostos	21,31%	(43.097)	21,00%	(5.587)

Em 2017 a Sociedade apresentou prejuízos fiscais no montante de 205.226 Euros. Porém, o imposto diferido ativo vai ser realizado no âmbito do RETGS, este prejuízo fiscal é consumido no exercício de 2017 pelos lucros tributáveis gerados pelas restantes entidades integrantes do Grupo fiscal.

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal durante um período de tempo definido, que em Portugal é de quatro anos (seis anos relativamente aos exercícios em que sejam apurados prejuízos fiscais), podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação, eventuais correções ao lucro tributável de exercícios anteriores. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, na opinião do Conselho de Administração da Sociedade, não é previsível que qualquer correção relativa aos exercícios acima referidos seja significativa para as demonstrações financeiras anexas.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais apurados a partir de 1 de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2013 podem ser reportados por um período de 5 anos enquanto os prejuízos fiscais gerados em exercícios iniciados em ou após de 1 de janeiro de 2014 até 31 de dezembro de 2016 podem ser reportados por um período de 12 anos. Os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 podem ser reportados por um período de 5 anos.

A Sociedade tem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 216.914 Euros referentes ao exercício de 2015, o qual poderá ser deduzido até ao exercício de 2027. Este prejuízo fiscal não poderá ser consumido no âmbito do Grupo fiscal, uma vez que foi gerado antes da constituição do mesmo. Assim, o prejuízo fiscal apenas poderá ser consumido na Longrun enquanto Sociedade individual.

B

7. Outros Credores por Outras Operações

Em 31 de dezembro 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Contas a pagar por outras operações		
Empresas do Grupo		
Imposto agregado	703.653	4.505.267
Outros	1.000	152.113
Fornecedores conta corrente	15.343	56.733
	<u>719.997</u>	<u>4.714.113</u>

8. Acréscimos e Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 esta rubrica tem a seguinte composição:

	2017	2016
Acréscimos de gastos		
Seguros	183	-
Auditoria	62.115	9.840
Outros trabalhos especializados	123.417	35.766
	<u>185.715</u>	<u>45.606</u>

9. Capital

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Longrun Portugal, SGPS, S.A., no montante de 50.000 Euros é integralmente detido pela Millennium Gain Limited.

Em 7 de janeiro de 2015 e 30 de novembro de 2015, através da ata da Assembleia Geral foram realizadas prestações suplementares, pelo acionista único, no montante total de 60.950.000 Euros e 500.000.000 Euros, respetivamente, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.

Em 1 de setembro de 2017, através da ata da Assembleia Geral foi realizada uma prestação suplementar, pelo acionista único, no montante total de 648.902 Euros, nos termos do regime legal do reembolso das prestações suplementares, e sem juros.



10. Reservas, Resultados Transitados e Resultado do Exercício

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Outras reservas		
Reserva legal	305	305
Outras reservas	2.735	2.735
	<u>3.040</u>	<u>3.040</u>
Resultados transitados	<u>(192.342)</u>	<u>(171.325)</u>
Resultado do exercício	<u>(159.178)</u>	<u>(21.017)</u>
	<u>(348.480)</u>	<u>(189.302)</u>

Os montantes da reserva legal e outras reservas resultam da aplicação de resultados de 2014.

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada exercício deverá ser transferida para a reserva legal, até que atinja 20% do capital. A reserva legal não pode ser distribuída, podendo ser utilizada para aumentar o capital ou para a cobertura de prejuízos acumulados.

11. Gastos Financeiros

Nos exercícios de 2017 e 2016, os custos de exploração incorridos pela Longrun apresentam a seguinte composição por natureza:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Gastos com pessoal (Nota 12)	19.709	-
Fornecimentos e serviços externos		
Contencioso e Notariado	120	-
Consultoria	-	92.250
Auditoria	103.268	123.000
Outros Trabalhos especializados	81.623	(187.791)
Outros	81	81
	<u>185.092</u>	<u>27.540</u>
Comissões	46	-
	<u>204.847</u>	<u>27.540</u>

Nos exercícios de 2017 e 2016, as rubricas da demonstração de ganhos e perdas onde estes custos se encontram registados apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conta não técnica		
Gastos financeiros	204.847	27.540
Total dos custos de exploração imputados	<u>204.847</u>	<u>27.540</u>

12. Gastos com o Pessoal

O detalhe dos gastos com o pessoal em 2017 e em 2016 é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	16.446	-
Encargos sobre remunerações	3.080	-
Seguros obrigatórios	183	-
	<u>19.709</u>	<u>-</u>

13. Outros Rendimentos / Gastos

Nos exercícios de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros obtidos	2.951	-
Diferenças de câmbio favoráveis	-	3.420
	<u>2.951</u>	<u>3.420</u>
Gastos e perdas financeiras		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	(1.834)
Serviços bancários	(379)	(650)
	<u>(379)</u>	<u>(2.484)</u>
	<u>2.572</u>	<u>936</u>

14. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas da Sociedade, as empresas subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos do Grupo Fosun e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. e os respetivos Órgãos de Gestão.

63

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 as demonstrações financeiras da Sociedade incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas, excluindo os Órgãos de Gestão.

2017

	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Luz Saúde, S.A.	Fidelidade - Property Internacional, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(5)
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	401.860
Investimentos em subsidiárias	1.541.964.100	39.420.236	17.400.523	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	7.374.967	486.136	900.575	10.585	9.344	-	20.981.580	-
Passivo								
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	-	-	374.169	-	-
Ganhos e Perdas								
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(37)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	-	(205)

	GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Fidelidade Property Europe, S.A.	Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Millennium Gain Ltd	Total
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(1)	
Ativo							
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	401.860
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	1.598.784.859
Contas a receber por outras operações	60.008	2.222.104	76.722	-	-	-	32.122.021
Passivo							
Contas a pagar por outras operações	-	-	-	20.035	309.449	1.000	704.654
Ganhos e Perdas							
Gastos financeiros	-	-	-	-	-	-	(37)
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	-	(205)

B

AR

2016

	Fidelidade - Companhia de Seguros, S.A.	Multicare - Seguros de Saúde, S.A.	Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A.	Via Directa - Companhia de Seguros, S.A.	E.A.P.S. - Empresa de Análise, Prevenção e Segurança, S.A.	Luz Saúde, S.A.	Fidelidade - Property Internacional, S.A.	Caixa Geral de Depósitos, S.A.
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(5)
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	203
Investimentos em subsidiárias	1.541.964.100	39.420.236	17.400.523	-	-	-	-	-
Contas a receber por outras operações	54.044.492	2.210.507	688.643	-	43.936	-	4.023.176	-
Passivo								
Contas a pagar por outras operações	151.113	-	-	840.682	-	481.180	-	-
Ganhos e Perdas								
Outros rendimentos/gastos	(149)	-	-	-	-	-	-	(356)

	GEP - Gestão de Peritagens Automóveis, S.A.	Fidelidade Property Europe, S.A.	Cetra - Centro Técnico de Reparação Automóvel, S.A.	Fidelidade - Serviços de Assistência, S.A.	Companhia Portuguesa de Resseguros, S.A.	Fosun International Ltd	Millennium Gain Ltd	Total
	(2)	(2)	(2)	(2)	(2)	(1)	(1)	
Ativo								
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	-	-	-	-	-	-	-	203
Investimentos em subsidiárias	-	-	-	-	-	-	-	1.598.784.859
Contas a receber por outras operações	104.053	-	7.893	78.131	406.258	-	-	61.607.087
Passivo								
Contas a pagar por outras operações	-	3.183.405	-	-	-	-	1.000	4.657.379
Ganhos e Perdas								
Outros rendimentos/gastos	-	-	-	-	-	149	-	(356)

As entidades relacionadas dividem-se nas seguintes categorias:

- (1) Empresa mãe;
- (2) Subsidiárias;
- (3) Associadas;
- (4) Empreendimentos conjuntos;
- (5) Outras partes relacionadas.

As transações com entidades relacionadas são efetuadas com base nos valores de mercado nas respetivas datas.

Remuneração dos Órgãos Sociais

A Comissão de remunerações é responsável pela aprovação da remuneração dos membros dos Órgãos Sociais, de acordo com critérios estabelecidos pelo acionista.

As remunerações e benefícios pagos aos membros dos Órgãos Sociais durante o exercício de 2017 têm a seguinte composição:

B

Conselho de Administração

	Remuneração Fixa	Seguro de Capitalização Recebimento Diferido	Remuneração Variável*	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
Lan KANG	-	-	-	-	-	-
Wai Lam William MAK	-	-	-	-	-	-

Conselho Fiscal

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Subsídio Alimentação	Encargo Seg.Saúde	Encargo Seg.Vida
Pedro Nunes de Almeida	5,874	-	-	-	-
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	5,286	-	-	-	-
João Filipe Gonçalves Pinto	5,286	-	-	-	-

* Relativa ao exercício de 2016

Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferem qualquer remuneração.

Os honorários estimados da Ernst & Young, SROC, S.A., Revisor Oficial de Contas da Companhia, relativo ao exercício de 2017 ascendem a 108.236 Euros, dos quais 60.000 Euros relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas, 5.736 Euros relativos a outros serviços de garantia e fiabilidade e 42.500 Euros relativos a outros serviços de auditoria.

15. Eventos Subsequentes

Após a data da Demonstração da Posição Financeira não se registaram acontecimentos que afetem o valor dos ativos e passivos e divulgações das demonstrações financeiras do período.

73

73

B3 Relatório e Pareceres às Contas Separadas

Certificação Legal de Contas Separadas

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras separadas anexas da Longrun Portugal SGPS, S.A. (a “Sociedade”), que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 1.631.426.166 euros e um total de capital próprio de 1.599.100.422 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 159.178 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração de Variações do Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras separadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Longrun Portugal SGPS, S.A., em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a “ASF”).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

As demonstrações financeiras da Sociedade em 31 de dezembro de 2017 incluem na Demonstração da Posição Financeira e mais detalhadamente divulgado na Nota 4, investimentos em subsidiárias, no montante de 1.599 m€, representando 98% do ativo.

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade pelo menos anualmente. Esta avaliação de imparidade é um processo que requer julgamentos e baseia-se em pressupostos quanto às condições económicas no mercado e financeiras dos emitentes (tais como taxas de crescimento/margens de lucro, projeções

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

A nossa abordagem ao risco de distorção material nos investimentos em subsidiárias incluiu uma resposta específica através da realização dos seguintes procedimentos:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno existentes no processo de avaliação de perdas por imparidade nos referidos investimentos;
- Avaliamos as análises internas de identificação de indícios de imparidade sobre as participações financeiras.
- Avaliámos os pressupostos utilizados nos modelos de avaliação aprovados pelo Órgão de Gestão, nomeadamente as projeções de

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos

de informação financeira prospetiva e inflação, entre outras).

A consideração desta matéria como relevante para a auditoria teve por base o risco de julgamento associado aos modelos de avaliação e pressupostos utilizados, uma vez que o recurso a diferentes técnicas e pressupostos de avaliação podem resultar em estimativas diferentes de perdas por imparidade.

Síntese da nossa resposta aos riscos de distorção material mais significativos

fluxos de caixa, a taxa de inflação, a taxa de crescimento/margens de lucro e projeções de informação financeira prospetiva;

- Analisámos a consistência dos pressupostos usados na construção do plano de negócios face a anos anteriores, face a dados históricos e comparamo-los com dados externos. Validámos os cálculos aritméticos dos modelos utilizados;

Verificação da plenitude e consistência das divulgações sobre investimentos em subsidiárias nas demonstrações financeiras com os respetivos dados contabilísticos e requisitos das Normas de Relato Financeiro aplicáveis.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela ASF;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Sociedade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- ▶ das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- ▶ declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- ▶ Fomos nomeados auditores da Sociedade na assembleia geral de acionistas em 31 de maio de 2017 para a revisão legal das contas compreendido entre 2017 e 2019.
- ▶ O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- ▶ Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade nesta data.
- ▶ Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.

- ▶ Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Sociedade o serviço no âmbito dos procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar N.º 5/2016-R, de 12 de maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões Factuais nos termos do n.º 1 do artigo 4.º da mesma Norma.

Lisboa, 25 de maio de 2018

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto - ROC nº 1230
Registada na CMVM com o nº 20160841

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2017

Em cumprimento das disposições legais aplicáveis, dos estatutos e do mandato que nos foi conferido, apresentamos o relatório da atividade fiscalizadora e o parecer sobre os documentos de prestação de contas, elaborados pelo Conselho de Administração e da sua responsabilidade.

Acompanhámos, durante o exercício, a atividade da sociedade, desenvolvendo todas as diligências necessárias ao cumprimento dos deveres a que estamos obrigados, e verificámos a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias, tendo procedido às verificações consideradas adequadas.

Obtivemos do Conselho de Administração e demais órgãos sociais, regular informação e esclarecimento sobre o funcionamento da sociedade e andamento dos seus negócios.

Apreciámos o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, bem como a Certificação Legal de Contas, com que concordamos.

Em face de quanto antecede, o Conselho Fiscal emite o seguinte

PARECER

- Que seja aprovado o Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais do exercício, tal como apresentados pelo Conselho de Administração;
- Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

O Conselho Fiscal agradece, ao Conselho de Administração e aos restantes órgãos sociais, a boa colaboração recebida ao longo do exercício.

Lisboa, 28 de maio 2018.

O CONSELHO FISCAL,


Pedro Antunes de Almeida - Presidente


Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal

Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal


João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

**DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE COMPLEMENTAR AO
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.
RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 2017**

Em cumprimento do estabelecido no nº 6 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas individuais e demais documentos de prestação de contas do exercício, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da empresa.

Declaram, ainda, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da empresa, contendo o referido relatório menção aos principais riscos e incertezas da actividade.

Lisboa, 28 de maio de 2018.

O CONSELHO FISCAL,



Pedro Antunes de Almeida - Presidente



Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias - Vogal



João Filipe Gonçalves Pinto - Vogal

C Relatório Sobre o Governo da Sociedade

Relatório de Governo Societário
Ano 2017
LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

A LONGRUN PORTUGAL, SGPS, S.A., (doravante “Sociedade”) elabora o seu Relatório do Governo da Sociedade de forma clara e transparente à luz das normas em vigor, observando as melhores práticas e recomendações aplicáveis, de modo a tornar públicos os princípios e normativos regulatórios no âmbito do Governo da Sociedade.

O presente Relatório do Governo da Sociedade respeitante ao exercício de 2017 foi elaborado em cumprimento do estabelecido no artigo 70º, nº 2, alínea b) do Código das Sociedades Comerciais e no ponto iv), alínea a) do nº1 do artigo 32º da Norma Regulamentar N.º 8/2016 – R, de 16 de Agosto.

INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. ESTRUTURA DE CAPITAL

O capital social da Sociedade, no montante de 50.000,00 euros, é representado por 50.000 ações nominativas, com o valor nominal de 1 euro cada, integralmente subscritas e realizadas. Todas as ações conferem direitos idênticos e são fungíveis entre si.

2. RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DAS AÇÕES

As ações representativas do capital social da Sociedade são livremente transmissíveis.

3. NÚMERO DE AÇÕES PRÓPRIAS, PERCENTAGEM DE CAPITAL SOCIAL CORRESPONDENTE E PERCENTAGEM DE DIREITOS DE VOTO A QUE CORRESPONDERIAM AS AÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade não detinha quaisquer ações próprias.

4. REGIME A QUE SE ENCONTRE SUJEITA A RENOVAÇÃO OU REVOGAÇÃO DE MEDIDAS DEFENSIVAS, EM PARTICULAR AQUELAS QUE PREVEJAM A LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE VOTOS SUSCETÍVEIS DE DETENÇÃO OU DE EXERCÍCIO POR UM ÚNICO ACIONISTA DE FORMA INDIVIDUAL OU EM CONCERTAÇÃO COM OUTROS ACIONISTAS

Os estatutos da Sociedade não contemplam limitações ao número de votos suscetíveis de detenção ou exercício por um único acionista de forma individual ou concertada.

5. ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA SOCIEDADE E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS OU DE DIREITOS DE VOTO

Não existem acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de votos da Sociedade.



II. Participações Sociais detidas

6. IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS SINGULARES OU COLETIVAS QUE SÃO TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, COM INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM DE CAPITAL E DE VOTOS IMPUTÁVEL E DA FONTE E CAUSAS DE IMPUTAÇÃO

As participações qualificadas no capital social da Sociedade a 31 de dezembro de 2017, com indicação da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação, encontram-se espelhadas no Quadro seguinte:

Acionista	Nº de Ações	% do Capital Social	% dos Direitos de Voto	Fonte e Causas de Imputação
Millenium Gain Limited	50.000	100%	100%	Constituição

7. INDICAÇÃO SOBRE O NÚMERO DE AÇÕES E OBRIGAÇÕES DETIDAS POR MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2017, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade não detinham ações, nem obrigações da Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

a) Composição da Mesa da Assembleia Geral

8. IDENTIFICAÇÃO E CARGO DOS MEMBROS DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL E RESPECTIVO MANDATO

Não foi eleita mesa da Assembleia Geral para o mandato em curso.

b) Exercício do direito de voto

9. EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PERCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL

Nos termos do artigo 8º dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral é constituída pelos acionistas presentes e representados nos termos da lei, sendo que a cada ação corresponde um voto.

10. INDICAÇÃO DA PERCENTAGEM MÁXIMA DOS DIREITOS DE VOTO QUE PODEM SER EXERCIDOS POR UM ÚNICO ACIONISTA OU POR ACIONISTAS QUE COM AQUELE SE ENCONTREM EM ALGUMA DAS RELAÇÕES DO N.º 1 DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Os Estatutos não contemplam qualquer percentagem máxima de direitos de votos que podem ser exercidos por um único acionista ou mesmo por acionista que com aquele se encontre em alguma das relações do n.º 1 do artigo 20.º do Código de Valores Mobiliários.

11. IDENTIFICAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES ACIONISTAS QUE, POR IMPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA, SÓ PODEM SER TOMADAS COM MAIORIA QUALIFICADA, PARA ALÉM DAS LEGALMENTE PREVISTAS, E INDICAÇÃO DESSAS MAIORIAS

A Assembleia Geral pode deliberar em primeira convocação, desde que estejam presentes ou representados os acionistas que detenham, pelo menos, três quartos do total das ações representativas do capital social, e em segunda convocação com qualquer que seja o número de acionistas presentes ou representados e o quantitativo do capital a que as respetivas ações correspondam.

II. Administração

Conselho de Administração

a) Composição

12. IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO ADOTADO

A Sociedade adota uma estrutura de governo societário de natureza monista com um Conselho de Administração.

13. REGRAS ESTATUTÁRIAS SOBRE NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral.

As vagas ou impedimentos que ocorram no Conselho de Administração são preenchidas por cooptação até que a primeira Assembleia Geral sobre elas proveja definitivamente.

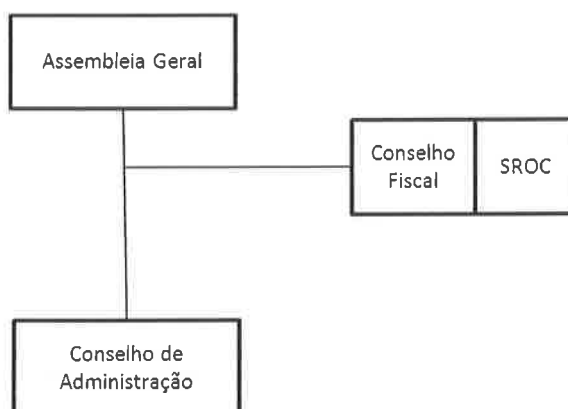
14. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, COM INDICAÇÃO DO NÚMERO ESTATUTÁRIO MÍNIMO E MÁXIMO DE MEMBROS, DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO, NÚMERO DE MEMBROS EFETIVOS, DATA DA DESIGNAÇÃO E DURAÇÃO DO MANDATO DE CADA MEMBRO

Nos termos dos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto por entre dois a cinco membros, com o Presidente do Conselho de Administração designado pela Assembleia Geral. O mandato dos Administradores é de três anos civis, podendo ser reeleitos por uma ou mais vezes, e contando-se como completo o ano civil em que forem designados.

A 31 de dezembro de 2017, o Conselho de Administração é constituído por:

Membros do Conselho de Administração (CA)	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato	Observações
Lan KANG	Presidente	17-04-2017	2017/2019	Não Executivo
William MAK	Vogal	17-04-2017	2017/2019	Executivo

O Quadro seguinte representa a estrutura de Governo Societário da Longrun durante o exercício de 2017:



Conselho de Administração

O Conselho de Administração (CA), enquanto órgão de governo da Sociedade, tem, nos termos do n.º 1 do artigo 13º dos Estatutos da Sociedade, os mais amplos poderes de administração e representação da Sociedade.

O Conselho de Administração não pode deliberar sem que esteja presente ou representada a maioria dos seus membros.

III. Fiscalização

Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

a) Composição

15. IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO (CONSELHO FISCAL, COMISSÃO DE AUDITORIA OU CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO) CORRESPONDENTE AO MODELO ADOTADO

A fiscalização da Sociedade, nos termos do artigo 413º, n.º 1, alínea a) do Código das Sociedades Comerciais, compete a um Conselho Fiscal e a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, com as competências previstas na lei e cujo mandato em curso corresponde ao período 2017/2019.

Os Estatutos da Sociedade remetem as competências do Conselho Fiscal para as previstas na lei.

16. COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL, COM INDICAÇÃO DO CARGO DE CADA MEMBRO, DATA DE NOMEAÇÃO E DURAÇÃO ESTATUTÁRIA DO MANDATO

O Conselho Fiscal é constituído por 3 membros efetivos e um suplente, com mandatos de três anos, renováveis, tendo a seguinte composição em 31 de dezembro de 2017:

Membros do Conselho Fiscal	Cargo	Data de Nomeação no Mandato	Duração do Mandato
Pedro Antunes de Almeida	Presidente	31-05-2017	2017/2019
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	Vogal	31-05-2017	2017/2019
João Filipe Gonçalves Pinto	Vogal	31-05-2017	2017/2019
Isabel Gomes de Novais Paiva	Suplente	31-05-2017	2017/2019

IV. Revisor Oficial de Contas

17. IDENTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS E DO SÓCIO REVISOR OFICIAL DE CONTAS QUE O REPRESENTA

O Revisor Oficial de Contas é a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A., representada pela sua sócia Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, ROC, n.º 1230, registada na CMVM com o n.º 20160841.

18. INDICAÇÃO DO NÚMERO DE ANOS EM QUE O REVISOR OFICIAL DE CONTAS EXERCE FUNÇÕES CONSECUTIVAMENTE JUNTO DA SOCIEDADE E OU GRUPO

O Revisor Oficial de Contas foi designado a 26 de setembro de 2014 para exercer funções até ao final do triénio 2014/2016, tendo sido reconduzido para exercer funções até ao final do triénio 2017/2019.

19. DESCRIÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS PELO ROC À SOCIEDADE

Para além dos trabalhos exigidos por lei ao revisor oficial de contas, a Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A. não presta, de forma recorrente, outro tipo de serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio.

Contudo, quando haja lugar à prestação de outros serviços à Sociedade ou a sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, tal ocorrerá em estrita conformidade com os procedimentos legalmente definidos, designadamente na Lei 140/2015, de 7 de setembro

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

20. REGRAS APLICÁVEIS À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA SOCIEDADE

As alterações dos Estatutos da Sociedade regem-se pelo disposto na Lei em vigor.

II. Comunicação de irregularidades

21. MEIOS E POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS NA SOCIEDADE

A Sociedade tem uma cultura de responsabilidade e de *compliance*, reconhecendo a importância do adequado enquadramento da comunicação e processamento de irregularidades como instrumento de boa prática societária e implementa os meios adequados de receção, tratamento e arquivo das comunicações de irregularidades, alegadamente cometidas por membros dos órgãos sociais e por colaboradores da Sociedade ou das sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

São consideradas como irregularidades os atos e omissões, dolosas ou negligentes, relacionados com a administração, a organização contabilística e a fiscalização interna da Sociedade que, de forma grave, sejam suscetíveis nomeadamente de:

- a) Violar a lei, os regulamentos e outros normativos em vigor;
- b) Colocar em causa o património dos clientes, dos acionistas e da Sociedade;
- c) Causar dano reputacional à Sociedade ou a sociedades integradas no Grupo Fidelidade.

Podem comunicar irregularidades, os colaboradores, mandatários, comissários ou quaisquer outras pessoas que prestem serviços a título permanente ou ocasional na Sociedade ou em qualquer entidade do Grupo, os acionistas e quaisquer outras pessoas.

III. Controlo interno e gestão de riscos

22. ÓRGÃOS OU COMISSÕES RESPONSÁVEIS PELA AUDITORIA INTERNA E OU PELA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO

A Longrun sendo uma sociedade gestora de participações no setor dos seguros, não exerce a atividade seguradora ou resseguradora, estando a sua atividade circunscrita à gestão das participações detidas nas empresas de seguros Fidelidade – Companhia de Seguros, SA, Multicare – Seguros de Saúde, S.A. e Fidelidade Assistência - Companhia de Seguros, S.A..

Sendo a Fidelidade – Companhia de Seguros, S.A. a empresa mais representativa do Grupo, são aí definidos os requisitos de governação aplicados ao Grupo segurador.

O Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora (RJASR), aprovado pela Lei 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para ordem jurídica interna a Diretiva Solvência II, entrou em vigor em 1 de janeiro de 2016.

Neste contexto, foi implementado um sistema global de gestão de riscos, de forma a responder aos requisitos aí previstos.

A implementação deste sistema, para além do cumprimento dos normativos aplicáveis à atividade seguradora, é entendida como uma oportunidade de melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, contribuindo, assim, para a manutenção da solidez e estabilidade da área seguradora da Longrun.

Assim, o sistema de gestão de risco é parte integrante das atividades diárias das seguradoras detidas pela Longrun, sendo aplicada uma abordagem integrada de modo a assegurar que seus objetivos estratégicos (interesses dos clientes, solidez financeira e eficiência dos processos) sejam mantidos.

Por outro lado, a realização do exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA) permite relacionar, numa visão prospetiva, risco, capital e retorno, no contexto da estratégia de negócio estabelecida pelo Grupo.

Relativamente ao sistema de governação a área seguradora da Longrun possui políticas, processos e procedimentos adequados à sua estratégia de negócio e às suas operações, garantindo uma gestão sã e prudente da sua atividade. Nestes termos, estão definidas funções-chave transversais ao Grupo, de gestão de riscos, auditoria interna, atuariado e *compliance*, no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, que são asseguradas pela Direção de Gestão de Risco, Direção de Auditoria Interna e Gabinete de *Compliance*.

Aos restantes Órgãos de Estrutura compete o papel de dinamizador no processo de gestão de risco e controlo interno, no sentido de assegurar que a gestão e o controlo das operações sejam efetuados de uma forma sã e prudente, cabendo-lhes também assegurar a existência e atualização da documentação relativa aos seus processos de negócio, respetivos riscos e atividades de controlo.

Inserido no conjunto de recomendações prudenciais das autoridades de supervisão, no sentido de garantir a continuidade operacional dos processos, sistemas e comunicações, o Grupo Fidelidade tem um Plano de Continuidade de Negócio (PCN) de forma a garantir a realização de uma avaliação estruturada de danos e uma ágil tomada de decisão sobre o tipo de recuperação a emprender.

Quanto às obrigações de informação ao público, a Longrun, em 2017, preparou e divulgou, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira 2016” contendo informação detalhada relacionada com as atividades e desempenho, sistema de governação, perfil de risco, avaliação para efeitos de solvência e gestão de capital do exercício de 2016. Este relatório, juntamente com os mapas anuais de reporte quantitativo submetidos à ASF, foi sujeito a certificação por revisor oficial de contas e por atuário responsável.

Também durante o ano de 2017, a Longrun efetuou o exercício anual de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), tendo reportado à ASF os seus resultados através do envio do respetivo relatório de supervisão, e prestou a informação quantitativa trimestral para efeitos de supervisão.

Desta forma, as medidas adotadas durante a fase de preparação para a aplicação do regime solvência II, bem como a sua consolidação ao longo destes dois primeiros anos da sua vigência, colocam a Longrun num grau confortável de cumprimento deste novo regime.

23. EXISTÊNCIA DE OUTRAS ÁREAS FUNCIONAIS COM COMPETÊNCIAS NO CONTROLO DE RISCOS

Para além das áreas que exercem funções-chave transversais ao Grupo no âmbito dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, têm sido implementadas e reforçadas, para além da área jurídica, diversas funções corporativas no Grupo Fidelidade, das quais se destacam as áreas de sistemas de informação, planeamento e controlo, contabilidade e investimento.

Este modelo de governação, associado ao facto dos processos de gestão do risco operacional e de controlo interno implementados, proporcionam a disseminação, por todas as Companhias, de uma cultura de gestão de risco, permite que a entidade relevante ao nível do Grupo dirija adequadamente os sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tanto a nível individual como do grupo, dispondo de apropriadas linhas de reporte e procedimentos de prestação de informação.

24. IDENTIFICAÇÃO E DESCRIÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE RISCOS (ECONÓMICOS, FINANCEIROS E JURÍDICOS) A QUE A SOCIEDADE SE EXPÕE NO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Remete-se, neste ponto, para a informação facultada no Relatório de Gestão 2017, em particular nas Notas às Demonstrações Financeiras.

25. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE IDENTIFICAÇÃO, AVALIAÇÃO, ACOMPANHAMENTO, CONTROLO E GESTÃO DE RISCOS

O sistema de gestão de risco suporta a Sociedade na identificação, avaliação, gestão e monitorização dos riscos, permitindo a adoção de ações adequadas e imediatas em caso de alterações materiais no seu perfil de risco.

Neste sentido, a Sociedade, para traçar o seu perfil de risco, identifica os diversos riscos a que está exposta, procedendo, de seguida à sua avaliação. A avaliação dos riscos tem por base a fórmula-padrão usada no cálculo do requisito de capital de solvência. Para outros riscos, não incluídos naquela fórmula, a Companhia opta por utilizar uma análise qualitativa de forma a classificar o impacto previsível nas suas necessidades de capital.

O exercício ORSA tem um papel fundamental na monitorização do perfil de risco da Companhia e da adequação do capital de acordo com os requisitos de capital regulamentar e as necessidades internas de capital.

IV. Sítio de Internet e Disponibilização de Informação sobre a Sociedade

26. ENDEREÇO(S)

A Sociedade não dispõe de sítio na Internet.

27. LOCAL ONDE SE ENCONTRA INFORMAÇÃO SOBRE A SOCIEDADE, ÓRGÃOS SOCIAIS E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A informação sobre a Sociedade, sobre os órgãos sociais e os documentos de prestação de contas encontra-se disponível na Sede da Sociedade.

28. LOCAL ONDE SE ENCONTRAM OS ESTATUTOS E OS REGULAMENTOS DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais estão disponíveis na Sede da Sociedade.



- 29.** LOCAL ONDE SÃO DIVULGADOS A CONVOCATÓRIA PARA A REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL E TODA A INFORMAÇÃO PREPARATÓRIA E SUBSEQUENTE COM ELA RELACIONADA

As convocatórias para as reuniões da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada estão disponíveis na Sede da Sociedade.

- 30.** LOCAL ONDE SE DISPONIBILIZA O ACERVO HISTÓRICO COM AS DELIBERAÇÕES TOMADAS NAS REUNIÕES DAS ASSEMBLEIAS GERAIS DA SOCIEDADE, O CAPITAL SOCIAL REPRESENTADO E OS RESULTADOS DAS VOTAÇÕES, COM REFERÊNCIA AOS 3 ANOS ANTERIORES

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos anteriores, estão disponíveis na Sede da Sociedade.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

- 31.** INDICAÇÃO QUANTO À COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS, DOS MEMBROS DA COMISSÃO EXECUTIVA OU ADMINISTRADOR DELEGADO E DOS DIRIGENTES DA SOCIEDADE

A fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais cabe à Assembleia Geral, não tendo sido constituída na Sociedade uma Comissão de Remunerações.

II. Estrutura das remunerações

- 32.** DESCRIÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO A QUE SE REFERE O ARTIGO 2.º DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados pelo exercício das suas funções.

A remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, caso exista, é fixada tendo como referência as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como os princípios orientadores da política de fixação de remunerações dos membros dos órgãos sociais das empresas do Grupo.

III. Divulgação das remunerações

- 33.** INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE, PROVENIENTE DA SOCIEDADE, INCLUINDO REMUNERAÇÃO FIXA E VARIÁVEL E, RELATIVAMENTE A ESTA, MENÇÃO ÀS DIFERENTES COMPONENTES QUE LHE DERAM ORIGEM

Os membros do Conselho de Administração não exercem funções de forma remunerada.

- 34.** INDEMNIZAÇÕES PAGAS OU DEVIDAS A EX-ADMINISTRADORES EXECUTIVOS RELATIVAMENTE À CESSAÇÃO DAS SUAS FUNÇÕES DURANTE O EXERCÍCIO

Não houve nenhum administrador a cessar funções durante o exercício.

- 35.** INDICAÇÃO DO MONTANTE ANUAL DA REMUNERAÇÃO AUFERIDA, DE FORMA AGREGADA E INDIVIDUAL, PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO DA SOCIEDADE, PARA EFEITOS DA LEI N.º 28/2009, DE 19 DE JUNHO

O montante anual da remuneração bruta auferida, de forma agregada e individual, pelos membros do órgão de fiscalização da Sociedade, consta do Quadro seguinte:

Membros do Conselho Fiscal	(€)	Observações
-----------------------------------	------------	--------------------

Pedro Antunes de Almeida	5.874	
Vasco Jorge Valdez Ferreira Matias	5.286	
João Filipe Gonçalves Pinto	5.286	
Isabel Gomes de Novais Paiva	0	Suplente
TOTAL		

36. INDICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO NO ANO DE REFERÊNCIA DO PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Tal como indicado *supra* não existe mesa da Assembleia Geral eleita.

IV. Acordos com implicações remuneratórias

37. REFERÊNCIA À EXISTÊNCIA E DESCRIÇÃO, COM INDICAÇÃO DOS MONTANTES ENVOLVIDOS, DE ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE DEMISSÃO, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO NA SEQUÊNCIA DE UMA MUDANÇA DE CONTROLO DA SOCIEDADE (ARTIGO 245.º -A, N.º 1, AL. L)

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do Órgão de Administração que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho, na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

V. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (stock options)

38. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO E DOS RESPECTIVOS DESTINATÁRIOS

Não existem planos com estas características.

39. DIREITOS DE OPÇÃO ATRIBUÍDOS PARA A AQUISIÇÃO DE AÇÕES (STOCK OPTIONS) DE QUE SEJAM BENEFICIÁRIOS OS TRABALHADORES E COLABORADORES DA EMPRESA

Não existem direitos de opção atribuídos para aquisição de ações de que sejam beneficiários trabalhadores.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

40. MECANISMOS IMPLEMENTADOS PELA SOCIEDADE PARA EFEITOS DE CONTROLO DE TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Sociedade adotou um conjunto de regras objetivas e transparentes aplicáveis às transações com partes relacionadas, as quais estão sujeitas a mecanismos específicos de aprovação.

41. INDICAÇÃO DAS TRANSAÇÕES QUE FORAM SUJEITAS A CONTROLO NO ANO DE REFERÊNCIA

Todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo.

42. DESCRIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS APLICÁVEIS À INTERVENÇÃO DO ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA EFEITOS DA AVALIAÇÃO PRÉVIA DOS NEGÓCIOS A REALIZAR ENTRE A SOCIEDADE E TITULARES DE PARTICIPAÇÃO QUALIFICADA OU ENTIDADES QUE COM ELAS ESTEJAM EM QUALQUER RELAÇÃO, NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CÓDIGO DOS VALORES MOBILIÁRIOS

As operações a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, são objeto de apreciação e de deliberação do Conselho de Administração, estando estas operações, como todas as outras realizadas pela Sociedade, sujeitas à fiscalização do Conselho Fiscal.

